



○ ADEUS ÀS VEREDAS?

Ruínas moderno-coloniais e a distopia socioecológica
em MT a partir da Capital Colonial - Vila Bela

ATÍLIO VIVIANI NETO

CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

V862a

O adeus às veredas? ruínas moderno-coloniais e a distopia socioecológica em MT a partir da Capital Colonial - Vila Bela / Atilio Vivini Neto. – Cáceres: Editora UNEMAT, 2024. 362 p.

ISBN: 978-85-7911-263-8 (e-book)

ISBN: 978-85-7911-264-5

DOI: 10.30681/978-85-7911-263-8

1. Mato Grosso. 2. Biomas. 3. Meio ambiente. 4. Vila Bela da Santíssima Trindade. I. O adeus às veredas?. II. Atilio Vivini Neto.

CDD: 502(817.2)

Atilio Vivini Neto

O ADEUS ÀS VEREDAS?

Ruínas moderno-coloniais e a distopia socioecológica
em MT a partir da Capital Colonial - Vila Bela



Cáceres - MT

2024

CONSELHO EDITORIAL

Portaria nº 1629/2023

PRESIDENTE

Maristela Cury Sarian

TITULARES

Josemir Almeida Barros

Universidade Federal de Rondônia - Unir

Lais Braga Caneppele

Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat

Fabrcio Schwanz da Silva

Universidade Federal do Paraná - UFPR

Gustavo Rodrigues Canale

Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

Greciely Cristina da Costa

Universidade Estadual de Campinas - Unicamp

Edson Pereira Barbosa

Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

Rodolfo Benedito Zattar da Silva

Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

Cácia Régia de Paula

Universidade Federal de Jataí - UFJ

Nilce Vieira Campos Ferreira

Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

Marcos Antonio de Menezes

Universidade Federal de Jataí - UFJ

Flávio Bezerra Barros

Universidade Federal do Pará - UFPA

Luanna Tomaz de Souza

Universidade Federal do Pará - UFPA

SUPLENTE

Judite de Azevedo do Carmo

Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat

Rose Kelly dos Santos Martinez Fernandes

Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat

Maria Aparecida Pereira Pierangeli

Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat

Célia Regina Araújo Soares

Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat

Nilce Maria da Silva

Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat

Rebeca Caitano Moreira

Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat

Jussara de Araújo Gonçalves

Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat

Patrícia Santos de Oliveira

Universidade Federal de Viçosa - UFV

PRODUÇÃO EDITORIAL
EDITORA UNEMAT 2024

Copyright © Atilio Vivini Neto, 2024.

A reprodução não autorizada desta publicação,
por qualquer meio, seja total ou parcial,
constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Esta obra foi submetida à avaliação
e revisada por pares.

Reitora: Vera Lucia da Rocha Maquêa

Vice-reitor: Alexandre Gonçalves Porto

Assessora de Gestão da Editora e das Bibliotecas: Maristela Cury Sarian

Imagens da capa: Mario Friedlander

Capa: Luiz Arruda

Diagramação: Estevan Canavarros Melgar

Revisão: Rony Farto Pereira

Pelas epistemes de mestras yoguinas *Tântrika* do Himalaia, esperança é um sentimento derivado do medo fundamental – o medo da morte-donde deriva os demais medos. Na perspectiva dessa filosofia milenar, quando o medo se desestrutura nos sujeitos, transborda para outros sentidos e pode se transformar em esperança. Portanto, esperança para essa tradição, é fruto do medo que se desestruturou, transbordou, tornando-se difuso. E o sentimento de esperança não conta com a participação ativa do sujeito, mais com uma intervenção divina para resolver situações, como num passe de mágica ou uma ‘colaboração’ suprema de algum Deus, Deusa ou Deuses. Nossa relação contemporânea entre Humano-Natureza e o papel das ciências e das políticas públicas, podem se inspirar nessas epistemes tântricas e se esvaziar de esperança, para que possamos, de fato, assumir responsabilidade e transformar essa relação disfuncional.

(Atílio Viviani)

AGRADECIMENTOS

Rayane Mara, companheira do nomadismo e amor mútuo e pelas Veredas....

Dona Caxi, matriarca, vizinha sábia e paciente com minhas palhas de açaí, de prosa e versos gentis, firmes...

Mario Friedlander, por compartilhar o amor por Vila Bela e pela ecologia...

Benildes, grande intelectual, importante cidadão vilabelense, onde a inter e a transdisciplinaridade, conhecimento científico e saber quilombola, propõem futurismos melhores...

Aldamiro, por estar sempre disponível quando precisei...

SUMÁRIO

Prefácio	12
Apresentação.....	17
Capítulo 1	
Introdução: o mato já não é grosso?	20
1. Ressignificação: Qual o sentido?.....	27
2. Colonização de fato e das subjetividades.....	31
Capítulo 2	
Afeto-ações: ciência como transformação social.....	36
1. Habitar Mato Grosso	45
2. Imagens das ações e movimentos coletivos.....	53
3. Coparticipação em eventos acadêmicos junto com vilabelenses.....	60
4. Série de fotos do patrimônio histórico e arquitetônico “A Casa Azul”	62
Capítulo 3	
Veredas teóricas: cosmopolítica, colonialidade e natureza – repercussões em Mato Grosso	67
1. Cosmopolíticas em perspectiva	69

2. Colonialidade Reversa: Ciência e Ordem Jurídica Internacional.....	89
3. Colonialismo Reverso: do global para Mato Grosso.....	99

Capítulo 4

Cartografias inter-ativas.....	114
1. Processo Cartográfico Sociocultural e Socioecológico em Vila Bela	126
2. Caminhos para Produção Cartográfica	138
2.1 Cartografia Sociocultural	139
2.2 Cartografia Socioecológica	141

Capítulo 5

Cartografia sociocultural	143
1. Convivência, Encontros e “Arqueologia” das Cosmopolíticas Quilombolas de relação com a Natureza	144
1.1. Lembranças que teimam em estar	145
1.2. Anais de Vila Bela, fractais e a colonialidade em MT	148
1.3. Vila Bela Contemporânea	165
2. Marcha para o Oeste: Mato Grosso e os Pioneiros-Colonos	177
3. Desvendando a “vanguarda” de ameaças às Veredas: Retirada de MT da Amazônia Legal, Participação social nas reuniões do Conselho do Parque em Vila Bela e Mobilizações para extinção de Unidades de Conservação e flexibilizações normativas no estado	188

3.1. Teatro de Sombras: Retirada de MT da Amazônia	188
3.2. Análise dos Enunciados no Conselho do Parque em Vila Bela	193
3.3. Coalizões para extinção de UCs e flexibilizações normativas em MT.....	231
3.4. Resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) sobre drenagens em áreas úmidas de Mato Grosso	239
3.5. “PEC” das Unidades de Conservações em MT	240
4. Conclusões da Cartografia Sociocultural em Vila Bela	242

Capítulo 6

Cartografia socioecológica	252
1. Período dos Mapas de Biomas.....	252
2. Tradução dos Mapas de Representação de Vila Bela	259
2.1. Mapas e Cartografia Socioecológica.....	264
2.2. Processamento de Dados para 2018 e 2021	282
3. Curadoria de imagens de bioindicadores em Vila Bela e a relação com as comunidades.....	289
4. Evolução da Condição Pantaneira e suas transconexões	322
5. As Veredas e a ameaça vinda do Centro-Oeste	333

Capítulo 7

Conclusões da cartografia socioecológica: marcha da distopia.....	336
Referências.....	345

Anexos.....	356
Anexo A.....	356
Anexo B.....	357
Anexo C.....	358
Anexo D.....	359
Anexo E.....	360
Sobre o autor.....	362

PREFÁCIO¹

Diz a sabedoria indígena que quando não cumprimos aquilo que prometemos, o fio de nossa ação que deveria estar concluída e amarrada em algum lugar fica solta ao nosso lado. Com o passar do tempo, os fios soltos enrolam-se em nossos pés e impedem que caminhemos livremente, ficamos amarrados às nossas próprias palavras. Por isso os povos originários têm o costume: 'por-as-palavras-a-andar' que significa agir de acordo com o que se fala; isso conduz à integridade entre o pensar, o sentir e o agir no mundo e nos conduz ao caminho da beleza, onde há harmonia e prosperidade natural (pensamento ameríndio popular).

Os registros de memórias e dados de realidades apresentando no livro, de forma profunda, desnuda fatos históricos e sociais de nossa sociedade, provocando indignação, inquietação e gerando angústias que podem ser transformadas em comprometimento no sentido a sustentabilidade socioecológica, possibilitando abertura para reflexão da intrincada relação Humano-Natureza, que até aqui se desnuda em caminhos traçados por visões confusas, quando distanciadas do olhar das ciências e das artes com seus processos de gestão integrada entre conhecimento, desfrutes e saberes.

1 DOI: 10.30681/978-85-7911-263-8.prefacio

De forma acadêmica e poética, o trabalho do professor Atílio Viviani Neto ressalta as mais contemporâneas teses na área do Direito Ambiental, abarcando, por exemplo, o atual conceito do meio ambiente, filosófico e etimologicamente (amb + ire: ir em volta de..., e de meio, conotação geográfica). Desta feita, consagra a visão sistêmica e revive a ideia da ecologia profunda. Também, a aplicação do termo na leitura legal “meio ambiente ecologicamente equilibrado e o provimento da sadia qualidade de vida” (art. 225 da Constituição Federal), mostra de forma expressiva as dimensões do meio ambiente, cultural, urbano e físico.

O viver do autor e seu consequente olhar regional do Mato Grosso e local, na cidade Vila Bela da Santíssima Trindade, ex-capital colonial, é sublinhado por sua percepção ímpar, relacionando a história do centro-oeste sob a égide de biomas, de dimensões nacionais e internacionais como a Amazônia, Pantanal e Cerrado. Se junta ao estudo, as dinâmicas peculiares dos povos originários e comunidades, resistindo com seus saberes e desabonando agressões vindas de modelos sociais e econômicos forasteiros, impositivos, rompidos com a “natureza”. De maneira simples e científica, o livro retrata as mazelas ambientais de nosso país ao longo dos tempos, trazendo um “talvez” adeus às Veredas, conhecidas como o oásis do Cerrado, mostrando as inseguranças jurídicas traçadas por modelos coloniais arraigados e disfuncionais da gestão pública e a falta de comprometimento com a sustentabilidade de parte do setor

privado, e, segundo o autor: “um pouco do que é reproduzido no Brasil, de forma mais ampla”.

Todo o estudo organizado pelo autor, a partir da pesquisa de sua tese, converte-se nessa obra, verdadeiro convite para uma leitura reflexiva interessante, agradável e provocadora, trazendo à baila, por meio das cartografias, sociocultural e socioecológica, com desejos de inter-agir.

A relevância do livro está em marcar de forma didática uma pesquisa histórico-cultural, pontuando os caminhos que levaram às mazelas ambientais na região. Ressalta o jargão, conhecido na seara ambiental: “pensar global, agir local”, trazendo sua experiência e evidências que atestam questões que vêm sendo reiteradamente anunciadas pela ciência em seus conhecimentos e saberes nas últimas décadas.

As distopias sociais e ecológicas que nos assombram, notadamente nos Pantanais, na Amazônia e Cerrado, são pautadas em caminhos de um sistema hegemônico no campo, perpetuado por “homens brancos”, de ciência enviesada, apartada das realidades regionais e culturais, abarrotada de influência coloniais.

Especificamente na área jurídica, o autor corrobora as desconformidades, dentre elas, incontáveis tentativas de desconstituir normas protetivas e o descaso de políticas públicas em considerar a cartografia social e a ecológica sob o ponto de vista dos mais contemporâneos estudos (vide, por exemplo, a cópia da Lei de Recursos Hídricos brasileira do

sistema francês, esse um estado unitário em contra ponto do Brasil, um estado federativo).

Nossa Constituição Federal, hierarquicamente superior a outras normas legais, estabelece que os biomas, Amazônia e o Pantanal Mato-grossense sejam considerados Patrimônio Nacional e que a utilização de seus recursos seja totalmente estabelecida e protegida pela lei. Depois de 35 anos, promulgada nossa Lei Maior, ainda não temos a orientação necessária para a preservação com regras para os usos de recursos nesses biomas. Pior! Ainda sem concretização da Emenda à Constituição (PEC) n. 504, de 2010, do Senado, que inclui o Cerrado e a Caatinga entre os bens considerados Patrimônio Nacional. Assim se fez e vai se fazendo um mato que já não é grosso...

O que se vê, conforme poetizado, é o uso de subterfúgios e omissões legais, excludentes, agredindo nossa Constituição Federal que determinou já no seu parágrafo único do art.1º. que “todo poder emana do povo”. Do ponto de vista dos direitos coletivos, não se consignou para todos e todas a participação e de maneira especial a representação em colegiados de forma paritária, limitando os debates e o exercício da democracia. O sistema ainda é incipiente sem representação de setores das populações, tais como as mulheres, povos originários, quilombolas e comunidades tradicionais em geral, garantindo paridades igualitárias e equânimes.

Ao meu sentir, como diz o dito popular “a lição sabemos de cor, só nos resta aprender”. Nesse contexto, o livro exalta reflexões pessoais e coletivas com dados científicos robustos, abrangendo várias áreas do conhecimento, aptas para nossa sensibilização com vista às transformações, já possíveis, dentro do escopo brasileiro. Desta feita, ressalto ao leitor o comprometimento ético do trabalho apresentado nesse livro.

Sigo o autor desde seu caminho nos bancos acadêmicos da graduação, ocasião em que tive a honra de recebê-lo como estagiário, mais tarde como aluno e após, na condição de professor, assumindo generosamente minha cadeira de Direito Ambiental. Tempos em que estivemos juntos em contendas ambientais, troca de saberes, solidariedade e uma amizade infinita que se perpetua como um sentimento materno.

Acompanhei o despertar do menino Neto com seus olhos brilhantes, doces e combativos, em suas andanças e conquistas e suas posturas cada vez mais engajadas e responsáveis, que o levaram a uma brilhante carreira acadêmica, hoje, um grande “Homem-Natureza” – Atilio Viviani Neto - que vem cumprindo a realização e concretização de redes afetivas em prol de um planeta justo e saudável, colocando as palavras para andar e nos conduzindo a beleza e a harmonia interespécies. Muita honra! Agradecimento!

Eldis Camargo Santos

Itu, 11 de setembro de 2023 (Dia do Cerrado)

APRESENTAÇÃO

Mato Grosso vai se tornando lócus de distopias socioecológicas nos últimos 30 anos, com repercussões dramáticas, conforme dados produzidos por pesquisas científicas. E, após ascensão do agronegócio, com início na década de noventa, contribuindo hoje com 25% do PIB Nacional, estabeleceu-se hegemonias que propiciaram produção socioespacial de seus interesses, dentre eles, uma “Vanguarda Cultural” que esta resignificando a relação Humano-Natureza, influenciando, agora, do centro do Brasil para as bordas atlânticas.

O presente livro, deriva de tese aprovada em junho de 2023 no Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), e, elabora estudo interdisciplinar a partir de Vila Bela da Santíssima Trindade, ex capital colonial de Mato Grosso, que possui em seu território complexidades socioculturais e socioecológicas em tensão, que representam, em suas microdinâmicas locais e regionais, um pouco do que é reproduzido no Brasil de forma ampla e similar, com raízes históricas comuns.

No processo de pesquisa, as artes, projetadas nas belas imagens incluídas e na poética que atravessa a escrita, tiveram

papel importante e integrativo com os dados científicos. A metáfora de “Veredas” e seus icônicos buritizais, permeiam a fantasia, o imaginário dos capítulos e reflexões críticas.

Vereda, assim, é local onde as ecologias se socializam, se encontram, para celebrar a água, a beleza, o frescor, e resistir à adversidade do mundo. Ora, elaborar análises que identifiquem processos de significação e transformações da relação Humano-Natureza é uma forma de evitar o adeus aos encontros transespécies e interculturais. Nessa perspectiva, a pesquisa teve o intuito de produzir Cartografia Sociocultural com as Comunidades Quilombolas de Vila Bela – MT, dos Pioneiros que vieram com a emblemática “Marcha para Oeste” e pelos discursos de prosperidade do Plano de Integração Nacional (PIN) de 1970, da Ditadura Civil-Militar, de modo a qualificar a relação contemporânea na região com o que se entende por Natureza.

Para aferir a concretude das Agropolíticas na paisagem, elaborou-se também Cartografia Socioecológica, por meio da produção de mapas sobre antropização das florestas no território, a partir do PIN (1970), relacionando-as com os demais dados insurgentes inevitáveis, como mobilizações de parte do agronegócio para excluir o Mato Grosso da Amazônia Legal e extinguir Unidades de Conservação no estado, debates sobre destino de Parque em Vila Bela (um dos maiores do Mato Grosso) e a evolução dos impactos nas águas da região, conectando, de alguma forma, esses conjuntos de fatos com uma “coalizão vanguardista” em formação no centro-oeste.

Para tanto, as cartografias sociais e físicas, foram estruturadas como “inter-ativas”, pelo fato de se ativarem quando ligadas (ou lidas complementarmente), e por perpassarem pelos campos do conhecimento como a Geografia, Antropologia, Direito, História, Política e Conhecimentos Tradicionais, com finalidade de mapear, representar e traduzir biomas, tempos, gentes e suas interações, utilizando transversalidades entre os estudos Humanos-Sociais e Não Humanos-Natureza.

Nesse processo, o pesquisador decidiu por estabelecer residência no território, convivendo por aproximadamente 6 anos com as culturas, humanas e não-humanas, que compõe a região, constituindo afeto-ações e contato prolongado. Quanto aos resultados desvelados nessa aventura, procurou-se “restaurar” parte da relação Humano-Natureza do período da ocupação preponderante dos povos e das comunidades tradicionais no município, efetuar a descrição das atuais relações com a natureza, examinar representações e traduzir tensões cosmopolíticas impressas nas subjetividades e na rara paisagem, que possui biomas de Amazônia, Cerrado, Pantanais e as Veredas, simbolizadas pelos Buritizais, convivendo com processos de demarcação de territórios indígenas e quilombolas, pecuária extensiva, tentativas de extinção de áreas de proteção e desejos de produção de soja em escala, nos grandes latifúndios constituídos e apegados as Ruínas Moderno-Coloniais.

INTRODUÇÃO: O MATO JÁ NÃO É GROSSO?

Imagem 1 – Vista aérea da vereda do “Buritizal Grande” em Vila Bela, com as pastagens avançando



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

A pesquisa para o livro, teve como pressupostos pensar os diversos campos da vida política relacional com a chamada “Natureza”, usando as Veredas como metáfora dos encontros.

Nesse trilhar, procurou-se identificar temáticas relevantes indutoras de significados como as reproduções de sistemas coloniais que encarnaram socialmente, por meio de políticas públicas continuadas de colonização, as quais se perpetuam nos modos de existência subjetivos e mentais de parte da sociedade mato-grossense e, de algum modo, da sociedade brasileira, ressignificando, ao longo dos anos, a relação Humano-Natureza, com impactos negativos nos ecossistemas, nos biomas, no clima, nos usos da terra e nas culturas, ameaçando a existência das Veredas.

Posto isso, o Mato Grosso vai se tornando lócus de distopias ecológicas, sobretudo nos últimos 30 anos, com repercussões dramáticas, de acordo com diversos dados que estão sendo produzidos nas ciências e que foram articuladas aqui. E, após ascensão do agronegócio, com início na década de noventa, contribuindo hoje com aproximadamente 25% do PIB Nacional, estabeleceu-se dominâncias que propiciaram produção socioespacial de seus interesses, dentre eles, uma “Vanguarda Cultural” que esta ressignificando a relação Humano-Natureza. O cientista político Alencastro (2022), denomina essa disfuncionalidade social de “Mega-Centro-Oeste”, uma amálgama de agronegócio forte, neopentecostalismo presente, impulsionado pela indústria cultural do chamado “sertanejo moderno”. Dados do Censo 2022 mostram que o Brasil cresceu economicamente preponderantemente nessa região.

Desse modo, são apresentadas evidências, através de elaboração de Cartografia Sociocultural e Socioecológica,

descrevendo, representando e traduzindo historiografia, cosmopolíticas, disputas territoriais (simbólicas e físicas) e o desenvolvimento de atividades antrópicas na região de Vila Bela da Santíssima Trindade (ou Vila Bela), primeira capital do estado de Mato Grosso, localizada na chamada “Fronteira Ocidental”, colaborando para desvendar parte dos elementos de reconfiguração da região, unindo passado, presente e futuro, de tempos coloniais até os dias atuais.

É importante destacar a presença de diversos elementos estruturantes, compondo o mesmo território, configurando conjunto informativo amplo e complexo a se observar, relativo a temas emblemáticos, como diversidade cultural, múltiplas epistemes, três biomas e seus ecótonos, níveis socioeconômicos extremos e disputas territoriais fundamentais. Nesse sentido, o desenvolvimento inicial da pesquisa, derivada da tese acolhida pelo Programa de Pós Graduação em Estudo de Cultura Contemporânea (ECCO) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), na linha de Epistemes Contemporâneas, foi fundamental, por conta dos subsídios teóricos inter e transdisciplinares trabalhados e a experiência de docentes em relação aos estudos de culturas em geral e das demandas próprias do centro-oeste, tornando-se, hoje, um centro acadêmico importante de estudos de culturas no Brasil.

Para tanto, a base teórica usada apoiou-se em Teorias Pós-Coloniais, nos Estudos Decoloniais, em Teorias Sociais sobre Modernidade, História, Cultura e Política, além de Teorias do Estado de Direito.

Quanto à análise da situação ambiental contemporânea, realizou-se produção de dados primários, por meio de Cartografias e Mapas da região de Vila Bela, com recorte temporal definido para o início da década de 1970 até os dias atuais, na maior parte do trabalho. Esse recorte temporal se justifica pela pretensão em verificar a mudança de paradigma ocorrida no estado, por ser o centro-oeste foco da Ditadura Civil-Militar na implementação de programas e políticas de ocupação exógena e mecanização agrícola das chamadas “áreas vazias”, aliada à ideia de colonizações com fins de integração nacional, a qual acaba por colaborar com advento do Agronegócio no Brasil e sua perene hegemonia, com ousadas mobilizações jurídica-política de parte do segmento, conjuminando na formação do atual “Agroparlamento” brasileiro, conforme veremos.

Entretanto, não foi esquecida a emblemática “Marcha para o Oeste”, no decurso do Estado Novo de Vargas, decorrido na década de quarenta. Porém, conforme verificado e refletido na Cartografia Sociocultural, não teve o impacto desejável pelo governo do período e nem a inflexão de paradigma, como tiveram os planos da ditadura de 1964.

Quanto à menção aos povos originários, durante a escrita, optou-se pela utilização hibridada dessa representação, com conceitos do campo jurídico e da antropologia. Dessa forma, a

expressão povos indígenas² é empregada como sinônimo de povos originários, povos, ameríndios e indígenas.

Ressalta-se aqui a opção pelo uso do termo “socioecológico”. Essa junção de palavras foi criada pela fusão do “sócio” com “ecológico”, mais próxima dos debates atuais das instituições de pesquisa, dos Organismos Intergovernamentais Internacionais (OII) – como as Nações Unidas (ONU) – e dos preceitos de nossa Constituição Federal, no artigo 225 (equilíbrio ecológico e sadia qualidade de vida).

O trabalho também se ampara em perspectiva das cosmopolíticas pensadas por Isabelle Stengers (2005) e na filosofia de Deleuze (2013), de ressignificar constantemente conceitos científicos e deslocar centralidades políticas cristalizadas, hegemônicas, para dificultar a apropriação pelo capitalismo de fazer usos desses conceitos, de acordo com interesses mercadológicos. Atualmente, o termo “ecológico” é valorado como ameaçador para certos imaginários e discursivos de atividades econômicas hegemônicas, sobretudo no centro-oeste. Hoje, o conceito de socioecológico é capaz de reunir os sujeitos que compõem o ambiente, ou seja, os humanos e não humanos, elementos ditos naturais e construídos, e suas inter-relações, as quais podem ser entendidas dentro da perspectiva

2 Como minha formação de ensino superior se constituiu interdisciplinar e o Direito é minha graduação, procuro me referenciar também nas leis. Dessa forma, é importante propor diálogo entre as representações políticas e jurídicas dos povos indígenas ou originários, para que amenizem dúvidas e potencialize-se os direitos.

sistêmica de interdependência, transrelações, acêntricos e da poética metaforizada de Vereda.

Dessa forma, segue a organização das partes do livro, começando aqui no capítulo 1. No item a seguir, descrevem-se os motivos de se cartografar a ressignificação da relação Humano-Natureza, em dialética com alguns dados documentais que foram aprofundados, dispostos e referenciados nas cartografias. No segundo item, “Colonização de fato e das subjetividades”, é apresentada a importância da atenção em relação à ressignificação de valores sociais, alguns dados emblemáticos de Mato Grosso e como esse conjunto influi na relação Humano-Natureza e na ameaça às Veredas.

No capítulo 2, “Afeto-Ações: Ciência como Transformação Social”, conto minha trajetória junto com minha companheira, Rayane Mara Batista, enquanto ecologistas, pesquisadores e cidadãos, explicitando como construímos “habitar ativo”, em Vila Bela e no Mato Grosso.

No capítulo 3, “Veredas Teóricas: Cosmopolítica, Colonialidade, Natureza e Repercussões em Mato Grosso”, são abordadas referências e significados de conceitos que fundamentam o livro, estabelecendo-se interações das teorias com as ciências contemporâneas, no território; examina-se como esse emaranhado de conceitos, teorias e signos ocupam e transbordam para outras realidades, dentre as quais aquelas sobre o paradigma do Estado-Nação, com suas contradições e paradoxos, muitos deles reproduzidos em Mato Grosso constituindo-se em um tipo de colonialismo reverso.

No capítulo 4, Cartografias Inter-Ativas, explicam-se os métodos ativos, participativos, utilizados e construídos no decorrer da pesquisa, dando alicerce a escrita e respondendo ativamente as ameaças simbólicas e materiais às Veredas, no centro-oeste.

No capítulo 5, é apresentado o trabalho da Cartografia Sociocultural, que expõe e conecta três fluxos informativos, nos quais a centralidade do rizoma (explicaremos seu significado mais adiante) se localiza a partir das culturas para o mundo das sociabilidades, além do paradigma antropocêntrico. Dividiu-se em três núcleos: 1) Arqueologia das cosmopolíticas quilombolas de relação com a natureza, 2) Marcha para o Oeste, Mato Grosso e os Pioneiros e 3) Desvendando a “vanguarda” de ameaças às Veredas: Retirada de MT da Amazônia Legal, Participação social nas reuniões do Conselho do Parque em Vila Bela e Mobilizações para extinção de Unidades de Conservação e flexibilizações normativas no estado. Termina com as conclusões da cartografia sociocultural.

Por fim, no capítulo 6 , reúnem-se resultados da Cartografia Socioecológica, expondo-se três fluxos informativos, nos quais a centralidade desses rizomas se situa a partir do ecológico para o mundo das sociabilidades: 1) Cartografia dos Biomas, em que se produziram mapas de desmatamento e atividades no território de Vila Bela, desde os planos de integração da ditadura até o simbólico governo Bolsonaro, relacionando-os com políticas, 2) Pesquisa e curadoria de imagens artísticas de bioindicadores das comunidades em Vila Bela, e 3) Apresentação do Estado da

Arte da condição hídrica pantaneira e suas transconexões. Finaliza-se na 7ª Parte, com as conclusões gerais da cartografia socioecológica.

1. RESSIGNIFICAÇÃO: QUAL O SENTIDO?

As Veredas, enquanto significado ontológico, ecológico e metafórico do convívio multiespécies, estão ameaçadas de desaparecer do centro-oeste do Brasil? E isso se deve a uma contínua discursiva e imagética reproduzida por certos agentes hegemônicos que promovem reconfigurações estéticas e de significâncias do que a natureza representa? Se essa resignificação da relação Humano-Natureza orienta ações em curso, no centro-oeste e no Brasil, as ciências e as artes podem promover agências e ser agentes de especulação, elaboração e exposição desse processo?

Essas demandas sociais fazem parte do desafio contemporâneo, em nível global, pelo fato de muitas arenas políticas, tais como Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial do Comercio (OMC), organizações comerciais de blocos, entre outras, constituídas pelo imaginário de desenvolvimento universalizante que o Estado-Nação se fundamentou, representem interesses mantenedores da relação Humano-Natureza elaborada na modernidade e intensificada com o capitalismo, opondo falaciosamente a Economia (*Oikos*= casa, *Nomos* = organização) versus Eco-logia

(Estudo da casa). Para o livro, redimensionando esse imaginário para o Mato Grosso, a configuração política observada é: Certa Produção Rural, representando a Economia Moderna Capitalista-Colonial, *versus* Veredas, representando Natureza, (nossa única casa, por enquanto), organizadas culturalmente como dimensões “opositoras”.

Durante elaboração das observações, muitas de nossas pesquisas e ações são realizáveis cotidianamente, nos locais. E são investigadas por meio de “lupas epistêmicas”, dispondo-se a aumentar alguns fenômenos sutis, geralmente em lugares tensos de se viver, para então serem percebidas, mapeadas e plausíveis na construção de cartografias, atentas em localizar “rizomas”³, bulbos artificiais identificados pelas ciências sociais, que insurgem de ações e agências, produzindo significados. E para o livro, foram observados rizomas alteradores da relação Humano-Natureza.

E os tipos de rizomas que ressignificam a relação Humano-Natureza, contemporaneamente, são justificados pelos agentes que a ressignificam, com propagação da necessidade de expansão perene da produção alimentícia, de base agropastoril monocultora, de um desenvolvimento econômico específico e uma forma de ocupação da terra de bases coloniais-feudais.

3 O conceito de “rizoma”, criado por Deleuze e Guattari, nas cartografias sociais, será abordado na parte das cartografias.

Essa rede informacional rizomática ressignificante em movimento, foi que instigou a pesquisa ser concretizada em território complexo, como Vila Bela, e paradigmático, como Mato Grosso, estado com a maior produção de bovinos e de grãos do Brasil e um dos maiores do mundo, de grande biodiversidade, com seus biomas e ecótonos de Amazônia, Cerrado e Pantanais, além de enorme diversidade étnica e cultural.

Posto isso, Vila Bela possui enredamentos intensos nos campos sociais, políticos, culturais e ecológicos. Há presença de Patrimônios Arqueológicos e Históricos, Patrimônios Culturais e Patrimônios Naturais, similares a algumas poucas regiões do Brasil. Registrar essa grandiosidade de informações e acompanhar fluxos sociopolíticos com centralidades nos aspectos culturais e ecológicos que se desenvolvem, acabam por rerepresentar muitas questões da própria condição mato-grossense e algo da brasileira, assentados em bases coloniais.

Ademais, torna-se revelador integrar problemáticas relativas a questões étnicas, processos de deculturação, disputas violentas pela terra, problemas advindos do grande latifúndio, formas de produção alienadas, extremos sociais etc.

Nesse sentido, foi revelador elaborar Cartografia Sociocultural das Comunidades Quilombolas de Vila Bela e relacionar com Pioneiros que lá chegaram, qualificando a relação desses grupos com o que se entende por Natureza. Propôs-se ainda desvendar as tensões cosmopolíticas ocultas de ameaças às Veredas, reproduzidas nas mobilizações para

retirar o MT da Amazônia Legal, na discursiva ideológica em Conselho Consultivo de uma das maiores Unidades de Conservação estaduais que está contida em Vila Bela, a qual tem representantes de povos indígenas, quilombolas, produtores rurais, legislativo, ONGs e Universidade, paralelamente às ações para extinção de diversas Unidades de Conservação e flexibilização das normas ambientais, no estado.

Para aferir a concretude das Agropolíticas na paisagem, elaborou-se também Cartografia Socioecológica, com a produção de mapas sobre antropização das florestas, com base nos Planos de Integração Nacional (PIN) de 1970, formulados pela ditadura, imagens artísticas de bioindicadores do convívio das comunidades com a natureza e apresentação do “Estado da Arte” da condição pantaneira.

Essas transversalidades aqui compostas (que chamamos poeticamente de Veredas), por meio de interações aplicadas pelas cartografias, possibilitaram seguir pistas e conectá-las para construir mapas e redes contemporâneas da relação Humano-Natureza. Dessa forma, as cartografias elaboradas consubstanciaram argumentos do livro: Ruínas Moderno-Coloniais e a formação de uma distopia socioecológica em andamento no MT.

No processo de acompanhamento e tradução da relação Humano-Natureza, na região, procurou-se acoplar também influências de uma ordem global dos Estados-Nações, algumas concretizadas no decorrer da Ditadura Civil-Militar,

atrelada a uma certa lógica colonial e geradora dos efeitos da colonialidade, conforme veremos. E isso se evidencia através da contínua indução ao latifúndio monocultural, uma espécie de “*Neo-Plantation*” nacionalista, no centro do Brasil. Esses espaços, que antes da ditadura pereciam sob abandono estatal, com autogestão dos povos e comunidades, começam a se pautar por outra organização social, através da década de setenta em diante. Especificamente, em Vila Bela, ocorre no meio da década de setenta, com chegada massiva de latifundiários, pioneiros e de grande quantidade de gado ao Vale do rio Guaporé, em territórios ocupados preponderantemente por povos originários e comunidades tradicionais, expulsas quase em sua totalidade de seus territórios.

2. COLONIZAÇÃO DE FATO E DAS SUBJETIVIDADES

Para haver ressignificação de valores sociais sobre algo, é necessário um processo de se criar e/ou revisar fatos, no sentido dos interesses que se pretendem, definindo o novo significado dado como verdadeiro e salutar. É uma manipulação na interpretação dos fenômenos que nos ambientam no sentido de privilegiar interesses, muitas vezes ocultos no processo de ressignificação. Realiza-se, portanto, uma indução do senso comum para garantir interesses específicos. E os capitalistas

dos EUA fizeram isso muito bem, no início do século XX⁴, com a opinião pública, usando técnicas da psicologia social, sociologia e propaganda, de sorte a criar a sociedade de consumo e, depois, orientar a sociedade em certos valores, visando a garantir ganhos políticos.

O estado de Mato Grosso e a região de Vila Bela veriam alteração profunda de suas organizações sociais, após o golpe de Estado de 1964, com repercussão intensa na paisagem, nas culturas e na economia política regional.

Inicia-se um momento que mudaria o paradigma do centro-oeste, promovendo políticas públicas de “colonização”, mesma semântica do período colonial, conforme era chamado esse conjunto de atos governamentais, entendidos como processos, materiais e subjetivos, de recolonização de territórios, perdidos e/ou abandonados pelo enfraquecimento do período imperial português, encerrando-se formalmente com a Independência (1822) e proclamação da República (1889).

Tal processo, de aspectos neocoloniais em seus simbolismos, traz novamente estéticas do que é o bem, o bom e belo, ressignificados, atualizando estratégias de expropriação,

4 O movimento constante de expansão ilimitada dos desejos modernos teve auxílio das teorias psicanalíticas de Freud, que foram utilizadas por seu sobrinho, Edward Bernays, a partir da década de trinta, nos EUA, para criar diversas abordagens e estratégias que misturavam publicidade, marketing e psicologia social. Bernays aliou-se a grandes industriais estadunidenses, aplicando métodos, na sociedade norte-americana, baseados nas teorias de seu tio, com fins de “estimular” os desejos para serem redesenhados e hiperaumentados sem limites, energizando assim a atividade de consumo alienada e vinculando-a ao sentimento de felicidade e bem-estar. Seu sucesso, faz com que entrasse na política para aplicar seus métodos inovadores.

violência e domínio dos sentidos, no universo metafísico, enfatizando etnocentrismos nas subjetividades e nos processos mentais a serem perpetrados continuamente, na sociedade mato-grossense e na cultura que se estava inventando, no Brasil central. Essa cultura tem características nacionalistas e fortalece identidades particulares, sendo chamada por Hoelle (2021) de cultura dos “Caubóis da Floresta Amazônica”, um misto de sertanejo, bandeirante e texano. Incluem-se, nessa identidade, vulnerabilizados migrantes, sem-terra e sem-boi, com apenas a força de trabalho para dispor.

Essa Agropolítica criada, muito aquém de resolver questões existenciais, estabeleceu ordens de poder e códigos de conduta, formando parte da identidade e da coesão social pretendida. E a mudança na relação Humano-Natureza é um de seus aspectos primordiais e em contínua alteração.

Nessa conjuntura, o governo federal, em momento inflexivo, inicia políticas a partir dos anos setenta, com a propaganda “Ocupar para não entregar”, no intuito de apropriar-se do chamado “vazio” amazônico e com objetivo da “Integração Nacional” do país. Obviamente, não levou em conta a existência dos povos originários e comunidades tradicionais, estabelecendo relações de subalternabilidade e invisibilidades desses sujeitos, geralmente vulnerabilizados nos processos, unguídos pelo paradigma ocidental com valores intrínsecos à europeidade, que se colocava em tensão com outras culturas.

Assim, o Mato Grosso e suas diversas regiões, inclusa Vila Bela, recebem contingente grande de colonos migrantes e latifundiários, vindo sobretudo do Sul e Sudeste. Com essa política pública, o governo inaugura o que se denominou “Operação Amazônia”⁵, um complexo de leis e medidas administrativas, almejando promover a definitiva integração da região ao contexto socioeconômico nacional.

Logo, por meio da introdução de uma “cosmopolítica” cultural específica, inicia-se tensão sobre usos da terra, com o “deslocamento” dos remanescentes de quilombolas e povos originários de seus territórios tradicionalmente ocupados, para a implantação da lógica de colonialismo interno, tal qual nos alertou Casanova (2007), impondo subjetividades, ressignificando as cosmovisões, produzindo novas cartografias socioculturais e repercutindo na paisagem seus valores de relação Humano-Natureza.

Entretanto, existem “ruínas” culturais e potencialidades que resistem em meio a escombros e são marcadas por fontes discursivas vivas, nos imaginários e nas manifestações vilabelenses, as quais parecem despreziosas, porém,

5 A “Operação Amazônia” foi um conjunto de medidas, projetos e decretos, implementados pela Ditadura Civil-Militar do golpe de 1964, na Região Norte e Centro-Oeste do Brasil, com a justificativa de minimizar ou eliminar o atraso econômico e “integrar o vazio territorial”.

carregam os signos de Teresa de Benguela⁶ e os seus, do Quilombo Grande ou Quariterê, no “oculto da Floresta”. E as ciências e as artes poderão ser companheiras, nesse processo de conhecimento e saber?

6 Teresa de Benguela foi uma rainha africana trazida a força para o Brasil, e se constituiu como líder do Quilombo Quariterê, em Vila Bela, um dos maiores quilombos do Brasil. Sua história marca visibilidade do papel da mulher negra na história de luta por libertação e identidade. Liderou a resistência por diversos anos contra o governo colonial escravista lusitano e coordenou atividades econômicas, políticas, de produção e de auto defesa do Quilombo, localizado nas florestas na fronteira vilabelense do Mato Grosso com a Bolívia. Na Cartografia Sociocultural será relatada um pouco da sua importância para as rebeliões na região.

AFETO-AÇÕES: CIÊNCIA COMO TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Nesta parte do livro, narrarei em primeira pessoa, descrevendo a construção dos Afetos-Ações com e na cidade de Vila Bela, pessoas que conheci, as culturas que a animam e o convívio com o raro patrimônio arquitetônico-arqueológico-geológico-ecológico existente e não devidamente observado, fato esse infelizmente recorrente em nosso país, o maior em biodiversidade do planeta. Além disso, tive o privilégio de estar com Rayane Mara Batista, companheira imprescindível nessa aventura.

Também, estou ciente, que, ao final, a escrita de um livro, por mais respeitosa e abrangente que seja, ainda reflete o ponto de vista da pessoa escritora, e contém, inevitavelmente, subjetividade na relação com os fenômenos relatados.

Dessa forma, importante trazer a ideia de Afeto-Ação à qual me afilio, enquanto pesquisador inter-agindo, de forma “nômade”, pertencendo ao local e me territorializando transitoriamente, ligando-me a redes afetivas humanas e não humanas, também residentes, indo além da estabelecida

relação dogmática ao qual somos treinados, em grande parte dos sistemas de ensino, onde o conhecimento só pode ser alcançado através das experiências objetivas e por instrumentos de medida e inscrições “técnicas”, tais como conceitos, mapas, registros, decalques etc., ou seja, busca por estabilizações dos fenômenos.

Na opção de residência provisória, houve o estímulo a desenvolver ligações sensíveis, em aberto, para, dessa forma, permitir desejos e dinâmicas de atuações que ficarão marcadas após a partida (assim desejo).

O conceito de Afetos-Ações que cogito, ciente do estatuto privilegiado de homem branco (identificado com mestiçagem da ancestralidade materna) e professor vindo de São Paulo, desenvolve-se durante minha decisão de habitar Vila Bela, e é elaborado conscientemente, com repercussão na escrita, inspirado, por vezes, nas filosofias de Spinoza e de Deleuze⁷, nas quais os autores, cada um a seu modo e em seu contexto histórico, se posicionam contra perspectivas dualísticas entre corpo e alma e defendem a não separação dessas naturezas,

7 Deleuze e Spinoza são autores com certa facilidade em paralelizar. Vale lembrar que, embora façamos leituras concentradas de autores de períodos diferentes que nos legaram suas visões, eles não pertencem a um passado único, a um plano comum e perfeitamente contínuo. Como qualquer ser humano, nossas referências surgem a partir de contextos específicos e isso modela as formas de pensar e se expressar. A leitura que Deleuze fez de Spinoza, assim como a leitura que faço de ambos e a que Spinoza fez de pensadores anteriores a ele, é fruto de sua conjuntura experiencial. Entretanto, a forma de observar, com atenção a integralidade que os dois fizeram dos fenômenos, colaboraram para abertura de caminhos onde estamos hoje: perspectiva complexa de se produzir conhecimento, envolvimento continuado com o debate ético e desenvolvimento do afeto em relação a vida.

integrando-as em uma composição conjuntiva única e de potência existencial.

De acordo com Spinoza (2007), no processo de pensar ética, de forma ampla e estruturada, esses dois sujeitos, corpo e alma, constituem juntos um único sujeito, integral. Não existe corpo sem alma e alma sem corpo, ao contrário do que afirmam outras tradições filosóficas elaboradas em torno da dicotomia Corpo/Alma, tal como defendem as tradições descartiana e platônica, que influenciam as bases dos pressupostos epistêmicos positivistas da Modernidade, materializadas na ideia dualística de mundo humano (antropocentrismo) e natureza (recurso disponível), e a busca pela “pureza” nos processos. Ou seja, não se pretende misturar nem integrar os diferentes, investe-se em desejos pela existência das fronteiras, de limites enquanto inspiradores das relações, como nas diferenciações intensificadas ao longo da modernidade entre Civilizado/Selvagem, Estado- Nação/Comunidades sem Estado, Direito Positivo/Direito Consuetudinário⁸, Homem/Mulher, Branquitude/Não Branquitude, Ciência/Conhecimento vulgar, Humano/Natureza etc.

Na perspectiva de integração, o que for ação para um determinado corpo é igualmente ação ou paixão para o “espírito” daquele corpo. Com isso, a filosofia de Spinoza possui similaridades com as epistemes contemporâneas, porque possibilitam questionar as bases para essa dualidade,

8 Conjunto de normas usadas por determinadas sociedades, grupos ou comunidades, que não pertence a organização do Estado-Nação.

integrando o fundamental, corpo e alma, indicando que as ações fazem parte dessa extensão e estão imbricadas com o agir daquele ente, no mundo.

O atuar no mundo realizado por meio da existência, acessíveis e agenciados segundo um determinado modo de ser do corpo-alma, retoma a questão do ser, questionando seu sentido e desenvolvendo ontologias, ou seja, o estudo do ser enquanto ser partindo do ser e sua presença no mundo. Não se pode definir o ser, e o ser, não se deixa determinar em seu sentido por outra coisa nem como outra coisa. O ser só pode ser determinado a partir do seu sentido como ele mesmo, dinâmico em sua existência plena, concreta. Dessa forma, se concebe especulação filosófica como forma de análise minuciosa da experiência cotidiana em seus múltiplos aspectos: teóricos, práticos, subjetivos, sociais, instintivos, criativos, afetivos e intencionais.

Assim, essa presença do corpo no mundo, é orientada para a solução da condição do ser, elaborando de maneira concreta à cerca do sentido do ser, em sua autonomia, dependência e incomensurabilidade. O ser nunca se manifesta direta ou imediatamente, mas sim como ser de um corpo presente. E aquilo que o faz presente reverbera no mundo. A compreensão do ser está incluída em tudo que se apropria do corpo-alma; porém, o ser não é um corpo-alma. O corpo-alma é um modo de ser e promove suas agências.

E, a ideia, não deixa de ser um modo do pensamento do corpo no mundo, que está em cotidiana dialética. E todo corpo-alma é representado por ideias, que são também modos de se expressar. E, como expressão do pensamento, as ideias são maneiras de pensar, isto é, modo do pensamento. Assim, Spinoza cria a noção de corpo-ideia como sendo tudo o que existe, porque, em sua perspectiva, tudo o que imaginamos, sonhamos, pensamos e sentimos pode se transformar em agir, que vem do campo das ideias, e tudo o que percebemos além, fora de nós, tem uma extensão que é corpo, e esse corpo age.

Os Afetos e Ações – AfetAções – energizam o ente e, conforme reconheço no processo de desenvolvimento do livro, foi importante a escolha de residir, habitar Vila Bela para elaborar as Cartografias, possibilitando ir mais além do que um mero observador em relação-limite com a paisagem observada. Nesse itinerário, paragem nômade metaestável, transpassei fronteiras, porque fui além da pesquisa mais objetiva, transmutando-me em um cidadão vilabelense, com título de eleitor, participação em audiências na câmara de vereadores, conta no comércio e ficha no posto de saúde da cidade. Experienciei ser um observador-cidadão de fronteira, pertencendo infinitamente em determinado espaço-tempo, criando caráter simbólico e material no processo do devir íntegro.

Com efeito, a essência que compõe o ente é como potência, singularizando a essência, fazendo com que a potência seja experiência vivenciada única e, conseqüentemente, tornando-se único cada ser presente na natureza. Assim, nossa essência enquanto potência não

pode ter uma forma, na perspectiva de Spinoza, pois, assim, não haveria identidade de cada ser. O filósofo reflete que nossa essência enquanto potência é uma força, uma intensidade, com relações e experimentações dos corpos, em processos de diferenciação no mundo. É a maneira de participar dos encontros e de estabelecer as relações. Similar ao sistema de conhecimento que conflui⁹, como nos ensina Nego Bispo (2015, p.89-90), e uni diversas epistemes, quando procura integrar a consciência relativa, do mundo material que experienciamos e estamos vinculados, com as consciências diversas, da existência como algo que se perpetua além de nossa presença física, entretanto, com nossa participação representativa influenciando, dependendo, por óbvio, de como nossas ações foram exteriorizadas com suas devidas intensidades.

E como nos comportamos diante desses corpos e encontros é que vai esculpindo e dando plasticidade à nossa identidade. O ser ideia-corpo é constituído por outros corpos que participam da sua composição, e esses corpos são como partículas pequenas que só se distinguem umas das outras, por meio das relações. Nessa linha, Spinoza pensa num plano de composição de corpos existentes, próximo às bases epistemológicas que orientam os estudos moleculares,

9 Uma das ressignificações realizadas por Nego Bispo é o termo “confluência” para falar sobre as dinâmicas sociais de convivência. Essa convergência não se trata de uma simples mistura, mas, sim, de uma forma de realizar um “ajuntamento” onde, mesmo misturados, cada um tem o seu lugar. “Um rio não deixa de ser um rio quando ele conflui com outro rio. Ele continua em sua essência. Essa é a grandeza da confluência”, afirma o pensador.

os sistemas complexos e a inter e transdisciplinaridade, referências para o livro.

Passa a acrescentar uma nova definição de corpo, quando elabora que um corpo se define pela capacidade de ser afetado, e essa disposição é variável, conforme agimos diante desse afeto, podendo ser capaz de alterar o grau de nossas potências de agir e de pensar. E, partindo dessas premissas filosóficas, o afeto passa a ser ligado ao verbo “afetar”, aquilo que me afeta, mobiliza, move a alma (e o corpo que a integra), de diversas maneiras, localizado o afeto afinal, no território das subjetividades.

Na perspectiva de Deleuze (2002), em dialética com a filosofia de Spinoza, o afeto faz parte de uma ordem sensível, oposta à interpretação de que são códigos sob os quais, na realidade, se remetem à narrativa lógica, positivista. A discussão sobre o conceito de afeto não intenciona somente reproduzir um conhecimento filosófico, pois, para Deleuze filosofar é situar-se no pensamento para responder a um novo problema, método geométrico montável que conserva seu sentido e sua extensão. Dessa forma, retomam-se dois termos distintos e com diferentes significados, *affectus* (afeto) e *affectio* (afecções).

Afecção remete a um acontecimento, mudança da substância do ser, do modo, a alteração do estado do corpo afetado e o efeito dos outros modos neste que implica presença do corpo afetante; enquanto afeto se refere à transição de um

estado a outro, levando em conta variação correlativa dos corpos afetantes (DELEUZE, 2002, p. 55-56).

O afeto e a afecção estão interligados, evidentemente. A afecção representa um estado momentâneo do corpo, enquanto o afeto é a passagem de um estado a outro, é uma transição de estados. Estabelecer a diferenciação entre afeto e as afecções é importante, para se entender a relevância que as ciências e seus sujeitos representam para as comunidades, levando-se em conta as intensidades de envolvimento desses “sujeitos simbólicos transfronteiriços” no cotidiano e na intercambialização nas participações sociais: afinal, para que serve a filosofia e as teorias, senão para serem vividas no mundo?

A filosofia consiste sempre em inventar conceitos. Nunca me preocupei com uma superação da metafísica ou uma morte da filosofia. A filosofia tem uma função que permanece perfeitamente atual, criar conceitos. Ninguém pode fazer isso no lugar dela. Certamente, a filosofia sempre teve seus rivais, desde os ‘rivais’ de Platão até o bufão de Zarathustra. Hoje é a informática, a comunicação, a promoção comercial que se apropriam dos termos ‘conceito’ e ‘criativo’, e esses ‘conceituadores’ formam uma raça atrevida que exprime o ato de vender como o supremo pensamento capitalista, o cogito da mercadoria. A filosofia sente-se pequena e só diante de tais poderes, mas, se chegar a morrer será de rir (DELEUZE, 2013, p. 170).

Sob o prisma das cosmopolíticas, a questão do afeto envolve as relações entre cientistas, governantes e culturas, e, tanto o pensamento de Spinoza quanto o de Deleuze, procuram manter vivos e em constante dinâmica o conceito

de afeto e afecção e suas repercussões éticas. Deleuze faz um pensar relacional contemporâneo em Spinoza, imergindo em sua base teórica e compondo-a com recursos intelectuais próprios para contínua tentativa de compreensão da subjetividade, relacionando-a com o estado das coisas no qual estamos situados.

Logo, pautados nessa relação de afeto e ação na residência, o propósito a que me dispus, enquanto observador-cidadão nômade e transfronteiriço, no território de estudo, foi colaborar de forma infinitesimal no sentido de propiciar alguma transformação social, aliando-me aos movimentos existentes, de caráter comum – afinal, sozinhos, somos insignificantes e não se opera mudança de fato; entretanto, comunitariamente, rompem-se limites do espaço/tempo, em consonância com o que propõe Florestan Fernandes (1979) e sua teoria crítica da mudança social, evidenciando em seus textos a chegada violenta do Estado-Nação, através do território brasileiro, em momentos distintos. Isso podemos ver no Mato Grosso e em Vila Bela, com implicações, muitas delas negativas, na vida das pessoas, em especial das várias etnias e comunidades, vulnerabilizadas no transcorrer dos processos históricos, criando assim antagonismos e disparidades, os quais nos tornam um dos países mais injustos – e o estado do Mato Grosso, o maior concentrador de terras, dentre as democracias contemporâneas.

1. HABITAR MATO GROSSO

A relação com o Mato Grosso começa enquanto ativista e estagiário de direito ambiental, em São Paulo. Estudava Direito, estagiava para a SOS Mata Atlântica e para a Seiva Consultoria Ambiental. Tínhamos acesso aos dados de desmatamento, que, na época, não eram amplamente divulgados como hoje em dia. E o Mato Grosso era citado pela sua biodiversidade, pelos povos, pela pesca, pela força do agronegócio e por ter as cidades que mais desmatavam a Amazônia, como ocorreu com Alta Floresta e Querência, no interim da primeira década dos anos dois mil.

Depois, já formado, tive a oportunidade de trabalhar com a pesquisadora, professora e advogada Eldis Camargo ¹⁰, em vários projetos jurídicos ambientais, porém, a experiência emblemática foi trabalhar pela Seiva Consultoria, contratada do Governo de João Alberto Capiberibe, no estado do Amapá, para colaborar na implementação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA).

O PDSA foi um amplo programa de políticas com foco prioritário no desenvolvimento sustentável, fomento econômico conservacionista, demarcação de territórios e participação efetiva nas políticas dos povos originários e comunidades tradicionais do estado. Foi um plano governamental elogiado

10 Mestre em Direito Ambiental pela PUC-SP, Doutora em Recursos Hídricos pela USP e Pós-Doutorado em Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra.

pelos diversos setores sociais, com participação importante do meio acadêmico, em várias áreas do plano e com convênios e financiamentos de organismos internacionais. Amapá foi também o segundo estado, no país, a regulamentar lei de acesso à biodiversidade, depois do estado do Acre, no tempo do Governo de Marina Silva.

A regulamentação da lei de acesso à biodiversidade do Amapá, na qual tive o privilégio de trabalhar, realizou-se por meio de reuniões e audiências com o envolvimento dos povos e comunidades tradicionais, em todo o processo de criação, até a promulgação da lei, tornando-se referência mundial sobre processos inclusivos a respeito do tema “quente” do momento: a biodiversidade.

A incumbência da equipe de que fiz parte era a formação em direito constitucional ambiental de diversos setores (judiciário, forças de segurança, administrativo, movimentos sociais, povos e comunidades), promover estudos e propor o esboço da minuta inicial do decreto regulamentador da Lei nº 388, de 1997, que dispunha sobre os “Instrumentos de Controle do Acesso à Biodiversidade do estado”. Essa política inovadora de tratar as questões socioambientais como centrais e integradas a outras áreas, e incentivar a participação da sociedade, das comunidades tradicionais e povos indígenas, teve grande repercussão nacional e internacional, sendo descrita no livro *Amapá, um Norte para o Brasil*, organizado por Moulin (2000), com a cooperação de cientistas importantes, como Aziz Ab’Saber.

Depois desse envolvimento com o território amazônico, realizei mestrado, pesquisando a participação social nos conselhos que deliberavam sobre a biodiversidade, no Brasil. Logo depois de defender a dissertação, passei em concurso, em 2013, para docente cooperante, fui morar no Timor Leste e trabalhei na Universidade Nacional Timor Lorosa'e, no Programa da Cooperação Internacional entre Governo do Brasil e Governo do Timor, eixo de educação, com o objetivo de colaborar na reconstrução do país impactado pela invasão da Indonésia, em 1975, até sua emancipação parcial, em 1998, e total, em 2001.

Foi no Timor que conheci duas colegas cooperantes de Cáceres – MT, as quais me falaram mais sobre o Mato Grosso. E, após a destituição parlamentar de 2016, que depôs a ex-presidente Dilma Roussef, a cooperação do Brasil com o Timor Leste é encerrada, bem como participações mais intensas do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa¹¹ (CPLP).

Assim que retornei do Timor para São Paulo, na metade de 2016, a ideia de fazer pesquisa na Amazônia mato-grossense começa a ser pensada. Depois de um ano sabático, no fim de 2017, inicio esse caminho com a inscrição no concurso seletivo de docentes para a Universidade

11 A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é uma organização internacional formada por países lusófonos, cujo objetivo é o “[...] aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros”. Fonte: <https://www.cplp.org>.

do estado de Mato Grosso (UNEMAT), Câmpus Pontes e Lacerda, para curso de Direito.

Em março de 2018, sou aprovado e me organizo para mudar, junto com minha companheira, Rayane Mara, parceira dessa deriva. Rayane (natural de Brasília), e eu nos conhecemos em maio de 2017, enquanto viajávamos e trilhávamos pela Reserva da Joatinga, em Paraty, Rio de Janeiro. O amor foi fulminante e depois de poucos meses, em agosto de 2017, já estávamos morando juntos em Aracaju, onde ela morava e trabalhava. Eu, estava em momento sabático, conforme descrito e fiquei dedicado ao amor e aos movimentos de moradia urbana em Aracajú. Já em Pontes e Lacerda em 2018, ambos ficamos interessados em pesquisar a região de Vila Bela e seu território complexo em relação às culturas presentes, o mito de Teresa de Benguela, diversos biomas, história e agronegócio, constituindo um emaranhado socioecológico representativo do Brasil.

Dessa forma, começo a escrita do projeto de Doutorado (que colaborou com esse livro), na metade de 2018, com visitas frequentes a Vila Bela, realizando muitas conversas com seus moradores, sobretudo Sandra, dona do Hotel Cascata (no qual ficávamos hospedados), mestre Misael, maestro da Bloco do Capão e músico da Festa, e Ronaldo Biguá, guia turístico, pescador e ex-morador do Quilombo do Calvário, expulso por fazendeiros, no final da década de setenta.

Ainda em 2018, já como docente, inscrevo-me em seleção interna de docentes da universidade para ser representante da UNEMAT no Conselho Consultivo do Parque Estadual Serra Ricardo Franco, em Vila Bela (ANEXO A), um dos maiores Parques Estaduais do Mato Grosso, com biomas de Amazônia, Cerrado e Pantanaís, em seus limites e entorno, que segmentos do agronegócio tentam extinguir, por meio de projeto de decreto legislativo, desde 2017. Essa experiência enquanto representante da UNEMAT no conselho gerou as análises que realizei na Cartografia Sociocultural, no capítulo 5 do livro.

No fim de 2018, decidimos (Rayane e eu) nos mudarmos definitivamente para Vila Bela; ela, com intenção de dar aula de Geografia e exercer o ecoturismo de trilhas; eu, a fim de realizar pesquisa e produzir cartografias. Na sequência, me inscrevo para Doutorado, no Programa de Estudos de Cultura Contemporânea (ECCO) – UFMT – e no Programa de Mudança Social e Participação Política (PROMUSPP) – USP, do qual desisto posteriormente.

Figura 1 – Aquarela representando Rayane e eu na “Casa Azul”, presenteada por nossa amiga Rafaely Zambianco, “Rafa”, professora de história da rede estadual de ensino em Vila Bela



Fonte: Acervo de Atilio Neto.

Assim, morando desde o início de 2019 em Vila Bela, com o intuito de fazer pesquisas, muitas outras situações inesperadas foram acontecendo, como se “o mar navegasse a canoa, e os canoeiros se deixassem levar, à deriva”.

Como exemplo dessa deriva, pode-se citar o encontro em Chapada dos Guimarães, com o fotógrafo, ecologista e querido amigo (depois do encontro), Mario Friedlander, que nos confiou a responsabilidade de sermos os novos cuidadores da “A Casa Azul”, casario histórico de mais de 300 anos, que nos escolheu (segundo a lenda) e propiciou grande alegria na morada, localizado justamente na rua onde nasce Vila Bela, enquanto capital do Mato Grosso, e que reformamos,

restauramos novamente e ressignificamos, como hospedagem tipo “EcoHostel”, idealizado por Rayane. Depois de pronto, o casario se tornou atrativo na cidade, com muitas pessoas tirando fotos em sua fachada e pedidos de visitas de escolas e de interessados, como podemos ver na foto abaixo. Sequência mais detalhada de fotos do casario ao longo das décadas, está disposto no item 2.4.

Imagem 2 – Visita ao casario “A Casa Azul” por estudantes e professorxs da Escola Estadual Sagrado Coração de Jesus, de Rondonópolis – MT: novembro/2019



Foto: Acervo de Rayane Mara.

No período de nossa chegada, ocorreu também a abertura de concurso da educação municipal em Vila Bela, no início de 2019, depois de muito tempo, para a área de Geografia, no qual minha companheira tem formação e estava

interessada em exercer a docência, e foi aprovada. Dessa forma, inicia-se um conjunto de situações e ações que vai construindo nossa presença na região, tais como: aproximação e envolvimento com grupos e ONGs estaduais com missão ecológica e envolvidas na defesa do parque estadual em Vila Bela; criação de viveiro de mudas arbóreas em nosso quintal, para doação e plantio; aulas voluntárias de KarmaYoga; ativismo cicloviário e participação em reuniões públicas, para fomento do ecoturismo e etnoturismo no município, revelados em imagens no item a seguir.

Em dezembro de 2022, para nossa surpresa e alegria, Rayane Mara, foi convidada pelo prefeito, para ser a Secretária de Turismo de Vila Bela, por conta de seu ativismo ecológico e pelas ações proativas pelo ecoturismo e turismo de base comunitária, função para a qual aceitou o desafio.

Desse modo, aproximo escrita do território onde ela acontece e a experiência intercultural, enquanto material significativo, faz com que essa vivência se transforme conjuntamente e possibilite conexão multissensorial na produção de conhecimento. O que é vivido por nós, durante os processos, mobiliza e viabiliza acesso à transversalidade e ao plano comum, inclusa nesse processo a participação política em temas que transpassam linhas do livro, estabelecendo redes, gerando Afeto-Ações, mais também tensões, por conta dos temas sensíveis a que nos dispomos, como: participação na articulação pela não extinção do Parque Serra Ricardo Franco, em Vila Bela, aprovada em maio de 2022, pelo Projeto

de Decreto Legislativo (PDL) nº 02/2017, o qual pretende sustar os efeitos do Decreto nº 1.796/1997, que cria o Parque Estadual Serra Ricardo Franco (PESRF); participação nas brigadas contra incêndio no Pantanal e em Vila Bela, em setembro de 2020; na organização de demanda frente ao poder executivo municipal para incluir ciclovia e passagem de fauna silvestre na estrada que liga o centro de Vila Bela até atrativos de ecoturismo do Parque; no convite para colaboração de pessoas de Vila Bela em eventos acadêmicos e fóruns da sociedade civil, entre outras atividades cotidianas, expostas em imagens a seguir.

2. IMAGENS DAS AÇÕES E MOVIMENTOS COLETIVOS

Imagem 3– Mobilização contra a Extinção do Parque Estadual Serra Ricardo Franco, em Vila Bela: maio/2022



Fonte: Acervo de Atilio Neto.

Imagem 4 (a-e) – Atuação junto com grupos de brigadistas civis de Vila Bela em conjunto com brigadistas vindos de todo o estado de MT, para atuar no Pantanal e na Chapada dos Guimarães: setembro/2020.

4a



Foto: Acervo de Atilio Neto.

4b



Foto: Acervo de Atilio Neto.

4c



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

4d



Foto: Acervo de Atilio Neto.

4e



Foto: Acervo de Atilio Neto.

Imagem 5 – Campanha de cicloativismo encampada pela Associação de Guias locais (ATCA) para inclusão de ciclovia e passagem de fauna silvestre no asfaltamento da MT-199, em Vila Bela, no entorno do Parque Serra Ricardo Franco, chamada de “Ciclovia Rota das Cachoeiras”: Início em abril/2022



Fonte: Imagem criada por Rayane Mara.

Imagem 6 (a-d) – Aulas de KarmaYoga aos domingos, na beira do Rio Guaporé, em Vila Bela, de forma voluntária, para comunidade: agosto/2019 até o presente

6a



Foto: Acervo de Rayane Mara.

6b



Foto: Acervo de Rayane Mara.

6c



Foto: Acervo de Rayane Mara.

6d



Foto: Acervo de Rayane Mara.

Imagem 7 (a-b) – Viveiro artesanal de produção de mudas nativas no quintal do casario: março/2019 até o presente

7a



Foto: Acervo de Rayane Mara.

7b



Foto: Acervo de Rayane Mara.

Imagem 8 (a-d) – Entrega de mudas nativas, para moradores, do viveiro artesanal do quintal do Casario histórico: março/2019 até o presente

8a



8b



Foto: Acervo de Rayane Mara.

Foto: Acervo de Rayane Mara.

8c



8d



Foto: Acervo de Rayane Mara.

Foto: Acervo de Rayane Mara.

3. COPARTICIPAÇÃO EM EVENTOS ACADÊMICOS JUNTO COM VILABELENCES

Figura 2 – Empoderando Teresas: LABTECC-UFMT, junho/2020



Fonte: Acervo de Atilio Neto.

Figura 3 – 2ª Semana Jurídica UNEMAT, setembro/2021



Fonte: Acervo de Atilio Neto.

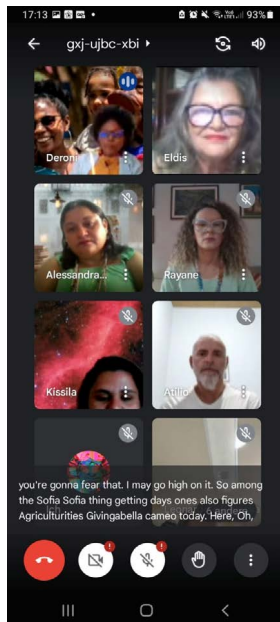
Figura 4 (a-b) – Mulheres e a Água – Região Pantanal: GWA, agosto/2022

4a



Fonte: Acervo de Atilio Neto.

4b



Fonte: Acervo de Atilio Neto.

4. SÉRIE DE FOTOS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO “A CASA AZUL”

A Casa Azul, merece uma atenção especial, pois teve grande importância em nosso habitar Mato Grosso. Além de ser um local de memória e beleza, fazendo-nos sentir morando em um museu, traz a presença ambivalente do sofrimento imposto pela estrutura colonial portuguesa.

Tratamos como uma grande responsabilidade cuidar desse patrimônio, tendo consciência que somos apenas mais um dos cuidadores que tiveram o privilégio de morar em seu interior. Nas imagens a seguir, procuramos transmitir um pouco de sua importância para Vila Bela e para nossas vidas.

Imagem 9 (a-b) – A Casa Azul com a “Afro-Fanfarra” desfilando em Vila Bela

9a



Fonte: Foto de Atilio Neto do acervo do Palácio Capitães Gerais (sem fonte e data).

9b



Fonte: Foto de Atilio Neto do Acervo do Palácio Capitães Gerais (sem fonte e data).

Imagem 10 (a-f) – Primeiro processo de restauro do casario de aproximadamente 300 anos, no início dos anos 2000



Fotos: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 11 (a-b) – Vista do Casario “antes e depois”
da nova reforma, em 2019

11a



Foto: Acervo de Mario Friedlander, março/2018.

11b



Foto: Acervo de Rayane Mara, março/2019.

Imagem 12 – Plantio de mudas de Ipês na calçada do casario:
outubro/2019



Foto: Acervo de Rayane Mara.

Imagem 13 (a-b) – A Casa Azul EcoHostel

13a



Foto: Acervo de Rayane Mara.

13b



Foto: Acervo de Rayane Mara.

Imagem 14 – Casario ressignificado em EcoHostel “A Casa Azul”.
Vila Bela, junho/2022



Foto: Acervo de Tarciso Torres.

VEREDAS TEÓRICAS: COSMOPOLÍTICA, COLONIALIDADE E NATUREZA – REPERCUSSÕES EM MATO GROSSO

Coração cresce de todo lado. Coração vige feito riacho colominhando por entre serras e varjas, matas e campinas. Coração mistura amores. Tudo cabe.

(Guimarães Rosa – *Grande Sertão: Veredas*, 1986, p. 204).

Imagem 15 - Paisagem na região de Betânia,
no rio Guaporé em Vila Bela

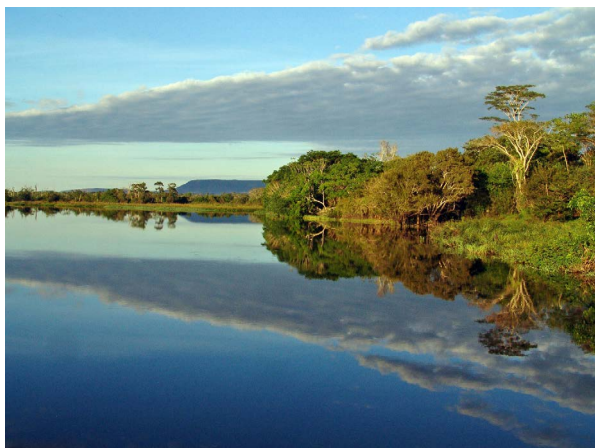


Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Água é o principal símbolo desse nosso habitar. O nascer da terra deve ser azul, vista do espaço. Veredas são territórios em que a aridez descansa, sombreada, fresca, úmida, desejada enquanto recanto transespécies, onde culturas, humanas e não humanas, se socializam e organizam seus mitos de criação, multinaturalista, numa coexistência perene.

No decorrer do capítulo 3, pretende-se emaranhar nas “Veredas Teóricas”, através de conceitos importantes para o livro.

O primeiro conceito é cosmopolítica, refletindo sobre o conhecimento ocidental enquanto sistema hegemônico válido, porém, problemático, no que se refere a ser excludente frente a outros tipos de sistemas políticos. Pensa-se nos desafios que as ciências e o ideal de Estado-Nação têm em estabelecer entendimentos com outras culturas, levando em conta seus vícios estruturais, procurando conjuntamente com essas epistemes, elaborar respostas mobilizadoras em relação às questões angustiantes da contemporaneidade, dentre as quais está a transcendental relação Humano-Natureza.

O segundo conceito é relativo à atenção que merece ser dispensada à influência que o imaginário colonial teve e tem, nas sociedades contemporâneas e na lógica latifundiária de Mato Grosso. Cumpre enfatizar a importância de identificar seus desdobramentos socioculturais, alcances multidimensionais e multissensoriais, resultantes nas atuais relações de poder e com a natureza.

Ao final, integram-se os conceitos desenvolvidos com as tensões socioculturais e socioecológicas existentes no Mato Grosso, a partir de Vila Bela, refletindo como as raízes coloniais continuaram se perpetuando, estabelecendo cosmopolíticas subalternizadoras, prosseguindo com alguns projetos políticos e semânticas, reforçados durante a Ditadura Civil-Militar, no centro-oeste, enquanto representação simbólica cultural e de ressignificação da relação Humano-Natureza.

1. COSMOPOLÍTICAS EM PERSPECTIVA

A constituição do conceito de cosmo + política vem com a noção de pertencimento a uma comunidade universal e teve origem nas filosofias cínica e estoica, influenciando inúmeros pensadores, no decurso dos séculos. Na modernidade, a principal referência foi Kant (1989), o qual, no fim do século XVIII, retomou o cosmopolitismo estoico e o transpôs para o plano jurídico-político, integrando-o em seu sistema filosófico e colaborando para a invenção e aprimoramento do Estado-Nação, enquanto paradigma governamental-social.

A partir de sua visão teleológica da história, Kant elabora sobre a necessidade de um direito e políticas cosmopolitas, fundado no dever de hospitalidade, com a ideia do “direito a ter direitos”. Esse sujeito de direitos, agora em escala global, é exclusividade da humanidade, enquanto sociedade civil e antropocentralizada. Ao Longo da segunda metade do século XX,

sobretudo após a experiência do pós-guerras, vários teóricos e teóricas retomaram as discussões sobre o tema. Todavia, inexistente uma noção única de cosmopolítica e cosmopolitismo, mas se construíram e interagiram diferentes perspectivas.

Reflexões contemporâneas destacam que não se busca um consenso de valores universais, mas a instauração de fundamentos básicos para a dialética e para a resolução de disputas, reconhecendo-se o valor intrínseco da diversidade cultural, por meio da inter e transculturalidade. Posto isso, busca-se promover um diálogo transcultural, adotando-se a interdependência, alteridade e a apreensão de um senso de destino compartilhado, valorizando-se a diversidade em um processo de mediação entre tradições e mundos variados. Tanto a dimensão do fenômeno jurídico quanto a investigação ambiental e sua dimensão estética conduzem à importância da perspectiva cosmopolita.

Exemplo simbólico é representado pelas funções dos sistemas de conhecimento e das artes, domínios que se influenciam pelas construções cosmopolitas/cosmopolíticas. Nos sistemas de conhecimento, por sua pretensão de buscar modelos e sistemas de compreensão dos fenômenos do mundo e sua validade, os quais, por vezes cedem à ambição de serem universais, até que sobrevenham mudança e refutação, emergindo as falibilidades, movimentando paradigmas por modelos mais íntegros.

Quanto às artes, por possibilitar a experiência da intersubjetividade, que rompe fronteiras impostas por limites e parâmetros sensíveis definidos por domínios de mundos sociopolíticos, especialmente mundos impositivos, etnocêntricos, de pretensa dominação sobre os “outros”, e que se querem hegemônicos, como ocorreu na experiência da Modernidade. Assim, as artes tensionam esses limites, questionando o que é dado e consolidado, acessando, para tanto, sensoriais e afetos, almejando operar processos de individuação, no sentido de convidar para elaborar sobre aquilo que foi definido como convenção.

Kant, ao construir teoria cosmopolita do Estado-Nação, defende um ideal que autorizaria (autoridade) uma política universal, através de um projeto em que a finalidade das leis jurídicas, morais e éticas seria destinada a todos e todas. Dessa maneira, o cosmopolitismo idealizado por Kant seria um modo de pensar a universalidade ideal da moral e da ética na política. Diante dessa visão, Branco (2017) conceitua a visão de Kant da seguinte forma:

Sendo também parte de sua teoria moral (prática), Kant entende o cosmopolitismo, a partir de uma compreensão teleológica da história universal, como uma tendência à moralização da sociedade. Kant desenvolve em sua reflexão sobre o cosmopolitismo perspectivas institucionais, jurídicas e políticas que possam assegurar esse processo histórico de moralidade social. O que o cosmopolitismo visa é, enfim, a possibilidade de uma justiça global, lidando diretamente com indivíduos, de modo independente de seu pertencimento a um Estado particular. Essa justiça

se instituiria na possibilidade de criar mediações jurídicas (uma constituição mundial) para a relação entre Estados, do mesmo modo como o Contrato Social criou mediações legais entre os indivíduos no interior de cada Estado. [...] A ideia de uma constituição nacional deve se completar por uma Federação mundial regida por uma constituição cosmopolita. O que significa dizer que, do ponto de vista da história, o projeto da constituição de Estados não se esgota em si mesmo, mas caminha para seu desdobramento internacional, no cosmopolitismo. É precisamente neste ponto que cosmopolitismo e história se conectam (BRANCO, 2017, p. 188-189).

Com base no ideal de Kant, uma sociedade cosmopolita, para ser construída, implica o encontro de proposições objetivas, estabelecendo tratado no sentido da utopia da “paz perpétua”, com a criação de uma federação dos povos vinculada ao modelo do republicanismo do Estado-Nação e da institucionalização em escala mundial, de uma lei cosmopolita, criando uma ordem internacional centralizada. Dessa maneira, todos os elementos da hipótese de Kant foram idealizados por meio de uma paz cosmopolita que alcance a todos, no mundo, detalhada em seu ensaio rumo à desejada paz das nações e dos povos.

Para Habermas (2002), o ideal cosmopolítico está ligado, de certa forma, ao pensamento de Kant, destacando-se que Habermas não nega a necessidade de limitar a soberania de Estado em um panorama pós-nacional, mas que ocorra reconhecimento sobre certo fracasso do modelo Estado-Nação e, a partir de então, possa se iniciar solidariedade coesa entre pessoas e culturas distintas, as quais se identificam

como integrantes de um comunidade estatal, fomentada por uma integração social abstrata que se formate com base em uma comunidade nacional. Por meio dessa premissa, é possível afirmar que Kant não deu a devida importância ao modelo nacionalista, o qual apresentou uma força intensa, no decorrer do século XX e início do XXI, gerando sentimento de patriotismo, ressignificando o etnocentrismo, o pertencimento e a consciência nacional em relação à unidade cultural e à política hegemônica partilhada.

Habermas, diferentemente de Kant, volta-se para a aprendizagem e a formação de instâncias pós-nacionais que possuam mesma equivalência, quando se refere aos Estados Nacionais, onde, na sua perspectiva, deve haver mediação, em vez da alteração para transnacional do poder nacional, constituindo uma dialética entre o nacional e o transnacional, em tensão contínua, vista como salutar para aprimoramento. Tal modelo pode ser observado, em parte, na União Europeia e nos acordos transnacionais que ganham *status* como se fossem constituições universais. Exemplo disso são os Direitos Humanos, em constante dinâmica de seus alcances.

Em relação ao pensamento de Habermas, outro ponto em que também se distingue do pensamento de Kant, está relacionado à constituição nacional cosmopolita: Kant fundava-se em parâmetros comuns desse ideal, enquanto Habermas destinava seus ideais à formação de uma democracia cosmopolita, capaz de garantir aplicação profunda dos direitos humanos e autodeterminação das culturas.

Assim, de alguma forma, Habermas mantém na base de sua teoria do cosmopolitismo a ideia de paz universal kantiana. E propõe a construção de argumentos em defesa de uma democracia ocidental cosmopolita, que possui como possibilidade representada no aperfeiçoamento das instituições transnacionais, tal como Kant, em termos gerais, como é o caso da ONU e do Tribunal de Haia, para formação de uma cidadania e esfera pública mundial, em especial, e diferenciando-se por meio da objetiva proteção aos Direitos Humanos, a partir do modelo de Estado Democrático de Direito juridicamente organizado (DURÃO, 2016).

Quando o assunto é o cosmopolitismo, outro autor que participa desse debate é Ulrich Beck (2011). Ele produz estudos que têm como núcleo principal a compreensão da realidade social em relação aos tempos de incertezas e riscos, decorrentes da configuração da sociedade contemporânea. Assim, o autor destina seu esforço à necessidade de re-conceitualização das categorias sociais, como transnacionalização, globalismo e cosmopolitismo, envolvendo mais sujeitos e culturas nos debates, visando a ampliar perspectivas além da autoridade política formal.

Apresenta também uma visão crítica em relação à ideia de uma sociedade cosmopolita pautada no essencialismo, na fraternidade positivista, idealizada, planejada. Não era simpático aos ideais cosmopolitas de Kant. Beck pensa no ideal de um cosmopolitismo relacional e banal, no qual a interdependência do mundo é moldada e incorporada ao cotidiano e junto com

as culturas. Todavia, mesmo que Beck trace um conceito de cosmopolitismo diferente do defendido por Kant, ambas as visões se aproximam, devido ao ideal de incluir formulação jurídico-normativa em escala mundial, para garantia de direitos humanos. É uma espécie de princípios jurídicos co-construído com os “outros”, prevendo, de certa forma, que esses outros serão agenciados para participar dessa co-construção.

A perspectiva que mais faz sentido para as análises aqui desenvolvidas, é a elaborada por Isabelle Stengers (2005, 2010, 2018). Pensar cosmopolítica, para ela, vai além do paradigma de Estado-Nação e de essencialismos. Questiona proposições e questões relativas à autoridade e generalidades que se agenciam em torno da noção de “teoria”. Considera a construção de um tipo de proposição cosmopolítica não destinada aos generalistas modernos. Em sua perspectiva, o conceito adquire sentido nas situações concretas, onde trabalham os praticantes e sem autoridade central. A fim de desenvolver a participação dos praticantes, defende que seja encarado como um problema político, não cosmopolítico. O agenciamento é importante para estabelecer organizações indiferentes às pretensões dos teóricos generalizantes, os quais tendem a definir aqueles como executantes, encarregados de “aplicar” uma teoria ou de capturar sua prática como ilustração de uma teoria.

Sublinha a dificuldade de distinção e do caráter inseparável das proposições políticas e cosmopolíticas, pois, de modo similar, se tornam pertinentes as proposições para o que chamamos de “ecologia política”, com a entrada

na política das questões de saberes ditos positivos ou das práticas ligadas às “coisas”. Dessa maneira, a proposição cosmopolítica não tem estritamente sentido algum, na maioria das situações concretas dos dias de hoje, mas ela se propõe acompanhar aqueles e aquelas que já realizaram movimento político associado à ecologia política e que aprenderam a rir, não das teorias, mas da autoridade a elas associada.

Pensar cosmopolítica, para Stengers, chega em momento de inquietude, angústia e necessidade de desacelerar, para a humanidade não continuar a correr riscos com reproduções, ação essa recorrente na tradição à qual pertence:

[...] transformar em chave universal neutra, isto é, válida para todos, um tipo de prática da qual nós somos particularmente orgulhosos. Eu tinha dedicado uma boa quantidade de páginas a ‘colocar as ciências na política’, o que não significa dissolvê-las sob o modo do ‘isso não é senão uma política disfarçada’, mas, ao contrário, conferir ao que entendemos por política uma significação abstrata o bastante para acolher, a título de concretização particular, as práticas científicas. As ciências ditas modernas seriam uma maneira de responder à questão política por excelência: quem pode falar de que, fazer-se o porta-voz de que, representar o quê? Mas eu corria o risco de fazer dessa questão política uma chave para a questão que eu tinha nomeado de ‘ecologia das práticas’, invenção das maneiras que poderiam ensinar a fazer coexistir práticas diferentes, respondendo a obrigações divergentes. Eu corria o risco de esquecer que a categoria de política com a qual eu trabalhava faz parte de nossa tradição, é emprestada das fontes de invenção própria a essa tradição. É aqui que a proposição corre o risco do mal-entendido, pois o atrativo kantiano pode induzir à ideia de que se

trata de uma política visando a fazer existir um ‘cosmos’, um ‘bom mundo comum’. Ora, trata-se justamente de desacelerar a construção desse mundo comum, de criar um espaço de hesitação a respeito daquilo que fazemos quando dizemos ‘bom’. Quando se trata do mundo, das questões, ameaças e problemas cujas repercussões se apresentam como planetárias, são os ‘nossos’ saberes, os fatos produzidos pelos ‘nossos’ equipamentos técnicos, mas igualmente os julgamentos associados a ‘nossas’ práticas que estão na linha de frente. A boa vontade, o ‘respeito pelos outros’ não são suficientes para apagar essa diferença, e negá-la em nome de uma ‘igualdade de direito’ de todos os povos da terra não impedirá, posteriormente, de condenar a cegueira fanática ou o egoísmo daqueles que se negariam a admitir que não podem se esquivar das ‘questões planetárias’ (STENGERS, 2018, p. 4-5).

Para a autora, Latour colabora, quando segue uma pista complementar e diferente, desviando-se da antropologia, no seu sentido convencional, que tem o humano como categoria central, rumo à questão dos “regimes de enunciação”. Segundo Latour, esses regimes se distinguem das instituições históricas e de suas pretensões autojustificativas gerais, de acordo com uma relação que não é do tipo “transcendental”, porém, de condições e possibilidades empíricas no sentido do desdobramento aventureiro da maneira como cada regime perturba, de modo específico, com as distribuições do “bom senso” moderno entre o sujeito (que age, julga, conhece, crê etc.) e seus objetos passivos (elaborados, julgados, conhecidos, imaginados etc.).

O regime de enunciação não permite julgar as instituições que correspondem a ele, não é o ideal ao qual algumas instituições se aproximariam mais que outras; Latour propõe aproximá-las de acordo com um ângulo que coloca em cena sua irredutibilidade a todas as “razões gerais”, culturais, simbólicas ou sociais. Consideradas por esse ângulo, elas devem todas aparecer de forma “surpreendente”, de maneira tal que nós deixaríamos de nos surpreender com o fato de que “os outros” tenham se validado de instituições tão diferentes. Trata-se, por conseguinte, de os modernos e sua tradição se desenraizarem de si mesmos para que “os outros” deixem de ser exóticos aos seus olhos.

Na visão de Stengers, tal abordagem deveria se descolar radicalmente do regime de enunciação política das práticas, instituições, ideais, controvérsias associadas ao político, de sorte que, assim, a tradição moderna deixe de se apresentar como inventora “do político”, e sem, no entanto, chegar à conclusão de que outros povos “faziam política sem saber”. Essa empreitada, afirma a pensadora, é delicada e arriscada, devendo ser concebida como distinta da proposição cosmopolítica, no entanto, as duas estão unidas por uma relação entre provação recíproca, visto que compartilham uma preocupação comum: sair de maneira não trivial (num tempo após a modernidade) das narrativas do progresso que conduzem até o “nós” contemporâneo. O cosmos deve, portanto, ser distinguido de todo cosmos particular, ou de todo mundo particular, tal como pode pensar uma tradição particular. Ele não designa um projeto

que visaria a englobá-los todos, pois se tornou disfuncional a ideia de designar um englobante para aqueles que se recusam a ser englobados por qualquer outra coisa:

O cosmos, tal qual ele figura nesse termo, cosmopolítico, designa o desconhecido que constitui esses mundos múltiplos, divergentes, interações das quais eles poderiam se tornar capazes, contra a tentação de uma paz que se pretenderia final, ecumênica, no sentido de que uma transcendência teria o poder de requerer daquele que é divergente que se reconheça como uma expressão apenas particular do que constitui o ponto de convergência de todos. Poderíamos dizer que o cosmos é um operador de colocação em, sob a condição de dissociar radicalmente entre colocação em igualdade e colocação em equivalência, que implica uma medida comum, implicando a intercambialidade de posições. Pois dessa igualdade não se desdobra nenhum e, portanto, mas, bem ao contrário, o põe em suspensão. Operar, aqui, é criar uma colocação em inquietude das vozes políticas, um sentimento de que elas não definem aquilo que discutem; que a arena política está povoada pelas sombras do que não tem, não pode ter ou não quer ter voz política: sentimento este que a boa vontade política poderia tão facilmente obliterar no momento em que uma resposta não puder ser dada à exigência ‘exprima-se, explicita suas objeções, suas proposições, sua relação como mundo comum que nós construímos’ (STENGERS, 2018, p. 5-6).

Agenciar o conjunto de maneira tal que o pensamento coletivo se construa “em presença” da questão insistente que “eles” fazem existir. Dar a essa insistência um nome, cosmos, inventar a forma mediante a qual a “política”, que é a assinatura moderna, poderia fazer existir seu “duplo cósmico”,

nas repercussões do que vai ser decidido. É disso que se construirão as razões legítimas, sobre isso que permanece surda a essa legitimidade. E a necessidade de “decidir”, quanto à legitimidade de uma experimentação, teria então, por correlato, a invenção de restrições destinadas ativamente a essas manobras de proteção, forçando os pesquisadores implicados a se expor, a decidir “em presença”, “com”, daquilo que será eventualmente vítima de sua decisão.

A proposta cosmopolítica vai no sentido de uma “autorregulação”, mas com interesse em colocar em jogo a questão do “auto”, de dar a sua plena significação ao desconhecido da questão. O que decidiria o pesquisador, “por ele mesmo”, se esse “ele mesmo” estivesse ativamente despojado daquilo que as decisões atuais parecem ter necessidade? Não se trata, portanto, de um programa para um outro mundo, de um afrontamento entre razões, mas de um diagnóstico quanto ao modo de estabilidade “etoecológica” deste mundo compartilhado. Também não se trata de criticar, nem de afirmar o preenchimento de uma “falta”, mas de insistir explicitamente nas incertezas que nos cercam, sobretudo a respeito da relação Humano-Natureza constituída e da ideia de antropoceno. Para tanto, fomentar a cultura ativa da incerteza e tratar de complicar ainda mais a situação, insistindo no fato de que vivemos em um mundo perigoso e de levar em conta explicitamente esses perigos.

A ecologia política, enquanto produção pública, coletiva, de saberes em torno de situações que nenhum sistema de

conhecimento específico, etnogênico, pode ser suficiente para definir e requerer a presença legítima ativa, objetora e propositiva, de todos e todas implicados. A autora evoca mais uma vez proposição de Latour, quando ele diz tratar-se de fazer com que a situação escape das razões autorizadas pelos *matters of fact* (“questões de fato”), como também dos valores dedutíveis de um “interesse geral” que enseja a arbitragem. A situação deve ser produzida como *matter of concern* (“motivo de preocupação”), ou seja, deve agrupar em torno de si aqueles que estão “implicados” (STENGERS, 2018, p. 10).

Há caminhos para se organizar fóruns, estruturas abertas nas quais todos os poderes de objetar e de propor políticas das ecologias possam ser acolhidos. Entretanto, aponta que atualmente, nas condições paradigmáticas, os dados estão viciados e as forças são desiguais:

Por exemplo, as modificações que afetarão uma proposição sustentada por uma *expertise* que se beneficia de meios desmedidos em relação aos outros podem apenas ser cosméticas. Esse desafio é político, e nós podemos apenas entrever o alcance. Trata-se de suscitar um ‘ambiente’ recalcitrante a tais generalizações fatalistas: não há lugar para estar ‘decepcionado’, como se vivêssemos em um mundo onde as boas intenções proclamadas pudessem ser tidas por confiáveis, mas há lugar para aprender a descrever com precisão a maneira como as histórias que nós podíamos ter pensando como sendo promissoras acabam por se voltar ao fracasso, à contrafação ou à perversão: em outras palavras, construir uma experiência e uma ‘memória ativas’, compartilháveis, criadoras de exigências políticas (STENGERS, 2018, p.10).

Dessa forma, pesquisadores interessados devem assumir riscos de construir seus saberes de um modo que os torne “politicamente ativos”, engajados na experimentação do que pode fazer a diferença. Stengers lembra, que não existiria ciência experimental, se os pesquisadores no laboratório não estivessem apaixonadamente interessados pela diferença entre aquilo que “funciona”, que cria uma relação pertinente, que produz um saber que importa, e uma observação metodologicamente ampla, mas que não é suscetível de criar qualquer diferença, qualquer consequência para a vida cotidiana.

Em nosso mundo perigoso, incerto, o sentido emergente da proposição cosmopolítica é o de complicar explicitamente a ideia de ecologia política, de maneira que ela se torne inassimilável pelas partes interessadas (*stakeholders*), que elas não possuam mais os meios de reconhecê-la, nem de enquadrá-la na sua oposição. Deve possibilitar a livre composição de interesses e a intrusão indesejada de uma transcendência, estado, plano, em nome de um conhecimento que não pertence a ninguém, sobretudo ao “mercado”, para que, assim, a ideia de cosmos nos proteja de uma versão “empreendedorista” da política, acolhendo apenas os interesses definidos de um cosmos que se comunica diretamente com uma oposição aos artifícios, hesitações, divergências desmedidas, conflitos associados às desordens humanas. Pensar o que emerge é resistir tanto à composição mecânica de forças indiferentes quanto à composição harmônica do que apenas encontra a sua verdade no fazer corpo.

As matrizes do fundamento moderno constituem um estranho modelo para exercer o real político. Mas esse sentimento de estranheza traduz nossa ideia de que a “boa” política deveria encarnar uma forma de emancipação universal. Em perspectiva simplista, bastaria remover a alienação que separava os humanos da sua liberdade e teríamos qualquer coisa parecida com uma democracia e uma paz mais ou menos estável.

A ecologia política propõe que não existe conhecimento que seja ao mesmo tempo pertinente e separado: não é de uma “definição objetiva”, de um vírus ou de uma inundação que podemos ter necessidade, mas daquelas cujas práticas foram engajadas de modos múltiplos “com” esse vírus ou “com” esse rio. Logo, cabe à perspectiva cosmopolítica colocar a questão da eficácia, que poderia estar associada ao “não existe” da ecologia política, e de conceber a cena política a partir dessa questão:

Como o processo de emergência da decisão política pode, ao mesmo tempo, ser ativamente protegido da ficção segundo a qual ‘os seres humanos de boa vontade decidem em nome do interesse geral’, e ativado pela obrigação de colocar o problema associado ao vírus ou ao rio ‘em presença’ daquele que, do contrário, correria o risco de ser desqualificado como ‘interesse egoísta’, nada tendo a propor e criando um obstáculo à ‘conta comum’ em formação? (STENGERS, 2018, p. 18).

Para Stengers, a arte do químico possui aspecto que pode nos guiar, pois é uma arte da heterogeneidade, da colocação em

presença de corpos enquanto heterógenos. Esse aspecto pode ser referenciado nos discursos. O artifício que constitui o papel a ser sustentado faz existir o heterogêneo contra a tão poderosa tentação de tomadas de posição em nome do que autoriza a conta comum (interesse geral, racionalidade, progresso, ideal etc.). Há uma eficácia própria ao papel, a qual, segundo a autora, os artistas comediantes conhecem bem: o papel não é apenas sustentado, ele “sustenta” aquele que o endossa.

E como distribuir os papéis e, ao mesmo tempo, evitar estereótipos nos vários mundos culturais? Nos termos da ecologia política, os papéis orbitam em torno de cada problema que os sujeitos devem determinar, distinguindo entre a figura do *expert* e a do diplomata:

O *expert* é aquele cuja prática não é ameaçada pelo problema discutido, e seu papel exigirá dele que se apresente, e apresente aquilo que sabe, de um modo que não prejulgue a maneira como esse conhecimento será levado em conta. Um tal constrangimento faz provação, pois ele se opõe ativamente ao conjunto das retóricas que ligam um conhecimento às pretensões que costumam curto-circuitar o político com temas tais como definição objetiva do problema, abordagem racional, progresso etc. É o conhecimento no sentido de que ele se propõe como pertinentes suscetível de se integrar a outros conhecimentos, de ter necessidade de outros conhecimentos para encontrar uma significação em relação ao problema posto, que é acolhido; e toda pretensão de lhe atribuir uma autoridade, de apresentá-lo como aquilo cuja decisão deveria poder ser deduzida, será ‘notada’: o *expert* ‘saindo do seu papel’ suscitará dúvidas quanto à confiabilidade da sua contribuição (STENGERS, 2018, 19-20).

A aposta de uma etoecologia passa por preparar os *experts* para aceitarem constrangimentos, pois múltiplas formas de decisões devem integrar o seu saber – e isso não será colocado em questão. Em contrapartida, o diplomata está lá para enunciar as vozes daqueles cuja prática, modo de existência e o que comumente se denominou de identidade, se encontrem ameaçados por uma decisão moderna.

A diplomacia age usualmente entre a guerra provável e a paz possível, e tem o grande interesse em definir os potenciais beligerantes segundo o modo pensado da igualdade. O papel dos diplomatas seria o de suspender a alienação produzida pela referência ao progresso, um tipo de desenvolvimento ou a ideia reproduzida de interesse geral, para dar voz àqueles que se definem como ameaçados, de sorte a fazer hesitar os *experts*, pressionando-os a pensar na possibilidade de que as suas decisões sejam um ato de guerra.

Para a referência jurídico-político do Estado-Nação, paz se faz coletivamente. E, para que a diplomacia seja eficiente, é preciso que aqueles que representam os diplomatas admitam a possibilidade de alguma paz e se definam, portanto, como capazes de participar de sua invenção:

Essa condição implica uma capacidade de ‘consulta’ no ‘retorno dos diplomatas’. Volta-se a lidar com uma aposta ‘eto-ecológica’, que corresponde ao risco de ‘dar uma chance à paz’. Um povo seja solenemente consultado nos termos que colocam sua identidade em causa, ou que um invisível seja consultado, nos dois casos o oikos próprio à consulta coloca em suspenso

os hábitos que nos fazem pensar que sabemos aquilo que sabemos e quem somos, que detemos o sentido daquilo que nos faz existir. A identidade, então, não é um obstáculo, mas uma condição do exercício diplomático, ao menos a identidade ‘civilizada’, que sabe como consultar, como criar o momento da interrogação acerca daquilo que a sustenta (interrogação não reflexiva no sentido de que não refletimos ‘sobre’, mas ‘interrogamos’ o que faz sustentar junto, o que obriga, o que importa à prova da modificação proposta).

Que os diplomatas não possam representar senão aqueles que sabem como consultar é o correlato tanto da definição do exercício diplomático como supondo a igualdade das partes quanto da necessidade de diferenciar experts e diplomatas a propósito de cada situação problemática. Não há diferença de natureza entre os que delegam experts e os que enviam diplomatas, mas sim uma diferença em relação à situação.

A entrada em cena da diplomacia insulta aqueles que não querem se definir como ‘iguais’, pois essa definição mascararia o fato de que eles estão em uma situação de fraqueza e condenados a se ‘submeter’. As vítimas precisam de ‘testemunhas’ capazes de fazer existir sua presença, aquelas cujo mundo poderia bascular. Talvez esse seja um papel que conviria muito especificamente àqueles que comumente se nomeiam ‘artistas’, pois se trata de fazer passar alguma coisa que não é da ordem de uma posição, de dar sua dignidade e sua importância àquilo que pertence antes à ‘sensação’ (STENGERS, 2018, p. 21).

Assim, a igualdade não significa que todos possuem igualmente o mesmo direito de voz, mas que todos devem estar presentes de um modo que confira à decisão o seu grau máximo de dificuldade, proibindo atalhos, simplificações

e generalização de valores. O cosmos da proposição cosmopolítica não possui representante, ninguém fala em seu nome e ele não pode ser feito objeto de nenhum procedimento de consulta. Enfim, trata-se de abrir a possibilidade não daquilo que há de mais importante, a juízo de valores etnocêntricos exacerbados, mas com desaceleração, incorporação de ritmos, sem a qual não pode haver criação e poderia ser apresentada por todos e igualmente aceitável por todos.

Stengers desestabiliza a modernidade e coloca em questão sua confiabilidade em nome da coletividade. Sobretudo, na atenção à necessidade de criação de um senso comum cosmopolítico, um espírito de reconhecimento da alteridade do outro capaz de apreender as tradições étnicas em tensão, nacionais e religiosas, e de fazer com que elas se beneficiem de suas trocas mútuas. Isso se faria em relação à necessidade da criação de um “bom mundo comum”, onde cada um estaria apto e pronto para ver “com os olhos do outro” aquilo que deve ser aceito por todos. Não mais em um interesse geral sempre discutível, contudo, em um argumento que constitui a urgência por excelência, a sobrevida da própria humanidade.

Por fim, cosmopolítica, no sentido que Stengers lhe atribui, não se confunde com o cosmopolitismo kantiano (apesar da similar origem semântica), construído enquanto paradigma social de “paz eternizada”, na qual todos poderiam considerar a si mesmos como membros de pleno direito da sociedade civil mundial, inseridos nos parâmetros de Estado-Nação e pautados

pelos “Direitos do Homem e dos Cidadãos”, conforme analisa Vieira (2019). Quando adiciona cosmos à política, Stengers não se refere a “mundo” como esse projeto de um bem universal com respeito ao qual tudo encontraria seu sentido, uma “paz pretendida como final, ecumênica”, em cujo nome se pretenderia “englobar aqueles que recusam ser englobados”. Cosmos, para ela, se refere antes aos sentidos que emergem das relações entre mundos distintos, irreduzíveis e incomensuráveis, embora conectados e em mútua afetação. Isto é, ao “desconhecido” constituído por “[...] mundos múltiplos, divergentes, e às articulações das quais eles poderiam eventualmente ser capazes” (STENGERS, 2005, p. 995).

Não cogita imposição ideal de um mundo único regido desde seus fundamentos por aquilo que ele deveria ser, todavia, de mundos diversamente existentes, interligados por meio de relações políticas cujos efeitos eles vivenciam de maneiras distintas e desiguais. Cosmos, em cosmopolítica, para ela, é essa dissensão de mundos que torna mais complexa e tensa a política e suas decisões, ao impregná-la com a sensação de que é “[...] povoada com sombras daquilo que não tem uma voz política, não pode ter ou não quer ter uma”

Sem negar esse mundo com base em promessas transcendentais, nem menosprezá-lo em favor de um ideal, a política pode assim abrir-se a considerar esse mundo com outras questões, propondo “[...] uma interpretação que indique como poderia ter lugar uma transformação que não deixe ninguém sem ser afetado”, uma interpretação que leve

em conta os múltiplos mundos, em sua divergência, segundo um ponto de vista *a priori* que uma proposta, cujo sentido emerge em situações concretas onde operam praticantes, produzindo interstícios que nos abrem oportunidades “[...] de despertar uma consciência levemente diferente dos problemas e situações a nos mobilizar”.

2. COLONIALIDADE REVERSA: CIÊNCIA E ORDEM JURÍDICA INTERNACIONAL

Emerge na sociedade ocidental, desde o final do século XVIII, um modelo de pensar o conhecimento e interpretar os fenômenos que ambientam parte dos sujeitos europeus. Esse novo modelo, influenciado pelo Secularismo, procura romper com a religião e a religiosidade, para assim “edificar-se” a partir da Ciência, desenvolvendo-se *a posteriori* sob domínio das ciências naturais, repercutindo nas sociedades no decurso dos séculos seguintes, sob relação de superioridade e hierarquias frente a outras formas de conhecimentos e epistemes, tais como as ciências humanas, vistas como insígnia subalterna, devido à subjetividade que permeava a relação entre sujeito e objeto; e sobre a filosofia, tida como elaborações metafísicas sem muita praticidade para as recém-estabelecidas matrizes Iluministas do Estado-Nação e Positivismo Científico e os positivismos por “ramos” do conhecimento descartiano (positivismo nas ciências naturais, positivismo jurídico,

positivismo sociológico, positivismo histórico etc.), fundadores dos conhecimentos disciplinares válidos na construção cosmológica da Modernidade.

E, fora desse circuito, as práticas ou “crenças” (a depender da perspectiva) de outros povos e civilizações não ocidentais orbitam como meros informantes desse sistema de conhecimento “válido” que vai estabelecendo sua primazia em detrimento das múltiplas culturas epistêmicas, conforme nos alertou Said (1990) e seus estudos filológicos na relação simbólica do Ocidente com o que se convencionou chamar “Oriente” ou os “outros”, de feições recorrentemente subalternas e “animalizadas”.

Ora, trazendo a questão de gênero, a subalterna do subalterno colonial poderá falar e ter lugar de participação nesse arranjo sociocultural potencializado pelo patriarcado do colonialismo? Conforme reflexão de Spivak (2010), não. Especialmente no caso das mulheres em países colonizados pela segunda grande onda colonial, impulsionada pela Conferência de Berlim, em 1885, onde países da Europa Ocidental estavam em tensão pelo sonho do território ultramar próprio, desencadeado pela disputa entre Portugal e Inglaterra em relação à faixa leste-oeste do continente africano.

A finalidade era dividir terras entre as metrópoles, assim como ocorreu em parte das regiões da Ásia, para, dessa forma, organizar um tipo de contrato social neocolonial direcionado a resolver qual seria a “fração” de cada Estado-Nação, afinal,

a experiência colonial ibérica do século XVI tinha resultado em bons rendimentos, no que se refere à exploração de riquezas naturais e corpos, domínio de territórios, ampliação de mercados e dividendos econômicos e políticos.

Com a contribuição do imaginário da Ciência e seu sistema de conhecimento, base fundacional para o sucesso do projeto de consolidação do Estado-Nação, vão se constituindo hegemonias socioculturais, a partir da denominada Modernidade, estabelecendo gradativamente confianças (ou crenças!?), no mundo ocidental e ocidentalizado. Nesse contexto, as ciências naturais e exatas, e, posteriormente, desde o final do século XIX, as ciências humanas e sociais (ênfase na ciência jurídica, política e econômica, estritamente liberal), são aptas a buscar alternativas e propor soluções, nos momentos de crise que se apresentam, evocando para isso suas leis universais abstratas e conceituais, elaboradas e aprimoradas junto com o desenvolver da industrialização, do capitalismo e do individualismo. Esse último funciona como célula existencial do porquê da “invenção” do Estado de Direito (versão aprimorada do Estado-Nação), afastando-se de referências mais comunitárias e de experiências de outros povos.

As proposições kantianas e suas metafísicas colocam o sujeito e seu processo de individuação (SIMONDON, 2015), como fim último objetivado pela indução sócio-organizacional promovida pelo Estado recém-formado e pós-revolucionário setecentista, com as máximas jurídico-políticas de Republicanismo, Liberdade e Igualdade. Para se realizar,

diversos teóricos participam interativamente dessa construção, produzindo teorias que eram utilizadas quase de imediato por essa organização.

Obviamente, no caso da Revolução Haitiana, esse ideário não foi exercido, e mais, foi invisibilizado, afinal, uma república de negros e negras, com intelectuais, liberais e população da afrodiáspora forçada livres não poderiam emergir, mesmo ocorrendo no período próximo à Revolução Norte-Americana e Francesa, e influenciada por elas. Isso se deve ao fato evidente de que a modernidade era atrelada à europeidade e com um tipo de ideal supremacista. Dessa maneira, a hierarquia racial e cultural é fundante na construção do Estado-Nação e é orientada pela dinâmica de desenvolvimento das ciências. Sem novidade, nessa conclusão.

Recusar a “cosmopolítica” ideal, universal, moderna da europeidade, como recusou a experiência revolucionária do Haiti, as diversas rebeliões da América Latina, da África e da Ásia, era como um “sacrilégio”, sobretudo pela forma como estava ocorrendo o processo emancipatório de criação do Estado-Nação do Haiti, primeiro a negar a europeidade enquanto primazia, conforme análise de Escobar (2003, p. 61). Ainda mais pela subalternidade sociocultural que se criou com a diferenciação de “raças humanas”, no decurso do processo paradigmático colonial/imperial, com auxílio posterior do científico, determinante para a continuidade da escravização de pessoas, em pleno século XIX (e quase até o século XX no

Brasil), para ser possível o sucesso do projeto de consolidação do Estado-Nação.

Hegel (2017) colabora com os modernos, em diversos sentidos, porém, para a presente construção argumentativa, interessa a universalização teórica proposta por ele, na elaboração da forma organizacional, a partir e tão somente da experiência europeia na criação do Estado de Direito, alicerçado pela Ciência como a forma “cosmopolítica” evolucionária última, tipo um “Fim da História” para organizações sociais, e representatividade máxima da “raça” humana a ser implementada em todo o território global, portanto, por todas as civilizações, povos com suas experiências acumuladas.

Desse modo, mais uma vez, evoca-se Kant (1989), pelos teóricos e pelos políticos, para estabelecer referências, agora nas relações de poder em uma constituída ordem internacional entre os Estados-Nações, na busca de uma “paz perpétua”, domesticando, docilizando e impondo a força coercitiva Estatal aos indivíduos pertencentes a mundos e ritmos distintos, afirmando-se como único tipo de organização de vida social e territorial vista com disposição nessa nova ordem global de subjetividades.

Em consonância, a confiabilidade cultural ocidental construída, ou inventada, parte do princípio de que toda cultura inventa suas referências e suas formas de estar/agir no mundo, influenciadas pelas experiências históricas vivenciadas e com características muito singulares. Em face desse entendimento

e de suas premissas, as chamadas “culturas ocidentais” tem razão para defesa de sua lógica, já que o paradigma político-científico trouxe muitas respostas e construiu diversas categorias de entendimento dos fenômenos, simplificando a vida, de certa forma, e instrumentalizando as sociedades para sobreviver e enfrentar as adversidades do ambiente no qual estão imersas.

Esse ponto de vista próprio da experiência vivenciada na Europa ocidental, que desenvolve seu sistema de conhecimento, composto pelas ciências naturais e sociais, com o objetivo de procurar entender os fenômenos e agir no mundo, enquanto protagonista de sua história (antropocentrismo), possibilitou melhora significativa da saúde humana e condições favoráveis na ocupação da paisagem, e, com a consolidação do paradigma do Estado-Nação de Direito Republicano e da industrialização sucedida do século XVIII, podemos constatar que um tipo de progressão tecnológica intensificou-se, com vistas à contínua melhoria da condição humana, principalmente para alguns segmentos da sociedade e de algumas culturas, ou seja, melhoria de caráter “stricto sensu”¹².

O contínuo desenvolvimento da ciência e das tecnologias eletroeletrônicas e aprimoramentos que vêm sofrendo o capitalismo e a produção de mercado fazem

12 Os benefícios do capitalismo, bem como o acesso aos “recursos naturais” ou à natureza, não são para todos. A ONU propôs o Princípio do Acesso Equitativo aos Recursos Naturais, através do princípio 1 da Declaração do Rio de Janeiro, de 1992, justamente para evitar a crescente privatização, a qual vem se intensificando, de bens naturais essenciais à manutenção da qualidade de vida dos povos.

com que cheguemos a intenso nível de confiabilidade, em um conjunto de pensamentos que se transformaram em um total, em escala planetária, nunca vivenciado anteriormente na história, tornando a conjuntura inescapável, como nos alerta Latour (1994), sobre as armadilhas dos modernos em relação a outras culturas e seus sistemas de conhecimento, sempre “atrasados” ou na condição de pré-modernos em relação aos espelhos narcísicos ocidentais.

Acontece que, nessa armadilha moderna, os modernos acabaram por ficar presos também, causando “fissuras epistêmicas” por conta dos limites culturais enrijecidos de seu circuito cosmológico hermético, os quais os aprisionam (e também nós, os “outros”) e submetem a todos e todas, humanos e não humanos, a paradoxos cada vez mais difíceis de transpor, causando a frustração dos sujeitos submetidos e enclausurados nesse labirinto. E os sujeitos, à modernidade, projetam sentimentos de angústia, injustiça e de ressentimentos aos representantes públicos que fazem parte dos alicerces do Estado: Políticos e Cientistas, conforme a visão weberiana (WEBER, 1972), estes, operadores-protagonistas da condição moderna, organizada a partir do instrumental do Estado-Nação.

Assim, decorre desse processo multidimensional de busca do bem-estar humano e manutenção de estilo único de vida reproduzível, a alteração profunda das paisagens, no sentido de domínio com danos, do chamado “mundo natural”, pelos iluministas. Esse cotidiano frenético estabelecido, de buscas metafísicas de sentidos para a existência humana,

intensifica a lógica de exploração, produções e monoculturas, priorizando escala e lucro. Anexa vem a ampliação exponencial da produção de utensílios e sua recirculação em ciclos cada vez mais curtos, com finalidade de manter a produção em funcionamento satisfatório, perante as economias de mercado, utilizando, para tanto, o método denominado obsolescência planejada de bens de consumo, chamado por Leff (2000) de “criação tecnológica destrutiva”.

Essa espiral reprodutiva gera vulnerabilizações de sujeitos e embasa consumos cada vez mais intenso, como forma de alienação, fetiche (feitiço) e, conseqüentemente, alteração poderosa da paisagem que convencionamos (os modernos) chamar de Natureza, ou a base material para reprodução capitalista, justificada pela necessidade permanente da melhoria da situação do ser humano no planeta e satisfação de seus desejos rumo a uma tal “felicidade”.

Nesse âmbito, os desejos são recorrentemente atualizados, de maneira similar aos nossos computadores e celulares, os quais, aliás, têm como inspiração a mente humana. Esse movimento constante de expansão ilimitada dos desejos modernos teve auxílio das teorias psicanalíticas de Freud, que foram utilizadas por seu sobrinho, Edward Bernays, a partir da década de trinta, nos EUA, para criar diversas abordagens e estratégias que misturavam publicidade, *marketing* e psicologia social, tais quais nos são familiares, atualmente, com a interdisciplinaridade, para assim colaborar em processos de modelação de subjetividades,

que têm como um dos produtos a ressignificação, visando à sedução dos indivíduos ao consumo, primeiramente. Depois, se mostraram eficientes para manipulações da opinião pública, no campo político.

Bernays aliou-se a grandes industriais estadunidenses, aplicando métodos, na sociedade norte-americana, baseados nas teorias de seu tio¹³, com fins de “estimular” os desejos para serem redesenhados e hiper aumentados sem limites, energizando assim a atividade de consumo alienada e vinculando-a ao sentimento de felicidade e bem-estar, conforme pesquisas descritas por Fontenelle (2008) e tantos outros intelectuais de peso, como Adorno (2015) e os estudos da publicidade fascista para massas.

Esses ventos nos fazem aportar, na segunda metade do século XX e início do XXI, com a degradação socioecológica em grande escala e de braços dados com a impossibilidade de estilos de vida (ou culturas) não individualistas-capitalistas, de maior harmonia com a chamada Natureza, classificadas de “outras culturas”, sempre em relação a um centro referencial, ocasionando a manutenção de graus de extermínio de determinados corpos e culturas. Uma espécie de “gangorra” biopolítica-necropolítica Estatal, fazendo parte do sistema mundo.

13 Edward Bernays, foi responsável pelas primeiras publicações dos trabalhos de seu tio, Freud, sobre a psicanálise nos EUA.

Essa fluidez dos modernos e seu “amor líquido” descartável (BAUMAN, 2004), similar aos produtos circulantes, colaboram para ampliar desejos infinitos de consumo insaciáveis e rupturas afetivas automatizadas não empáticas. E, logicamente, vão refletir nos não humanos, em níveis cada vez mais globais de similaridades, cujos significados e repercussões ainda estamos procurando entender e como desacelerar esses processos difusos.

De seu turno, as ciências, que se situaram como único sistema válido de conhecimento, com o “marco zero” de sua invenção na modernidade, conforme análise crítica de Castro-Gómez (2000), estruturaram a forma de pensar e reproduzir seus referenciais, por meio de paradigmas que se tornam dominantes e exclusivistas. Entretanto, algumas matrizes de seus fundamentos vêm apresentando sinais cada vez mais manifestos das contradições a que se submeteram, evidenciando limites para entender e responder a demandas de certos fenômenos, principalmente em relação aos sistemas de conhecimentos de relação emaranhada entre Humano, Culturas e Natureza.

No sentido de lidar com questões contemporâneas complexas, conforme demandam as relações com a Natureza, sendo a emergência climática uma de suas derivantes, será necessário cultivar caminhos complexos, convocando diplomatas de outros “mundos culturais” e de outros sistemas de conhecimento, para se sentar e compor a mesa (ou estender a grande esteira, como é realizado por sociedades

originárias timorenses na Casa Sagrada – *Uma Lulik*, por meio do *tarabandu*)¹⁴, para estabelecer estratégias não universais, portanto, cosmopolíticas. Deve-se utilizar, para tanto, caminhos de simbioses epistêmicas, “abrindo a porta da frente” dos Estados-Nações para recepcionar, como componentes ilustres, essas outras perspectivas socioculturais, as quais, de certa forma, já estão transpondo, através das fissuras no circuito hermético do sistema moderno, mas não como protagonistas, ainda. Nesse sentido é importante lembrar o prêmio *Right Livelihood Award* de 2019 a Kopenawa, pela obra: *A queda do céu*, e a nomeação de Ailton Krenak como membro da Academia Brasileira de Letras no ano de 2023.

3. COLONIALISMO REVERSO: DO GLOBAL PARA MATO GROSSO

A colonialidade consolidada em Mato Grosso, reverbera ondas de signos, que tem por intuito a manutenção dos interesses socioespaciais em acordo com o que anseia segmentos do agronegócio. E é munida de grande apressa pelas matrizes moderno/coloniais. Essas matrizes, que se pretendiam universais, foram sendo questionadas e abandonas, gradativamente, desde a segunda metade do século XX, por

14 Tarabandu é um sistema normativo híbrido, timorense e lusitano, no qual se estende a grande esteira – *Naa hibite* –, tal qual um parlamento transcultural, para pensar a construção de normas, no sentido de resolver situações que afligem determinada sociedade, levando em conta várias perspectivas, culturais, científicas e espirituais, de bases integradas com a “natureza”.

seus principais agentes: as metrópoles coloniais. E, teve colaboração para sua decadência, intelectuais insurgentes como Fanon e Said, importantes promotores da “implosão” que ocorreu nas ciências com o advento das teorias pós-coloniais, que viriam a se tornar teorias clássicas no meio acadêmico.

Entretanto, há um colonialismo reverso contemporâneo, em que parte de agentes político-econômicos em Mato Grosso, organizados em uma coalisão “vanguardista”, apegada as decadentes ruínas moderno-coloniais, restaura e devolve esses valores para ordem jurídica internacional, sendo bem recebida na forma de negócios transnacionais, mantenedores da produção rural alienada/precarizada, de baixa condição nutricional com hipervalorização de *comodities*, e não secularista, ressignificando, de certa forma, o sistema de *plantation* e dando sobrevida ao imaginário colonialista. E essa reversibilidade do colonialismo, da ordem global para o centro-oeste, potencializa forças latifundiárias de concentração da terra, produzindo desequilíbrios nos poderes políticos representativos da ordem jurídica interna brasileira, conforme reforça pesquisa sobre a atual composição do parlamento federal e a representatividade de 77% dos parlamentares com alguma ligação com o agronegócio, chamado atualmente por “AgroParlamento”¹⁵.

15 Pesquisa Genial/Quaest divulgada dia 10/08/23, revela que o agronegócio é o setor com maior influência sobre as decisões do Congresso Nacional. A pesquisa ouviu deputados federais e, segundo o levantamento, o agro tem 77% de poder de influenciar nas decisões da Câmara. Em segundo lugar aparece o mercado financeiro (58%) e em terceiro o setor industrial (52%).

Nesse sentido, a incompreensão persistente da “Colonialidade do Poder” que nos ronda há séculos, causa perturbações no Estado-Nação e em seus pilares, Ciências e Política. E acontece principalmente pelo fato de ela ser sutil, ainda que poderosa; velada, pois é alienante, parcialmente percebida, pouco elaborada e verbalizada nos meios sociais; abstrata, porque a dominação a que se tenta resistir se dilui nas estruturas políticas historicamente eurocentradas, ditas modernas, tais como a Ciência, a Economia, a Estética, a Moral, Religião etc.; e neurológica, pelo fato de o ambiente colonial secular ter causado “limitação cognitiva” na compreensão dos fenômenos de subalternização e invisibilização epistêmica, tanto nos autores e sujeitos coloniais/imperiais quanto nos sujeitos oprimidos/colonizados no processo.

Esses fenômenos coloniais têm amplo espectro, sendo sucedidos dos períodos coloniais, obviamente. E, mesmo passados séculos, ainda permanecem e influenciam significados contemporâneos. Assim, podemos observar diversos discursos e imagéticas de governos que reforçam os tais “descobrimientos”, como no caso de países que compõem as Américas e as comemorações ocorridas nos “500 anos”, realizadas com debates superficiais das mídias de massa e pouca reflexão. Também se observam fenômenos com signos coloniais nos projetos de “colonização moderna” realizados ao redor do território brasileiro, no decorrer do século XX, como ocorreu, por exemplo, na “Marcha para o oeste” nos anos quarenta, e nos planos de integração da ditadura

civil-militar no Brasil, em específico, no Mato Grosso. E igualmente se verificam ao leste da Europa, com a “Conquista do Oriente pelo Ocidente”, conforme discursivas propagadas pelas metrópoles, no percurso da modernidade.

Esse imaginário de descobridores e descobertos, exploração, integração, conquistas e processos “civilizatórios”, mostra que se pretendiam tutores epistêmicos e programadores universais dos futuros, de sorte a estabelecer um desenvolvimento e a implantação de uma episteme central superior, que acaba por inferiorizar outras formas de conhecimento e outras formas de mundo, como já discutido e criticado. Tal arquitetura social matricial, herdeira de um mundo colonial cosmogônico, se engendra nas subjetividades e processos mentais dos sujeitos humanos, reproduzindo valores e criando mundos narcísicos, cercados por espelhos, como labirinto de fractais a partir de um olhar e imagem destacada, repetidas inconscientemente (ou por limitações cognitivas?), por parte dos sujeitos colonizadores e colonizados. E essa ordem passa a ser uma verdade ecumênica.

De acordo com Sousa Santos (2000), é uma deficiência cognitiva que se formou em grande parte dos modernos e vem à tona, pelas sucessivas falhas em apresentar respostas satisfatórias para problemas recorrentes, sobretudo de ordem “racial”, socioeconômica e ecológica, por exemplo. Ademais, cristaliza as dificuldades de interação com outras epistemes, para, dessa forma, poder ampliar as condições de compreensão além dos limites que cada sistema cultural possui.

Donna Haraway (1995) observa que o conjunto de técnicas desenvolvidas pelas comunidades humanas apresenta características jurídicas, pedagógicas e especialmente políticas. A principal função desse conjunto, numa sociedade fundada na propriedade privada da natureza, é dominar os sujeitos humanos e não humanos, para estes submeterem como fonte de exploração, produção e acumulação de riquezas. Essa configuração baliza a ideia de desenvolvimento que temos, de raízes masculinistas, coloniais, racistas e de desprezo pelos não humanos. O desafio contemporâneo relaciona-se profundamente com propósito de desenvolvimento, nesses termos, o qual se coloca contrário a uma dialética com demais culturas e suas políticas, atuando sem a devida precaução em relação aos “outros”, humanos ou não humanos. Assim, o imaginário consolidado de desenvolvimento tem como estado das coisas a dominação, e vai se distanciando do pretensão racionalismo iluminista que acreditava na busca contínua do bom e belo, pelas sociedades humanas puras, extirpando para tanto seus “instintos animalescos”.

Citam-se, novamente, Mato Grosso e a coalisão de uma “vanguarda cultural” que vem se formando, impulsionando uma frente (por isso vanguarda) em movimentos rizomáticos, ou seja, “brotando” em vários lugares ao mesmo tempo, do centro do continente para influenciar a costa atlântica¹⁶,

16 Costa Atlântica foi a região que teve os primeiros contatos com as colonizações europeias, construção das primeiras cidades, universidades, e onde se instalaram os primeiros governos coloniais, imperiais e republicanos, no Brasil. Desse modo, influenciou ideologicamente o chamado Brasil profundo.

de ressignificação da relação Humano-Natureza, que procura implementar tendências e superar os fundamentos das ciências e da política parlamentar. Essa vanguarda ganha força, especialmente a partir de 2020, conforme identificado nas cartografias, com a discursiva e mobilização legislativa para exclusão do estado de MT do território definido como Amazônia Legal, extinção de Parques estaduais e mais um “pacotão” de mudanças na relação com a Natureza como a implantação de diversas barragens e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) ao longo do Rio Cuiabá e dentro do Pantanal, permissividade de uso minerário nas Reservas Legais e proibição da pesca artesanal das comunidades tradicionais. Almeja impossibilitar legalmente a criação de novas Unidades de Conservação no estado e extinguir algumas já criadas conforme descrito, uma delas em Vila Bela, ex capital colonial de MT e o ponto de partida do livro. Esses são apenas alguns exemplos emblemáticos em completa oposição às emergências ecológicas que estamos vivendo.

Importante enfatizar que Mato Grosso foi a região do mundo que mais esquentou, nos últimos trinta anos. Enquanto a média global foi de aproximadamente 1,2 graus, o território mato-grossense esquentou aproximadamente 3.8 graus. Ao mesmo tempo, sua disponibilidade hídrica vem caindo drasticamente, conforme se poderá constatar, no “Estado da Arte” da condição pantaneira, no capítulo 6 - Cartografia Socioecológica.

Ora, a estrutura social do Estado Democrático de Direito, seus poderes, instituições e o próprio paradigma contemporâneo foram elaborados por pensadores cientistas-homens brancos¹⁷ e por políticos-homens brancos, em processo mais ou menos longo, secular, através de ruptura com o período teocêntrico de governantes e soberanos-homens brancos, ligados à provisão divina e ao direito natural teológico¹⁸, experienciados no continente europeu pelas culturas que ali conviviam, no tempo da chamada Idade Média Europeia.

Portanto, o modelo de governar e de valores, no qual estamos inseridos, do Estado-Nação, nos torna frutos do triunfo do iluminismo, em vários aspectos, em especial a partir do século XIX, com suas imanências e transcendências, visando a consolidar o projeto de Modernidade e a construção simbólica do sujeito moderno, com suas benesses, prioridades e imposição de hegemonias culturais e de identidades. Essa configuração é permeada de ambivalências, contradições e paradoxos, os quais foram e são negados e/ou ocultados em muitos aspectos, como na relação Humano-Natureza, advindos dos processos de tensão cultural e fortalecimento de uma centralidade referencial que se coloca como universal, superior, e que orienta o desenvolvimento do Estado e da sociedade.

17 Termo criado e usado a partir de 1833, quando Whewell cunhou o termo “cientista”, de bases masculinistas.

18 Direito Natural Teológico é a ideologia jurídica que predominou na Idade Média, diferente do Direito Natural elaborado no Egito e Grécia da antiguidade clássica, de fundamentos dialéticos, plurais e filosóficos. Essa ideologia jurídica tinha como agentes os monarcas absolutistas e o alto clero, os quais definiam quais princípios de direito eram válidos, atrelados aos valores e morais da cristandade.

Porém, o protagonismo do conhecimento humano na compreensão dos fenômenos que nos ambientam e a consolidação do modelo científico levaram séculos até conquistar confiança social, no território, que reivindicou sua propriedade intelectual ou a pretensão de domínio da “episteme zero”, felizmente a caminho de ser superada, conforme nos conforta Viveiros de Castro (2002), no sentido de realizar processos de inclusão, por intromissão (um corpo epistêmico no interior do outro) de variadas perspectivas, culturas em emancipação, povos, civilizações, sistemas de conhecimento e mundos, reivindicando, mais que existência e resistência, a participação e agenda.

Nessa perspectiva, transposto o denominado período absolutista da Idade Média, no mundo ocidental, momento em que, o conhecimento (em geral) e os governos, estavam fundados no agenciamento do divino e na tradução das leis pelos monarcas, pelos senhores feudais e pela Igreja, por meio de seus intentos de poderes autocráticos e ignóbeis, num pluralismo jurídico caótico, descortinam-se horizontes de possibilidades na compreensão dos fenômenos, agora fundados, em tese, na liberdade e igualdade de todas as gentes, mas não de todos os gêneros e nem de todos os mundos culturais.

Contudo, os desafios não seriam poucos e nem alcançados com pressupostos epistêmicos limitados a recortes sociais etnocêntricos que se pretendiam invisibilizadores dos “outros” mundos, epistemicida,

genocida e ecocida, em relação ao conhecimento e culturas não ocidentais, corpos não brancos e vida não humana.

Com efeito, no decurso da consolidação do paradigma ocidental moderno, a humanidade observou, com farta documentação e testemunho, os horrores vividos pela escravização dos povos da Nações Africanas e dos Povos originários, do século XVI em diante, que coexistiu por décadas, no percurso do século XIX, com o ideal iluminista republicano liberal e foi aceito, ou ao menos pareceu ser, pelos membros-representantes políticos e cientistas, todos homens-brancos, fundadores do recém-criado Estado-Nação, e que também foram os “arquitetos” do neocolonialismo do final do século XIX em diante, causando continuidade do sofrimento nos “não sujeitos modernos” e nos “não sujeitos humanos”, possibilitando sobrevida dos ideais coloniais e da colonialidade, em nossa subjetividade, mesmo em período republicano consolidado, conforme denunciaram e lutaram incansavelmente, os intelectuais já citados: Fanon (2010) e Said (1990), da metade do século XX em diante, com perspectivas teóricas negras e “orientais”.

Revitaliza-se, nesse processo de manutenção simbólica pautada em maniqueísmos e dicotomias, o subjugo das civilizações originárias, principalmente pela relação simbiótica desses povos e culturas com a chamada Natureza. Logo, instauram-se induções universalizantes dos agentes políticos estatais: afinal, as ciências sociais e políticas são criadas com essa função, de sorte a

estabelecer homogeneizações, inclusive do tempo/espaço e sincronização dos ritmos em relação à produção liberal capitalista (LEFEBVRE, 2000, p. 40), colaborando para intensificar a degradação do planeta, das culturas e suas consequências angustiantes, nas quais estamos imersos.

Importante notar que as premissas socioculturais ocidentais de separação Humano-Natureza e sua redefinição simbólica em “Recurso Natural”, ou seja, recurso enquanto usos por humanos (ex: Recurso Hídrico deixa de ser o patrimônio natural “Água” para ser “Recurso Hídrico”, quando queremos utilizá-lo), orientaram discussões, pesquisas, métodos que “desaguam” na criação de teorias críticas sobre a capacidade tecnológica da intervenção humana no planeta e a escala de emissões e danos, com repercussão inédita e intergeracional.

Com os marcos da modernidade, atribuiu-se a datação de uma era denominada Antropoceno ou sua derivante, o Capitaloceno (HARAWAY, 2016), responsabilizando culturas e modos de vidas específicos. E tanto o Antropoceno quanto o Capitaloceno angariam cada vez mais adeptos teóricos dos diversos campos do conhecimento, em consonância com o que defendem nossos pensadores Krenak (2019) e Kopenawa (2016), com o alerta que fazem, há tempos, para adiarmos o fim do mundo e a queda do céu, a partir de seus sistemas de conhecimentos. Nessa linha, a imaginada paz perpétua kantiana encontra obstáculo definitivo com a “guerra eterna” da “Cultura” (maiúscula e singular), contra a Natureza.

A Ciência, composta de cientistas, obviamente, inicia a segunda metade do século XX assumindo *mea culpa* sobre os caminhos percorridos aos quais foi seduzida, em diversas situações, por interesses belicistas-econômicos-poder-glamour e movimenta-se para sair do paradigma indigno ao qual se associou. Dessa forma, o sistema de conhecimento ocidental começa o deslocamento de seu lugar de prestígio e privilégios, atentando também para a questão de gênero e os estudos feministas, de sorte a pensar nas responsabilidades perante a sociedade global e exercer produção de conhecimentos, com fins de subsidiar a promoção de políticas para populações e reconhecimento das “outras” culturas e suas experiências e conhecimentos.

O conceito de comunidade global é elaborado após a Segunda Guerra, por membros dos Organismos Intergovernamentais Internacionais (OII), ou seja, os dois pilares do Estado-Nação – a Ciência e a Política – adeptos de algum tipo de multilateralismo em voga, naquele momento, sobretudo pelo trauma causado pelo nazifascismo e as guerras mundiais. Os intuítos foram de criar parâmetros normativos internacionais, limitando os nacionalismos e influenciando as diversas nações e suas constituições, através de temas de interesse comum a toda ordem jurídica internacional, tais como: Direitos Humanos, Segurança Mundial, Fome, Democracia, Desenvolvimento, Povos Originários, Meio Ambiente, Saúde, Educação e Culturas.

De tal modo, as “ciências”, não mais “Ciência” maiúscula e singular (WAGNER, 2006), promovem processos de aproximação, aceitação e participação de outras categorias de conhecimento, como, por exemplo, os conhecimentos não ocidentais, os quais operam em matrizes lógicas distintas, porém, com esforço similar na compreensão dos fenômenos que ambientam o humano e, assim, também inclusos como sistemas de conhecimento.

A antropologia irrompe de hibernação etnocêntrica, de proeminência questionável, passa a contribuir para os debates científicos inter e transdisciplinares, apresentando reflexões relevantes para os diversos campos, propondo avanços para a epistemologia, como, por exemplo, na elaboração de certos conceitos, como Multinaturalismo, Cosmopolítica, Relação Humano-Natureza, Simetrias, Coexistências Epistêmicas e Ritmos.

Dessa maneira, participa com subsídios teóricos para algumas questões que desafiam o conhecimento, possibilitando propor soluções que as ciências humanas e sociais modernas disciplinares não conseguiam enfrentar satisfatoriamente, como as experiências vivenciadas pelas outras etnogêneses civilizacionais, e como cambiar esses conhecimentos, em função de um imaginado “centro político”.

Nessa ressignificação de relações e construções políticas, do global para as regiões, intensifica-se, desde a Ditadura Civil-Militar no Brasil, fenômeno de uma

colonialidade reversa, representada através do latifúndio de apropriação dos territórios em Mato Grosso, que, em sua primeira fase participa com presença massiva de gado, em regiões dos mananciais do rio Guaporé e Amazonas, e em territórios ocupados tradicionalmente por povos originários e comunidades tradicionais em Vila Bela e por todo estado. E, concomitantemente nesse processo difuso, as atividades da pecuária passaram a colaborar economicamente para a região da ex capital colonial, com mais de um milhão de cabeças de gado e população humana em torno de 15 mil.

Questão fundamental do Estado de Direito brasileiro é a regulamentação dos usos e posse das terras, porém, evidentemente, não há consolidação efetiva para os limites das propriedades de pessoas físicas e jurídicas e a garantia dos territórios dignos para os variados grupos étnicos que ainda esperam “voltar”. Tanto a função jurisdicional como as políticas públicas são acanhadas e omissas em enfrentar essa disfuncionalidade Estatal histórica. Inventários, diagnósticos, estudos, o direito comparado de outros países, teorias etc. sobre a tensão da terra e caminhos para resolução, sobretudo aqui, já deveriam ser suficientes para orientar os caminhos para enfrentar essa questão complexa e estrutural.

Isso fica manifesto em estados brasileiros que possuem grande concentração, como é o caso do Mato Grosso, região com um dos maiores índice de concentração de terras dentre os Estados Democráticos de Direito no mundo. A propriedade é valorada prioritariamente, frente ao Interesse Público Primário

do Estado¹⁹, por meio de aplicações estritas de normatizações infraconstitucionais, sem a devida integração com o conjunto do ordenamento jurídico, especialmente na relação dialética, tal qual um ecossistema, com as demais normas jurídicas constitucionais determinantes da função social, autodeterminação dos povos e limites ecológicos nas propriedades.

Assim, realiza-se a ideia de proteção exacerbada da propriedade privada, em Mato Grosso, reproduzida em políticas públicas, em ações coordenadas no legislativo e discursivas oficiais, introjetando no imaginário social valores que garantam a submissão de normas e princípios fundacionais do Estado, quando tensionados por normas inferiores de caráter privatista, patrimonialista e de interesse do latifúndio.

Ressalta-se que a propriedade, a partir da Constituição de 1988, não é mais plena, total. Ela precisa cumprir sua função social e ecológica, a qual, portanto, a limita. Também podemos citar problemas na eficácia das leis que regulamentam a Constituição, principalmente as leis de proteção aos Patrimônios Nacionais (Amazônia, Pantanal, Mata Atlântica etc.), cujos usos deveriam ser regulamentados por leis específicas para cada bioma, o que não aconteceu por responsabilidade do parlamento brasileiro e seus *lobbies* de interesse. Por sua vez, a delimitação e os usos adequados da reserva legal dos biomas, que, por estarem atualmente

19 Interesse Público Primário é o interesse a que se destina a Administração Pública, pois este alcança o interesse da coletividade e possui supremacia sobre o particular. Já no que diz respeito ao interesse público secundário, este visa ao interesse patrimonial do Estado.

sob validade de Medidas Provisórias (MPs) permissivas ao agronegócio, causam danos, por vezes irreparáveis, enquanto não são regulamentados definitivamente.

Essa situação traz insegurança jurídica para os proprietários de terras e para a coletividade, pelos efeitos deletérios acumulativos, evidenciando-se intensamente e em específico nas comunidades e etnias ligadas à natureza e aos seus múltiplos sistemas de conhecimento.

Durante a construção ideológica implementada pela Ditadura Civil-Militar, políticas públicas de “colonização” no centro-oeste começam a mudar novamente a realidade da região. Anteriormente, essa mudança veio com o período colonial e, mais branda, com a marcha para o oeste no Governo Vargas, conforme veremos na Cartografia Sociocultural. Desse modo, o governo federal inicia políticas, no decorrer da década de setenta, criando o imaginário “Ocupar para não entregar”, com estratégias de apropriar-se do “vazio” amazônico e com objetivo da “Integração Nacional”. Obviamente, não levou em conta a existência de seus moradores originários e tradicionais, estabelecendo relações de genocídios, subalternabilidade e invisibilidades, produtos dos processos de expropriação/violência, exercidos secularmente pela colonização ibérica, e posteriormente com o neocolonialismo do fim do século XIX e implantação da lógica de colonialismo interno, impondo subjetividades, resignificando as cosmovisões, produzindo cartografias socioculturais e imprimindo, na paisagem, seus novos valores “vanguardistas” de relação Humano-Natureza.

Capítulo 4

CARTOGRAFIAS INTER-ATIVAS

“Um passo à frente e você já não está mais no mesmo lugar”
(Chico Science & Nação Zumbi –
Disco: Afrociberdelia, 1996)

Imagem 16 - Paisagem do Buritizal Grande,
no rio Guaporé em Vila Bela



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

As Cartografias Inter-Ativas têm a pretensão de descrever acontecimentos, produzir fatos científicos e analisar relações entre culturas, imaginários e espaços, com a participação do sujeito-ativo-pesquisador junto os demais sujeitos ativadores de fluxos políticos no território, orientada do início ao fim pelas crises ecológicas contemporâneas, utilizando, para tanto, campos epistêmicos múltiplos, como Geografia, Conhecimentos Tradicionais, Artes, Antropologia, Filosofia, História e Direito. As cartografias e mapas transitórios elaborados levam em conta aspectos físicos, subjetivos e socioecológicos e podem ser vislumbrados interativamente, ou seja, compondo, unindo as cartografias; ou, de forma singular, analisadas à parte cada uma delas, tal qual uma Vereda, com suas dinâmicas e multidões, que permite diversos olhares e escalas, para ser rerepresentado.

Está presente, nessa interação cartográfica, a intenção de construir dados com diversidade de entradas e saídas informacionais, passíveis de serem montáveis e desmontáveis, metabolizando referenciais que foram conectáveis, levando-se em conta os métodos das ciências, suas tensões e crises teóricas e metodológicas contemporâneas. Isto é, desvendar, organizar, limitar e representar o emaranhado que compõe essa Vereda de possibilidades científicas e artísticas dispostas, ciente do que é relevante e perigoso. Uma aventura louca, mas o aventureiro não muito!

Posto isso, a metáfora de Veredas serviu como uma espécie de sentido que puxa a “Toa” do livro, quer dizer, dirige a corda que faz a amarração de uma embarcação que

puxa a outra. A representação de Vereda enquanto símbolo de encontro transespécie, para celebrar a criação, a beleza, o frescor, a abundância, o prazer, num pós-antropocentrismo onírico, justificam e conduzem processo de escrita da cartografia sociocultural e socioecológica. Um pouco sem rumo, sutilmente à deriva, deixando-se levar, porém, atento ao registro das evidências atmosféricas. Tal qual navio que está à toa, que não tem leme, de rumo incerto. Daí a expressão “à toa”, ao sabor do vento, e, no caso, vento provocado por parte da humanidade em MT que direciona as diversas embarcações para futuro distópico, ameaçando de morte as Veredas e o que elas representam.

Dessa forma, cinco pilares orientam a interatividade, nas cartografias:

1. Ativa-mento de métodos, metodologias e teorias inter/transdisciplinares;
2. Interatividade na integração entre os dois campos cartográficos elaborados, Sociocultural e Socioecológico;
3. Ativismo cidadão no campo a ser investigado;
4. Participação ativa dos sujeitos (escritor e sujeitos partícipes) na coprodução das informações, sejam humanos, sejam não humanos; e
5. Ciências contemporâneas como ativo cultural para realização da transformação social.

Nesse processo, a conéctica²⁰ entre acontecimentos, fatos e sujeitos orientou a composição dos registros das redes

20 Conceito que liga “este lugar a todos os outros, por intermédio das expedições, das viagens, dos colóquios, das academias, pela mediação das vias comerciais tratadas a fogo e sangue, da matemática pura, que permite experimentar vários sistemas de projeção, e gravadores em cobre e dos impressores” (LATOIR, 2004, p. 7).

e aferição das informações desses encontros, fluxos, teias, conforme percepções das dinâmicas relevantes para o campo e das “pistas” que foram surgindo, durante a residência no local, possibilitando alterações dos traços do mapeamento e propiciando ir além da simples reprodução de causa e efeito, no decorrer da produção de desenhos momentâneos das reduções e de interpretações do que se entenda por realidades, consciente, dos seus limites e de sua precividade ao tempo.

Para seguir essa trajetória, foram adotados conceitos e estruturas teóricas da filosofia do “rizoma” de Deleuze e Guatarri (1995, 2007), a relação entre cientistas, as ciências e os “mundos” de Latour (1995, 2004, 2009) e experiências, pistas e reflexões para implementação das cartografias, organizadas por Passos, Kastrup e Escóssia (2009, 2013).

Dessa maneira, a habitação no local, por meio da residência transitória ou o nomadismo metaestável, foi importante e propiciou a convivência por aproximadamente seis anos, tornando possível estabelecer uma certa conjugação rítmica com o território e imersão com as culturas presentes, auferindo suas memórias, participando das dinâmicas e tensões simbólicas e cotidianas, convertida em lócus privilegiado de acompanhamento e envolvimento afetivo nas multiplicidades fenomenológicas, além de olhares dicotômicos observados de maneira vertical, nos quais, distante, o escritor tendencia-se a hierarquizar os agentes; ou, em planos horizontais, onde pôde incorrer em homogeneizações iniciais que depois acabam por

se manter cristalizadas, no transcorrer da observação. Assim, procura-se fazer parte da paisagem social das Veredas.

Em acréscimo, optou-se pelo caráter participativo na produção catográfica, enfatizando o sentido de pesquisa-intervenção, conforme proposta por Passos e Barros (2009, p. 17-20). Para tanto, foi primordial a participação dos sujeitos envolvidos na elaboração da cartografia, a qual se realizou por meio de certo protagonismo dos chamados “sujeitos observados”, que aqui se tornam partícipes e cuja inclusão se configura ativa, no processo de produção do conhecimento, o que garante certa intervenção na realidade, pois desestabiliza os modos de organização do conhecimento e das instituições marcadas pela “hierarquia dos diferentes e pelo corporativismo dos iguais”.

As análises deixam de ser produção de conhecimento do sujeito cognoscente sobre o objeto, do pesquisador sobre o campo, para ser ação de “estar com” ou de transversalidade, em um plano comum. A cartografia é caracterizada como intervenção participativa, porque não mantém a relação de oposição entre observador e observado, tomados como realidades previamente definidas, todavia, desmancha esses polos, para assegurar sua relação de co-produção ou co-emergência.

Assim, a perspectiva aqui foi rabiscar, transgredir propositalmente essas estruturas pré-fabricadas em forma de quadraturas, vertical ou/e horizontal, e emaranhar os sujeitos, utilizando como guias caminhos teóricos precedidos de transversalidades, para construção cuidadosa, política e ética,

nas relações sujeito-sujeitos; afinal compartilhou-se habitação na mesma Vereda:

No terceiro eixo, que é o da transversalidade, não é mais possível ou necessária a fixação de fronteiras separando saberes e atores, onde se inclui a dimensão do ‘fora’ das organizações ou formas instituídas, onde se atravessam diferentes semióticas (significantes e não significantes), onde o grupo experimenta sua dimensão de coletivo (KASTRUP; PASSOS, 2013, p. 4).

A partir do transversal e seus processos valorativos, prioriza-se a identificação de feixes e fluxos, dos diversos caminhos imbricados e em expansão para distintas direções, em conexão com muitos lados, procurando estabelecer, nesse sentido, diferenciações dos modelos tradicionais, chamados de “arbóreos” por Deleuze e Guattari (1995), os quais entendem serem esses modelos pautados em circunstâncias que insurgem com base em uma mesma raiz e são tendenciadas para um caminho, resultante de uma causa específica, estruturando-se de modo unidimensional com as relações causa-efeito históricas.

Entretanto, não houve desígnios de isolar o mundo social de suas conexões históricas, nem de suas ligações com o mundo. A intenção foi montar rede de forças à qual o objeto ou o fenômeno se encontram atrelados, ensejando inscrever suas modulações e seu movimento contínuo e permanente (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009, p. 56-57). Para acompanhar algo que é dinâmico, vivo, quente, a cartografia não intenciona separar as etapas da investigação, bem como

seus andamentos, como revisão bibliográfica, coleta, análise e discussão de dados, que foram desenvolvidos de maneira concomitante, dependendo das interações e dos fluxos em movimento a serem identificados e acompanhados.

Importante trazer o que se entende por “processos”, na elaboração das cartografias, usando, para tal definição, reflexões e práticas de Passos, Kastrup e Escóssia (2009, p. 58):

Falar em investigação de processos exige que se faça uma advertência, pois a palavra processo possui dois sentidos muito distintos. O primeiro remete à ideia de processamento, o segundo à ideia de processualidade. A noção de processamento evoca a concepção de conhecimento pautada na teoria da informação. Nesta perspectiva, a pesquisa é entendida e praticada como coleta e análise de informações. Os inputs devem ser processados a partir de regras lógicas, que são, em última análise, as regras do método. A cognição científica surge aí como um conjunto de competências e habilidades, que configuram a lógica da pesquisa. Segundo as diretrizes do modelo computacional, que representa bem o cientista cognitivista, cabe colocar entre parênteses os fatores ditos extracognitivos, que abarcam tudo que o fenômeno possui de relação com a história, o *socius* e o plano dos afetos. Se, ao contrário, entendemos o processo como processualidade, estamos no coração da cartografia. Quando tem início uma pesquisa cujo objetivo é a investigação de processos de produção de subjetividade, já há, na maioria das vezes, um processo em curso. Nessa medida, o cartógrafo se encontra sempre na situação paradoxal de começar pelo meio, entre pulsações. Isso acontece não apenas porque o momento presente carrega uma história anterior, mas também porque o próprio território presente é portador de uma espessura processual.

A espessura processual é tudo aquilo que impede que o território seja um meio ambiente composto de formas a serem representadas ou de informações a serem coletadas. Em outras palavras, o território espesso contrasta com o meio informacional raso.

A descoberta e a descrição nas pistas reforçam o caráter processual da cartografia, que transita por diversos momentos das vivências em Vila Bela. Ao invés de etapas estanques, segmentadas, elas estão se inter-relacionando a todo o tempo. O observador “está em campo” e os registros desse contato sensível emergem das observações, conexões e afetos que o deixam atento, e a cognição deve ser especulada como algo potencial criativo, na captação dos fenômenos:

Configurava-se para nós a importância do binômio cognição/criação, o que nos exigiu investigar com mais detalhe a dimensão temporal dos processos de produção de conhecimento. Chegamos à definição do conceito de cognição como criação, autopoiese (Humberto Maturana & Francisco Varela) ou enação (Francisco Varela). De acordo com tal perspectiva os polos da relação cognoscente (sujeito e objeto) são efeitos, e não condição da atividade cognitiva. Com o alargamento do conceito de cognição e sua inseparabilidade da ideia de criação, a produção de conhecimento não encontra fundamentos num sujeito cognitivo prévio nem num suposto mundo dado, mas configura, de maneira pragmática e recíproca, o si e o domínio cognitivo. Destituída de fundamentos invariantes, a prática cognitiva engendra concretamente subjetividades e mundos. A investigação da cognição criadora coloca então o problema do compromisso ético do ato cognitivo com a realidade (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009, p. 12-13).

Nesse processo, vinculado à processualidade e cognição de efeitos, não se pretende negar as implicações históricas e suas influências, mas fazer acoplagens, com o propósito de ampliar os devires que se emaranham e praticar, no mundo, na realidade, o conceito de rizoma, o qual parte do entendimento de que os seres podem se ligar a tantos outros seres distintos e seguir para outros e tantos caminhos, não propriamente relativos a causa e efeito. Exemplo interessante é a trajetória dos vírus de macaco, porco e gente, que, contrariando teorias bioquímicas clássicas, se fundem em níveis moleculares, criando fluxos transcendentais entre espécies e sendo compostas por elas, todas. Nessa perspectiva, podemos associar cidadania e pesquisa, psicologia e política com as artes, ou a filosofia com botânica, tal como fizeram Deleuze e Guattari (1995, p. 22-23):

[...] deixarão que vocês vivam e falem, com a condição de impedir qualquer saída. Quando um rizoma é fechado, arborificado, acabou, do desejo nada mais passa; porque é sempre por rizoma que o desejo se move e produz. Toda vez que o desejo segue uma árvore acontecem as quedas internas que o fazem declinar e o conduzem à morte; mas o rizoma opera sobre o desejo por impulsões exteriores e produtivas. [...] o rizoma nele mesmo tem formas muito diversas, desde sua extensão superficial ramificada em todos os sentidos até suas concreções em bulbos e tubérculos.

Na contribuição da perspectiva rizomática está a possibilidade em conectar pontos de locais completamente distintos uns dos outros, devido ao fato de se levar em conta a heterogeneidade de suas conexões, sua multiplicidade, e da possibilidade de se irromper em qualquer lugar fato agenciador

para estabelecer novas conexões, com ausência de um eixo ou de uma estrutura singular, que, por vezes, não seguem um modelo previamente definido. Ou seja, fogem da almejada “estabilidade” analítica com a qual diversas análises científicas operam e que demonstraram dificuldades e limites para interpretar fenômenos que escapem às lógicas restringidas a esse circuito estável e segmentador, chamado de “paradigma científico” por Kuhn (1979), que o analisou e procurou “desenhar” mapas das tensões que vão se intensificando, no interior de teorias e metodologias consagradas. E, em função do acúmulo de “anomalias” nos modelos, eles vão se tornando insuportáveis e, a partir dessa condição de insuportabilidade, emergem outros paradigmas nas ciências, os quais se dispõem em constante movimento e dinâmica, no sentido de procurar responder aos fatos que se apresentam.

Desse modo, os procedimentos utilizados possuem o contributo das análises teóricas Inter e Transdisciplinares de Morin (1999) e Nicolescu (2001), quando defendem que o ensino e a pesquisa devem incentivar a comunicação entre as diversas áreas do saber e a busca das relações entre os campos do conhecimento e da arte, desmoronando as fronteiras que inibem e limitam o processo de aprendizagem. Trata-se da transcendência do pensamento linear, o qual, sozinho, é reducionista e já não responde mais às demandas contemporâneas. Transdisciplinaridade é a prática do que une e não separa o múltiplo e o diverso, no processo de construção do conhecimento, inclusive a bagagem emocional do pesquisador é importante, desde que ciente das responsabilidades.

Quanto aos aspectos recursais duais, totalizantes ou reducionistas, que operam regularmente nas produções científicas pelas quais somos versados mais comumente, por vezes procuram estabilizar informações e criar signos dos fenômenos, que inevitavelmente vão continuar a transcender e se resignificar, como no caso da relação Humano-Natureza moderna, apresentada criticamente, movendo-se por regiões indetectáveis nos processos de aplicação dos diversos métodos, demonstrando dificuldades, limites recorrentes ou faltas, quando na elaboração de figuras planas, prontas em si, em comparação a figuras complexas, híbridas, resultantes de projeções “esféricas” e seus muitos pontos de observância para análises em aberto, tal qual observar uma Vereda em todo o seu esplendor. Latour nos leva a refletir em relação às informações e construção dos signos:

A informação não é um signo, e sim uma relação estabelecida entre dois lugares, o primeiro, que se torna uma periferia, e o segundo, que se torna um centro, sob a condição de que entre os dois circule um veículo que dominamos muitas vezes forma, mas que, para insistirem seu aspecto material, eu chamo de inscrição. A informação não é inicialmente um signo, e sim o ‘carregamento’, em inscrições cada vez mais móveis e cada vez mais fiéis, de um maior número de matérias. A produção de informações permite, pois, resolver de modo prático, por operações de seleção, extração, redução, a contradição entre a presença num lugar e a ausência desse lugar. Impossível compreendê-la sem se interessar pelas instituições que permitem o estabelecimento dessas relações de dominação, e sem os veículos materiais que permitem o transporte e o carregamento. O signo não remete de início a outros signos, e sim a um

trabalho de produção tão concreto, tão material quanto a extração de urânio ou de antracito. Um gabinete de curiosidades, um volume de pranchas ornitológicas, um relato de viagem deve, pois, ser tomados como a ponta de um vasto triângulo que permite, por graus insensíveis, passar dos textos a situações e voltar aos livros por intermédio das expedições, da transposição em imagem e das inscrições (2004, p. 3-4).

Assim, a ideia de uma realidade com diversas interpretações dos mundos cosmológicos existentes amplia-se a partir da inclusão de novos sujeitos além do humano, os quais passam a incluir também muitas naturezas e sujeitos que a compõem, ativos, portanto, nos processos cartografados e importantes para justificar a presença ativa nas cartografias.

Desse modo, integrando esses fundamentos metodológicos rizomáticos, sem um começo nem fim, de percepção da existência de fluxos contínuos e redes, e da necessária observação e participação dos que emergem, invisíveis antes, mas reconhecidas atualmente pelas ciências e para produção cartográfica, que passa a integrar experiências, processos em andamento, pistas e práticas, organizadas com os usos de bases teóricas que procuram a transcendência da dicotomia Humano/Natureza, construíram-se, nas presentes cartografias, tópicos de campos processuais formativos, uma mais voltada para cartografia definida como “sociocultural” e outra estabelecida como “socioecológica”, detalhadas a seguir.

1. PROCESSO CARTOGRÁFICO SOCIOCULTURAL E SOCIOECOLÓGICO EM VILA BELA

As processualidades observadas em Vila Bela e em Mato Grosso incluem e emaranham as dimensões culturais, políticas e ecológicas. Desse modo, foram produzidas duas cartografias e suas respectivas teias informacionais, detectadas ao longo da residência do escritor e inseridas como tópicos, pelo fato de serem dados de importância científica, mais com miragens representativas distintas que se entrecruzam, com repercussões sociais nos debates e nas ações cotidianas na região, sobretudo quanto às relações dinâmicas entre Humano-Natureza, as quais se encontram em tensão, no estado do Mato Grosso e no mundo contemporâneo.

No tópico denominado Cartografia Sociocultural, houve influência de processos alicerçados nas agências e tensões culturais, com usos mais significativos das bases teóricas das ciências sociais e estudos de culturas, com ramificações políticas e jurídicas. Entretanto, foram transpostos limites entre culturas e natureza, por meio das perspectivas trazidas dessa relação impressa na paisagem e revelada em imagens (dispostas na Cartografia Socioecológica), representando e traduzindo parte da experiência das comunidades tradicionais quilombolas, entrelaçando-os com análises do movimento de retirada do estado da Amazonia Legal, das atas de reuniões do Conselho do Parque Serra Ricardo Franco de Vila Bela, onde se congregam diversas associações e representantes

de comunidades tradicionais, povos originários, universidade, ONGs, poder legislativo e produtores rurais do agronegócio; e, ao fim, conexão desses fluxos de relação Humano-Natureza com a mobilização ruralista, para flexibilizar normas ambientais e extinguir Unidades de Conservação, em Vila Bela e no Mato Grosso.

Por sua vez, na Cartografia Socioecológica, procurou-se acompanhar processos nos quais a centralidade estivesse situada na paisagem e, em específico, na ecologia, com identificação evolutiva das mudanças e das interações, pautando-se nos usos de imagens, registros de satélites, dados geográficos e artes fotográficas. Isso se explica pelo importante auxílio desses “inscritores”, conforme aponta Latour (2004), para colaborar na produção de referências imagéticas, mapas primários e fotografias dos biomas presentes no município de Vila Bela e suas relações com as culturas. E, também, para se ter evidências consistentes, de fácil divulgação e entendimento, diante de tantas narrativas, sobretudo da ideia de conservação e respeito às leis ambientais defendidas por segmentos hegemônicos do meio rural regional.

Situação emblemática desvelada foi o desenvolvimento intenso dessa região, nas últimas décadas, com muita água disponível (centenas de nascentes) e três biomas de grande biodiversidade (Pantaneais, Amazônia e Cerrado), com potenciais de realização de múltiplos estudos, de como esses biomas e suas mais de duas dezenas de comunidades interagem em determinados períodos, relacionando-os com políticas

públicas incidentes, indutoras de devires, de sorte a, assim, poder detectar repercussões desse conjunto informacional na ameaça às Veredas, por meio de pistas que estão presentes e outras que vão se perdendo.

Como se vê, esses fluxos interligados são atingidos por transversalidades, que permitem ser integradas com fundamentos teóricos emergentes, como a presença da colonialidade e dos supremacismos (etnocultural, de gênero e econômico), atrelando de muitas formas cultura, sociedade e o ecológico, nesses processos, antes cindidos e invisibilizados pela própria configuração de se fazer ciências. Desse modo, a modulação da investigação se estabeleceu na entrada da paisagem vilabelense e dos fluxos políticos e sociais que se ligavam a ela, orientados pela ameaça evidente de destruição das Veredas, através da continuidade de alguns projetos legislativos, políticos e econômicos no estado.

De maneira sintetizada, os rizomas da Cartografia Sociocultural se pautam nos bate-papos cotidianos, memórias, convivências, ativismos coletivos e discursivas sobre as relações culturais entre Humano-Natureza, junto com o acompanhamento da “vanguarda” de ameaças às Veredas, com análises de projetos de retirada do estado da Amazônia Legal, análise dos enunciados das atas da participação social nas reuniões do Conselho do Parque em Vila Bela e acompanhamento das tentativas de extinção de Unidade de Conservação e flexibilizações normativas, em Mato Grosso. Enquanto isso, o desenho da Cartografia Socioecológica se

perfaz pelos mapas de biomas e antropizações, pelas imagens fotográficas dos bioindicadores onde viviam comunidades e com dados da evolução da situação hídrica pantaneira.

A respeito do processo de ativamento dos dois campos cartográficos, vislumbrados de forma integrativa-interativa, existe a possibilidade de ligar mais vetores informacionais, participando agentes, humanos e não humanos, os quais acionam fluxos e produzem ações intermitentes envoltas em maior complexidade, conectando possibilidades que vão além do que propõe os ramos dos conhecimentos mais positivistas, em seus formatos limítrofes, transcendendo, assim, perspectivas disciplinares:

Existem estruturas de árvore ou de raízes nos rizomas, mas, inversamente, um galho de árvore ou uma divisão de raiz podem recomeçar a brotar em rizoma. A demarcação não depende aqui de análises teóricas que impliquem universais, mas de uma pragmática que compõe as multiplicidades ou conjuntos de intensidades. No coração de uma árvore, no oco de uma raiz ou na axila de um galho, um novo rizoma pode se formar. Ou então é um elemento microscópico da árvore raiz, uma radícula, que incita a produção de um rizoma. A contabilidade e a burocracia procedem por decalques: elas podem, no entanto, começar a brotar, a lançar hastes de rizoma, como num romance de Kafka. Um traço intensivo começa a trabalhar por sua conta, uma percepção alucinatória, uma sinestesia, uma mutação perversa, um jogo de imagens se destacam e a hegemonia do significante é recolocada em questão. Semióticas gestuais, mímicas, lúdicas etc. retomam sua liberdade na criança e se liberam do ‘decalque’, quer dizer, da competência dominante da língua do mestre — um

acontecimento microscópico estremece o equilíbrio do poder local (DELEUZE. GUATTARI, 1995, p. 24).

De forma prática, as cartografias podem ser lidas em separado (como se faz, atualmente, a depender dos interesses), conforme, por exemplo, está disposto nos mapas de evolução dos biomas na região de Vila Bela, produzidos por períodos de tempos de melhor visualização, com implicações dessa alteração impressas na paisagem, em função dos processos de implementação do Plano de Integração Nacional (PIN) da ditadura brasileira, inserindo ainda o marco do agronegócio no Brasil e seus efeitos, gestado em meados da década de noventa, pela composição entre agricultura monocultora do grande latifúndio, de escala industrial, priorização de *comodities*, em agência com mercado financeiro nacional e internacional.

Ressalta-se que a cartografia é um modo de investigação que não busca desvelar o que já estaria dado como natureza ou realidade preexistente. Pauta-se no pressuposto de que o ato de conhecer é criador da realidade e do desejo de agir no mundo, colocando em questão o paradigma da representação, segundo nos fazem pensar Kastrup e Passos (2013, p. 2):

Ter um mundo às mãos é comprometer-se ética e politicamente no ato do conhecimento. É intervir sobre a realidade. É transformá-la para conhecê-la. Há uma dimensão da realidade em que ela se apresenta como processo de criação, como *poiesis*, o que faz com que, em um mesmo movimento, conhecê-la seja participar de seu processo de construção. O acesso à dimensão processual dos fenômenos que investigamos indica, ao mesmo tempo, o acesso a um plano

comum entre sujeito e objeto, entre nós e eles, assim como entre nós mesmos e eles mesmos. O acessar esse plano comum é o movimento que sustenta a construção de um mundo comum e heterogêneo.

E continua:

Também tocamos no problema do comum quando defendemos a ideia de que conhecer a experiência em sua dimensão criadora implica a dissolução dos pontos de vista na direção da experiência pré-refletida (PASSOS; EIRADO, 2009) e quando mostramos que o método da cartografia requer a habitação de um território (ALVAREZ; PASSOS, 2009). Ao retomar aqui o tema do acesso ao comum quando investigamos territórios, subjetividades e paisagens existenciais, às vezes distantes e estranhas em relação àquelas habitadas pelo pesquisador, adotamos a transversalidade como diretriz metodológica e a participação, a inclusão e a tradução como modos como ela comparece na pesquisa (p. 3).

O objetivo de se elaborar dois tipos de cartografias, Sociocultural e Socioecológica, como caminho para a produção de fatos de relevância científica, deveu-se à ideia de possibilitar descrições e análises pautadas em diversificação de recursos informativos, integrando, assim, cada campo cartográfico com seus dados e pertinências, inter-relacionando-os, a fim de ativar resultados mais amplos. Os métodos baseiam-se em sistemas complexos ou teoria da complexidade, quanto à interconectividade dos agentes e fenômenos no ambiente que circunda a pesquisa.

As cartografias elaboradas e suas diversas agências opõem-se à divisão disciplinar iluminista moderna e promovem uma abordagem com inter e transconhecimentos, mas sem abandonar a noção dos núcleos constituintes integrados ao todo. A arte, a neurociência, a quântica, o universo *cyber* e as teorias da informação referenciam o pensamento complexo, possibilitando os desejados caminhos rizomáticos, abertos, conectáveis, de múltiplas direções e a “partir de um broto que se estabelece”, para, dessa forma, apresentar com mais recursos as elaborações socioculturais e socioecológicas.

Simondon (2015, p. 21) contribui para o debate, quando pondera o transbordo da informação para além da teoria cibernética. Ele extrapola o fazer ciências para todos os campos possíveis, como a biologia e a psicologia, inclusive influenciando Deleuze e Guattari. Reflete sobre como o domínio físico e o domínio do vivente são diferentes entre si, embora partam de um mesmo processo de pré-indivuação e compartilhem da mesma condição de metaestabilidade. O vivente, como é chamado pelo filósofo, é teatro de uma contínua metaestabilidade; seu sistema informacional possui nele mesmo outro sistema informacional e “sua atividade não está no limite”, como são as coisas não viventes, vazias de uma substância e de uma ressonância interna.

Também há sentido didático no projeto de produção cartográfica ligando os diversos núcleos, pelo fato de poder oferecer e integrar mapas, imagens, com descrições, informe de políticas, subjetividades e análises, pois, assim, se torna

palpável representar e traduzir algumas dinâmicas próprias das ações humanas e suas marcas indelévels, participando de sua composição as inferências das culturas que por ali andaram e andam, que deixaram e vão deixando registros específicos na relação com a paisagem, sobretudo nos biomas do território investigado, em períodos gradativos, observando-se, mais uma vez, intersecções de tempo/espaço/gentes e suas interfaces políticas.

Logo, as imagens têm papel importante enquanto inscrição nas ciências, cumprindo vários objetivos na relação da ciência e sua visibilidade, no mundo, conforme demonstra a contribuição de Candido e Loguercio (2020, p. 20-21). Nesse sentido, as imagens desempenham um papel como tradutoras:

[...] quando o público em geral tem acesso a imagens bonitas ou explicativas que tornam visíveis conceitos ou a potência tecnológica da ciência mesmo que para isso utilize corantes, como [...] nos exemplos de microscopia, um artifício que embeleza, dá formas e profundidade suficientes para se ver a imagem como uma possibilidade do real; papéis como potência do pensamento, ou seja, como no caso de Galileu Galilei, e a técnica do claroscuro foi responsável por um novo entendimento da superfície da lua, o mesmo acontecendo com o entendimento do DNA via a imagem [...]; e de representar, tornar presente algo que pertence ao universo de nossa intelectualidade, do irrealizável, mas que podem promover ou obstaculizar o conhecimento científico, imagens que em realidade são discursos que não representam o mundo da ciência, mas que o criam efetivamente.

Nessa perspectiva, conclui-se que a imagem, na ciência, é uma conexão artística entre o mundo intelectualizado e o mundo em que vivemos, e possibilitar a visibilidade implica traduzir. Não ignorar seus graus de irrealidade, de subjetividades, significa ensinar ciência e potencializar um pensamento em devires, pelo fato de o mundo da ciência ser um mundo de laboratório e, portanto, um simulacro do mundo real. Esse mundo sintético é suficiente, mas também plástico, aberto, disponível para transformações.

Assim, em dialéticas múltiplas, houve pretensão de não incorrer em reducionismos e nem tampouco em universalizações, com atenção cognitiva e criativa na existência de sistemas culturais diversos, os quais têm muito a dispor, no que se refere a epistemes e relações entre humano e natureza, com suas formas variadas de interações socioecológicas, não antropocêntricas ou menos antropocêntricas, visando a viver bem e o “bem viver”²¹.

E, por ser parte interventiva, com participação social ativa na construção das descrições e análises elencadas, a perspectiva das cartografias supôs inevitavelmente imersão residente do escritor “nas Veredas” onde aconteceu a investigação. Dessa forma, a antropologia e etnografia

21 Bem Viver é uma contraposição filosófica e estética de origem indígena sul-americana, em relação ao liberalismo econômico e à vida gerida pelo capital. Incluem-se no Estado de Direito Contemporâneo os preceitos de Bem Viver, por meio das elaborações constitucionais de caráter pluriétnico, ocorridas na Bolívia, Equador, Nova Zelândia e Chile (em andamento), com repercussão teóricas mundiais na relação Humano-Natureza e implicações políticas e jurídicas acerca do tema.

colaboram para a elaboração e a descrição das demandas socialmente relevantes, a serem contempladas nas processualidades cartográficas.

Presume-se, portanto, que não houve qualquer pretensão à neutralidade, mesmo porque ela não existe. A ameaça às Veredas foi o fio condutor, a Toa do processo. Afinal, não somos *tabulas rasas*, como supunham iluministas positivistas e os idealizadores mais otimistas do chamado Contrato Social²², referência basilar e “intocável” na reprodução indutiva do Estado Moderno.

Em contraponto, é oportuno trazer referência crítica a esse “contrato”, ou melhor, conjunto de ideários para a consolidação do Estado-Nação, que se estabeleceu como “pedra fundamental” e se tornou amplamente estudado, nas universidades e meios sociopolíticos. Nesse sentido, Mills (2000) argumenta que, apesar da representação convencional das teorias políticas de Hobbes, Locke, Rousseau etc., as quais apresentam o contrato social como neutro em relação à raça, cultura e etnias, aliado à pretensa inserção da dupla

22 Contrato Social é uma teoria social, pactuada na modernidade, de bases eurocêntricas e pautada na ideia de acordo firmado entre os diferentes membros da sociedade ocidental, os quais se organizam com o objetivo de obter vantagens garantidas, a partir de uma ordem social proposta. Assim, os indivíduos abdicam de certos direitos ou liberdades, para que possam organizar um governo, liderado por um poder central com conjunto de autoridades em torno de uma espécie de pacto ou contrato, que orienta e impõe para o sujeito moderno sair de seu “estado de natureza” e se inserir em convivência com outros seres humanos, na estrutura criada e chamada de Estado-Nação. Os teóricos do contrato social incluem pensadores como Grotius (1625), Hobbes (1651), Locke (1689), Rousseau (1762), Kant (1797), entre outros; mais recentemente, podemos citar Rawls (1971), Gauthier (1986) e Pettit (1997), com a inclusão dos direitos humanos nesse contrato liberal e capitalista “moderno”.

petição jurídica reivindicada pelos revolucionários burgueses europeus e norte-americanos de igualdade (perante as leis, “império das leis”) e liberdade republicana (com respeito aos direitos do homem, gênese dos direitos fundamentais), na realidade, eles o entendiam também como forma de regular a relação entre brancos (alguns negadores da Europa, enquanto metrópole administrativa/jurídica, mas adeptos da europeidade) e não brancos.

O que houve, na prática, foi a criação de um “contrato racial”, conforme defende Mills, com características subliminares que permitiram costumeiramente a opressão, a aniquilação cultural e a exploração, enquanto validavam ideais próprios e morais ocidentais eurocêntricas, com evidências desses valores contratuais modernos incutidos nos processos de recolonização do Mato Grosso e de Vila Bela, especialmente, com intensidade a partir da década de setenta, projetado institucionalmente com amplitude e violências em relação aos povos e comunidades que ali estavam e estão.

Desse modo, pesquisador e produção cartográfica, os fenômenos ambientais e os coparticipantes das culturas dispostas encontram-se em um mesmo plano comum, no qual estão implicados, inseparavelmente. Entretanto, todos e cada qual, com seus caminhos pessoais e interpessoais, imbuídos de valores, subjetividades, mentes e corações, advindos dos processos de individuação, com seus fatos, tecnologias, questões singulares e energias/sinergias empenhadas para a

compreensão das introjeções nas quais o entorno social nos mobiliza, liberta e/ou oprime.

Simondon (2015, p. 23) elabora a hipótese de que a metaestabilidade seja transmitida de individualidade em individualidade, como acontece na lei de conservação da energia, da física quântica, onde a energia nunca é perdida nem ganha, mas é transformada em outra coisa. Pressupõe que toda relação consistente é aquela que dá origem a uma nova individuação, não porque dois indivíduos se encontraram, mas porque, dentro do sistema de individuação, houve uma ressonância interna que deu possibilidade a essa relação. Assim, o indivíduo cuja individuação é recorrentemente relativa, se mobiliza através de uma inquietação, uma “problemática interior”, e tem a chance de participar de uma problemática mais vasta que ele mesmo, a carga de metaestabilidade herdada de cada processo de pré-individuação, o qual seria o que possibilita essas interações.

Assim, a cartografia, que inspira projetos no âmbito das ciências sociais e humanas, nos deixa atentos para o acompanhamento de processos e a produção de subjetividades. Pesquisadores inserem a cartografia nos princípios do conceito de rizoma, para acenar ao modo como concebem produção de subjetividades, e em nosso caso, a ressignificação da relação Humano-Natureza em MT; ademais, trazer para a pesquisa a experiência integral, no ato de pesquisar, como material significativo, direciona a uma perspectiva multissensorial na produção de conhecimento científico. O que é vivido, enquanto

pesquisa, mobiliza e viabiliza o acesso à transversalidade e ao plano comum, inclui, nesse processo, a militância ativa em temas que transpassam a pesquisa, gerando envolvimento e ações, os quais possuem propósito de intervir no mundo, enquanto cidadania coesa ao escritor e as ciências, juntos, como forças coletivas para transformação social, afinal, qual o sentido de toda energia empenhada?

2. CAMINHOS PARA PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA

Conforme descrito, a pesquisa para o livro se realiza em cartografias com tópicos colaborativos, para composição dos resultados do estudo. Os procedimentos se desenvolveram em função de orientações teóricas inter e transdisciplinares, com a comunicação entre diversas áreas do saber e busca de relações entre os campos do conhecimento e a arte, dissolvendo fronteiras que limitam o processo de pesquisa e de aprendizagem. Trata-se da transcendência do pensamento linear, reducionista ou universalista, que já não responde a demandas que se apresentam na contemporaneidade. Transdisciplinaridade é a prática do que une e não separa o múltiplo e o diverso, no processo de construção do conhecimento – inclusive, a experiência, a participação cidadã e as afeições do escritor se revelam importantes.

Em face desse entendimento, os caminhos percorridos utilizaram fundamentos de campos das ciências sociais e das artes, para produção de dados das Cartografias Sociocultural e Socioecológica, transitando nas dimensões contemporâneas do Estado, Sociedade e das Culturas.

Assim, adotaram-se três frentes sistematizadas para produzir cartografias dos dados integrados, a saber:

2.1 Cartografia Sociocultural

Convivência, Encontros e “Arqueologia” das Cosmopolíticas Quilombolas de relação com a Natureza

Com o objetivo de mapear e traduzir lugares, gentes e seus significados para produção cartográfica sociocultural, foi realizada prospecção dos “artefatos” imateriais e materiais das culturas quilombolas, por meio do restauro de parte disponível da cosmopolítica de relação dos grupos com a natureza. Para tanto, promoveu-se Pesquisa Bibliográfica do que foi descrito e interpretado sobre a cultura, na região; Análise Documental concentrada em dados obtidos a partir de Estudos Arqueológicos, Antropológicos e Anais Históricos, que registraram estruturas, sítios, fatos e/ou acontecimentos, do período colonial do século XVIII, passando pela ocupação amazônica, do século XX até o momento, com atenção às políticas de Estado, auferindo informações sobre a relação entre Humano-Natureza na ocupação afro-pantaneira/amazônica.

Marcha para o Oeste, Mato Grosso e os Pioneiros-Colonos

Esse tópico é desenvolvido com o levantamento de documentos e bibliografia a respeito da Marcha para o Oeste, seus objetivos, ações, significados e fracassos, observando-se como se relaciona com significações presentes atualmente, no Mato Grosso e em Vila Bela. Em acréscimo, por meio de análise, realiza-se tradução de como esses processos coloniais de tensão cultural se efetivam, na região.

Desvendando a vanguarda de ameaças às Veredas: Retirada de MT da Amazônia Legal, Participação social nas reuniões do Conselho do Parque em Vila Bela e Mobilizações para extinção de Unidades de Conservação e flexibilizações normativas no estado.

A fim de desvendar a mobilização de segmentos ligados ao agronegócio junto com alguns legisladores do estado, acompanharam-se as discursivas desses representantes nas mídias oficiais e no jornalismo profissional, bem como se procedeu a levantamento de projetos de lei que materializam essa iniciativa. Quanto ao Conselho de Parque, em Vila Bela, foi promovida a participação nas reuniões públicas, primeiro, como representante da Universidade do estado de Mato Grosso (UNEMAT) e, depois, como cidadão-ouvinte, ao findar a representação. Dessa maneira, houve análise dos enunciados nas atas dos representantes que compõem o Conselho e das demandas que desejam, ao procurar intervir no destino do Parque e dos biomas contidos em seu entorno, na chamada Zona de Amortecimento.

Quanto à mobilização para extinção do Parque em Vila Bela e de demais unidades, foram levantados projetos de lei, notícias políticas e reuniões públicas, com o intuito de identificar argumentos, descrevê-los e produzir análises.

2.2 Cartografia Socioecológica

Mapas das condições dos Biomas

Esta parte do livro teve o escopo de produzir imagens, elaborar representações e traduções cartográficas sobre a evolução das ações humanas impressas na paisagem local da Amazônia, de Cerrado e Pantanais, em períodos gradativos de tempo/espaço/gentes, associando-as com aspectos políticos e culturais.

Pesquisa e curadoria de imagens artísticas dos Bioindicadores das comunidades em Vila Bela: Iconografia dos afetos - Germinar Veredas

Foram pesquisados trabalhos em acervo fotográfico de artista que acompanhou processos das comunidades quilombolas vilabelenses, sobretudo algumas que foram expulsas após planos de integração da ditadura, com a chegada de pioneiros e latifundiários a seus territórios. As imagens são produzidas nas perspectivas aérea e terrestre. Desse modo, formou-se um banco de imagens, que, além da beleza estética dos patrimônios ecológicos e culturais locais, possuem bioindicadores que atestam a partilha de territórios

entre humanos e natureza, com tecnologias integrativas na produção de alimentos, remédios, construção de moradas e a instauração de sincretismos culturais.

Evolução da Condição Hídrica Pantaneira e suas transconexões

Descrição e composição dos estudos realizados por Institutos, Universidades, ONGs, além de matérias do jornalismo profissional, a respeito da situação histórica e atual dos Pantanaís, no centro-oeste, em específico no Mato Grosso, associando esses estudos com as culturas e políticas públicas.

CARTOGRAFIA SOCIOCULTURAL

Figura 5 – Plano urbanístico da ocupação portuguesa em Vila Bela de 1789



Fonte: Foto de Atilio Neto do Acervo do Palácio Capitães Gerais.

A presente parte do livro, almeja expor e integrar fluxos informativos, definidos como Cartografia Sociocultural, na qual a centralidade do rizoma se localiza a partir das culturas para o mundo das sociabilidades, além do paradigma antropocêntrico,

envolvendo também o ecológico. Dividiu-se em três núcleos: 1) Arqueologia das cosmopolíticas quilombolas de relação com a natureza, 2) Marcha para o Oeste, Mato Grosso e os Pioneiros, e 3) Desvendando a “Vanguarda” de ameaças às Veredas: Retirada de MT da Amazônia Legal, Participação social nas reuniões do Conselho do Parque em Vila Bela e Mobilizações para extinção de Unidades de Conservação e flexibilizações normativas no estado.

1. CONVIVÊNCIA, ENCONTROS E “ARQUEOLOGIA” DAS COSMOPOLÍTICAS QUILOMBOLAS DE RELAÇÃO COM A NATUREZA

Com o intuito de mapear e traduzir lugares, gentes e seus significados para a produção cartográfica sociocultural, foi feita uma prospecção dos artefatos imateriais e materiais das culturas quilombolas, através do restauro de parte disponível da cosmopolítica de relação dos grupos com a natureza. Para tanto, houve convívio e encontros durante seis anos, em Vila Bela. Também se realizou Pesquisa Bibliográfica do que foi descrito e interpretado sobre as culturas, na região; Análise de documentação de dados obtidos a partir de Estudos Arqueológicos, Antropológicos e Anais Históricos, os quais registraram estruturas, sítios, fatos e acontecimentos, do período colonial do século XVIII, passando pela ocupação amazônica no século XX, possibilitando auferir informações sobre a relação entre Humano-Natureza construída ao longo do tempo.

1.1. Lembranças que teimam em estar

Vila Bela é um município que possui trajetória histórica colonial e cultural importante para a memória brasileira, principalmente para os afrodescendentes, devido ao grande contingente de etnias africanas trazidas à força para a região, rebeliões constantes, formação de diversos quilombos (alguns remanescentes permanecem até hoje) e mobilizações exercidas pelas negras, negros e mestiços organizados, em contraposição ao modelo de escravização imposto por governantes e latifundiários, no decurso do período colonial (1530-1822) e o período imperial português (1822-1889).

Seu grande ícone é a rainha Teresa de Benguela, filha de rei e rainha da região de Angola, que liderou o Quilombo Grande ou Quariterê, às margens do rio Guaporé, no transcorrer do século XVIII. O Quariterê durou cerca de cinco anos e foi um dos maiores quilombos do Brasil. Em seu auge, teve mais de 300 pessoas, de várias etnias, além das afrodescendentes. Foram necessárias diversas incursões de militares portugueses auxiliados pela sociedade colonial e com recurso da câmara de Vila Bela, para debelar o quilombo que ela liderava. Sua organização política e social e defesa do território eram sofisticadas, com registro de parlamento e exército organizados, autossuficiente na produção agrícola, tecelagem e usos de tecnologias aprimoradas para abastecimento de água e de edificações (ZANETTINI, 2006). Até hoje, há versões distintas da destruição do quilombo e da captura e morte de

sua representante maior, conforme referências trazidas por Lourdes Bandeira (1988).

Quanto aos primeiros núcleos de povoamento branco, na região, foram de origem portuguesa, alojados na faixa de terras hoje conhecida como estado de Mato Grosso e remontando ao século XVIII, mais precisamente ao vale do rio Cuiabá. Dessa forma, demonstra-se como a ocupação portuguesa do vale do Guaporé é derivada do Cuiabá e foi em função dessa ocupação que se descobriu ouro, nas imediações do Guaporé, dando-se início aos núcleos de povoamento em seu entorno, chamados de Arraiais.

O interesse metropolitano na região de fronteira com a coroa espanhola (atualmente Bolívia), inicia-se por volta de 1730, pelo fato de o ouro de aluvião em Cuiabá já apresentar sinais de esgotamento da lavra superficial. Essa situação deixa a população cuiabana inquieta e desacreditada, fazendo com que se organizassem buscas por novos indícios de locais com metais, através das bandeiras para o interior da capitania. Esse contexto orientou investimentos do governo colonial ao vale do Guaporé, em 1733. A descoberta de novas jazidas superficiais na região foi o principal motivo político para o desmembramento da Capitania de São Paulo, em 1748, sendo assim criadas as Capitanias Gerais de Goiás e de Mato Grosso, esta última capitania governada pelo Capitão-General Dom Antônio Rolim de Moura Tavares (1751-1764), com sede na recém-criada Vila Bela da Santíssima Trindade de Mato Grosso, capital da

capitania, desde março de 1752 até 1820, quando transfere-se a capital para Cuiabá.

Em ambas as capitais, Mato Grosso e Goiás, a Coroa instalou, em 1751, a Casa dos Quintos, para a arrecadação da tributação devida, começando a fortificação do limite ocidental da Colônia (imagem abaixo do Forte), de modo a garantir a navegação e a posse da região. A assinatura dos Tratados de Madri, em 1750, e de Santo Ildefonso, em 1777, com a Espanha, estabeleceu as fronteiras na região, tendo sido conduzida com perspicácia política por Rolim de Moura, conforme remontam os registros historiográficos.

Imagem 17 – Real Forte Príncipe da Beira, esplendor da arquitetura militar portuguesa, no Brasil, de 1775, localizado na margem direita do rio Guaporé, quando ainda era Vila Bela, hoje estado de Rondônia



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Documento importante que narra com detalhes como foram as primeiras décadas na capital da Capitania de Mato Grosso são os Anais de Vila Bela. Os anais foram descobertos em duas etapas, como um quebra cabeça. A primeira etapa, descoberta em Portugal, continha os anais escritos de 1734 a 1754, assinados pelo escrivão Francisco Caetano Borges. Porém, segundo determinavam as Ordenações Filipinas²³ e características próprias da obstinação lusitana pelos registros cartoriais, era provável haver anais completos do período da capital em Vila Bela. No ano de 2005, finalmente, foi encontrado um único exemplar completo conhecido na *Newberry Library*, em Chicago, pela professora de História da Universidade de Brasília, Janaina Amado, possibilitando vasculhar parte importante da história de Mato Grosso, o qual pôde ser analisado sob diversos pontos de vista científicos.

1.2. Anais de Vila Bela, fractais e a colonialidade em MT

Os Anais são como um diário oficial, que conta a vida cotidiana da capital, entre os anos de 1734 e 1789, escrito por escribas nomeados pela Coroa para exercer suas funções na vila-sede da capitania, com os documentos posteriormente

23 As Ordenações Filipinas, ou Código Filipino, é uma compilação jurídica que normatiza a vida social em vários ramos do direito. É um código de tudo, desde processo, passando pelo direito penal ao direito comercial. Ficou vigente em matéria civil em Portugal e seus territórios ultramarinos até 1867, quando foram revogadas pelo Código Civil Português de 1867. No Brasil, país que havia se emancipado de Portugal, em 1822, esteve em vigor, em matéria civil, até 1916, sobretudo pela dificuldade em se desvencilhar dos intentos escravagistas da elite rural, quando foi revogado pelo Código Civil brasileiro. Assim, as Ordenações Filipinas tiveram uma sobrevida de quase cinco décadas, no Brasil, mesmo após estas terem sido revogadas em Portugal.

assinados e reconhecidos pela metrópole e pelos oficiais representantes da Câmara, atestando como “[...] exata averiguação da verdade” (AMADO; CASELLI, 2006, p.19).

Seu conteúdo apresenta ampla gama de informações, que permite traduzir em perspectiva o que se pretende, no acesso aos seus textos. Aqui, a pretensão foi se inspirar um pouco nos fractais, objetos geométricos que podem ser divididos em partes, cada uma das quais semelhante ao objeto original, tal qual um *topos* projetando paisagem que se pretende, no caso, a paisagem colonial dos mundos sociais que sofreram processos de colonização, material e subjetiva, administrativa e jurídica.

E, pelo fato de sabermos, hoje, que o mundo colonial produziu certo tipo de padrão, não significa que seríamos capazes de prever os contornos precisos, pois as variações causadas pelos diferentes fatos e acontecimentos, e como transpassaram os indivíduos, criando subjetividades distintas, porém ligadas, tornam o processo da colonialidade semelhante a uma “epidemia” em constante mutação e com “sintomas” de individualizações. Mesmo os limites de nossas compreensões, enquanto colonizados e influenciados pelas características do sistema epistêmico “moderno”, fariam esses padrões com características únicas e difusas, ao mesmo tempo, projetados em futuros sociopolíticos ressignificados.

Isso não quer dizer que essa inspiração fractal possa ser usada para prever grandes eventos, em sistemas caóticos,

mas pode nos dizer que tais eventos poderão acontecer, e que o universo político pode ser fractal e intrinsecamente imprevisível. Assim, na relação vanguardista Humano-Natureza em construção em Mato Grosso, reluzem imagens projetadas que são pistas de um devir dramático. Nesse sentido, as teorias pós-coloniais, os estudos decoloniais e as epistemes contemporâneas têm muito a nos orientar.

Os Anais de Vila Bela nos fazem pensar e relacionar, através de sua experiência localizada, algo sobre as raízes espelhadas na figura “geometrizada” do mundo social, em que suas partes separadas repetem os traços (a aparência) do todo completo (padrão repetitivo), da colonialidade do poder, na reprodução das relações culturais e étnicas, da religiosidade e da relação Humano-Natureza que vêm se desenvolvendo em Mato Grosso e, com certa identificação, no Brasil.

Contempla-se que os fractais têm infinitos detalhes, são geralmente autossimilares e de escala. Podem ser gerados por um padrão repetido, tipicamente um processo recorrente ou iterativo, que surpreendentemente percebemos nas ligações com os relatos do período colonial dispostos. Nessa linha, os detalhes contidos nos Anais são de importância historiográfica e sociocultural, revelando nossa ancestralidade colonial em contínua formação, resiliente ao tempo e resignificando-se continuamente. São descobertas que nos mostram o que se passava nas Veredas profundas de Mato Grosso, no século XVIII, em documento único e agora com publicações

acessíveis. Possuem 165 páginas e foram organizados em ordem cronológica.

Importante pontuar que os Anais são tipos narrativos da história que remontam à antiguidade clássica. Sofreram transformações estruturais, no período da Idade Média europeia, por serem codificados de forma rígida, busca compulsiva pela “precisão”, impessoal e isentos de emoções. Todavia, ganharam flexibilidade e certa emotividade, após as colonizações do século XVI, por conta das grandes aventuras poetizadas, das influências dos povos e a miscigenação dos escribas.

Gilberto Freyre foi o primeiro cientista social brasileiro a comentar sobre os Anais de Vila Bela, conforme investigações realizadas pelas historiadoras organizadoras dos Anais, Janaina Amado e Leny Caselli (2006, p. 24-26). Em 1960, na Casa da Insua, em Portugal, Freyre tece comentários do período colonial, utilizando conteúdo desses Anais para refletir sobre a região do “sertão” central do Brasil. Outro importante documento mato-grossense de perspectivas coloniais e imperiais são os Anais do Senado de Cuiabá, de 1726 a 1830.

Quanto aos detalhes traduzidos pelos Anais sobre a região, chamada posteriormente pela monarquia portuguesa de “Minas do Mato Grosso”, no vale do Rio Guaporé, foram descritos também como “a primeira ocupação branca na região”, em 1734, pelos irmãos paulistas Pais de Barros, servidores da Coroa, os quais faziam parte de grupo de bandeirantes paulistas, que iniciam a discursiva sob a

existência de um “Mato Grosso” a ser superado, a partir da ampla visão que se tinha de cima da Serra (hoje, Parque Estadual Serra Ricardo Franco, no qual, segmentos do agronegócio se esforçaram para extinguir e transformar em fazendas) elevada “desde o Guaporé”. Eles chegaram à região à procura de indígenas, mas acabaram por descobrir ouro e metais, suscitando assim o título de Minas ao Mato Grosso.

Ora, o esgotamento das minas superficiais de Cuiabá, “[...] abalando o povo do Cuiabá” (AMADO; CASELLI, 2006, p. 28), e as novas descobertas no vale do Guaporé, aliados à preocupação em garantir as fronteiras da metrópole, constituem conjuntura ideal para o deslocamento de grande parte da população da nova capitania para construir os Arraiais em Vila Bela e, posteriormente, definir qual arraial seria desenvolvido como o centro do povoado lusitano em MT. Assim, o surgimento de Vila Bela está condicionado aos povoados que ali se formaram, os quais tinham como objetivo prioritário a mineração e morada, denominado pelo nome de: Arraial.

São criados, em Vila Bela, os Arraiais de São Francisco Xavier, São Vicente, Ouro Fino, Boa Vista, Lavrinha e o porto/vila do Pouso Alegre para tráfego nos rios, que fazem parte de um conjunto de mais de dezena de arraiais implantados pelos portugueses, no século XVIII, na capitania. O Arraial São Francisco Xavier, criado em 1734, na Serra de São Vicente, no Alto Guaporé, foi rejeitado para ser o centro da vila a se formar por Rolim de Moura, contrariando os componentes de sua comitiva, que argumentavam pelo aproveitamento do robusto

núcleo já formado de São Francisco. Rolim de Moura prefere lançar os alicerces da nova Vila à margem direita do Guaporé, no porto vila do Pouso Alegre, em março de 1752.

O porto do Pouso Alegre tinha sido criado em 1748 e foi determinante na escolha, como centro da vila, pelas condições socioecológicas mais adequadas, com seus vários portinhos ligando ao mar atlântico (sempre ele como referência lusitana) e rotas de fugas mais fáceis. Foi planejado por arquitetos lisboetas com casas térreas e estudo de materiais locais a serem usados, como o barro para telhas e pedra canga como adobe. Conforme descrevem os Anais, a partir de 1761, “[...] vai ganhando rosto a cidade, com igreja matriz, praça e edifícios”.

Atualmente, seu conjunto de aproximadamente uma dezena de quadras planejadas compõe o Centro Histórico tombado do município, porém, está em péssimas condições e os casarios estão em desaparecimento acelerado, sobretudo nos últimos 10 anos. Há grande dificuldade também em se visitar os Arrais em Vila Bela. Isso se deve ao fato de as atuais mineradoras “não fomentarem” visitas e estudos. O emblemático Arraial de São Francisco Xavier, sob domínio de uma mineradora, possui patrimônio histórico e sítio arqueológico importante e amplamente falado nas conversas de rua, principalmente pelos povos e comunidades de Vila Bela. Foi edificado com mais de cinco dezenas de casas de pedra para a comunidade que ali residia. É chamado, pela população local de “Machu Picchu mato-grossense”.

Imagem 18 - Garimpo de ouro nos anos 2 mil, no antigo Arraial de Boa Vista, em Vila Bela



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Outro local emblemático é a Vila de Casal Vasco, fundada em 1783, permanecendo em atividade até 1808. Foi a última criação urbana, na gestão do Governador e Capitão Geral da capitania, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. A vila era localizada na margem do rio Barbados, ao sul de Vila Bela. Tinha casarios de dois andares projetados em Portugal e o primeiro cemitério institucionalizado pelo governo, na região, os demais cemitérios eram anexos as igrejas como de costume na época. O engenheiro Joaquim José Ferreira ficou responsável pelos projetos. O local serviria para sediar encontro das comissões demarcadores e de se

desenvolver na área a Fazenda Nacional para produção de gados, vindos de Portugal, pelo fato de o terreno de campos ser propício à atividade (VOZES CONTRA OS GENOCÍDIOS, 2022). O ponto era estratégico também para a presença do governo português, pois lá se encontravam as nascentes dos rios Aguapeí e Alegre. A cerimônia de inauguração de Casal Vasco foi de grande significância colonial, por ter comparecido pessoas ilustres, como o próprio governador, conforme descrevem documentos históricos.

Povos Originários da região

Ilustra-se, em variados momentos dos Anais, a presença de núcleos narrativos discorrendo sobre a relação colonial com as etnias originárias. Às vezes, menos tensas, outras, mais tensas. Quanto à sociabilidade branca com os povos, existem relatos recorrentes da promoção e procura de encontros, por parte dos governantes, registrados periodicamente, com objetivos principais de busca por auxílio na investigação por metais, para composições políticas na defesa das fronteiras e para aprimoramento do conhecimento sobre a região, já que os povos originários eram descritos como “mestres do local”. Encontram-se relatos de proibição de violência contra indígenas, devido à ação de grupo de sertanistas, sobretudo dos paulistas. Importante ressaltar, nas descrições, que, mesmo havendo certa “compaixão”, em alguns momentos, o objetivo era desenvolver a colonização, procurando beneficiar os intentos e interesses coloniais.

Outro marco paradigmático foi a mudança radical de postura em relação aos povos, a partir do início do Período Pombalino²⁴, descrita nos Anais, a partir do ano de 1759, com citações de “[...] massacres brutais executados por sertanistas movidos pela cobiça, utilizando métodos de leis que eram a desumanidade.” Ou “Ações injustas, mentiam-lhes correntes e gargalheiras, acompanhadas de atrocidades, inauditas e indignas...” (p.75).

Também se mencionam “[...] matanças” nos arredores de Cuiabá para Vila Bela, contra grupos de Caiapós, que estavam aproximando daquela vizinhança.” (p. 188). Apesar de parte da população branca demonstrar certa repugnância pelas ações dos “sertanistas” em relação aos chamados “gentis da terra” (termo racista, porém, grafado conforme o descrito nos Anais), os povos originários eram vistos como humanos subalternos, inferiores, sujeitos a serem “salvos” e cristianizados pelo pioneiro colono metropolitano.

Há também relatos de temeridades com respeito aos indígenas, seus conhecimentos do “sertão” e sua disposição para lutar. Citam-se as alianças com alguns grupos, para lutar contra os espanhóis, visando a garantir as fronteiras da

24 O Período Pombalino ocorreu do ano 1750 a 1777 e refere-se ao tempo em que o Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, exerceu o cargo de Primeiro-Ministro de Portugal. Ele foi nomeado pelo rei Dom José I e governou, impondo suas leis rígidas a todos. Algumas características sentidas no Brasil foram: extinção definitiva das capitanias hereditárias, elevação do Brasil a vice-reino de Portugal, nomeação do Rio de Janeiro como nova capital da colônia em substituição a Salvador, expulsão dos jesuítas, imposição da língua portuguesa e proibição de outras línguas e perseguição aos povos originários.

“amizade”. Há descrições sobre a preparação de intérpretes indígenas, chamados de “os línguas”, objetivando desenvolver a comunicação entre povos originários e representantes coloniais.

Nesse sentido, importante ressaltar a influência da língua Nheengatu, até meados do século XIX, especialmente em território amazônico. Essa língua nativa era conhecida como Língua Geral ou Língua Geral Amazônica e se desenvolveu originalmente como língua franca. Em sua dinâmica, teve diversas transformações, por influência do português e de outras línguas indígenas, as quais implicaram modificações em alguns fonemas exclusivos do tupi antigo. A língua geral foi inicialmente promovida pela Coroa Portuguesa e estabelecida como língua oficial nas Capitanias do período de 1689 a 1727. Entretanto, com a intensificação do imaginário colonial, iniciam-se processos de “portugalização” do Brasil. Uma Carta Régia de 1727, por exemplo, proíbe o uso da língua geral nas povoações e aldeias de repartição, determinando que tanto os moradores quanto os missionários organizassem o ensino do português a indígenas. Em 1758, o Marquês de Pombal proíbe definitivamente o ensino e uso do tupi e da língua geral, instituindo o português como única língua aceita no Brasil.

As questões de gênero também se fazem presentes na intensificação da paisagem colonial, com a preparação de mulheres indígenas para serem “[...] oferecidas a Jesus Cristo e instruídas na língua portuguesa” (p. 29).

Devido à variedade de povos originários, culturas e interações percebidas pelos sujeitos coloniais, nesse pequeno fractal representativo do Brasil do século XVIII, nota-se que são pontuadas recorrentemente essas diferenças, percebidas ao olhar das personas coloniais, pelo fato da existência de uma etnodiversidade estranha a eles, que, de certa forma, vai encurralando e homogeneizando os colonos-pioneiros metropolitanos, transformando-os em única comunidade “branca” na região, com características simbólicas marcadas, as quais vão se tornando cada vez mais herméticas em relação às diversas sociedades não brancas, que também eram distintas entre si e amplamente presentes no entorno desse núcleo lusitano. Assunto cíclico nos Anais diz respeito ao trânsito constante dos povos originários, sem levar em conta a fronteira ibérica “imaginada”, definida e sacramentada pelos brancos, mas não limitadora para os povos e comunidades negras.

Nações Africanas em Vila Bela

Quanto à presença e atuação desses grupos, os Anais são ricos e diversificados em informação. Os relatos ressaltam que a colonização de Vila Bela, desde os primórdios de sua constituição, foi dualista socialmente, de características “branca colonial” e “negra escravizada”. Impressionam, em número de registros e de importância, as referências dadas aos grupos diaspóricos da África no tocante às atividades desenvolvidas na capital, da economia às religiões, da cultura às organizações

militares coloniais (os dragões) e suas ações, das relações sociais aos costumes, constituindo parte intrínseca relativa às memórias dessa pequena vila (p. 30). Os documentos apontam para uma profunda dependência da sociedade colonial para com os negros e negras, destacando quantos eram, quando e como chegaram à região, usos de transportes regulares para “carregação de fazendas secas e escravaturas” em carroças vindas do Cuiabá. Descrevem seus preços, sexo das pessoas, dados sobre rebeliões, notícias dos fugitivos e dos quilombos constituídos e descobertos.

No início do século XIX, conforme os registros documentais oficiais expostos nas imagens abaixo, a quantidade de brancos em Vila Bela era de 406 pessoas, enquanto que de “mulatos” (mestiços) eram de 1132 pessoas e de negros eram de 4308 pessoas. O total populacional em Vila Bela em 1803 eram de 5846 pessoas, sem contar os povos originários da região, compondo assim, a sociedade do período na capital mato-grossense.

Nesse sentido, podemos especular que a população branca em Vila Bela era de aproximadamente 8% no início do século XIX. E que as discursivas de que os negros escravizados foram “deixados” ou “abandonados” por seus proprietários, quando ocorre a mudança das personas coloniais para Cuiabá, talvez careça de mais pesquisas e investigações a documentações. Com uma ampla maioria de pessoas negras, fugas e rebeliões recorrentes e o alto valor que tinha os escravizados no período, parece não ser suficientemente consistente defender uma perspectiva passiva e pacífica da população negra em Vila Bela, de apenas ter sido “deixada” e não seguir com seus senhorios, exclusivamente pela vontade desses.

As fugas e movimentos de recaptura eram assuntos constantes. Muitos dos destinos estavam além das fronteiras lusitanas, para a chamada “América dos domínios espanhóis”, ocorrências essas descritas pelo fato de Vila Bela favorecer o “embrenhamento dos negros” nas florestas que circundavam a pequena vila. Essa situação, tema de reclamações dos colonizadores, dificultava a captura pelos senhores e autoridades portuguesas. Vários exemplos relatam essa situação: em 1768, com os negros e negras fugidos para os domínios do Peru. E, em 1773, 51 pessoas fugidas para o domínio da Espanha (p. 125-126).

Quando o assunto era sobre resistência dos grupos africanos, as duas Coroas, que disputavam territórios e viviam em constante tensão e guerras, ficavam unidas no enfrentamento. Procuravam repatriar os fugidos aos seus

domínios, fazendo respeitar as consequências das leis coloniais da boa correspondência entre as duas monarquias. Como exemplo, em 1768, Vila Bela teve restituição de fugitivos do Peru e, em 1772, devido ao acordo de Castela, “[...] teve o povo de [Vila Bela] grande contentamento de ver entrar, pelas ruas desta vila, um cordão de 56 escravos, de um e outro sexo, debaixo de guarda e acorrentados” (p. 31), que tinham fugido para domínio espanhol.

Os escritos se desenvolvem e revelam fonte importante para estudo dos quilombos em Mato Grosso. Informam sobre a existência e funcionamento de inúmeros pequenos quilombos, como o sítio da Sepotuba, em 1770, do temido Quilombo Grande ou Quariterê, comandado pela Rainha Teresa, de nação Benguela, “escrava do Capitão Timoteo Pereira Gomes”, que, conforme relatos, a partir de perspectiva colonial escravocrata e cristã, diziam ser Teresa temida por homens e mulheres da região, ou seja, uma figura “maligna” aos olhos coloniais (p. 31).

As descrições realizadas nos Anais representam muito sobre a origem das mais de vinte comunidades remanescentes quilombolas presentes até final do século XX, no município, as quais foram desestabilizadas, expulsas, assediadas e se deslocaram, sobretudo depois dos planos de integração nacional implementados pela ditadura, nos anos setenta.

Questões Socioeconômicas

Na parte da economia, os Anais procuram ser precisos quanto aos preços, salários, medidas e trocas com metais.

Abordam assuntos relacionados a comércio de produtos entre a Vila e povos originários, mediadas e quantificadas por escambos e, por vezes, ouro em peso, até o implemento da moeda “réis” no cotidiano da vila. Há diversos exemplos para ilustrar as tratativas e mensurações de quanto valia uma libra de carne de vaca ou de porco, sacas de grãos e produtos escassos e difíceis de se importar, como no caso do sal.

Descrevem também os sucessos da agricultura e pecuária (na Vila de Casal Vasco), mostrando que Vila Bela era capitania independente e próspera em relação a colônias mais antigas, com reprodução de bois e onívoros, agricultura relevante, mesmo em períodos difíceis de muita chuva ou seca, contudo, com grande colaboração dos conhecimentos dos povos originários do Guaporé. Citam orgulhosamente as plantações e produções de cacau, para chocolate, e da poaia, planta medicinal que combatia a malária e febre amarela, a qual compunha os sistemas de conhecimento das florestas, reconhecidos pelo governo. E, vez ou outra, recebiam festivamente e com muita pompa a visita de astrônomos e naturalistas, que tinham interesses em estudar a natureza da região (p. 280-282).

As reformas do Marquês de Pombal tiveram efeitos diretos nas colônias, em razão das exigências e reivindicações dos próprios colonos metropolitanos. No começo do século XIX, por exemplo, a reclamação das epidemias e a falta de médicos em arraiais longínquos fazem com que, em 1799, fosse construído o Hospital de Vila Bela, com participação

de respeitados professores da época. Em 1803, propõe-se a criação de um Hospital Militar; em 1808, tem início a primeira aula régia de anatomia e cirurgia de Vila Bela. É interessante ressaltar que o processo de medicalização na região não seguiu o mesmo modelo de outras cidades da metrópole, pois, segundo seu estatuto, estavam previstos os ensinamentos e a contratação de agentes de curas tradicionais, como as parteiras negras, unindo conhecimento com a medicina não ocidental ou, conforme registrado em documentos, “[...] uso do popular ao científico europeu”, mesmo em tempos de escravização (ZANETTINI, 2006, p. 48).

Informações de variadas ordens se apresentam, as quais discorrem sobre temáticas que tinham significado para aquela sociedade, como citações de amuletos mágicos dos povos, expulsão de jesuítas no período pombalino, punição de padres pela Inquisição, festas religiosas que duravam muitos dias, cometas que rasgaram os céus, nos anos de 1769 e 1770, cheias e secas e períodos de fome, epidemias, febres catarrais, tosses, doenças que vitimavam a população, principalmente os governadores Luiz e João de Albuquerque (p. 276). Relatam a fundação da cadeira de gramática, em 1762, a criação de subsídios literários para representações teatrais e óperas, e como se organizava e se desenvolvia a circulação das notícias, por meio de mensageiros das cartas e gazetas. Enfim, os Anais expressaram a “história oficial” – ou a história contada na perspectiva das autoridades metropolitanas e personas coloniais – sobre o que acontecia nesse local inserido no ermo

“sertão” da capitania, no meio do continente sul-americano, tão perto da fronteira e das guerras luso-espanholas, porém, longe do Brasil Atlântico e de Portugal.

1.3. Vila Bela Contemporânea

Imagem 19 – Cotidiano no centro do quilombo urbano com seus belos casarios, sem apoio do estado de MT



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

O território de Vila Bela, ainda hoje, possui grande extensão, com seus 13.420,436 km². Mesmo depois de desmembrado, nas últimas décadas, em cinco municípios (Pontes e Lacerda, Nova Lacerda, Conquista d’Oeste, Comodoro e Porto Esperidião), continua com território quase dez vezes maior que o da cidade de São Paulo, por exemplo. Tem uma população de aproximadamente 16 mil habitantes,

com mais da metade em zona rural, conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021). Antes de sua divisão, estendia-se até Porto Velho, Rondônia, na área militar portuguesa do Forte Príncipe da Beira.

Era uma espécie de Brasília do século XVIII, de acordo com estudos arqueológicos e históricos documentais de Zanettini (2004). Tinha elementos de arquitetura monumental, para ser avistada de longe, como um sinal evidente de que era território português. Como toda capital, possuía um palácio, uma igreja matriz, algumas igrejas pequenas, com seus cemitérios e até local de ópera. “No meio da Revolução Francesa em 1789, tinha gente ouvindo ópera em plena floresta amazônica”.

Entretanto, existe patrimônio a ser resgatado de suas “ruínas” e evidenciado para sociedade. Isso se deve ao fato do grande fluxo de etnias africanas que foram trazidas no século XVIII, principalmente da região de Angola, para trabalhar forçadamente nas minerações, nas produções agrícolas e na construção civil. Essa memória é transmitida pelas gerações que seguem, através da tradição oral, não produzindo estudos e registros suficientes para conhecimento complexo das diversas dimensões sociais presentes e dos acontecimentos importantes ocorridos. Nem o ensino formal, básico e superior, do município e da região, trabalha a história de forma satisfatória, mesmo sendo uma antiga capital, desenhada e arquitetada em Lisboa, de população preponderante negra e mestiça, dispondo, portanto, de Patrimônio Cultural e Histórico fundamental a ser disponibilizado para memória brasileira.

Possui diversas tradições multiculturais, criadas como momento celebrativo e de inclusão, enquanto protagonistas diante do sofrimento imposto pelos sujeitos coloniais, metropolitanos e pioneiros. São simbolizadas, em seu auge, pela Festa no mês de julho, que contém encenações de danças, lutas, guerrilhas, solidariedades, bênçãos e muito mais, manifestas no Congo, Chorado, São Bendito, nas rezas, comidas e doces servidos gratuitamente para a população e turistas (VOZES CONTRA OS GENOCÍDIOS, 2022).

No cotidiano, encontramos crianças, jovens e adultos ensaiando fanfarras afro mato-grossense, pelos cantos da cidade, chamados de Congo, Conguinho e Bloco do Capão. Os Chiquitanos de Vila Bela também participam, com suas manifestações, como carnavalito, malhação do Judas, comidas, moda e uma tecnologia de arquitetura belíssima, a qual podemos classificar de uma bioconstrução arquitetônica local.

Há uma escola quilombola oficial, Verena de Brito, e ações de Estado para demarcação de pelo menos cinco territórios, um Chiquitano e quatro Quilombolas, com mais de vinte comunidades de remanescentes que ocupam e ocuparam a região.

Fato relevante na história, a qual repercute na formação de uma cosmologia afropantaneira e amazônica própria, é a fuga da elite portuguesa para Cuiabá, de forma abrupta, com a falência das minas na região no século XIX. Dessa forma, em agosto de 1835, a maioria dos moradores da

cidade e das fazendas “deixam” seus bens, inclusive pessoas escravizadas, e migram para Cuiabá, a nova capital imperial que procurava fortalecer suas redes de ligação comercial com o Sudeste, Sul e Nordeste.

E, por mais de uma década aproximadamente, conforme oralidade local (ainda faltam dados mais consistente para delimitar com precisão o período de ausência do conjunto predial colonial central), a cidade ficou praticamente vazia de gentes, com a população originária e negra oculta nas florestas, em suas pequenas comunidades rurais, autossuficientes e com *expertise* sobre a natureza local, pelo auxílio do sincretismo cultural que ocorreu junto aos povos originários, principalmente com os Parecis, Nambiquaras, Bororos e Chiquitanos.

Essa situação de viver em locais extremamente isolados, nas florestas, de difícil acesso para carroças ou longas distâncias de barco, era pela preocupação desses povos e comunidades com a possibilidade do retorno das personas coloniais e seu modelo social e de trabalho escravocrata. Cessada um pouco a preocupação, parte dos afrodescendentes começaram a repovoar a cidade, reformando os casarios coloniais. Curiosamente, hoje, o centro da cidade e muito dos seus patrimônios históricos são de posse dos descendentes das Nações Africanas e chiquitanos, inclusive com processo reivindicatório em andamento de usucapião coletivo do conjunto predial central, reconhecido pela Fundação Palmares como um Quilombo Urbano. Em certos quintais e dispensas desse conjunto de casarios, existem diversos artefatos do

período colonial e de peças arqueológicas encontradas na região, fazendo com que esses quintais e cômodos vilabelenses sejam pequenos museus caseiros de relíquias importantes para memória arqueológica e histórica brasileira.

A questão de gênero também é um tema complexo. A força das mulheres vilabelenses é notável, no dia a dia e na formação de uma cosmopolítica matriarcal local. Tecnologias de quintais nutritivos, medicinas de ervas, culinária pluriétnica, danças, musicalidades e benzas, compõem essa rede de afetos e estratégias de representatividade feminina negra, conforme revela pesquisa da intelectual vilabelense Silviane Silva (2016). Em acréscimo, a experiência do quilombo liderado por Teresa de Benguela abrilhanta ainda mais a participação social das herdeiras do Quariterê.

Dessa forma, a região ficou sob produção sociocultural das comunidades negras, dos mestiços e indígenas que ali residiram e resistiram, por aproximadamente 130 anos, desde a migração lusitana para Cuiabá. Mesmo depois da emblemática “Marcha para o Oeste”, implementada pelo Estado Novo de Vargas (1937-1945), e da titulação de terras de fronteira para fazendeiros, na década de cinquenta, não se observaram impactos que alterassem significativamente o cotidiano vilabelense. As Cartografias Socioecológicas (capítulo 6 do livro) demonstraram que aproximadamente 95% da cobertura de floresta primária do município coexistia com as comunidades e povos até a metade da década de setenta, quando se inicia

a expropriação/violência contra eles e a alteração profunda da relação Humano-Natureza que se seguiu.

No Mato Grosso em geral, os impactos da Marcha foram assimétricos, de sorte que a condição de isolamento da região possibilitou o desenvolvimento de culturas sincréticas negras e indígenas, de relação parcialmente pacífica, todavia, com momentos de violência entre os próprios grupos da afrodíaspóra, chamados de irmandades, em Vila Bela, e com os povos indígenas, como os Nambiquaras, Bororos, Parecis e os Chiquitanos de Vila Bela.

Embora com momentos de tensão e violência, assiste-se à miscigenação entre as Nações Africanas e Povos originários da região. Podemos citar os Chiquibolas²⁵ (autodefinição irônica popular) ou Afrochiquitanos como os mais representativos, fruto da miscigenação entre descendentes das Nações Africanas com os Chiquitanos, ou povo Chiquito, da região e transfronteiriço da Bolívia. Isso não quer dizer que os Povos Chiquitanos e os descendentes da afrodíaspóra vivem de forma harmônica nos dias de hoje. Há ressentimentos e desprezo em muitas das relações sociais estabelecidas e cristalizadas ao longo do tempo, mesmo entre as comunidades negras, resultando em muita desunião na região.

Na divisão espacial da parte urbana, os descendentes de Nações Africanas ficaram mais presentes no centro

25 Processos de miscigenação entre os povos indígenas Chiquitano de Vila Bela, de San Inácio e San Mathias, na Bolívia, com as comunidades quilombolas das regiões de Vila Bela.

histórico, contidos nos quarteirões projetados em Lisboa, com as casas desenhadas especificamente para Vila Bela, o qual foi sendo ampliado posteriormente (Anexo B). Enquanto isso, os povos Chiquitanos estão mais presentes no bairro chamado de Aeroporto, onde foi construída pista de pouso de função militar, na década de cinquenta do século XX. Hoje, já não existe aeroporto, tornou-se um bairro consolidado com tamanho parecido ao do centro histórico, conforme imagens de lotes (Anexo C).

Trator como símbolo do apagamento cultural

Quanto aos Povos originários de Vila Bela, houve muitos confrontos e massacres realizados pelos não indígenas, como os bandeirantes, garimpeiros, grileiros, fazendeiros e as forças de segurança do Estado, durante a colonização portuguesa e a recolonização brasileira, no decorrer dos séculos XIX e XX.

Essa situação ocasionou processos de deslocamento contínuo dessas etnias para regiões de florestas mais distantes. Como exemplo, os Nambiquaras, atualmente, estão em territórios na região oeste de Mato Grosso, como Comodoro e Conquista D'Oeste, e em Rondônia, entre as adjacências dos afluentes dos rios Juruena e Guaporé, até as cabeceiras dos rios Ji-Paraná e Roosevelt. Por seu turno, os Bororos foram dispersos e habitam região do Planalto Central de Mato Grosso, em cinco terras indígenas: Jarudore, Meruri, Tadarimana, Tereza Cristina e Perigara. Os Parecis foram para Rondônia, na divisa, e para região oeste de Mato Grosso, formando as terras

Uirapuru, Estação Parecis, Estivadinho, Figueiras, Juínia, Rio Formoso, Umutina, Utiariti e Reserva Indígena Pareci. Houve mais etnias que habitavam Vila Bela, porém, citamos apenas algumas para reforçar as violências decorridas dos processos colonizadores que transcendem modelos de governo.

Esses fatos sociais históricos e tantos outros ainda rondam as conversas cotidianas da população local, evocados por moradores nas muitas praças que possui o centro urbano. Curiosa é a circunstância de existir tantas praças, centros comunitários, museus, quadras e espaços públicos, no município (Anexo D), diferentemente das demais cidades, em Mato Grosso, sempre muito carentes de espaços de encontro. Vale investir em apurações mais detalhadas.

Ora, as histórias são contadas gentilmente, com alegria e habilidade por essas pessoas pluriétnicas que demonstram um brio muito forte e certa insubordinação, frente às forças latifundiárias e a branquitude, em geral. Contudo, depois de alguma convivência e conquista de um pouco de confiança, começam a mostrar suas cicatrizes. E elas não são poucas e se apresentam na forma de mágoas, sentimentos de injustiça e descrença na garantia de seus direitos. Não obstante, isso não esmorece a vontade de viver e de se divertir dessa população. Uma lição bela, para quem está disposto a compartilhar, mesmo diante de tanta opressão, percebida na atmosfera da região. Muitas dessas mágoas têm relação óbvia com a perda de seus territórios e da sua “Natureza”, conforme dizem.

Por outro lado, o andamento dos processos relativos ao reconhecimento dos territórios indígenas e quilombolas, no município, estão parados. Há estudos iniciais e laudos antropológicos para identificação dos territórios Chiquitanos. Porém, apenas um território está em processo e é assunto extremamente tenso de se conversar. Qualquer movimento nesse sentido provoca “problemas”. Inclusive, há movimentos de questionamento sobre a existência de Chiquitanos “verdadeiros”, no município.

Em relação às comunidades quilombolas, o assunto é tenso também, todavia, tem abertura para debates. Para as etnias africanas, mais numerosas – afinal, Vila Bela é um município predominantemente afro –, a questão está mais organizada em nível social, político e burocrático, amparada em mais estudos, com subsídios etnográficos e arqueológicos sobre as ocupações dos territórios.

Entretanto, nem uma área ainda foi titulada. Em 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu prazo de um ano para a Superintendência do INCRA em Mato Grosso dar andamento e resolver os processos de remanescentes quilombolas que se encontraram paralisados e sem desfecho, há duas décadas. A notícia (inacreditável) que se tem é que o INCRA-MT vai pedir mais prazo para propor soluções. Em 2023, perto da metade do ano, vai-se esgotar prazo dado pelo STF (Anexo E, relações de Quilombos no MT).

Hoje, em Vila Bela, existem quatro associações que representam remanescentes de quilombos, organizadas para reconhecimento de seus territórios. Foram fundadas concomitantemente, no início dos anos dois mil, com esse objetivo, e agem com muita dificuldade para dar andamento aos processos e tomar posse de suas áreas. Assim, quatro grandes territórios quilombolas estão em processo de demarcação e são representados pelas seguintes associações:

1. A COR É BELA
2. BELACOR
3. CASALVASCO E MANGA
4. VALE DO ALEGRE - VALENTIM E MARTINHO

Cada uma dessas associações reivindica um território com diversas comunidades a compoendo. No total, são mais de vinte comunidades distribuídas nos quatro territórios reivindicados. Todas já têm seus territórios reconhecidos pela Fundação Palmares. São mais de vinte e duas comunidades que viviam em suas áreas, até a década de setenta, aproximadamente, distantes em um raio de mais ou menos quarenta quilômetros do centro histórico.

Com o Golpe da Ditadura e as políticas de interiorização da década de setenta, essas comunidades começaram a ser ameaçadas, assediadas, expulsas ou tiveram que vender suas terras a preços subdimensionados. Por outro lado, alguns posseiros pioneiros e fazendeiros que foram chegando

encontraram as terras “prometidas” compradas ou doadas pelo Estado, com moradores das comunidades quilombolas e com povos originários. Nesse momento, começa a operar mudança de fato do paradigma, na região, em que teve papel importante a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). Ela foi uma autarquia federal brasileira criada por meio da Lei nº 5.365, de 1967, no decorrer da ditadura, com o objetivo de promover um tipo de desenvolvimento econômico e territorial na região centro-oeste. Muitas ações de desmatamento tiveram a participação direta ou indireta da SUDECO.

As provas materiais da existência de povos e comunidades, com diversos artefatos e ruínas nas recém-implantadas fazendas e glebas, em Vila Bela, sofreram processo de aniquilação por tratores, conforme registros antropológicos e arqueológicos, assim como discursiva presente nas várias gerações de moradores, incluindo os jovens. Os tratores se transformaram no símbolo do processo de apagamento e deculturação, pelo fato de serem agentes tecnológicos destinados pelo Estado Moderno a parte dos pioneiros-colonos, com diversas missões, uma das quais era destruir os vestígios da existência desses grupos.

Hoje, umas poucas comunidades de remanescentes ainda permanecem em seus territórios. As demais se deslocaram para a casa de parentes, no centro histórico e arredores, ou participaram dos êxodos para outras localidades do estado, como Cuiabá, Cáceres, Várzea Grande, Rondonópolis, ou para o estado de Rondônia.

São memórias que teimam em estar presentes, principalmente pela força da tradição oral na região, interagindo muitas vezes com as mídias e redes sociais atuais, unindo o tecnológico eletrônico com tradições discursivas, como o famoso e misterioso panfleto popular local, chamado de “Mandiocão”²⁶, que causa tamanho alvoroço quando sai, criando culturas híbridas de comunicação e difusão das histórias e memórias. E, mesmo com toda a força do agronegócio, impulsionado pela terceira geração de pioneiros, principalmente a partir da década de setenta, com suas culturas ligadas à valorização da europeidade e da colonialidade, muitas vezes reprodutoras de estereótipos negativos em relação às comunidades tradicionais, à mestiçagem e aos povos originários da região, as discursivas vilabelenses se fazem presentes e irrompem, no dia a dia, para quem está disposto a escutá-las.

Memórias dessa pequena África-Amazônica em Mato Grosso, com suas ambivalências, dinâmicas, afetividades e notável amor pela natureza, característica popular importante, cantadas em seus blocos afro, festividades e no Cururu (ladainhas de lamento vilabelense).

No entanto, essa cultura que resistiu, mesmo sendo vulnerabilizada em tempos coloniais, imperiais e republicanos, não é imutável diante da pressão das forças simbólicas

26 “Mandiocão” é um panfleto físico, impresso e distribuído ocultamente pelo centro urbano, com críticas a representantes políticos, a personagens locais e a famílias importantes, que acontece há mais de 25 anos e ainda permanece como mistério de quem são os agentes de sua produção. Em parte das críticas, além do descontentamento em relação as políticas e desigualdades sociais, há presença de misoginias, ofensas estéticas e moralismos em relação aos criticados.

hegemônicas contemporâneas, de ressignificação da relação Humano-Natureza e de intensa ameaça à existência das Veredas. Muitos ressentimentos são acionados em direção aos círculos de convívios, entre os próprios sujeitos da afrodíaspóra e possíveis aliados: afinal, os grandes proprietários de terra nem vêm ao município, quanto mais apresentar-se ao convívio popular. Essa situação dificulta mobilizações e cria obstáculos afetivos. Processos de resolução de conflitos coletivos e conciliação seriam ótimas ferramentas, para organizar novamente essas comunidades, inspiradas no Quilombo Grande descrito nos Anais de Vila Bela, tal qual foi o Quariterê e sua luta por emancipação pluriétnica.

2. MARCHA PARA O OESTE: MATO GROSSO E OS PIONEIROS-COLONOS

Durante a política pública denominado “Marcha para o Oeste”, criada pelo governo de Getúlio Vargas, no decurso do Estado Novo (1937-1945), promoveu-se, no Brasil, o objetivo de desenvolver e integrar as regiões centro-oeste e norte, pelo fato de até aquele momento as regiões apresentarem baixa densidade demográfica e grandes extensões de florestas, diferentemente do que ocorria na região litorânea brasileira, onde as colonizações, sobretudo a portuguesa, foram se estabelecendo desde o século XVI. No início da década de 40

do século XX, a maioria dos 43 milhões de habitantes oficiais do país estava concentrada no litoral e não havia informações adequadas sobre populações existentes no interior. A região era entendida como enorme e inexplorada “mancha na geografia brasileira”, conforme discursivas governamentais da época.

Simbolicamente, a marcha tinha como semântica criar e fortalecer a cultura do nacionalismo e o sentido de pertencimento dessas áreas para a população brasileira, por meio dos mecanismos de invenção cultural e concepção de signos, operados de forma artificial e induzida, de cima para baixo, por grupos detentores do poder político e econômico, dentro da lógica de fortalecimento do Estado-Nação, com economia liberal capitalista e seus pressupostos de territorialidade, soberania e identidade nacional mais ou menos homogênea.

A compreensão de “vazio territorial” pelo governo do período atualizava o conceito de “sertão”, entendido como um espaço abandonado, o qual, desde as críticas de Euclides da Cunha, vinha preocupando as elites urbanas e rurais e os militares do alto comando, interessados em construir uma nação, republicana e liberal à brasileira, latifundiária e de bases oligárquicas (FONSECA, 2013).

Para colocar em ação esse projeto político, era necessário conhecer o território e integrá-lo. Assim, criou-se uma série de instituições públicas, com o intuito de produzir informações para o desenvolvimento das ações pretendidas pelo governo, como o Conselho Nacional de Geografia, o Conselho Nacional

de Cartografia, o Conselho Nacional de Estatística e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Todos foram estruturados ao longo da década de trinta. Essas instituições auxiliariam o Estado a formular e implementar suas políticas destinadas a incorporar os “vazios territoriais” e ampliar a interação da rede de mobilidade.

Quanto ao Mato Grosso, sua economia sofreria certo impulso, a partir da produção e escoamento da erva mate e da borracha. Essas duas extrações vegetais movimentaram pequenos fluxos migratórios de colonos para diferentes regiões do estado. A erva impulsionou trabalhadores para o Sul, enquanto a borracha para o Norte. Mesmo com singela mudança na economia, analistas do período afirmavam que, desde a criação da República, “[...] viveu Mato Grosso completamente entregue a si mesmo, segregado do resto do país por falta de transporte adequados, sem poder explorar suas riquezas naturais” (GABINETE CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - Informações Sobre Mato Grosso, 1940, p. 05 *apud* OLIVEIRA, 2019, p. 05).

A ideia de “deserto” também é recorrente nas discursivas e influencia na formação do imaginário do período, relacionando a região como local de extensas e densas florestas, que inspira inclusive a origem do nome de “Mato Grosso” (conforme descrito nos Anais de Vila Bela), mantendo relação com os muitos mundos culturais que ali existiam e estava para ser dominada pelo então imaginário de Estado Nação Republicano, inspirados na composição de um tipo de “sujeito moderno”, de

exaltação da cultura europeia e de domínio da natureza: “[...] o estado ainda não atingiu o nível que tem direito na Federação, que o deserto é, ainda, o vosso grande inimigo, e antes de o dominarmos não teremos atingido o ponto desejado de desenvolvimento” (VARGAS, 1951, p. 390, *apud* OLIVEIRA, 2019, p. 11).

Dessa forma, vão-se construindo significados atinentes à relação Humano-Natureza, a partir da inclusão dos territórios central e norte do Brasil. O conceito de imaginário, utilizado aqui, é construído por Mignolo (2005, p. 35), com base em Glissant (1997):

Emprego o conceito de ‘imaginário’, no sentido em que o utiliza o intelectual e escritor martinicano Édouard Glissant. Para Glissant, ‘o imaginário’ é a construção simbólica mediante a qual uma comunidade (racial, nacional, imperial, sexual, etc.) se define a si mesma. Em Glissant, o termo não tem nem a acepção comum de uma imagem mental, nem o sentido mais técnico que adquire no discurso analítico contemporâneo, no qual o imaginário forma uma estrutura de diferenciação com o Simbólico e o Real. Partindo de Glissant, dou ao termo um sentido geopolítico e o emprego na fundação e formação do imaginário do sistema-mundo moderno colonial. A imagem que temos hoje da civilização ocidental é, por um lado, um longo processo de construção do ‘interior’ desse imaginário, desde a transição do Mediterrâneo, como centro, à formação do circuito comercial do Atlântico, assim também como de sua ‘exterioridade’. Isto é, no Ocidente a imagem ‘interior’ construída por letrados e letradas, viajantes, estadistas de todo tipo, funcionários eclesiásticos e pensadores cristãos, esteve sempre acompanhada de um ‘exterior interno’, ou seja, de uma ‘exterioridade’, mas não de um ‘fora’. A

crisandade européia, até fins do século XV, era uma crisandade marginal que se tinha identificado com Jafé e o Ocidente, distinguindo-se da Ásia e da África. Esse Ocidente de Jafé era também a Europa da mitologia grega. A partir do século XVI, com o triplo fato da derrota dos mouros, da expulsão dos judeus e da expansão atlântica, mouros, judeus e ameríndios (e com o tempo também os escravos africanos), todos eles passaram a configurar, no imaginário ocidental cristão, a diferença (exterioridade) no interior do imaginário.

Posto isso, é interessante observar, nas discursivas políticas oficiais, empenho para construir significados da relação Humano-Natureza, adotando, para tanto, metáforas recorrentes que identificassem as grandes extensões de floresta com a ideia de deserto. Cria-se assim um paradoxo, já que a ideia de floresta, de bosque, de selva, sobretudo na América do Sul, é identificada, tanto pelos naturalistas coloniais quanto pelas ciências naturais, em geral, do século XIX, conforme descreveu Darwin, como áreas de intensa variabilidade de espécies, onde é possível observar indícios de evolução em relação e interação com seu meio. Além disso, nelas estão presentes diversas agências de indivíduos (não humanos e humanos), trabalhando há milhões de anos (ecologia), para atingirmos padrões atmosféricos e de configurações “naturais” formidáveis, constituindo o que temos hoje, no planeta: as Veredas como exemplo dessa abundância.

Entretanto, remeter essas áreas de floresta à ideia de deserto, onde a condição ecológica é árida, com pouca precipitação pluviométrica e baixa biodiversidade, demonstra

intencionalidades semióticas nas políticas públicas brasileiras, em declarar que a vida não humana não é vida que importe e que os componentes das florestas, até mesmo algumas culturas humanas que vivem junto a elas, são desprovidas de significados, mesmo havendo significantes. E, portanto, tornam-se passíveis de serem “assimiladas” em ações governamentais de deculturação, etnocídio e ecocídio, avançando no sentido do desenvolvimento mítico do que era tido como “moderno”.

Assim, os “desertos-florestas” deveriam ser dominados e ocupados, para se recriar o que se convencionou considerar “vida”, tanto humana (cultura) como não humana (natureza), de acordo com os fundamentos estabelecidos por esse imaginário, animando esses territórios de desertos-florestas com viventes que foram incentivados a se deslocar, como foram os pioneiros-colonos, pelas institucionalidades governamentais do Estado-Nação brasileiro, partindo de premissas de deflorestações incentivadas (domínio), abertura de “belos” pastos e grandes fazendas (estética) e reprodução de monoculturas materiais e simbólicas de representação da nova identidade nacional a se construir.

Dessa maneira, a necessidade de ocupar os desertos-florestas é que fez com que Vargas criasse a Marcha, as Colônias Agrícolas Nacionais e a Expedição Roncador-Xingu. Embora, como afirma Lenharo (1983 *apud* BARROZO, 2008, p.19), “[...] a Marcha para o Oeste como as Colônias Agrícolas Nacionais ficaram mais no plano do discurso do que da prática”.

Os desertos-floresta e os espaços vazios do território mato-grossense, primeiramente, deveriam ser apropriados como condição fundamental para o desenvolvimento. Mesmo com a abertura das novas fronteiras e com as transformações estruturais, consideradas “modernizantes”, o intenso nível de isolamento do estado permaneceu até a Ditadura Civil-Militar, conforme veremos, por meio das cartografias na região.

Até o início do século XX, relativizando um pouco o mito do isolamento completo narrado por Vargas, Mato Grosso e sua enorme extensão territorial tinham algumas poucas ligações, possíveis por água e por trilhos. Ao litoral e para a capital federal havia ligações via navegação, principalmente pelo Rio Paraguai. Em 1914, os trilhos de ferro, com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, passaram a ligar Mato Grosso a São Paulo. Outra ferrovia implantada foi Madeira-Mamoré, de Porto Velho a Guajará-Mirim, com início das atividades em 1907 e entrega ao tráfego em 1912, com 365 km de percurso.

Além das ferrovias, as linhas telegráficas iniciam-se, em 1907, ampliando um pouco mais a abertura de novas fronteiras, inclusive se estendendo até Vila Bela, na “Vila dos Pretos”, edificada para esse fim (hoje, pertencente ao município de Pontes e Lacerda), onde houve a contratação de servidores telegráficos quilombolas vilabelenses como estratégia de cooptação de figuras representativas das comunidades, acostumadas a viver desconfiadas e sem intervenções estatais, desde a fuga dos portugueses para Cuiabá.

Fato histórico curioso, constituinte da memória vilabelense, foi o encontro não amigável no território, de membros das comunidades quilombolas, responsáveis pela segurança dessa pequena África, com o Coronel Percy Fawcett, arqueólogo e explorador britânico, personagem que inspirou a criação de Indiana Jones, por Steven Spielberg. Fawcett era obcecado em encontrar uma civilização perdida de Eldorado em Mato Grosso. Desconfiados desse grupo de brancos, quilombolas o seguiram e renderam a equipe. Depois, colocaram vendas nos olhos e os levaram para uma espécie de saída da região, orientando-os para nunca mais voltarem e nem enviar ninguém, pois o próximo encontro não seria amigável. Descrições oficiais das viagens informam que, em 1906, Fawcett esteve mapeando a região para o governo da Bolívia, onde é o Parque Serra Ricardo Franco. Em 2001, pesquisadores ingleses refizeram o caminho de Fawcett, guiados dessa vez pelos amigáveis quilombolas vilabelenses, liderado pelo querido Berchmans Leite Ribeiro, ou “Seo Belmom”, quilombola com nome inglês, que segundo diz: “minha mãe conheceu um gringo aqui na Vila Bela com esse nome, gostou e pediu pra ele escrever no papel. Quando nasci, tai meu nome”.

Voltando às escassas conexões do estado, as linhas telegráficas iniciadas em 1907 ligaram Cuiabá a Santo Antônio do Madeira. O serviço da Comissão Rondon, responsável pelo trabalho de expansão do telégrafo, também realizou diversos estudos de geografia e de etnografia, no interior do Brasil, e,

mais uma vez, há registros em Vila Bela, à qual houve visitas do próprio Rondon em duas oportunidades, pelo menos.

A aviação chegou igualmente a Mato Grosso, com a construção de vários campos de aterrissagem. Conforme descrito em relatos históricos oficiais, o bairro do aeroporto, em Vila Bela, teve pista construída na década de cinquenta, com importância para toda a região da fronteira ocidental, possibilitando acesso de membros do governo e de militares, sendo posteriormente usado por missionários alemães e holandeses. O atual prefeito de Vila Bela (ano de 2023) descende dos missionários holandeses, por exemplo.

Quanto ao escoamento da produção, utilizava-se a navegação fluvial, visando principalmente aos mercados da bacia do Prata, entretanto, isso exigia a readequação dos portos, melhoria das frotas e construção de estradas terrestres, para que a produção pudesse chegar até as embarcações. Assim, Mato Grosso, na terceira fase da Era Vargas, com a ditadura do Estado Novo, esteve ligado ao centro-sul do Brasil por transporte fluvial, ferroviário, aéreo e terrestre, embora nenhuma dessas formas de ligação fossem satisfatórias e intensas.

A pecuária, criticada por Vargas, não movimentava consideravelmente a economia de Mato Grosso, porque, durante o Estado Novo, essa produção não era de qualidade. Em 1940, o rebanho bovino era de aproximadamente 4 milhões de cabeças e, em muitos municípios, havia a presença de febre aftosa, raiva e carbúnculo sintomático. Disponha-se

apenas de um único posto do Ministério da Agricultura para acompanhar e orientar o desenvolvimento do rebanho, sendo que as principais necessidades da pecuária mato-grossense eram relacionadas ao combate sistemático da raiva, do carbúnculo, da aftosa, do garrotilho, à realização de vacinação, ao combate permanente dos agentes transmissores e a ações destinadas a fomentar facilidades para os poucos fazendeiros adquirirem arame necessário ao fechamento dos seus campos e obter subsídios para baratear o sal (GABINETE CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - Informações Sobre Mato Grosso, 1940, p.11 *apud* OLIVEIRA, 2019, p. 09).

A exportação de gado em pé para São Paulo e para Minas Gerais elevava o custo da produção. Desta forma, mesmo a pecuária que era considerada a principal fonte econômica de Mato Grosso na Era Vargas, não colaborava com desenvolvimento econômico e não atendia a política Varguista voltada à indústria. O relatório de 1940 aponta que a produção vegetal poderia ser “um grande reservatório de produção de muitos artigos e matérias primas de inestimável valor, difíceis de obter, em condições iguais ou melhores, do que em outras regiões do globo” (GABINETE CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - Informações Sobre Mato Grosso, 1940, p. 08 *apud* OLIVEIRA, 2019, p. 09).

A erva-mate, a borracha, a poaia, o quebracho e o babaçu são os produtos extrativistas citados. Enfatiza Oliveira (2012, p. 120): “O ambiente em que ocorre a frente extrativista da poaia concentra-se na margem direita do Rio Paraguai, que

corre do Norte ao Sul, até a margem direita do Guaporé”, onde se localiza Vila Bela. Nesse sentido, como destaca Arruda (1997, p.17), o “sertão” não era vazio, embora uma grande extensão de terras não tivesse apropriação individual, pois eram devolutas, áreas indígenas, de comunidades tradicionais, e estavam sendo arrendadas pela Cia. Matte Laranjeira, sem levar em conta os povos e as comunidades.

Em 1940, a agricultura de Mato Grosso cumpria maior papel de subsistência de sua população. Dentre os produtos mais cultivados estava a cana-de açúcar, que produzia açúcar e aguardente, milho, mandioca, feijão, arroz, batata, fumo, café, algodão e amendoim. O trigo era cultivado no sul do estado. Os avanços na agricultura não ocorriam, devido à ausência de assistência aos moradores e aos limites à infraestrutura de transporte. O relatório aponta para a necessidade da criação de campos de cooperação e de instalações de campos experimentais e de ensino rural, em certas escolas, conforme levantamentos de Barrozo (2008).

Assim, os pioneiros-colonos foram os primeiros a encarar os caminhos recém-abertos pelo Estado, no centro do Brasil. Desbravadores junto com as políticas públicas organizadas pela Marcha, orientados por perspectiva colonial, de domínio da natureza, levando presságios de uma identidade em formação e constituindo agências de processos de deculturação e assimilação. Porém, a Marcha não conseguiu produzir a desejada mudança, por mais que tenha preparado terreno para a ressignificação dos desertos-

florestas. Não figuraram, portanto, como limiar da organização social nacional de “novos horizontes”. Esse cenário só viria a ser realizado, a partir da década de setenta, com o Plano de Integração Nacional da ditadura.

3. DESVENDANDO A “VANGUARDA” DE AMEAÇAS ÀS VEREDAS: RETIRADA DE MT DA AMAZÔNIA LEGAL, PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS REUNIÕES DO CONSELHO DO PARQUE EM VILA BELA E MOBILIZAÇÕES PARA EXTINÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÕES NORMATIVAS NO ESTADO

3.1. Teatro de Sombras: Retirada de MT da Amazônia

Primeiro Ato: A Comédia

Chega a notícia surpreendente. Primeiro, para quem vive na Amazônia mato-grossense ou acompanha a pauta ecológica. A Câmara Federal dos Deputados avança com a tramitação do Projeto de Lei (PL) nº 337/2022, que pretende excluir o estado do Mato Grosso da chamada Amazônia Legal. A região da Amazônia Legal é composta também por Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, parte do Maranhão e pelos países vizinhos: Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela.

Pelo Código Florestal, propriedades inseridas no bioma amazônico (determinado por critérios científicos) devem manter 80% da vegetação original conservada, a chamada Reserva Legal. Caso o projeto seja aprovado, o percentual de preservação obrigatório no Mato Grosso poderá ficar em torno de 20% de proteção das propriedades rurais. Se for para votação, certamente será aprovado, já que 77% dos parlamentares das casas legislativas tem relação com o agronegócio, conforme dados já descritos no livro.

O PL foi protocolado na Câmara, em 22 de fevereiro de 2022, com autoria de deputado do Mato Grosso. No dia 9 de março, o presidente da Casa, deu andamento à tramitação. O presidente da câmara designou deputado federal vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), como relator da matéria, e a distribuiu para análise das comissões permanentes em tramitação ordinária, seguindo assim as etapas regimentais sequenciais.

Pelas redes sociais, o relator do PL, garantiu que vai “trabalhar arduamente” pela aprovação. O deputado disse que o projeto “[...] vai possibilitar a expansão da nossa fronteira agrícola para atender o aumento da demanda nacional e internacional por alimentos”.

O argumento é questionado por diversos pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e pela diretoria do Instituto Centro Vida (ICV) de Mato Grosso. Pesquisadores e Técnicos do ICV destacam que não é a produção de alimentos

para a população local a intenção da fragilização do bioma, mas a produção de *commodities* agrícolas. Demonstram que boa parte dos hortifrutis consumido no Mato Grosso vem de São Paulo. Logo, o tema que está sendo discutido não é “produção de alimentos”. Defendem que é tido “[...] como desinformação que o agronegócio precisa de mais terras para aumentar a produção”. “A fome é um problema real. Mais de 55% dos lares brasileiros têm algum grau de insegurança alimentar. Para acabar com isso, é preciso trabalhar o acesso a alimentos e investir na produção de alimentos saudáveis, e não só de *commodities*”, afirma a diretoria do ICV.

Para diretores do Observatório Socioambiental de MT (OBSERVA-MT), o projeto não favorece a produção agrícola, porque a destruição do bioma traz impacto na regulação climática e está alterando rapidamente o regime de chuvas no estado, conforme entrevista de representantes da entidade para o jornal *O Globo* (GONZAGA, 2022).

Segundo Ato: A Farsa

A Amazônia é o bioma nacional com maior nível de limites normativos para se fazer uso do solo. A determinação legal serve tanto para áreas públicas como para propriedades privadas. Isso é um fato jurídico.

O modelo do Estado de Direito tem, como um dos pilares orientadores, os fatos produzidos pelo sistema de conhecimento. Quando pesquisadores relacionaram certas doenças, como cólera, diarreia, infecções, com o destino

que as cidades davam ao seu esgoto, no processo de industrialização e inchaço do meio urbano, começaram a se criar leis de zoneamentos e estratégias de cuidado com mananciais de água, com o intuito de organizar a ocupação do espaço pelos humanos e estabelecer limites de intervenções e interações com a natureza.

Essa preocupação na relação Humano-Natureza foi sendo ampliada pelas ciências e pela política, incluindo na contemporaneidade, outros sistemas de conhecimento não ocidentais. Podemos fazer certas comparações das medidas do passado com o que acontece hoje, em escala global, no que tange a emergência climática, emergência hídrica e no papel das florestas e culturas nesse processo, especialmente em relação à Amazônia, habitada por várias etnias inter-relacionadas com a chamada natureza. Dessa forma, as normas deveriam se orientar pelo sistema de conhecimento válido fundamentador do Estado, que, no caso, são as ciências. Assim, as leis ambientais são (em tese) orientadas pelos dados produzidos por cientistas, as quais constituíram modelo limitante de intervenção humana, para garantir a vida com qualidade e a conservação dos patrimônios naturais estratégicos.

Evidentemente, interesses de segmentos econômicos, ideologias, visões de mundo, incertezas etc. fazem com que se tensione esse arranjo idealizado da vida social pela política complexa de Estado. Na real política, os dados produzidos pelas ciências são minimizados, maximizados, omitidos, dependendo dos tempos e demandas das agendas. Entretanto,

aniquilar fatos jurídicos, os quais estão atrelados aos fatos científicos, faz com que se permitam precedentes perigosos que ocultam intencionalidades sobre o tipo de Estado que se quer inventar. Um Estado não científico com desequilíbrios de forças representativas legislativas e negador de dados produzidos pelas ciências seria que tipo de Estado, afinal?

Ora, no caso do Projeto de Lei que exclui Mato Grosso da Amazônia Legal, parece haver intenção de promoção de um tipo de Estado não científico, de parâmetros ainda ocultos em relação aos fundamentos do projeto de poder que se pretende. O que significa, material e simbolicamente, estabelecer que a região de bioma amazônico, por interesses específicos, deixará de ser amazônica? Configura-se uma ação política extraordinária, dada a força de quem mobiliza e o poder de desqualificar as ciências enquanto paradigma contemporâneo, utilizando fragmentos do sistema de conhecimento somente quando há interesse. Um uso abusivo e recortado dos sistemas de conhecimento. E, no caso, para melhoramento de solo, aumento da produção monocultora, desmatamentos eficientes, enfim, o que interessa a um tipo de perspectiva de produção rural.

Também é vanguardista, por estar conduzindo uma frente e pelo experimentalismo que se propõe, sem, no entanto, apresentar com que forma de política parlamentar, sistema judiciário e poder executivo se pretende fundamentar, amputando para tanto, partes importantes das ciências. Fica a mensagem de que o desejo de alguns poucos grupos com

poder político e econômico – afinal, o Agronegócio participa com aproximadamente 25% do PIB nacional – têm a condição de modelar o futuro do Estado brasileiro, extirpando qualquer fundamento que gere limites a determinados desejos impostos por alguns segmentos a ele ligado. Um teatro de sombras, no qual pouco se revela a respeito dos atores e dos segredos do cenário Estatal, social e da relação Humano-Natureza que se ambiciona ressignificar e constituir.

3.2. Análise dos Enunciados no Conselho do Parque em Vila Bela

A participação do escritor, enquanto representante da Universidade do estado de Mato Grosso (UNEMAT), no Conselho do Parque Serra Ricardo Franco (PSRF), em Vila Bela, ensejou a inserção privilegiada para a realização de Análise dos Enunciados, com observação das mobilizações dos representantes, acesso aos documentos disponibilizados pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), bem como a condição participativa formal para influir no processo do Conselho, com respeito ao patrimônio ecológico da unidade em questão, efetuando, portanto, Cartografia Inter-Ativa, conforme proposto no capítulo 4, concernente a iteratividade na relação com a pesquisa para o livro.

Para evitar constrangimentos, foram retirados os nomes dos partícipes do Conselho, mesmo as atas sendo públicas e estarem disponíveis no *site* da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de MT (SEMA-MT), com todos os nomes.

De acordo com premissas de se cartografar, é importante a identificação de fluxos sociais, que apontem pistas simbólicas para as pesquisas; o processo de Análise do Discurso utilizado como referência, em composição com a cartografia, evidencia que a linguagem é rizoma da representação discursiva dos sujeitos, pois indica sinais a respeito do sistema de significação que é enunciado. Em acréscimo, no espaço de distanciamento entre a coisa representada e o signo que a representa, ou seja, entre o “ente e sua representação s^ígnica”, residem as ideologias e as intenções para sua materialização no mundo. Dessa maneira, considera-se que o ponto de conexão dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos é onde se localiza o discurso:

[...] a linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, é um modo de produção social. Ela não é neutra e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia (BRANDÃO, 2006, p. 11).

A linguística, na esteira da transcendência disciplinar ocorrida ao longo da segunda metade do século XX, vê seu campo estender-se para outras áreas do conhecimento, quando ocorre o desenvolvimento dos usos da análise do discurso. Para Helena Brandão (2006), advêm dois quadros que se inter-relacionam – o linguístico e o sócio-histórico –, em que se formam dois conceitos, um de cunho ideológico e o outro, discursivo.

A partir de uma concepção de Análise de Discurso majoritariamente difundida no Brasil, de base europeia, sobretudo da tradição francesa, procura-se abordar análises mais complexas da linguagem. Nessa genealogia teórica, leva-se em conta a materialidade da linguagem, sua opacidade (não transparência), a qual carrega consigo elementos de ordem ideológica, política e simbólica. Desse modo, a Análise do Discurso contemporânea integra aspectos linguísticos com aspectos sociais e, essencialmente, propicia uma reflexão sobre a relação da ideologia com a língua. Dentro da perspectiva discursiva, é o sentido que fundamenta a linguagem que, por sua vez, só faz sentido porque está inscrita (a linguagem) na história (historicidade) em um lugar (culturas).

Para Eni Orlandi (2012, p. 17), discurso é o lugar no qual se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentido por e para os sujeitos e seus grupos representados, como se manifestaram evidências nos debates travados nas reuniões do Conselho e nos registros das atas.

Na linguística da fala, sua primazia está na enunciação, na mensagem, no texto, no discurso, por focar e destrinchar a comunicação e, dessa forma, oferecer apreensões quanto à retórica e à poesia. Assim, a linguística dos diálogos passa a ser considerada como jogos de afrontamentos (BRANDÃO, 2006, p. 39). Por sua vez, o olhar formalista calcado no estruturalismo observa a língua como objeto científico, histórico e social, e

a tem como composição de características morfológicas e sintáticas interligadas aos elementos e lugares linguísticos.

As condições de produção dos discursos são também aspectos importantes a se atentar, como no caso do Conselho do Parque, o qual coloca em dialética/tensão os vários segmentos representativos paritários entre representantes do Estado e da chamada Sociedade Civil. Essas condições de produção discursivas não devem ser reduzidas por simplificações circunstanciais, pelo fato de estar presente uma gama de sinais e enunciações que indicam propósitos imbuídos nas falas, defesas e também, no silêncio que alguns representantes de segmentos utilizam, em momentos de grande tensão.

O intercâmbio entre os sujeitos do discurso, os quais, então, passam a interagir e estabelecer analogias discursivas, possibilita teorizar que as condições de produção estão integradas à análise histórica das contradições ideológicas presentes na materialidade dos discursos e integradas com o conceito de formação discursiva (BRANDÃO, 2006, p. 45). O discurso passa a ser uma representação da ideologia e se insere na categoria ideológica, que leva em conta processos de individuação e relação de pertence sociocultural (ou de classe, na perspectiva do materialismo histórico), orientando o que deve ou não ser enunciado ao público.

No entanto, o processo discursivo tem como base a produção de sentido, proporcionando a emersão de

significações e constituindo os sentidos na formação discursiva, bem como da ideológica. A existência da ideologia é, portanto, material, porque as relações vividas, nela representadas, envolvem a participação individual em determinadas práticas e rituais, no interior de aparelhos ideológicos concretos, conforme observado nos segmentos da sociedade civil com assento no Conselho do Parque, os quais possuem representantes de grupos indígenas, quilombolas, ONGs, comércio local e produtores rurais, relacionando-se e tensionando-se. Essa tensão é exacerbada pelas disputas por territórios em andamento, no Mato Grosso e em Vila Bela, sobretudo após o golpe da ditadura com os planos de integração da década de setenta, os quais afetaram profundamente dinâmicas culturais e espaciais no centro-oeste. Em outros termos, a ideologia se materializa nos atos concretos, assumindo com essa objetivação um caráter moldador das ações, tal qual a reprodução socioespacial que vemos na região.

A Análise do Discurso, entretanto, considera as mais diferentes formas materiais significantes, além da noção de sujeito. Não o sujeito da análise sintática, mas o ser que fala no mundo, em seu contexto social e cultural, imbricado e lastreado por uma ideologia. Assim, concebe que não há neutralidade sequer no uso mais cotidiano da linguagem, quiçá em espaços institucionais de representatividade de segmentos sociais em disputa.

Porém, enquanto o sistema da língua é o mesmo para os mais diversos atores, o discurso está inserido em

um processo associado com a constituição dos sentidos. E, no caso do Conselho, evidencia-se espaço simbólico interessante para traduções de caminho rizomático em aberto, assimétrico, na correlação de forças, com indícios de como se movimenta a relação Humano-Natureza em Mato Grosso, em arena institucionalizada, voltada (em tese) para o manejo do socioecológico, observada a partir da representação dos desejos e concepções futuras projetadas em uma Unidade de Conservação e a relação a ser constituída com seu entorno, na zona de amortecimento.

Expõe-se, nos próximos itens, breve contextualização do Parque Serra Ricardo Franco e das competências do Conselho Gestor, para, em seguida, tecer as análises das participações nas atas do Conselho do Parque, de 2018 a 2022, em ordem cronológica, com recorte de partes relevantes para enfatizar a representação discursiva enunciada.

É oportuno destacar que, da metade de 2018 ao início de 2020, o escritor foi representante formal da UNEMAT no Conselho. Durante a pandemia, de março de 2020 a junho de 2022, o Conselho sofreu interrupção e não houve atividades; a partir de junho de 2022, retornaram as reuniões, porém, a participação se restringiu a observador-cidadão desse rizoma, que apresenta algo da “vanguarda” sobre a relação Humano-Natureza em formação contínua no centro-oeste brasileiro e ligada às demais ações coordenadas e integradas da ressignificação a que se propõe.

Parque Serra Ricardo Franco (PSRF)

O PSRF é reconhecido como um território essencial à conservação de parte do patrimônio ecológico de Mato Grosso, por sua relevância hídrica (mais de 100 nascentes), por sua geologia e por sua biodiversidade, com ecótonos presentes (Amazônia, Cerrado e Pantanais). Tem sido geralmente desprezado e não protegido como deve ser, pelo estado e pelo município, e tem grande parte de áreas degradadas por desmatamento, garimpo e conversão de floresta amazônica e de cerrado em pastagem, além de ser ameaçado por posseiros ilegais, caça e queimadas.

Possui uma área de 158.620 hectares, maior que a cidade de São Paulo, criada pelo Decreto nº 1.796, de 4 de novembro de 1997, com o propósito de proteção das riquezas, na região, compostas por diferentes formações rochosas, nascentes de rios importantes (Guaporé e Amazonas, por exemplo) e generosa diversidade, com exemplares de espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção. É um dos maiores parques estaduais em MT.

Sua localização em Vila Bela é relevante também, na perspectiva internacional, pelo fato de ser um território transfronteiriço, com integração na formação de um grande corredor ecológico que ultrapassa fronteiras, interligando áreas ecológicas importantes na Bolívia, como o Parque Nacional Noel Kempff, com área de 1.523.446,00 hectares (15.234,5 km²), que conta igualmente com centenas de nascentes de água

e grande biodiversidade, tendo sido declarado Patrimônio Mundial da UNESCO, em 2000.

Imagem 20 – Área de Pantanais do Guaporé no entorno do Parque Serra Ricardo Franco, uma extensão natural do Parque Nacional Noel Kempff, na fronteira com a Bolívia



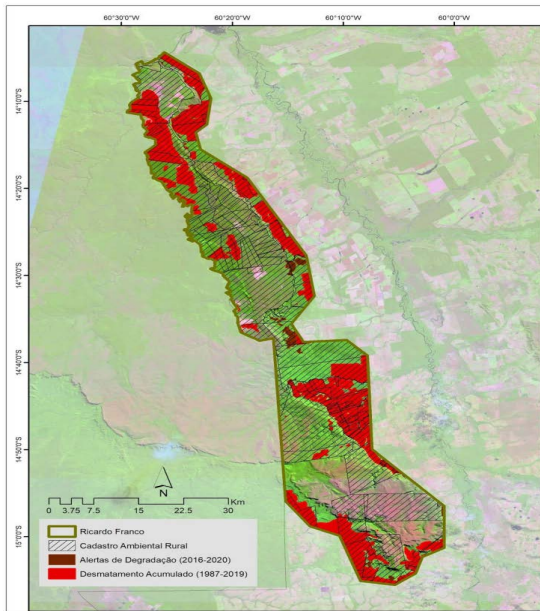
Foto: Acervo de Mario Friedlande.

Estudos, políticas públicas e maior visibilidade do PRSF estão aquém de sua importância, coexistindo com projetos de lei articulados por parlamentares que representam parte do agronegócio, na Câmara Estadual, que visam a extingui-lo,

inclusive. A Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) identificou 35 propriedades legalizadas no Parque, até março de 2016. Os proprietários tiveram a possibilidade de vender a terra diretamente ao estado ou a outros proprietários de terras no Mato Grosso, os quais precisassem de áreas legais de conservação para compensar áreas degradadas. Entretanto, essas tratativas não avançaram, causando instabilidades quanto aos estudos para resolução fundiária na unidade.

Outro fato de interesse que torna o processo mais complexo é que existem alguns territórios, na borda do Parque, que eram ocupados tradicionalmente por comunidades quilombolas. Essas comunidades foram expulsas ou pressionadas a vender seus espaços comuns e se deslocarem para o centro da cidade ou outros espaços parentais. Hoje, existem litígios nos tribunais brasileiros a se resolver quanto a esses territórios quilombolas, os quais estão em processos para análises demarcatórias, conforme relatado na Cartografia Sociocultural. O mapa abaixo relaciona o perímetro do PSRF com o Cadastro Ambiental Rural (CAR), alertas de degradação e desmatamentos acumulados:

Mapa 1 – Cadastro Ambiental Rural, alerta de degradação e acumulados no PSRF



Fonte: GRENPEACE (2020, p. 7).

Quanto ao patrimônio ecológico do Parque e de seu entorno, desde 2005, o governo do Mato Grosso entra no Programa de Áreas Protegidas da Amazônica (ARPA), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e gerenciado financeiramente pelo FUNBIO (Fundo Brasileiro para a Biodiversidade), que recebe recursos nacionais e internacionais, com fins de conservação, preservação e usos socioecológicos adequados do bioma amazônico. Atualmente, no estado de Mato Grosso, existem sete Unidades de Conservação²⁷ que fazem parte do programa.

27 As UCs que fazem parte do ARPA, em MT, são as seguintes: Parque Estadual Cristalino I e II, Parque Estadual Igarapés do Juruena, Parque Estadual Xingu, Estação Ecológica Rio Ronuro, Estação Ecológica Rio Roosevelt, Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt e o PSRF Vila Bela.

Em 2012, o PSRF entra no Programa ARPA e passa a receber recursos e atenção técnica da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), para ser aprimorado enquanto Unidade de Conservação, tendo como objetivo avançar em seu aperfeiçoamento, por meio de etapas qualitativas, chamadas de “Graus”, pelo programa, os quais vão de 1 a 5 categorias evolutivas. No Grau 1, os recursos financeiros anuais vão até R\$ 690.000,00, aproximadamente, a serem investidos na unidade. Entretanto, para evoluir de grau, é necessário finalizar ações e metas estabelecidas em cada etapa.

No Grau 1, categoria na qual se encontra o PSRF, é preciso executar as seguintes ações:

1. Elaboração do Plano de Manejo
2. Formação e manutenção do Conselho Gestor
3. Sinalização e manutenção da sinalização
4. Aquisição e manutenção de equipamentos
5. Construção e manutenção de instalações
6. Operacionalização da Unidade
7. Monitoramento da unidade e entorno, para conservação e preservação da biodiversidade

Na atual conjuntura do PSRF (até final de 2022), foram implementados os itens 2, 3 e 4, parcialmente. O item 1, Plano de Manejo, está pronto, mas até maio de 2023 não tinha sido divulgado para os conselheiros. O atual debate para finalizar o

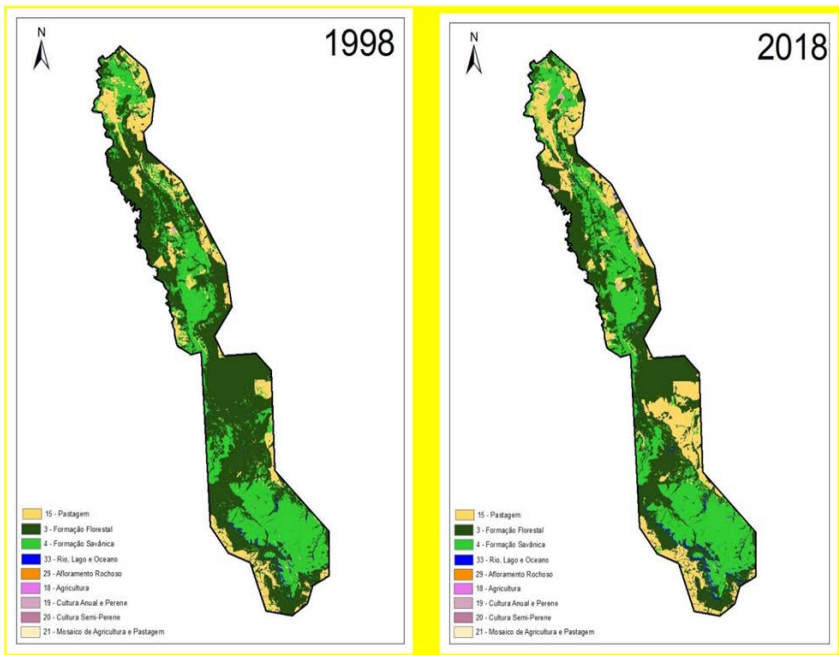
plano de manejo é sobre limites da zona de amortecimento do parque, onde ficam as áreas privadas. A zona de amortecimento (ou zona de entorno) procura orientar e disciplinar atividades nesse cinturão, visando compatibilizar conservação e atividades econômicas. Segmentos do agronegócio questionam a usos de metodologias científicas já consagradas na implementação de limites na área de entorno pelo fato de existir intencionalidades ocultas para produção rural, que, evidentemente não querem que haja limites socioecológicos nessa zona, sobretudo para produção monocultural de soja e uso intenso de agrotóxicos, que, não é permitido nessa categoria protetiva.

Quando a Unidade de Conservação evolui de grau, no Programa ARPA, os recursos aumentam consideravelmente e as ações nas unidades também se tornam mais amplas, desde que integrando desenvolvimento, acesso ao público, fomento à pesquisa e intervenções de baixo impacto ecológico.

Nesse sentido, podemos exemplificar Unidade de Conservação com graus de evolução avançados, como o Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, e Parque Estadual da Serra do Mar, em São Paulo, com estruturas receptivas, alojamento, banheiros, base de pesquisa de fauna e flora, ações de educação ambiental, ecoturismo, entre outras possibilidades de integração Humano-Natureza e geração de renda, com usos da floresta para comunidades de entorno.

Segue mapa de uso e cobertura da terra, no polígono do PSRF, por imagens do MapBiomas no Estudo de Caso realizado pelo Greenpeace (2020, p. 8).

Mapa 2 – Uso e cobertura da terra no PSRF



Fonte: GREENPEACE (2020, p. 8).

Diante do avanço dos danos no PSRF, em 2015, o Ministério Público Estadual (MPE) ajuizou Ação Civil Pública²⁸ (ACP) contra o governo do estado do Mato Grosso, alegando omissão no processo de implantação e fiscalização da Unidade. Apesar da existência de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em execução, até hoje, um inventário da condição fundiária, chamado de “Estudo Fundiário”, ainda não foi concluído. Conforme relatado, após mais de 20 anos de criação do Parque, o Plano de Manejo foi apresentado

28 ACP nº 642-31.2015.811.0077 - Código 56687.

somente na metade de 2023. Veremos mais sobre a questão nas análises dos enunciados e atas do Conselho.

Em novembro de 2016, o MPE protocolou 50 ACPs²⁹ individuais, solicitando o embargo de atividades econômicas em fazendas dentro do perímetro do Parque, acusadas de promover danos ecológicos ilegais, além do bloqueio de bens dos proprietários autuados, como forma de garantir os recursos financeiros necessários à recuperação dos patrimônios (GREENPEACE, 2020, p. 8-9).

Em abril de 2017, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso aprovou, em primeira votação, um projeto de decreto legislativo para extinguir o Parque. Após pressão de Universidades, ONGs, povos indígenas, movimentos da sociedade e do MPE, o projeto foi suspenso, até junho de 2022, quando entrou na pauta novamente, todavia, foi suspenso temporariamente.

No dia 2 de maio de 2017, houve acordo, por meio de TAC, entre o governo do estado do MT e o MPE. Esse acordo judicial estabeleceu que o poder público estadual tinha a obrigação legal de:

- Elaborar Plano de Manejo florestal em 21 meses;
- Realizar diagnóstico fundiário num prazo de 14 meses, com a apresentação posterior de um cronograma para regularização fundiária dos imóveis e desocupação das áreas ocupadas irregularmente;

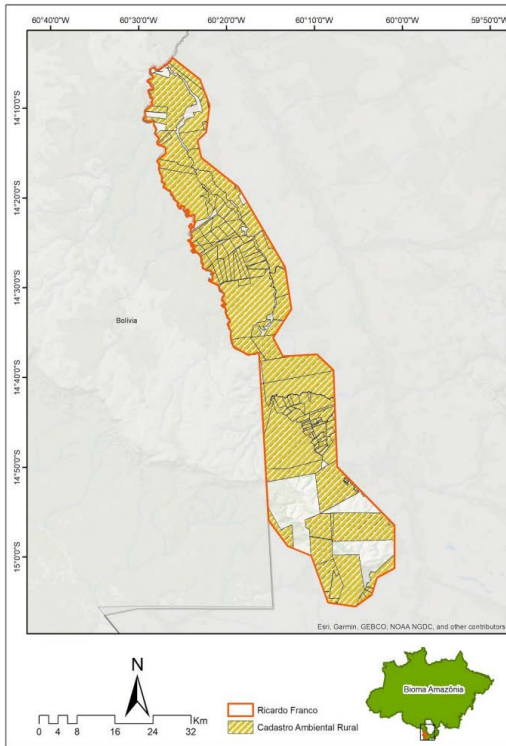
29 Ministério Público do estado do Mato Grosso. Ação de Improbidade Administrativa. Disponível em: <https://www.mpmt.mp.br/conteudo/58/74482/mpe-requer-afastamento-cautelar-de-secretario-estadual-de-meio-ambiente-e-mais-quatro-pessoas>. Acesso em: 10 mar. 2023.

- Georreferenciar e sinalizar o entorno do parque;
- Implementar atividades de fiscalização; e
- Criar Conselho Consultivo.

Em 26 de março de 2018, o Ministério Público do estado de Mato Grosso notificou a Procuradoria Geral do estado por descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta descrito acima, que definiu medidas a serem adotadas para assegurar a efetiva implantação, fiscalização e proteção do PRSF.

Mesmo com toda sua importância para a manutenção da biodiversidade e regime de chuvas, desde a sua criação, o Parque não foi devidamente implantado e sofre com o desmatamento, principalmente para a abertura de pastagens. O resultado da falta de política para Unidades de Conservação, no estado, se reproduz culturalmente em ações cotidianas de desvalorização dos patrimônios ecológicos e reforços de antagonismos na relação Humano-Natureza, produzindo discursivas de que a questão ecológica é responsável pelo impedimento do desenvolvimento. E, no caso do PSRF, em Vila Bela, isso se traduz nas intenções de usos de 71% da extensão do Parque, materializados em sobreposições de Cadastro Ambiental Rural (CAR), por fazendas que produzem gado. Essas fazendas acabam por contaminar a cadeia de frigoríficos, as quais, por sua vez, vendem para o mercado doméstico e internacional, gado advindo de áreas desmatadas ou ilegais, conforme apontam estudo e rastreio realizado pelo Greenpeace (2020).

Mapa 3 – Sobreposição do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no polígono do PSRF



Fonte: GREENPEACE (2020, p. 6).

Conselho Consultivo do PSRF

O Conselho Consultivo do PSRF foi criado pela Portaria nº 585, de 2014, complementado pela Portaria nº 747, de 2018, cuja finalidade é a implantação e o cumprimento dos objetivos do PSRF, ou seja, conservação e preservação de nascentes, biodiversidade, patrimônio geológico, fomento de estudos, garantia das funções climáticas, pesquisa, educação ambiental

e geração de renda por meio do ecoturismo, etnoturismo e turismo de base comunitária. Os representantes do Conselho podem emitir moções e recomendações, nesse sentido.

Suas competências são de acompanhar a elaboração do Plano de Manejo, integração de espaços protegidos com seu entorno (zona de amortecimento), compatibilizar interesses sociais com o Parque, manifestar-se sobre obra ou atividade que cause impacto, acompanhar estudos e regularização fundiária e participar de ações prioritárias e aplicação de recursos, como no caso do ARPA e do ICMS Ecológico³⁰. Vale salientar que o PRSF recebe por ano, grande valor em recursos financeiros advindas do ICMS ecológico e seu acumulado é de aproximadamente 12 milhões de reais desde o início dos repasses, conforme figura abaixo.

30 O estado de Mato Grosso foi o sexto a aderir ao ICMS Ecológico. O objetivo é compensar financeiramente municípios que possuem restrições de uso do solo e que tenham Áreas Indígenas ou Unidades de Conservação, em seus territórios. A existência das UCs é o primeiro passo para que o município receba esse benefício. Também é necessário que a unidade ou a terra indígena tenha e mantenha um nível de conservação. O estado tem 141 municípios com Terras Indígenas e UCs. Desse número, 61% dos municípios têm acesso ao ICMS Ecológico. O cálculo é feito através da relação do hectare do município de Área Protegida e o hectare de Área Não Protegida. A meta da SEMA é de que esse percentual atinja 100% dos municípios passíveis de receber o benefício. É aplicado 1% na área do município e 5% nas terras consideradas UCs e Terras Indígenas. Em seis anos, o ICMS distribuiu mais de R\$ 216 milhões, em 86 municípios. Um exemplo de cidade que tem Terras Indígenas e recebeu o ICMS Ecológico é Alto Boa Vista (1.059 quilômetros a Nordeste de Cuiabá). No município, 224 mil hectares, metade da sua área total, são considerados Terras Indígenas. No somatório de 2002 a 2008, o município recebeu o equivalente a R\$ 16 milhões. A quantia recebida de ICMS Ecológico foi de aproximadamente R\$ 10 milhões. Um exemplo de município com UC é Novo Santo Antônio. Tem 242 mil hectares considerados UCs, mais da metade da área é protegida. De 2002 a 2008, arrecadou R\$ 14 milhões; desse valor, quase R\$ 10 milhões foi de ICMS Ecológico. No caso do PRSF, houve repasse de mais de R\$ 5 milhões, desde o início dos repasses, há cinco anos.

As instituições públicas que compõem o Conselho Consultivo são: representantes da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), que ocupa sempre a presidência do Conselho, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, de Educação e Câmara Municipal de Vila Bela, Polícia Militar, Assessoria Pedagógica da Escola Estadual Verena Leite de Brito, Corpo de Bombeiros, Secretaria Adjunta de Turismo (SEDEC), 13ª Brigada de Infantaria Motorizada, Universidade do estado do Mato Grosso (UNEMAT) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Figura 8 - Tabela dos valores repassados de ICMS Ecológico por ano ao município de Vila Bela



Governo do Estado de Mato Grosso

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

2015	845.415,16
2016	909.784,62
2017	981.754,84
2018	1.179.298,34
2019	1.179.298,34
2020	1.813.291,12
2021	1.875.387,27
2022	2.031.218,90
2023/até agosto	1.094.238,88

Fonte: Secretaria de Estado do Meio Ambiente de MT (SEMA).

As entidades da sociedade civil que participam do Conselho e têm o direito a ocupar a vice-presidência, por meio de eleição, são: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vila Bela, Sindicato Rural de Vila Bela, Associação Étnica Cultural Chiquitana de Vila Bela, Câmara dos Dirigentes Lojistas, Federação das Colônias de Pescadores do estado de Mato Grosso, através da Capatazia de Vila Bela, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Sindicato Rural Patronal, representado pela Associação do Produtores Rurais da Serra Ricardo Franco (APROFRANCO), comunidade tradicional Remanescentes de Quilombolas Bela Cor, Associação de Turismo Caminho das Águas (ATCA), Instituto Ecológico e Sociocultural da Bacia Platina (IESBAP), Instituto Centro Vida (ICV) e Associação dos Remanescentes do Quilombo do Bananal. Dessa forma, o Conselho do Parque segue as normativas estabelecidas no ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo quanto aos ditames do Sistema Nacional de Unidade de Conservação, com determinação jurídica de ser paritário, ou seja, metade de seus representantes do Estado e metade dos representantes da sociedade civil organizada.

Análise das Atas do Conselho do PRSF – 09/08/2018 e 31/05/2019

A partir do segundo semestre do ano de 2018, inicia-se participação do escritor no Conselho do Parque, conjuntamente à realização de análises para o livro. Com o recorte temporal até final de 2022, é possível identificar alguns indícios e pistas cartográficas a respeito das discursivas

e enunciados dos segmentos representativos, quanto ao que se pretende relativamente ao destino da Unidade de Conservação em Vila Bela.

As primeiras reuniões foram para organizar o Conselho, pois estava em processo de reestruturação, com mudança da gerência. Dessa forma, seriam promovidas eleições dos cargos do Conselho, para depois se iniciarem debates visando a garantias institucionais, ações de conservação e fomento do ecoturismo e turismo de base comunitária, em benefício da população e da organização do acesso ao PSRF.

Dessa maneira, foi eleito, para ocupar a vice-presidência do Conselho, representante da Associação do Produtores Rurais da Serra Ricardo Franco (APROFRANCO), ligada ao agronegócio, na região. Essa posição no Conselho indica a força desse segmento, mesmo em se tratando de um Conselho com funções evidentemente de conservação ecológica e desenvolvimento de atividades de baixo impacto.

Discutiram-se em geral, nos encontros, assuntos de mero expediente sobre a estrutura, funções, estratégias de combate a incêndios, formas para disponibilizar o Plano de Manejo para os representantes e efetivação do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com o Ministério Público, quanto ao “Uso Público Provisório” dos atrativos ecoturísticos do Parque, para ser encaminhado à Coordenadoria de Unidades de Conservação, em Cuiabá.

Uso Público Provisório envolve critérios técnicos para garantir usos antrópicos adequados e permitidos, no interior

de Unidades de Conservação, como ecoturismo, pesquisas, educação ambiental etc., almejando produzir dados e orientar acessos para o desenvolvimento econômico com a floresta em pé, ou seja, com baixo impacto nos ecossistemas. Geralmente, são definidas áreas com trilhas que podem ser visitadas sem condutores, atrativos nos quais é obrigatória a condução por condutores e guias, regiões que não podem ser visitadas e as responsabilidades que todas e todos devem observar, ao entrar na Unidade, como levar seu lixo, não cortar árvores, não pescar, não acampar, não caçar, não levar som, entre outras.

No caso do Parque em Vila Bela, houve debates e a necessidade de votação sobre os usos permitidos na Unidade, pelo fato de haver discordâncias quanto à garantia de acesso a pesquisadores, monitoramento da biodiversidade por servidores da SEMA, atividade ecoturística de guias e condutores, de visitação de turistas e da comunidade, em geral. Essa discordância foi verbalizada recorrentemente pelos representantes da APROFRANCO, os quais enunciavam a degradação promovida pelos turistas e pelos condutores, assim como pelos riscos quanto à integridade física, ao se visitar os atrativos.

Depois do desenvolvimento de alguns debates, foi necessário realizar votação, pois não houve consenso e entendimento com representantes da APROFRANCO, para estabelecer parâmetros sobre o uso provisório legal de acesso ao Parque. Os representantes de parte do agronegócio, seguidos pelo representante da Câmara Legislativa Municipal,

votaram contra o uso provisório do Parque, enquanto os demais representantes: UNEMAT, comunidades tradicionais, povos indígenas, OAB, ONG, Associação comercial etc., votaram a favor do uso provisório do Parque, enunciando argumento de que o local é de lazer para a população há mais de décadas e gera renda para comunidades tradicionais e residentes de Vila Bela, pelo fato de o ecoturismo ser uma realidade na região, apesar de haver concordância por todos os representantes do Conselho, sobre a escassez de políticas públicas, nesse sentido, tanto por parte dos governos de Mato Grosso como da prefeitura de Vila Bela.

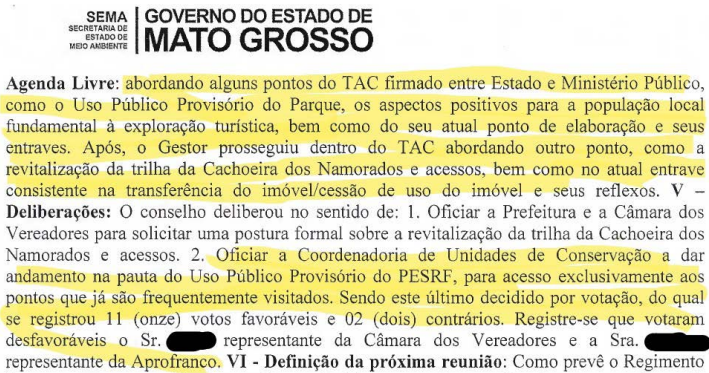
Os argumentos enunciados por representantes da APROFRANCO, e endossados pelo representante da Câmara Municipal, se orientaram pela ideia de que não houve uma “regularização fundiária”, por parte do estado, sobretudo sobre indenizações das áreas afetadas pela unidade, recaindo em narrativas que questionam a própria existência formal do Parque, falta de segurança no acesso às cachoeiras e cânions e responsabilização dos condutores e turistas pela degradação da Unidade.

Importante frisar que os esforços para alavancar o ecoturismo na região geralmente são feitos pela sociedade e comunidades, associações e agências de ecoturismo, tendo sido muitas vezes lembrados nas reuniões. Outro fato relevante é que, pelo ordenamento jurídico no Brasil, a responsabilidade pela não resolução dos problemas advindos da instalação de Unidade de Conservação não recai sobre

a Unidade em si, mas é de responsabilidade dos poderes executivo e legislativo, portanto, não é culpa ou dolo do ente “Unidade de Conservação” e não pode recair sobre ela tais omissões do poder público. O chamado interesse público primário do Estado de Direito garante o interesse supremo da coletividade e gerações futuras sobre o interesse particular, referência essa basilar na formação do Estado Moderno.

Segue abaixo recorte analisado das discursivas, dos debates e da deliberação das entidades representativas no Conselho:

Figura 9 – Recorte de Atas do Conselho do PSRF (1)



Fonte: SEMA - MT.

Dessa forma, identifica-se, nas discursivas de representantes locais de segmentos do agronegócio, a resistência ideológica sobre implementação da Unidades de Conservação e do fomento de atividades ligadas ao ecoturismo, na região. Fica evidente também a força do poder regional desse segmento amparado por contingentes de representantes, tanto

na Câmara Estadual como nas Câmaras Municipais. Enunciados apontam que integrantes locais do agro não compreendem a unidade em Vila Bela como ativo para o município, nem como território de função hídrica e climática importante e possibilidade de diversificação econômica para a população.

Por seu turno, as degradações ocorridas no interior e entorno do Parque realizam-se por desmatamentos, queimadas e drenos para pastagens e plantio de grãos, conforme dados produzidos pela Cartografia Socioecológica (descritos na próxima parte do trabalho), pelo MapBiomass, pelas universidades e por ONGs (GREENPEACE, 2020, p. 06), não havendo fundamento, pois, em acusar condutores e as atividades de ecoturismo de serem responsáveis pela antropização significativa da unidade. Nesse sentido, manifestam-se as narrativas ideológicas de relação Humano-Natureza que vêm sendo construídas em Mato Grosso, materializando-se e tornando-se cada vez mais representativas na arena política institucionalizada em Vila Bela.

Análise das Atas do Conselho do PRSF - 12/09/2019

Iniciou-se reunião com expedientes burocráticos de praxe, para posteriormente entrar nos assuntos que tratam sobre regulamentar adequações e usos comunitários do Parque. Representante da UNEMAT solicitou resposta sobre o processo de divulgação do Plano de Manejo, por parte do presidente do Conselho (que é o representante da SEMA) e a respeito da garantia do uso do Parque para a população de Vila Bela e para o exercício do ecoturismo, devido à urgência

do assunto e pela angústia que gera aos munícipes, já que a visitação e o ecoturismo propiciam renda para as comunidades e possibilita uso legal e desejável da unidade pelo poder público. Ressaltou ainda a morosidade, nesse sentido.

O gerente do Parque recebeu a informação de representante da SEMA de que, em breve, o Plano de Manejo seria disponibilizado para o Conselho, assim que voltar das análises técnicas. O gerente do Parque recomendou agilidade na minuta de regulamentação de visitação para alguns pontos, com o intuito de garantir trabalho digno aos condutores e guias, pontos esses que já são visitados frequentemente há anos, nas operações turísticas. Solicitou também, para esses pontos, a implantação de algumas estruturas mínimas, com análise técnica do corpo de bombeiros, visando a garantir a segurança nas visitas.

Figura 10 – Recorte de Atas do Conselho do PSRF (2)

sobre Conselhos Gestores e compartilharam com os demais conselheiros sua experiência. **IV- Agenda Livre:** O conselheiro [REDACTED], representante da UNEMAT levantou a necessidade de desenvolvermos algo referente ao uso público provisório, em razão da urgência desta demanda. Além de citar também a morosidade da SEMA em apresentar o Plano de Manejo para o Conselho tomar conhecimento. Ocasão em que o Gerente informou que o respectivo documento já está na Cuco e, segundo o coordenador [REDACTED], em breve será desenvolvida pela Cuco análise dos apontamentos feitos e em seguida, enviado para análise deste Conselho. **V – Deliberações:** Sobre a questão das estratégias de combate ao incêndio, deliberou-se que o Conselho irá oficiar a Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT para promover uma contratação de brigadistas municipais temporariamente no período de estiação, para ajudar no combate aos incêndios no PESRF, bem como nas

Fonte: SEMA – MT.

Análise das Atas do Conselho do PRSF - 04/11/2019

No encontro, foi debatido e relatado em ata sobre a “obrigatoriedade do Estado de regulamentar uso provisório

até que seja finalizado e implementado Plano de Manejo”, objetivando garantir legalidade e segurança jurídica para a população que desfruta do patrimônio e da atividade de ecoturismo geradora de renda, e pelo fato de haver ligação entre a comunidade e o exercício de “visitação pública tradicionalmente ocorrida no PSRF”.

Fato interessante é que as análises a respeito dos usos provisórios e das trilhas tradicionais do Parque receberam recomendação de reprovação, segundo a Superintendência da SEMA. Isso se deve ao “entendimento” da SEMA acerca do parecer da Subprocuradoria Geral de Defesa do Meio Ambiente do estado de Mato Grosso, provocada por pedidos do antigo gerente do PSRF (exercido até fim de 2018). Ele alegou ausência de infraestrutura mínima de segurança para visitação, aludindo à promoção de “desordem por parte dos condutores de ecoturismo” e que essa situação vinha “causando danos à presente Unidade de Conservação”, sugerindo, portanto, a interdição do Parque.

Aqui, podemos enfatizar que, apesar de os guias e condutores de Vila Bela serem reconhecidos por participarem de brigadas de incêndio, no Parque, fazerem limpeza de lixo deixado nas trilhas, serem defensores da natureza e do patrimônio ecológico, o antigo gerente, através de parecer formal, cogita que agentes do ecoturismo são responsáveis por danos à unidade. Essa discursiva foi ao encontro do que argumenta a APROFRANCO e seguido pelo representante da Câmara Municipal.

A discursiva proferida recorrentemente por alguns representantes, de que o ecoturismo é a atividade que degrada a Unidade, se opõe aos inventários, diagnósticos científicos, estudos e mapas do Parque, os quais atestam desmatamentos e drenos como causadores principais das antropizações, indicando que a intenção da supressão da floresta nativa é para ampliação de pastos e para aumento do plantio de monoculturas. Essa expansão causou a degradação de aproximadamente 25% do PSRF, sendo que 33% dessas degradações ocorreram depois de ter sido estabelecido como Unidade de Conservação de Proteção Integral, em 1997 (GREENPEACE, 2020, p. 6-8).

O promotor público, que participa do Conselho enquanto fiscal das leis e da tutela socioecológica, questionou a versão apresentada pelo Superintendente da SEMA, quanto ao entendimento de proibir visitação descrita no parecer da Subprocuradoria Geral de Defesa de Meio Ambiente. O promotor defende que as normas determinam que a visitação e uso provisório deve ser regulada antes do Plano de Manejo ser concluído, justamente para garantir o acesso ordenado ao Parque, que já é usado tradicionalmente pela população e condutores de ecoturismo. Sustenta que o parecer da Subprocuradoria é relativo a como se realizarão intervenções na unidade na implantação de edificações de segurança, para que não causem danos ecológicos antes de ser divulgado o estudo, portanto, não se refere às visitações.

Dessa forma, encontram-se contradições nas discursivas enunciadas a respeito de entendimentos do parecer da Subprocuradoria de Defesa de Meio Ambiente. Para o Superintendente da SEMA, cargo esse de confiança escolhido pelo governador de Mato Grosso e sua base parlamentar, o parecer é contra a visitação e recomenda que se deve interditar completamente o Parque; para o Promotor Público e o gerente em exercício no período (fim de 2018 a março de 2020), o parecer se atém à não implantação de infraestruturas com edificações, até que seja finalizado o Plano de Manejo, o que não impede organizar as visitas da população, implantação de cordas, escadas móveis etc., além da atividade de ecoturismo.

Outra contradição nas discursivas se refere à responsabilização dos condutores e das pessoas que visitam a Unidade, como sendo os “protagonistas” de danos ecológicos em seu interior. Em todo o planeta, as atividades de ecoturismo são vistas como prioritárias e desejáveis para os usos de Unidades de Conservação, indicando, assim, grande paradoxo na discursiva apresentada no Conselho do PSRF. Conforme a meta 11 da Convenção de Biodiversidade (COP-10) de Aichi³¹, foi proposto e ratificado que 17% das áreas dos

31 Durante a 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-10), realizada na cidade de Nagoya, Província de Aichi, Japão, foi aprovado o Plano Estratégico de Biodiversidade para o período de 2011 a 2020. Esse plano prevê um quadro global sobre a diversidade biológica e busca estabelecer ações concretas para deter a perda da biodiversidade planetária. O plano serve de base para estratégias do sistema das Nações Unidas e todos os outros parceiros envolvidos na gestão da biodiversidade e desenvolvimento político. Na Meta 11 de Aichi, pretende-se que, até 2020, pelo menos 17 % de áreas terrestres e de águas continentais e 10% de áreas marinhas e costeiras, de importância para biodiversidade e serviços ecossistêmicos, estejam conservados, por meio de sistemas de áreas protegidas geridas de maneira efetiva e equitativa, ecologicamente representativas e satisfatoriamente interligadas e integradas em paisagens terrestres e marinhas.

países sejam estabelecidas como Unidade de Conservação de proteção integral para proteção da biodiversidade e que nesses espaços sejam desenvolvidas atividades compatíveis com a preservação, como são as pesquisas e o ecoturismo.

E, por fim, o atual gerente do Parque solicitou um posicionamento oficial da SEMA de como deve ser entendido o parecer da Subprocuradoria de Defesa de Meio Ambiente e como deve ser a comunicação para população, a respeito do Parque: de fechamento total ou de visitação dos pontos tradicionalmente visitados?

Nesse sentido, todos representantes foram unânimes, dessa vez, em se manifestar pela manutenção do Parque aberto para visitação e que essa manifestação do Conselho fosse atendida pela Coordenação da SEMA. A questão das trilhas para observação e monitoramento da biodiversidade, sob responsabilidade da SEMA, para avaliar a unidade, ficou para ser debatida em próxima reunião. Representantes da APROFRANCO manifestaram preocupação com esses acessos, pois alegaram ser áreas privadas e que o assunto deveria passar por “regularização fundiária”. Dessa forma, ficou decidido debate sobre a monitoramento da biodiversidade para próxima reunião. Seguem partes das atas relativas à análise dos enunciados:

Figura 11 – Recorte de Atas do Conselho do PSRF (3)

servidores da Sema [REDACTED], [REDACTED] e [REDACTED]. Após, promoveu uma contextualização aos conselheiros, a respeito da visita pública tradicionalmente ocorrida no PESRF, ocasião em que foi entregue um dossiê contendo documentos pertinentes à pauta para cada conselheiro. Nesta conjuntura, os eles tomaram ciência da Cláusula Sétima do TAC n.º 005/2017, que prevê a obrigação do Estado em regulamentar de maneira provisória o uso público do PESRF, até que seja finalizado e implementado o Plano de Manejo da UC. Bem como, documentos que representam a continuidade dos atos que sucederam o TAC, como a minuta da instrução normativa elaborada pela SEMA para tratar desta matéria e a Manifestação n.º 24/2018 da Subprocuradoria Geral de Defesa do Meio Ambiente que recomendou a não aprovação da respectiva minuta em razão da ausência de infraestrutura mínima de segurança nos pontos que são visitados; C.I. n.º 01/2019/GR/PESRF elaborada pelo ex-gerente [REDACTED], solicitando apoio da Cuco para conter as visitas do PESRF, em razão de supostas desordens por parte dos condutores locais, que, segundo ele, estariam causando danos à UC; Matéria veiculada pela plataforma de Governo do MT no dia 19/02/2019 com o título “Sema alerta para risco de visita ao Parque Serra de Ricardo Franco”, que, em suma, sugeriu uma interdição das visitas na unidade; Ofícios n.º 897 e 899/2019/GAB/SEMA-MT, direcionados à Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade e à Câmara de Vereadores, respectivamente; C.I. n.º 10/2019/GR/PESRF, feita pelo atual gerente [REDACTED] solicitando instruções de como lidar com as visitas que tradicionalmente acontecem na UC; Ata da Reunião Ordinária do Conselho ocorrida no dia 12/09/2019; C.I. n.º 16/2019/GR/PESRF apresentando ofício n.º 02/CONSELHO/PESRF que solicita apresentação do Plano de Manejo para análise dos conselheiros; Relatório de Diligência n.º 04/2019/PESRF que informou o óbito ocorrido na Cachoeira dos Namorados; Despacho do Processo n.º 506430/2019, que recomendou à gerência do PESRF a convocação de reunião extraordinária com a pauta de “ações para coibir visitas desordenadas no PESRF”; bem como demonstrativo do montante repassado ao Município a título de ICMS

já tornava a visita mais segura, contudo precisava-se definir se a Sema permitirá ou não, que essas visitas, mesmo sem a norma provisória, continuem acontecendo. Em seguida, o presidente do Conselho [REDACTED] ponderou que ele é procurado por pessoas para dar informações sobre as visitas no PESRF e que precisa saber qual a posição da Sema sobre elas, para poder desenvolver um trabalho de adequação com as visitas que tradicionalmente ocorrem, visto que o atual posicionamento público do órgão é no sentido de que as visitas somente devam acontecer após a elaboração e implementação do Plano de Manejo. Após, o Vereador [REDACTED] questionou se existia algum ato da Sema que de fato proíba as visitas no PESRF, para se ter clareza da situação, dando continuidade ao questionamento indagando qual a proposição da Sema a respeito de coibir ou permitir essas visitas. Momento que Superintendente [REDACTED] expôs que havia um decreto que proíbe as visitas, em razão da ausência de norma que as regulamentasse. Em seguida, a Sra. [REDACTED] indagou o Superintendente Elton se a Sema possuía recurso para investir em estrutura dentro do PESRF, sendo respondido por ele que sim, pois inclusive existe um recurso advindo de compensação ambiental destinado ao PESRF, mais precisamente ao acesso da Cachoeira dos Namorados, mas que para haver esse investimento o listado precisa ter a posse da área de acesso. Se posicionou também que é responsabilidade do Município, uma vez que ele é o detentor do domínio, a parte que lhe cabe nessa condição, como por exemplo coibir os acessos à cachoeira dos namorados. Após, a conselheira [REDACTED], representante da Seduc/MT, solicitou aprovação do Conselho para ouvir o Secretário Municipal de Turismo, que não faz parte na condição de membro, mas tem esse interesse, ficando assim registrado para que o Conselho delibere em reunião oportuna, mas também entenderam que ele poderia se posicionar frente aos conselheiros. Em seguida, o Senhor [REDACTED], se posicionou afirmando que o Município arcará com os custos e execução da estrutura mínima de segurança em todos os pontos tradicionalmente visitados, devendo o conselho aprovar quais seriam essas estruturas, garantindo que o Município irá custear e edificá-las. Sra. [REDACTED] expôs em seguida que há a necessidade de se observar acessibilidade nas edificações futuras. Após, Dr. [REDACTED] abordou novamente a questão da necessidade do Município ceder uso do imóvel de acesso a cachoeira dos namorados para o Estado, para que seja aplicado o valor de R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais) que a Sema já tem reservado para essa finalidade, sendo este informe inclusive objeto dos ofícios nº. 897 e 899/2019/GAB/SEMA-MT, citados no preâmbulo desta ata. Após, o presidente da Câmara de Vereadores de Vila Bela que estava presente no público pediu a palavra aos conselheiros para se manifestar com relação a isto. Então, o Sr. [REDACTED] se posicionou no sentido de que em seu entendimento, há uma chantagem da Sema para com o Município de Vila Bela, pois segundo ele, não necessariamente precisa haver a doação do imóvel para o Estado para que este recurso seja aplicado no imóvel. Após, o Vereador [REDACTED] ponderou que no seu entendimento não há necessidade de se fazer tampouco a cessão, pois a aplicação do recurso pode ser feita via convênio. Em seguida o Superintendente Elton trouxe para todos

SEMA
SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE

GOVERNO DO ESTADO DE
MATO GROSSO

do Uirapuru, existe uma Unidade de Conservação Municipal e que em razão disto, prescindiu de doação/cessão. Em seguida, Dr. [REDACTED] indagou o Superintendente [REDACTED] qual seria a posição da Sema sobre as visitas, se seriam coibidas ou não. Então, [REDACTED] respondeu que reportará aos seus superiores o teor do discutido e deliberado nesta reunião, munido da presente ata, para que em seguida a Sema decida qual posição adotar. Dr. [REDACTED] em seguida se posicionou no sentido de que a obrigação pactuada pelo Estado produz efeito na obrigatoriedade da Sema regulamentar essas visitas tradicionalmente ocorridas no interior da UC, o e que segundo ele a execução judicial do TAC já foi ajuizada, portanto, o ideal seria que a Sema implementasse a norma provisória, até que se conclua o Plano de Manejo. Em seguida, Superintendente [REDACTED] ponderou que não se fez presente para apontar uma solução ao Conselho e tampouco autorizar ou proibir alguma conduta, mas sim está presente para ouvir o Conselho e lembrou que seu papel é deliberar pelo entendimento comum, pois o objetivo é construir uma saída em conjunto. Portanto, o Conselho passou a deliberar. A título de exposição de tema para a próxima reunião, o Superintendente [REDACTED] expôs aos Conselheiros um breve relato sobre a situação da abertura das Trilhas para Monitoramento de Biodiversidade, que será debatido em reunião ordinária oportuna. A conselheira Sra. [REDACTED] ponderou que o tema é complexo, visto que tratam-se também de propriedades privadas e, portanto, imprescindível se faz análise da questão fundiária. **III – Deliberações: Primeira:** O conselho deliberou de maneira unânime que não concorda com a interdição das visitas tradicionalmente ocorridas no PESRF e que as elas devem continuar acontecendo, desde que acompanhada de guias de turismo ou condutores locais. **Segunda:** Deliberou em seguida, de maneira unânime, entendimento de que a Sema deve elaborar em caráter imediato uma norma provisória que regulamente as visitas até que o Plano de Manejo seja finalizado e implementado, mesmo por que é uma obrigação assumida no TAC nº. 005/2017. **Terceira:** Será apresentado na reunião ordinária do dia 03/12/2019 a proposta de infraestrutura mínima de segurança para o conselho aprovar, que após será apresentado à Sema, que por conseguinte será enviado ao Município, na pessoa do Prefeito, para execução, vez que seu representante Secretário de Turismo firmou este compromisso perante o Conselho; **IV – Exposição de tema para próxima reunião:** O Superintendente [REDACTED] expôs aos Conselheiros a situação das Trilhas para Monitoramento de Biodiversidade, cujo procedimento inicial de solicitação de autorização aos proprietários das áreas onde elas seriam instaladas já foi feito, porém obteve resposta negativa. Portanto já ficou pautado para próxima reunião a exposição adequada do tema para os conselheiros tomarem ciência e se for o caso, deliberarem. **V – Encerramento:** O Presidente questionou se alguém teria alguma contribuição ou consideração à ser dada, sendo certo que todos se demonstraram satisfeitos com os trabalhos e não houveram mais manifestações. Nada tendo mais a constar nessa ata, lavrada por mim, [REDACTED] de [REDACTED]. Segundo Secretário Executivo, encerro e assino a presente em conjunto com o presidente, anexando à ela a lista de presença dos conselheiros e público.

Análise das Atas do Conselho do PRSF – 03/12/2019

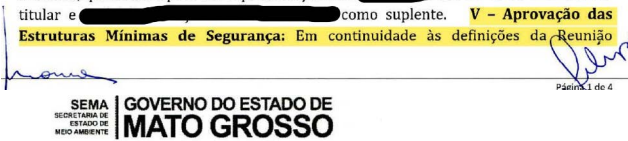
Examinando as discursivas da reunião, podemos identificar e apontar a relevância do debate acerca da pesca predatória (com rede, explosivos, entre outras formas) e a necessidade de se executar fiscalizações no Parque e em seu entorno, de sorte a coibir tais práticas, as quais estavam se tornando recorrentes. Entretanto, houve contestação de representante da APROFRANCO a respeito da fiscalização na chamada Zona de Amortecimento³² do Parque. Na discursiva, a representante do agronegócio alega que não existe Plano de Manejo, na Unidade, e por isso não há que se usar o termo e nem estabelecer alguma delimitação de seu entorno para fiscalização.

Quanto aos debates sobre às estruturas mínimas para garantir o uso provisório da Unidade, foi aprovado pela SEMA e ficou a cargo do Conselho Gestor defini-las e quais atrativos tradicionalmente acessados serão contemplados com os equipamentos, usando-se recursos do Programa ARPA para tanto, conforme grifos da ata abaixo:

32 Zona de Amortecimento ou Zona-Tampão se refere às áreas localizadas no entorno de uma Unidade de Conservação, onde atividades antrópicas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar impactos negativos sobre a Unidade, conforme estabelece o artigo 2º, XVIII do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei nº 9.985/2000). E, de acordo com a Resolução CONAMA nº 428, de 2010, atividades que possam afetar a Zona de Amortecimento só terão seu licenciamento ambiental concedido, após autorização do órgão gestor da Unidade de Conservação, que tomará tal decisão mediante devidos estudos ambientais (EIA/RIMA). Se a Unidade foi estabelecida sem sua definição, empreendimentos com capacidade de impacto significativo ao ambiente deverão respeitar uma faixa estabelecida de 3 km de distância e serão obrigados a obter o licenciamento.

Figura 12 – Recorte de Atas do Conselho do PSRF (4)

sendo aprovada por todos por unanimidade, como determina o Regimento Interno. **III – Apresentação de trabalho fiscalizatório desenvolvido:** Após, apresentou-se aos conselheiros e público presente, um esboço sobre os trabalhos da operação fiscalizatória de pesca ilegal no PESRF e sua zona de amortecimento em andamento, registrando neste ponto objeção da conselheira [REDACTED] sobre o termo zona de amortecimento, uma vez que o Plano de Manejo do PESRF não foi concluído, estabelecendo as respectivas delimitações. Também, a referida conselheira questionou se a SEMA estava desenvolvendo algum trabalho de cunho educativo com a população local a respeito deste período proibitivo, deixando neste momento sua sugestão para realização de tais atividades, que todos entenderam serem importantes e necessárias. **IV – Inclusão de Membros:** Por unanimidade, os conselheiros votaram e aprovaram a inclusão da Secretaria Municipal de Turismo no quadro permanente de membro para a referida entidade, que indicou para sua representação o Sr. [REDACTED] como titular e [REDACTED] como suplente. **V – Aprovação das Estruturas Mínimas de Segurança:** Em continuidade às definições da Reunião



Extraordinária ocorrida no dia 04/11/19, do qual se definiu que o Conselho aprovaria estruturas mínimas de segurança a serem instaladas nos atrativos turísticos tradicionalmente visitados no PESRF, por conta do Município, promoveu-se inicialmente a leitura completa do RELATÓRIO TÉCNICO Nº. 39/CUCO/SUBIO/SEMA/2017 para ciência de seus termos aos conselheiros e, após, foram apresentadas pelo Presidente indicações de estruturas com base no teor do referido relatório. Sendo elas: 1-

Fonte: SEMA – MT.

Em relação às trilhas para monitoramento de biodiversidade, houve explanação, por parte de servidores técnicos da SEMA, responsáveis pelo tema. Forneceram explicações quanto à importância, nuances e finalidade das trilhas de monitoramento da biodiversidade, que são condicionantes do programa para Unidades na Amazônia, ou seja, marcos referenciais de execução do ARPA. Uma servidora verbalizou que houve negativa em documentos enviados por *e-mail* dos donos das fazendas, localizados na borda e dentro dos limites do Parque, em se implementar as trilhas de biodiversidade.

Em seguida, a representante da APROFRANCO enunciou que se elaborou parecer jurídico defendendo a negativa,

pelo fato de o Parque não ter sido implementado realmente e que os proprietários não foram indenizados, não havendo “regularização fundiária”, e, dessa forma, são contrários à implementação das trilhas de monitoramento de biodiversidade nas áreas do Parque e entorno.

Segue:

Figura 13 – Recorte de Atas do Conselho do PSRF (5)

gostoso financiado pelo Programa ARPA. **VII – Exposição sobre as trilhas para monitoramento de biodiversidade:** A título de finalizar os trabalhos da reunião, o Presidente iniciou expondo o protocolo adotado por ele para implantar no PESRF as trilhas para monitoramento de biodiversidade, marco referencial do programa ARPA. Na

Página 3 de 4

SEMA
SECRETARIA DE
ESTADO DE
MEIO AMBIENTE

**GOVERNO DO ESTADO DE
MATO GROSSO**

oportunidade, a analista da Cuco [REDACTED] fez uma excelente explanação sobre o referido trabalho, suas nuances, importância, características e funcionamento. Em seguida, o presidente expôs que fez um informe via e-mail para os proprietários das áreas inseridas dentro do PESRF que foram definidas para implantação das referidas trilhas, bem como expôs que recebeu deles, negativas para referida implantação em suas áreas. Após, a conselheira Sra. [REDACTED], representante da Aprofranco e da Faz. Rio do Meio, que foi uma das fazendas definidas para implantar as trilhas, promoveu a leitura de um parecer jurídico de seu advogado informando o teor da negativa e em seguida, expôs seu ponto de vista contrário a implantação das mesmas, consistente em suma, na possibilidade de gerar responsabilização por eventual sinistro para si e aos demais proprietários, vez que o Parque não foi de fato implementado e tampouco os proprietários que possuem áreas em seu interior foram indenizados. Os conselheiros num geral debateram a questão, contudo, optaram por não adotar nenhum posicionamento a respeito, gerando tão somente as seguintes deliberações. **VIII – Deliberações: Primeira:** O conselho deliberou de maneira unânime os seguintes pontos: entende ser o Programa ARPA de fundamental importância para o PESRF e portanto precisa ser mantido. Entende também, que é importante para o PESRF, o desenvolvimento de estudos e pesquisas inerentes a sua biodiversidade. Sobre este assunto, por fim, entende que no tocante a abertura das referidas trilhas, a SEMA precisa lidar diretamente com os responsáveis pelas áreas definidas para sua implantação. **Segunda:** Como alinhado na última reunião extraordinária, as estruturas mínimas de segurança seriam aprovadas por este conselho e enviadas para o Município de Vila Bela da Santíssima Trindade para sua respectiva edificação nos pontos turísticos tradicionalmente visitados, ocasião em que deliberou, de maneira unânime, neste momento pela aprovação nas estruturas narradas acima, bem como, deliberou por oficiar e dar aval para o Município implantá-las. **Terceira:** Deliberou por realizar na próxima reunião ordinária, uma oficina que será desenvolvida pela Secretaria Estadual Adjunta de Turismo, membro deste Conselho, sobre turismo para os seguimentos locais que trabalham nesta área. **IX – Data para próxima reunião:** Definiu-se como data para

Fonte: SEMA – MT.

Análise das Atas do Conselho do PRSF – 11/03/20

Nessa reunião do Conselho, houve clima de tensão e afrontamentos discursivos entre os próprios servidores da SEMA, Gerência do Parque e Superintendência da SEMA, com apoio ao Gerente de parte do Conselho, sobretudo representantes da sociedade civil. Esses afrontamentos enunciados ocorreram em função das deliberações anteriores do Conselho, elaboradas conforme estabeleceu a execução judicial que determinou documento de uso provisório da população, para, dessa forma, organizar o acesso responsável a Unidade.

Na verdade, o uso havia sido debatido diversas vezes, conforme exposto nas análises anteriores e registrado nas atas, com oposição apenas da APROFRANCO e da Câmara de Vereadores. Entretanto, tinha título de obrigação judicial de fazer, conforme foi estabelecido em TAC do Ministério Público, descrito também nas atas.


Porém, o Superintendente da SEMA enviou *e-mail* ao gerente, que foi lido na reunião por subordinados, indicando que deveria cessar imediatamente qualquer ação de uso provisório ou cadastro, sob pena de processo administrativo para os envolvidos. Determinava que o Conselho, junto com a gerência, informasse aos condutores e à população em geral que o Parque estava interdito, ou seja, fechado para visitação pública, indeterminadamente, e que policiais ambientais iriam fiscalizar as entradas do Parque, já na semana do Carnaval.

Após o momento de embate entre servidores, iniciaram-se as deliberações sobre a proposta de criação de câmara técnica, a fim de escrever minuta de projeto de lei para destinação específica dos mais de 5 milhões de reais recebidos nos últimos quatro anos (até 2019), pelo município, a título de ICMS Ecológico.

Deliberou-se igualmente sobre a intenção de produzir ofício do Conselho para o Ministério Público sobre irregularidades cometidas pela SEMA, ao não divulgar Plano de Manejo, apesar de o atual gerente ter comunicado diversas vezes a coordenação da SEMA, a respeito das bases legais que obrigam o órgão a apresentar, ao Conselho e à sociedade, os estudos do plano e a própria coordenação prometer fazê-lo em diversos momentos, mas que nunca chegou. E decidiu-se também a oficialização formal da SEMA pelo fato do descumprimento das providências determinadas pela execução judicial de regulamentar o uso provisório do PSRF para visitação tradicional, frisando que a mesma proibiu a visitação da população, interditando a Unidade e, mais uma vez, não cumprindo o que havia sido definido em TAC.

Após alguns dias da mencionada reunião, o atual gerente deixa o cargo. Segue parte das atas:

Figura 14 – Recorte de Atas do Conselho do PSRF (6)


GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

ser feito no Palácio dos Capitães-Generais, Museu Histórico local, Hostel Casa Azul e através do e-mail institucional do parque pericardofranco@sema.mt.gov.br; **V – Exposição e contextualização sobre o Plano de Manejo e Uso Público Provisório do PSRF:** O presidente [REDACTED] contextualizou os conselheiros a respeito dos pontos do TAC nº. 005/2017, que condicionam a obrigação do Estado em desenvolver especificamente os dois trabalhos elencados no título deste tópico, ilustrando em ordem cronológica os seguintes documentos e atos: Cláusulas Primeira e Sétima do TAC 005/2017; Minuta da Instrução Normativa sobre o Uso Público Provisório do PSRF; Manifestação nº. 24/2018 da Subprocuradoria do Meio Ambiente; C.I. nº. 01/2019/PESRF exarada pelo ex-gerente [REDACTED]. Matéria publicada pela SEMA sugerindo a interdição das visitas do PSRF em 19/02/2019; C.I. nº. 007/PESRF/2019 exarada pelo atual gerente [REDACTED] em 12/06/2019, solicitando da Cucco o Termo de Referência apresentado para empresa IGPlan para que desenvolvesse o Plano de Manejo do PSRF, Plano de Manejo apresentado pela IGPlan à SEMA e Parecer Técnico desenvolvido pela equipe multidisciplinar responsável pela análise do Plano de Manejo, criada pela Portaria nº. 232/2019/SEMA-MT, para apresentar ao Conselho e suprir regramento legal de tê-lo presente em sua elaboração; C.I. nº. 10/PESRF/2019 exarada em 05/09/2019, pelo atual gerente [REDACTED], solicitando da Cucco e da Superintendência de Biodiversidade um posicionamento e uma atitude com relação às visitas que o PSRF recebe tradicionalmente, vez que a normativa que tratava do uso público não havia tido qualquer andamento e as visitas não deixaram de acontecer e a SEMA não desenvolveu nenhum ato para cobrir, mesmo porque não possui efetivo para tal; C.I. nº. 16/PESRF/2019, exarada pelo atual gerente [REDACTED], em 09/10/2019, apresentando para Cucco o ofício nº. 02 do Conselho, que solicita, com base na legislação vigente, a apresentação do Plano de Manejo para que ele acompanhe sua elaboração; C.I. nº. 005/CEGF/SEMA/2020, exarada pelo Coronel [REDACTED] em 17/02/2020, solicitando participar da próxima reunião ou audiência pública que trate do Plano de Manejo do PSRF, para verificar se houve a inclusão do Plano de Combate a Incêndios Florestais desenvolvido para o próprio PSRF; E-mail enviado pelo Superintendente de Biodiversidade ao Gerente do PSRF, informando que o Plano de Manejo foi entregue à SEMA no ano de 2018 e que até o presente momento a Cucco não fez a análise, mas que, após sua análise e aprovação, será apresentado ao Conselho, ocasião em que o Coronel [REDACTED] poderá participar e descobrir se houve ou não a inclusão do Plano de Combate a Incêndios Florestais no referido trabalho; Procedimento de cadastro para condutores locais que operem no PSRF, criado pelo Gerente [REDACTED] com base nos últimos posicionamentos do Conselho e na obrigação legal do Estado em decorrência do TAC em desenvolver uma normativa para regulamentar as visitas de forma provisória; E-mail enviado pelo Superintendente de Biodiversidade ao Gerente do PSRF, relatando ter sido informado sobre o procedimento de cadastramento dos condutores locais, e, determinando que: "cessasse qualquer tipo de cadastramento com o objetivo de visita da unidade, sob pena de abertura de processo administrativo", além de, determinar que fossem informados os condutores locais que tivessem, **hor ventura** preenchido o formulário, que a UC está fechada para visita pública; Ordem de Serviço nº. 15/2020/CUCO, exarada pelo Coordenador de Unidades de Conservação ao Gerente [REDACTED] sobre operação que seria realizada no período de Carnaval 2020, com objetivo de: "realizar trabalho de proteção e fiscalização do Parque Estadual Serra Ricardo Franco, tendo o apoio de três policiais militares ambientais, a todas as pessoas que forem na Unidade de Conservação sobre a proibição de visita, tendo em vista o Parque não estar aberto a visita ainda e que, em caso de descumprimento, poderá ser autuado por infração ambiental", Mapa com imagem do PSRF, ilustrando quais as três microáreas que são visitadas tradicionalmente pelo público turístico do PSRF; e Memorial de Cálculo com os valores arrecadados pelo Município de Vila Bela da Santíssima Trindade a título de ICMS Ecológico, que somam, nos últimos cinco anos, o importe de R\$ 5.018.785,86 (cinco milhões, dezotoito mil, setecentos e oitenta e cinco reais e oitenta e seis centavos). **VI - Deliberações: Primeira:** Criar uma câmara temática que será formada pelos Conselheiros [REDACTED] e [REDACTED] para elaborar uma minuta de projeto de lei municipal que vise definir uma destinação específica e percentual do ICMS ecológico arrecadado pelo município de Vila Bela da Santíssima Trindade; **Segunda:** Oficiar o Ministério Público relatando a situação apresentada pelo Presidente a respeito do Plano de Manejo e Uso Público Provisório, mais especificamente sobre as ilegalidades cometidas pela SEMA ao não apresentar o plano de manejo para análise deste Conselho, apesar das comunicações feitas pelo Gerente com base legal e não publicar a normativa do uso público provisório, apesar dos andamentos e posicionamentos feitos pelo próprio Conselho, bem como além de não fazê-lo, insistir em atitudes que visem proibir a visita tradicionalmente ocorrida no PSRF, mesmo após execução judicial do TAC nº. 005/2017 promovida pelo Ministério Público, para, enfim, pedir providências desta referida entidade ministerial. **VII - Data para próxima reunião:** Definiu-se como data para próxima reunião

Análise das Atas do Conselho do PRSF – 15/06/22 e 28/09/22

As primeiras reuniões após o retorno das atividades do Conselho Consultivo, depois da pandemia, foram para retomar os trabalhos, apresentações, e reorganizar o Conselho, com as devidas eleições. Dessa maneira, elegeram-se secretariados e a vice-presidência do Conselho, ocupado por representantes da sociedade civil organizada, já que a presidência é sempre exercida por representantes da SEMA. Para vice, foi eleito novamente um membro da APROFRANCO, que representa segmentos do agronegócio no município.

Foi ainda momento de apresentação dos novos representantes da SEMA, os servidores que vão acompanhar o Conselho e o novo gerente do Parque, bem como os representantes dos órgãos governamentais e entidades da sociedade civil que compõem o Conselho. Houve também seminário para explicações básicas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, dados do Programa ARPA e evoluções das Unidades de Conservação na Amazônia.

Assunto importante que voltou ao debate foi a exposição de em qual estágio está o Plano de Manejo do PSRF e a projeção de quando ele será divulgado para o Conselho e para a sociedade, deixando sensação de “*déjà vu*” no ar, entre outros assuntos abordados de mero expediente.

3.3. Coalizões para extinção de UCs e flexibilizações normativas em MT

Nos últimos anos, vem-se acentuando mobilização de grupos ligados ao agronegócio, no sentido de formar uma “vanguarda” cultural, de extraordinária força simbólica, para ressignificar a relação Humano-Natureza com novos elementos significantes, os quais são representados pelos questionamentos sobre a importância e a legitimidade de Unidades de Conservação e de normativas de proteção a biomas, em Mato Grosso. O ano de 2022 foi paradigmático quanto a projetos de lei, movimentações parlamentares e grupos associados. É evidente que tem ligação com os valores do governo de Jair Bolsonaro.

Essas mobilizações tiveram como estratégia produção de leis pela assembleia e interpor processos judiciais, contestando a legalidade de se implementar unidades e de se propor alterações de normas jurídicas, sobretudo em nível estadual (pois há grande representatividade do segmento no Parlamento), possibilitando que haja sucesso nesse engajamento. Ademais, organizam-se articulações e coalizões com parlamentares municipais e com poderes executivos locais, respaldados tecnicamente por alguns servidores públicos dos órgãos ambientais, especialmente aqueles nomeados em cargos de confiança, para que haja êxito na ponta da rede política governamental.

A discursiva sobre a “regularização fundiária” também foi registrada recorrentemente, alijando do debate os “diagnósticos fundiários”. Essa semântica está em uso recente, nos vários espaços legislativos e difusos (público e privado) de discussão, como conselhos, comitês, consultas e audiências públicas, reuniões com Ministério Público e Procuradorias de Meio Ambiente. Isso se deve às estratégias discursivas dos movimentos dessa “vanguarda” de questionamento da criação de novas Unidades de Conservação, da definição na demarcação de áreas indígenas e de comunidades tradicionais e pela manutenção da contínua leniência sobre invasão/grilagem de terras devolutas e áreas públicas no estado.

Na conjuntura atual, o Cerrado e os Campos são os biomas da vez, para se implementar uma “Zona de Sacrifício do Desenvolvimento do Agro Brasileiro”, conforme descreve a pesquisa de Raquel Rigotto (2022). Entretanto, esse desenvolvimento é questionável, pois privilegia um tipo de desenvolvimento que prioriza *commodities*, monoculturas e grande latifúndio:

Tal processo articula-se à acelerada expansão do agronegócio no Cerrado que, de acordo com os dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra-IBGE), já em 2018, concentrava 75% do total das commodities de soja, cana-de-açúcar, milho e algodão plantados no País, para o que ocupa 46.889.008 hectares do bioma. Além disso, de acordo com a mesma fonte e ano, as pastagens ocupam 63.847.127 hectares do Cerrado, nos quais estão 54,9% de todo rebanho bovino no Brasil, trazendo elementos sobre a amplitude da zona de sacrifício em que vem se

constituindo o bioma. Embora esse quadro e suas repercussões sobre o Produto Interno Bruto (PIB) e a balança comercial possam ser divulgados como conquistas do desenvolvimento, e essa é a narrativa hegemônica sobre o agronegócio, elaborada tanto por associações de empresários, como por governos e parlamentares, é preciso tomar em conta suas repercussões socioecológicas (RIGOTTO, 2022, p. 20-21).

Para exemplificar a intensificação dessa coalisão integrada, em MT, foram relatados cinco casos emblemáticos em curto espaço de tempo, os quais carregam condição de mudar sensivelmente a relação com a natureza, no estado e abrir precedentes para todo Brasil. Três desses casos são mobilizações diretas para extinguir Unidades de Conservação estaduais: PSRF, em Vila Bela, Parque Estadual do Cristalino II, em Novo Mundo, e Parque Serra Santa Bárbara, em Pontes e Lacerda e Porto Esperidião. Dois casos seguintes, um concerne à aprovação de Resolução flexibilizando drenos nos Pantanais, enquanto outro corresponde a um projeto de Lei Federal para retirada de Mato Grosso da Amazônia Legal.

As flexibilizações normativas e a retirada do Mato Grosso da Amazônia interferem diretamente na proteção e interconectividade dos biomas, atingindo diversas culturas de relação geracional com a terra. As ações contra o patrimônio socioecológico, em curto espaço temporal, são articuladas, obviamente. E, na discursiva do livro, existe o intuito de ressignificação da relação Humano-Natureza, no estado, caracterizando um tipo de “Vanguarda Cultural” no qual o

centro-oeste vai se tornando protagonista, irrompendo com uma Agropolítica vanguardista sobre destino do tema, no Brasil.

Caso do Parque Estadual Serra Ricardo Franco (PSRF)

Conforme já descrito, o Parque possui uma área de 158.620 hectares e foi criado pelo Decreto nº 1.796, de 1997, com o propósito de proteção dos patrimônios ecológicos da região, compostos por diferentes formações rochosas, nascentes de rios importantes e intensa diversidade biológica, com exemplares de espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção. Em maio de 2022, foi aprovado, no Parlamento estadual, Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 02/2017, que propõe suspender os efeitos do Decreto de n.º 1.796/1997 que cria o PESRF.

O Ministério Público do estado de Mato Grosso (MPE), em reunião com alguns representantes da sociedade civil, conforme relatado nas mídias (PORTAL LACERDENSE, 2022), entende que o marco regulatório de 2008 é uma possibilidade de critério para estabelecer as regras para a redefinição (leia-se: diminuição de seu polígono) dos limites do Parque, em Vila Bela. O entendimento é defendido por deputados estaduais da região, desde o início das discussões. Se for considerado 2008 o “marco temporal”, todas propriedades rurais até o momento do marco, ficarão de fora do novo traçado do parque, o que garantiria a maioria das grandes fazendas legalidade e não seriam mais desapropriadas e nem seriam responsabilizadas por desmatamentos na unidade.

Em reunião ocorrida em agosto de 2022, na sede do MPE, acordou-se o entendimento de que o marco temporal do PSRF tem previsão legal, conforme explicou o titular da Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística, em entrevistas aos meios de comunicação oficial do estado. Além de deputado estadual que representa a região, estiveram presentes representante da Associação dos Produtores local, o procurador-geral de Justiça, o secretário-chefe da Casa Civil, o promotor de Justiça que atua em Vila Bela e representantes da SEMA. Entretanto, não estiveram presentes representantes de comunidades tradicionais quilombolas, povos indígenas, universidade, Secretaria de Educação e de Turismo de Vila Bela, entre outros, os quais, inclusive, fazem parte do Conselho Consultivo do Parque.

Imagem 21 – Cânion do Jatobá, PSRF em Vila Bela

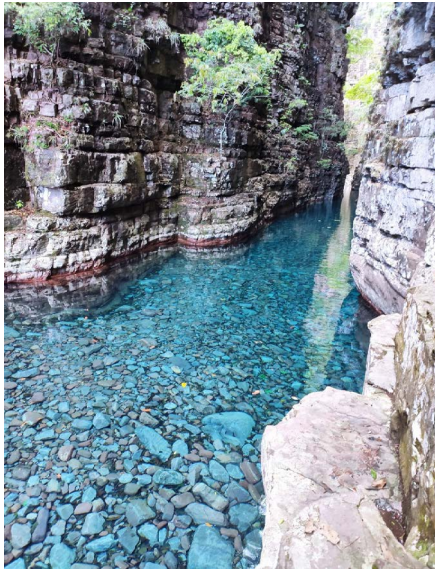


Foto: Acervo de Rayane Mara.

Imagem 22 – Maior cachoeira de MT no PSRF



Foto: Acervo de Rayane Mara.

Caso do Parque Estadual do Cristalino II

A informação passou a ser veiculada por movimentos sociais em agosto de 2022, quando se deu a surpreendente extinção da Unidade, sem contestação dos órgãos ambientais estaduais. O Parque Cristalino II foi extinto, de acordo com decisão judicial de segunda instância. Todavia, o Ministério Público interpôs recurso de Embargos de Declaração³³ contra a decisão da Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo

33 Embargos de Declaração é recurso jurídico pelo qual uma das partes de um processo judicial pede ao juiz ou tribunal, que explique determinado aspecto de uma decisão proferida quando se considera que há alguma dúvida, omissão ou contradição. Assim, no caso da extinção do Parque Cristalino, quando explicado os pontos duvidosos, será questão de tempo para ser extinto definitivamente sua criação.

do Tribunal de Justiça, que declarou nulo o Decreto Estadual n.º 2.628/01, que criara a Unidade de Conservação. O Ministério Público, assinalou no recurso, a existência de vício processual insanável na publicação do acórdão (sentença de segunda instância) que extingue o Parque e conseguiu reverter, provisoriamente a decisão, apesar da omissão do governo estadual, no processo. No ano de 2022, aumentaram em 126% pedidos de exploração mineral nos limites do Parque, conforme reportagem do *O Globo* (ALTINO, 2022). O Parque Cristalino II é importante barreira de proteção da entrada da Amazônia mato-grossense, em fronteira com o Pará, e, de certa forma, freia o arco do desmatamento das monoculturas. Possui centenas de nascentes de águas e também uma variedade de espécies da flora e da fauna de grande porte do bioma amazônico.

Imagem 23 – Parque Cristalino II



O litígio entre fazendeiros e estado iniciou-se em 2011, com a Sociedade Comercial e Agropecuária Triângulo Ltda. ajuizando Ação Declaratória perante o Juízo da Vara Especializada do Meio Ambiente da Capital (VEMA), pedindo a declaração de nulidade do Decreto Estadual nº 2.628/2001, que criara o Parque, com perímetro de 118.000ha de terras pertencentes ao município de Novo Mundo.

Interessados na extinção do Parque argumentam que a criação da UC não observou o disposto na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), uma vez que não teriam sido realizados estudos técnicos e consulta pública, antes da edição do decreto que instituiu a unidade.

Caso do Parque Estadual Serra de Santa Bárbara

Em agosto de 2022, a Associação dos Produtores da Serra de Santa Bárbara entrou com uma ação na Justiça Federal de Cáceres, visando a anular a lei de criação do Parque Estadual Serra de Santa Bárbara, localizado nos municípios de Pontes e Lacerda e Porto Esperidião, região oeste de Mato Grosso e vizinha a Vila Bela.

Com mais de 120 mil hectares de extensão, o Parque foi criado pelo Decreto Estadual nº 1.797 e pela Lei nº 7.165, de 1999, por ser área de transição e de grande interesse ecológico, possuindo quatro biomas: Cerrado, Pantanal, Amazônico e confluência com Chaco Boliviano. Fica em uma região ecotônica de Cerrado, Amazônica e Pantanal, conforme dados da SEMA.

De acordo com a inicial da ação da associação, o Parque foi criado sobre terras da União e se sobrepõe a vários títulos de propriedades emitidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

3.4. Resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) sobre drenagens em áreas úmidas de Mato Grosso

A aprovação da Resolução nº 45/2022 do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) autorizou atividades e empreendimentos, incluindo a flexibilização dos polêmicos “drenos” em áreas úmidas, apesar do risco a biomas, como o Cerrado e os Pantanais, os quais dependem da presença da água para a sua manutenção natural.

A Resolução beneficia pecuaristas e segmentos do agronegócio, contudo, é criticada por entidades socioambientais e pesquisadores, que alertam para o que chamam de mais um capítulo da “legalização” da degradação ambiental, em Mato Grosso (INSTITUTO CENTRO VIDA, 2022).

A normativa é criticada também pela iminente possibilidade de enfraquecer a proteção ecológica, em áreas úmidas. No que diz respeito a atividades de médio e baixo impactos, um dos artigos suspende a apresentação de estudos detalhados sobre impactos negativos. Para demais atividades, será exigido somente um “Estudo de Viabilidade Técnica e Ambiental”, sem qualquer outra análise de impactos.

Quanto aos processos de licenciamento em áreas úmidas, a Resolução é menos rigorosa na apresentação de estudos, laudos e projetos, além de não considerar especificidades dessas áreas que estão seriamente fragilizadas, conforme estudos recentes e diminuição extraordinária das superfícies de água, em Mato Grosso.

Valida ainda toda e qualquer licença ambiental de atividades pré-existentes, já que determina o prazo de 18 meses para regularização de atividades e drenos, não se pautando nos princípios da prevenção e precaução dos patrimônios ecológicos, aliás, incentivando atividades rurais a causar impactos e, depois, verem o que se precisa fazer.

3.5. “PEC” das Unidades de Conservações em MT

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 12/2022, relativa a Unidades de Conservação no estado, como ficou conhecida, quer limitar a criação de novas áreas protegidas em Mato Grosso. Caminha de forma acelerada para ser aprovada pelos deputados da Assembleia Legislativa (ALMT). Foi encaminhada em dezembro de 2022, no fim do ano legislativo, à Assembleia mato-grossense, após a derrota do candidato à presidência Bolsonaro, defensor de pautas antiecológicas.

O texto é de autoria do governador do estado, Mauro Mendes (União Brasil-MT), reeleito para o atual período. A PEC foi aprovada em primeira votação por 21 votos a 2, no dia 15 de fevereiro de 2023. A proposta almeja instituir,

entre outras coisas, que a criação de novas Unidades de Conservação no estado só poderá ocorrer após a regularização de 80% das já existentes.

A respeito dessa proposta, diretores jurídicos do Observatório Socioambiental de Mato Grosso (OBSERVA-MT) afirmam: “Se virar lei, estará sepultada a possibilidade de o estado criar novas unidades de conservação pelos próximos dez anos. É um retrocesso sem tamanho enquanto o mundo pensa iniciativas de enfrentamento à crise climática”.

Os dez anos se referem ao prazo que o estado passaria a ter, com a aprovação da PEC, para promover a regularização das UCs já existentes. Hoje, esse prazo é de dois anos. “Não se pode querer só aumentar produção sem levar em conta que sem florestas e sem as águas ela se tornará inviável no futuro”, defendem os técnicos do OBSERVA-MT.

Além de restringir a criação de novas UCs somente após a regularização de quase a totalidade das já existentes, a proposta do governo estadual ainda prevê a exigência da disponibilização orçamentária necessária para a completa e efetiva indenização aos proprietários de terras afetados pela criação de novas áreas protegidas. Ou seja, “regularização fundiária” com indenização.

Em nota jurídica publicada no mês janeiro, o OBSERVA-MT e o Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD) apontaram que a PEC viola a Constituição Federal, primeiro, por invadir competência

que é da União e, segundo, por ferir o artigo 225, o qual reconhece o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações. Além disso, afirma a diretora-executiva da Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação (REDE PRÓ-UC):

Você não pode travar o processo de criação de UCs no estado porque a Lei Estadual está debaixo do guarda-chuva da Lei Federal. Sempre as leis Estaduais e Municipais podem ser mais restritivas no âmbito do cumprimento da proteção ao meio ambiente, nunca menos.

Na Assembleia, a PEC nº 12/2022 já tinha passado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), onde recebeu parecer favorável, em janeiro. Entretanto, ainda restava o aval da Comissão Especial do Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico (NADE), o que aconteceu no dia 28 de fevereiro de 2023.

4. CONCLUSÕES DA CARTOGRAFIA SOCIOCULTURAL EM VILA BELA

A análise das ações políticas, jurídicas e discursivas pelos segmentos sociais foi interessante expediente metodológico de acompanhamento dos fluxos e agências, por meio do rizoma sociocultural da relação que se deseja construir com a natureza, pois permitiu condição de visibilizar elementos históricos e culturais, tendências atuais e ideologias em disputa

pelos representantes da sociedade civil e por representantes do estado, em MT.

O acompanhamento da construção de ações jurídico-normativas, encampadas por membros dos poderes executivos e legislativos, municipais, estaduais e federal, com ações para excluir o MT da Amazônia Legal e extinguir UCs no estado, desvenda intencionalidades extraordinárias desses segmentos, que implicam as fronteiras do público/privado, nesse modelo estatal indefinido e que vai se tornando onipresente, nas diversas dimensões sociais em Mato Grosso, organizando uma “vanguarda” de como querem que seja a relação Humano-Natureza a ser estabelecida.

Também possibilitou registrar, de forma técnica e participativa, a dinâmica no Conselho do Parque em Vila Bela, as contradições nos enunciados verbalizados e registrados pelos representantes, os quais, mesmo sem terem acesso a informações mais consistentes a respeito da Unidade de que estavam a serviço, defendiam fatos que muitas vezes não tinham fundamento, mais representando algo de si, como propósitos incidentes e interesses opacos, nas discursivas, conforme pretendem olhares e ouvidos atentos desse tipo de análise.

Ficaram manifestos os desejos de alguns representantes em relação à UC em Vila Bela e a ligação articulada com o movimento de exclusão da Amazônia Legal mato-grossense, revelando que a tensão cultural de relação Humano-Natureza, apesar de estar por vezes em âmbito inconsciente e pouco elaborado, para alguns sujeitos,

acaba por emergir espontaneamente, quando provocada em determinados debates, segundo ocorreu em momentos tensos no Conselho, sem muita reflexão por parte de atores que compõem o processo.

Questão interessante que se apresentou foi no âmbito dos representantes governamentais, em específico, na SEMA. Discursos díspares e ideologias em confronto, às vezes de “hermenêuticas heterodoxas” quanto ao ordenamento jurídico ambiental e às decisões judiciais, por parte de alguns servidores, chamaram atenção e revelaram contradição entre os próprios sujeitos que integram os serviços públicos do estado.

Foi possível desvendar orientações que os atravessam, durante a construção de discursivas da relação Humano-Natureza, incidida na defesa por interesses específicos, principalmente de segmentos de parte do agronegócio, promovida por alguns representantes do poder público, através de confrontos discursivos registrados nas atas.

Nesse sentido, podemos especular muitas questões sobre a postura do governo estadual, de alguns legisladores e da atuação de parte dos servidores, sobretudo de alguns cargos de confiança, abrindo possibilidades de análises sobre a função do Estado enquanto agente mobilizador em relação às UCs, conexas com o destino que se quer para a Amazônia. E também sobre a própria política socioecológica e relação Humano-Natureza, que vai se configurando em Mato Grosso, pautada na construção da falácia de que a natureza e algumas

culturas são obstáculos para a ampliação da produção de alimentos a serem consumidos no Brasil e exportados para suprir a necessidade do mundo.

Nessa perspectiva, foi importante procuramos aprofundar o conhecimento da história recente do centro-oeste, especialmente para observação de um movimento que ganha dimensões de uma “Vanguarda Cultural” em relação à natureza, pelo qual o estado vai se tornando lócus de protagonismos, energizados por uma série de fatores conjunturais, como a mudança da Capital Federal para região central do Brasil, com a fundação de Brasília, em 1960, planos de integração da ditadura de 1970, planos de desenvolvimento do Centro-Norte, como a MATOPIBA³⁴, para colaborar na produções e escoamento de grãos e participação atual do modelo de produção rural do agronegócio em cerca de 25% do PIB Nacional, indicando fundamentos consistentes para a condução da direção que se pretende, nessa ressignificação.

Com efeito, esse processo com finalísticas de alteração significativa da relação com a natureza, que estamos chamando aqui de uma vanguarda, passa necessariamente pela vulnerabilização contínua e sistemática dos povos,

34 MATOPIBA resulta de um acrônimo criado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Designa a realidade geoeconômica caracterizada pela expansão de uma nova fronteira agrícola, no Brasil, baseada em tecnologias de alta produtividade. Começa a ser explorada para o agronegócio, a partir da década de 1980. Agricultores da Região Sul migraram para a região, atraídos pelas terras. Logo, as pastagens extensivas nos cerrados foram substituídas por uma agricultura mecanizada e áreas de irrigação. Porém, a ocupação desse território remonta à época da colonização portuguesa, no Brasil, com o surgimento de arraiais movidos pela mineração, a criação de gado e a agricultura de subsistência.

comunidades tradicionais e trabalhadores, em geral, no sentido de fixar condições sociais para re-identificar as culturas, por meio de processos de deculturação, re-orientando os sistemas de conhecimento e economias para um agro-paradigmático, de manutenção dos latifúndios e autofiscalizador de suas atividades, que vai na direção de realizar a naturalização de zonas de sacrifício ecológico-cultural, com a formação de tipos de espaços, simbólicos e materiais, nos quais os patrimônios ecológicos sejam cada vez mais antagônicos ao humano e identificados como topos de “vazios”, “locais abandonados” ou “desertos-florestas”, além das culturas de fundamentos mais comunitários e menos antropocêntricos, como deslocadas desse tempo e pertencentes a um passado não desejável.

Desse modo, torna-se possível arregimentar as várias culturas, movimentos e identidades, para que elas reproduzam o “paradigma rural totalizante do agro” com seu apego às ruínas moderno-coloniais, em que a paisagem referencial, onírica, seja a projeção de grandes fazendas, belos pastos, amplas monoculturas, com sociedade de características nacionalistas, neocoloniais, não seculares, influenciando vanguardas em nível nacional, agora partindo do centro do Brasil para as bordas, orientadas pelas discursivas, estéticas e imagéticas do “TecnoAgro Século XXI”, transgredindo as fronteiras políticas entre campo e cidade e ressignificando a relação Humano-Natureza.

Em acréscimo, os remanescentes de biomas e territórios das Unidade de Conservação, dos povos indígenas, das

comunidades tradicionais e da agricultura familiar passam a ser áreas de disputa estratégica simbólica, no sentido de desqualificá-las para criar valores sociais que as identifiquem como obstáculos, limites impeditores do progresso, do desenvolvimento e da ampliação da riqueza em Mato Grosso, no centro-oeste e no Brasil, portanto, espaços não patrióticos. E o fato de o agronegócio contribuir incrivelmente com o PIB Nacional eleva a pressão para manutenção dessa lógica única de produção rural, que também está envolta em pobreza, etnocentrismos e índices alarmantes de desmatamento e poluição por agrotóxicos³⁵. Lembremos que Mato Grosso é o Estado mais rico porém muito pobre também no centro-oeste, e Vila Bela (nosso ponto de partida simbólico), apesar de ter um dos maiores rebanhos do mundo, tem Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo.

A discursiva sobre a “regularização fundiária” também foi localizada, por meio das cartografias. Essa semântica está em uso vanguardista orientado nos vários espaços legislativos e difusos (público e privado) de discussão. Isso se deve as estratégias discursivas dos movimentos de questionamentos da criação de novas Unidades de Conservação, da definição na demarcação de áreas indígenas e de comunidades tradicionais, e pela manutenção da leniência sobre invasão/grilagem de terras devolutas e áreas públicas no estado.

35 O estado de Mato Grosso é o maior consumidor de agrotóxicos do Brasil, com mais de 200 milhões de litros despejados no território todos os anos.

A ideia é deslocar a atenção e enfraquecer premissas dos “estudos fundiários” promovidos pelos órgãos de controle e fiscalização, como o Ministério Público, as Procuradorias de Meio Ambiente e as Defensorias Públicas, e debater apenas como serão realizadas as regularizações das terras. Quando se regulariza algo, no mundo jurídico, pode-se deixar de lado etapas fundamentais de investigação e estudo da legalidade do objeto, que, no caso, é o domínio da terra. Dessa forma, tenciona-se abolir os métodos de estudos fundiários com as devidas análises da validade dos documentos de propriedade e posse da terra, para se efetuar as regularizações de quem a detém, atualmente. Essa situação tem muitas semelhanças com a tese do “Marco Temporal” promovida por setores e legisladores de segmentos ligados ao agronegócio, em relação a demarcação das terras indígenas.

Na verdade, a experiência de seis anos acompanhando o Conselho Gestor do PSRF descortinou uma realidade reveladora, simbólica, por vezes distópica, concebida por um grande *loop*, ou pelo “Dia da Marmota”, eternizado no filme *Feitiço do Tempo*³⁶. Aquele dia que volta sempre para o mesmo lugar, por mais que haja esforços e movimentos emancipatórios

36 “Groundhog Day” ou “Feitiço do Tempo” no Brasil, é um filme estadunidense que se tornou um clássico do *cult movie*, o qual conta uma história passada na Pensilvânia, em que o ator Bill Murray personifica um presunçoso e arrogante meteorologista da tevê, que é escalado para a cobertura do tradicional Dia da Marmota (2 de fevereiro); ele, contudo, fica preso numa armadilha temporal que o faz reviver o mesmo dia vezes sem fim, ficando cansado em ter de sucessivamente acordar ao som de *I Got You Babe*, de Sonny & Cher, e viver em um *loop* temporal eterno. No processo repetitivo de milhares de vezes, termina por aproveitar a oportunidade para refletir sobre a existência e melhorar como pessoa.

para alterar um final que já se espera, demandados pelos interesses das forças assimétricas constituídas – no caso do filme, pelo Humano X Cronos; no caso do Conselho do PRSF, Segmentos do Agronegócio X Natureza-Ciências-Culturas. Estão presos a círculos permanentes de tensões ideológicas e distensões de retorno para o mesmo lócus, que fazem os processos voltarem para o lugar de origem, o qual, lugar desejável e que bloqueia caminhos, interrompe devires que não privilegiem a hegemonia do agronegócio e seus intentos de subserviência a seus ditames.

E a relação Humano-Natureza que vai se configurando, pautando-se no aniquilamento dos não humanos que compõem a biodiversidade, produzindo uma fratura nesse entendimento, o qual estabelece qualificação de alguns não humanos, desde que domesticáveis e transcendentais para objetos móveis do mercantilismo, como bois, vacas, soja, milho, galináceos, porcos, cordeiros etc. Esses não humanos objetificados devem ter valor material e financeiro para existirem, afinal, uma onça livre na natureza ou milho endêmico não é concebível a esse modelo “monocultural”.

Além disso, no micro processo contínuo e simbólico em que está inserido o PSRF, em Vila Bela, existem três destinos possíveis de horizontes futuros, que, de certa maneira, representam uma parte da relação tensionada na ressignificação entre Humano-Natureza, em elaboração no Mato Grosso.

Primeiro Destino: Será mantida a Unidade de Conservação em Vila Bela, no polígono original de extensão, e as forças de parte do agronegócio vão precisar se reorganizar, para se inserirem enquanto protagonistas do processo e construir projetos para captação de recursos financeiros advindos de serviços ambientais, fundos ecológicos, climáticos e usos de ICMS Ecológico, com vistas a propor o desenvolvimento de um tipo de pecuária e de ecoturismo do grande latifúndio, que pouco contemplam as culturas, de aspectos elitizados e não de base comunitária. A Zona de Entorno ao parque também será tensionada a ser a mínima possível, conforme interesses do agro, com tentativa de abolir qualquer metodologia de estudo para dimensioná-la de forma científica. Esse destino é de difícil manutenção pelo estado e pela sociedade, porém pode acontecer devido as conjunturas nacionais e internacionais, pois é o pior cenário imaginado pelos sujeitos de parte do agronegócio. Usarão de todos recursos disponíveis para esse cenário não se concretizar.

Segundo Destino: Redefinição do polígono da Unidade de Conservação, com vistas a garantir a manutenção das grandes fazendas e a inserção do plantio de soja, em Zona de Entorno do Parque, no chamado Vale do Guaporé, de terras extremamente férteis e grande disponibilidade hídrica, configurando o “novo eixo da soja em MT”. Dessa forma, Vila Bela se torna novo polo de grãos, junto com a pecuária. Nessa configuração, o PSRF precisa perder grandes extensões de seu perímetro, para viabilizar o projeto. Trata-se de destino com probabilidade considerável, conforme vem sendo tratado o

chamado “marco temporal de 2008 da PSRF” para as fazendas dentro do parque. Fazem-se acordos legais com órgãos e entidades de fiscalização e jurisdicionais, mantém-se uma menor parte da Unidade para dar um caráter de preocupação ecológica, mas as questões socioculturais levantadas que envolvam os Povos, Comunidades Tradicionais, Universidade e ONGs, continuam invisibilizadas, e esses grupos não serão partícipes protagonistas das tratativas decisórias entre Estado e sociedade civil.

Terceiro Destino: Extinção do PRSF. Esse foi o caminho que teve (e tem) grande mobilização de parte do agronegócio, em Mato Grosso, e é o que existe formalizado no mundo jurídico-político do Estado de Direito, pelo fato de haver um projeto de lei no Parlamento estadual em estágio avançado de aprovação. Os destinos anteriores estão apenas no campo das retóricas e negociações, até o momento. Entretanto, houve reação de diversos segmentos, como Universidades, Mídias, ONGs, Povos Indígenas e Ministério Público. E, pelo fato de segmentos do agronegócio brasileiro estar em evidência no mundo, por conta dos incêndios, desmatamentos, drenagens de áreas alagadas, coalizões políticas contra temas sensíveis (territórios indígenas, dados científicos, direitos humanos etc.) e intenso usos de agrotóxicos, talvez esse caminho não seja o melhor para os negócios comerciais. Inclusive, grupos importantes do agro vêm adaptando seus discursos e estratégias, a fim de internalizar as questões ligadas à “sustentabilidade ambiental”, em suas estruturas de produção e venda.

CARTOGRAFIA SOCIOECOLÓGICA

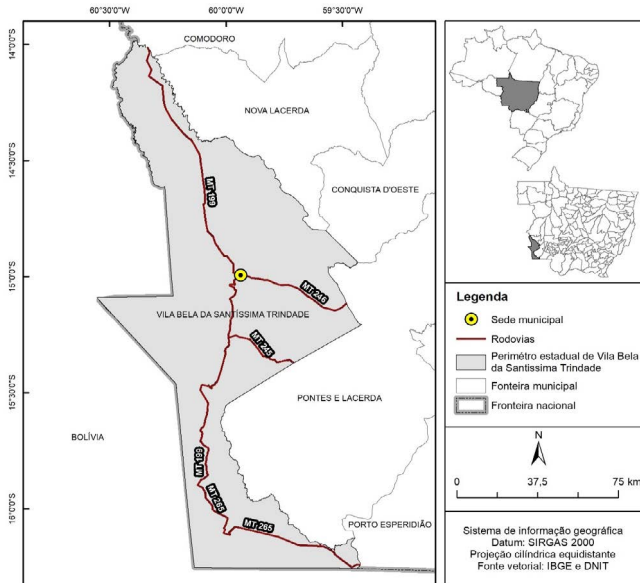
A presente parte do livro tem como intuito expor três fluxos informativos, definidos como Cartografia Socioecológica, em que a centralidade de acompanhamento desses rizomas se situa a partir do ecológico para o mundo das sociabilidades, além do paradigma antropocêntrico. A exposição foi dividida em três núcleos: 1) Mapa dos Biomas, no qual se produziram mapas de desmatamento do território de Vila Bela, desde os planos de integração da ditadura, relacionando-os com as políticas públicas e culturas incidentes; 2) Curadoria de imagens artísticas sobre bioindicadores onde habitavam as comunidades tradicionais vilabelenses; e 3) Apresentação do estado da arte da evolução da condição hídrica pantaneira e suas transconexões.

1. PERÍODO DOS MAPAS DE BIOMAS

A área de estudo, correspondente ao município de Vila Bela da Santíssima Trindade, nosso ponto de partida colonial-republicano e simbólico-material de como MT está configurando a relação Humano-Natureza contemporaneamente. Localiza-se

na macrorregião oeste do estado de Mato Grosso e na região de planejamento sudoeste caracterizada como Amazônia Legal. O município possui área de 12.823,44 km² e está situado sobre as coordenadas geográficas 14° 0' 0" a 16° 15' 0" de latitude Sul e 59° 45' 0" a 60° 30' 0" de longitude Oeste, estes mapeados sobre o *datum* SIRGAS 2000 e projeção cilíndrica equidistante (Mapa 4). Apesar de o município ter sido dividido e haver formado outros municípios, ao longo da segunda metade do século XX, conforme já descrito anteriormente, para a presente investigação, definiu-se o polígono administrativo e político atual como limite territorial para o estudo cartográfico.

Mapa 4 – Localização do município de Vila Bela da Santíssima Trindade



Fonte: Organizado por Atilio Neto, junto com o geógrafo Thales Lima.

A análise temporal do desmatamento para o município de Vila Bela ocorreu pela aquisição de 11 mosaicos de imagens obtidas por meio dos satélites Landsat 1 MSS até o Landsat 8 OLI, obedecendo à disponibilidade de imagens e a ausência de cobertura de nuvens, examinando-se a faixa temporal dos anos a seguir: 1972, 1975, 1980, 1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010, 2015 e 2017, com o processamento de dados “Processamento Digital de Imagens” – PDI e pós-processamento.

Processamento de dados Cartográfico

O tratamento realizado sobre as imagens de 1972, 1975 e 1988 foi processado da seguinte maneira: aquisição das imagens do satélite Landsat 1 MSS, através da plataforma *EarthExplorer* do serviço geológico norte-americano, sobre a órbita 245 a 246 e ponto 70 a 71, estas consideradas as imagens mais antigas adquiridas por imageamento na região Centro-Oeste do Brasil.

Para definir as classes de vegetação primária e secundária, ou seja, vegetação natural, foi escolhida a banda 5 sobre a faixa espectral 0,6 a 0,7 μm e região vermelha e banda 6 de faixa espectral 0,7 a 0,8 μm por região IR próximo, ambas com resolução espacial de 80 metros.

Após a seleção de bandas espectrais, foi implementado o procedimento conhecido como PDI, neste caso específico, utilizando-se o método *Normalized Difference Vegetation Index* – NDVI (Índice de Vegetação da Diferença Normalizada). A finalidade do NDVI é avaliar a biomassa da vegetação,

permitindo identificar os índices de vigor da vegetação, estes calculados representados na razão entre a banda do infravermelho próximo e a do vermelho de valores -1 a 1 (BONFIM; CUNHA; TROIAN, 2018).

Adotando-se a metodologia de Ross (1994), foram determinados intervalos que correspondessem à cobertura vegetal natural (primária e secundária), estes sobre o intervalo 1 a 0,4 (Florestas, Matas naturais, Florestas cultivadas com biodiversidade) e 0,4 a 0 (Formações arbustivas naturais com estrato herbáceo denso); formações arbustivas densas (matas secundárias, cerrado denso, capoeira densa); Mata homogênea de *pinus* densa; Pastagens cultivadas com baixo pisoteio de gado; cultivo de ciclo longo como a caça. Essas classes foram determinadas, também, através do software *Spring 2.5*, validando essas classes sobre treinamento supervisionado e não supervisionado, gerando seleção e classificação de reflexão de alvos semelhantes (NOVO, 2010).

Essa validação ocorreu sobre os parâmetros definidos que melhor representaram os objetos, de 10x10, ou seja, corresponde à ação de mesclar dez (10) pixels por dez (10) segmentos idênticos, posteriormente, validando a segmentação e a classificação, por meio do método Bhattacharya, com 99,9% de acurácia, este ainda empregando o PDI *Spring 2.5*.

Processamento de dados Landsat 5 a 8

O processamento temporal das imagens dos satélites Landsat 5 TM ao Landsat 8 OLI, datadas em 1988, 1990, 1995,

2000, 2005, 2010, 2015 e 2017, se dão pela aquisição das imagens da coleção, cinco processadas e disponibilizadas na nuvem, através do *Google Earth Engine*, pelos procedimentos descritos abaixo.

O processamento dos dados ocorreu em três etapas: 1 – Ajuste de transição temporal, ano consecutivo ao anterior (1985 – 1999); 2 – Ajuste de transição temporal, também, seguindo o procedimento de avaliar o ano consecutivo ao anterior (2001 – 2018); 3 – Ajuste sobre o ano de 2000, com base nos anos de 1990 – 2001 MAPBIOMAS (2021).

A primeira etapa consistiu apenas em filtrar transições com área menor do que um hectare. A segunda etapa teve em vista o mapa de 1988, usado como base para a implementação do algoritmo, com o objetivo de identificar os eventos de desmatamento e regeneração, analisando-se a trajetória de cada píxel (Figura 15):

Figura 15 - Tabela de Eventos de desmatamento e regeneração

Supressão t =	VN t-2
	VN t-1
	A t
	A t+1
Regeneração t =	A t-2
	A t-1
	VN t
	VN t+1
	VN t+2
	VN t+3

Fonte: MapBiomias (2021).

Onde, segundo o MapBiomias (2021):

VN - Corresponde a qualquer classe de vegetação (Formação Campestre, Campo Alagado e Área Pantanosa, Outra Formação não Florestal, Formação Florestal, Formação Savânica, Mangue);

A - Corresponde a qualquer classe de Uso Antrópico (Agricultura, Floresta Plantada, Pastagem, Mineração, Aquicultura, Infraestrutura Urbana, Outras Áreas não Vegetadas);

t = 1988,..., 2018.

Na terceira e última etapa, optou-se por analisar a trajetória da série temporal, alocando cada píxel em uma das classes acima mencionadas para o produto *raster* (imagem de satélite) (Figura 16):

Figura 16 - Tabela de classes estabelecidas para o produto

Classe	Descrição	Valor
<i>Veg. Primária</i>	Indica ausência de evento de desmatamento: permanência desde o ano-base em uma ou mais classes de Vegetação Nativa ou transição para classe de Uso Antrópico com permanência nesta classe por período inferior ao estabelecido (item 2.)	2
<i>Supressão de Veg. Primária</i>	Indica evento de desmatamento, em um dado ano <i>t</i> , em píxel alocado anteriormente na classe Vegetação Primária, após o qual o píxel é alocado na classe Antrópico (em <i>t+1</i>).	4
<i>Recuperação para Veg. Secundária</i>	Indica evento de regeneração em um dado ano <i>t</i> , após o qual o píxel é alocado na classe Vegetação Secundária (em <i>t+1</i>).	5

<i>Veg. Secundária</i>	Indica trajetória com presença de evento de recuperação para Vegetação Secundária em anos anteriores.	3
<i>Supressão de Veg. Secundária</i>	Indica evento de desmatamento, em um dado ano t , em píxel alocado anteriormente na classe Veg. Secundária, após o qual o píxel é alocado na classe Antrópico (em $t+1$).	6
<i>Antrópico</i>	Indica permanência em alguma classe de Uso Antrópico desde o ano-base ou trajetórias com evento de Supressão de Veg. Primária ou evento de Veg. Secundária em anos anteriores.	1

Fonte: MapBiomias (2021).

O pós-processamento desses produtos, para leitura e interpretação de usuários, foram determinados sobre o valor de cada píxel sobre a seguinte fórmula:

resultando nos valores, que posteriormente são convertidos nas classes apresentadas na legenda, conforme orientação do MapBiomias (2021):

- 115 = antrópico na classe de pastagem
- 203 = vegetação primária na classe de floresta
- 212 = vegetação primária na classe de formações campestres
- 303 = vegetação secundária na classe de floresta
- 404 = supressão de vegetação primária da classe de cerrado
- 503 = recuperação para vegetação secundária para classe de floresta

- 604 = supressão de vegetação secundária de cerrado
- 703 = ruído de transição (todas as classes acima 700 devem ser desprezadas)

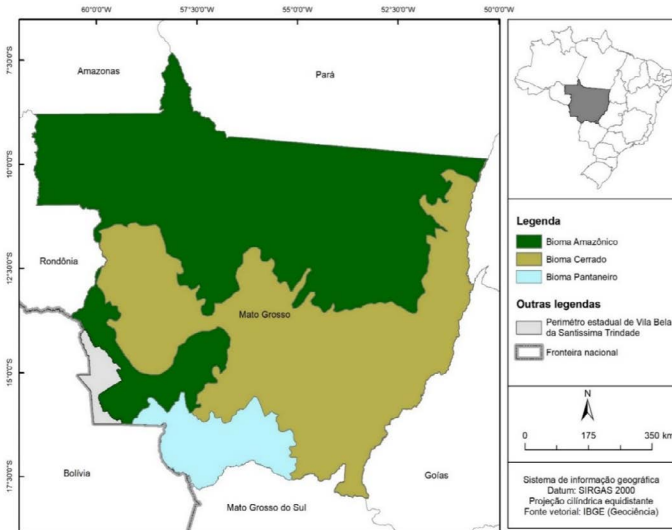
Pós-processamento de dados

O pós-processamento dos dados básicos e a confecção de *layout* foram realizados no *software* ArcGis 10.8 licenciado. O *layout* final foi constituído pelos elementos cartográficos orientados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (SILVA; FREITAS, 1998).

2. TRADUÇÃO DOS MAPAS DE REPRESENTAÇÃO DE VILA BELA

Os mapas representados a partir dos processos citados, foram traduzidos nos itens a seguir, relacionando-os com as políticas públicas de determinados períodos, sobretudo as que tiveram influência no desenvolvimento de intervenções significativas nos campos social e econômico do centro-oeste.

Mapa 5 – Biomas oficiais do estado do Mato Grosso



Fonte: Organizado por Atilio Neto, junto com o geógrafo Thales Lima.

Conforme disposto, utilizou-se como base cartográfica o projeto de Mapa de Biomas do Brasil, resultado do termo de cooperação assinado entre o IBGE e o Ministério do Meio Ambiente, em agosto de 2003. Com sua publicação, o Estado brasileiro e a sociedade passam a contar com um instrumento oficial na formulação de políticas públicas específicas para os diferentes biomas. No mapa acima, produzido a partir de dados do IBGE e com destaque do polígono de Vila Bela, delimita-se que Mato Grosso contém três biomas, em seu território, garantidos como Patrimônios Nacionais, pelo artigo 225, § 4º da Constituição Federal. O Amazônico é o mais abrangente, com aproximadamente 480.215 km² (53,6%), o Cerrado ocupa 354.823 km² (39,6%) e a menor área é do Pantanal, com 60.885 km² (6,8%).

O bioma Amazônico ocupa a porção norte e a fronteira ocidental do estado (onde se localiza Vila Bela), com vegetação predominantemente florestal (floresta ombrófila, florestas estacionais, campinarana florestada). O Cerrado, na porção central e centro-ocidental do estado, reúne formações florestais (cerradão, florestas estacionais) e, principalmente, savânicas (cerrado, campo cerrado, campo limpo, campo de murundus).

O Pantanal, no sul e sul-ocidental do estado, é o bioma com menor representação em área, com formações florestais compostas por grande diversidade de espécies ou monodominantes, como o Cambarazal (*Vochysia divergens*), o Paratudal (*Tabebuia aurea*), associadas com outros ecossistemas de cerrado.

Dessa forma, conforme limites estabelecidos por especialistas do IBGE, a região de Vila Bela está qualificada como região da Amazônia Legal, em sua integralidade. Porém, nos licenciamentos submetidos à Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), pelos proprietários rurais, há diversas demandas por enquadramento em bioma de cerrado, já que existem espécies de cerrado e o próprio bioma no território, nas chamadas zonas de transição entre biomas ou ecótonos. Essa situação acaba por evidenciar uma questão importante: um tipo de “zona fantasma ecológica”, pelo fato de haver presença dos três biomas em Vila Bela (Amazônico, Cerrado e Pantaneais), porém, não contemplados nas bases oficiais, as quais somente são relatados em pesquisas e mapas acadêmicos.

Ponto importante é que a legislação para cerrado é mais permissiva, no que se refere à porcentagem de supressão permitida e manutenção da Reserva Legal. Em 35% das áreas de cerrado contidas nas propriedades rurais, devem ser qualificadas e mantidas como Reserva Legal, mesmo nos territórios definidos como Amazônia Legal, como no caso de Vila Bela, enquanto, para bioma amazônico, denso e alto por exemplo, seu índice de proteção é de 80% nas propriedades rurais. Assim, a Amazônia possui diversidade de perfis, e os perfis amazônicos com espécies de cerrado têm menor proteção legal, podendo suprimir até 65% da área.

Portanto, na região de estudo, identifica-se territórios transcendentais, com sobreposições, transições e abrangência dos múltiplos biomas no mesmo local, o que torna a situação mais rara do ponto de vista da biodiversidade e demonstra relevância para estabelecer cuidados específicos, no que tange a políticas públicas e parâmetros mais evidentes, nos usos da terra, com ampla informação e publicidade desses atos públicos, caso haja interesse.

Essas zonas transcendentais, denominadas ecótonos, são resultantes do encontro de dois ou mais biomas que possuem fronteiras, onde convivem diferentes comunidades de fauna e flora, como espécie do Cerrado e da Amazônia, no mesmo local. Por isso, os ecótonos são biodiversos em espécies e bioindicadores importantes para estudos climáticos, além de possuírem espécies que só existem ali, as endêmicas. São lugares preciosos que necessitam urgentemente de

políticas e, conforme levantamento do IBAMA de 2003, representam menos de 4% do território brasileiro. O ecótono Cerrado-Amazônia está localizado dentro do chamado “arco do desmatamento da Amazônia” e já perdeu mais de 60% de sua cobertura florestal.

O mapeamento também mostrou que há desequilíbrio entre o dimensionamento dos ecótonos e biomas, no território nacional, e o percentual que é protegido por Unidades de Conservação de proteção integral. As proteções ficam aquém do estabelecido por Tratados Internacionais (17% do território nacional). Assim, no Cerrado-Caatinga, apenas 3,33% são protegidos, na Caatinga-Amazônia, 0,05%, e, no Cerrado-Amazônia 0,01%. No perímetro de Vila Bela e no Parque Serra Ricardo Franco, contido em seu território, há ecótonos que nem foram estudados totalmente, pois possuem, além dos biomas Amazônico e Cerrado, os Pantanaís ou zonas úmidas do Guaporé, tornando-se único no mundo e relevante a ser evidenciado para pensar caminhos nos seus usos. As zonas úmidas do Guaporé e do Araguaia também sofrem com as pressões de segmentos do agro para não serem regulamentadas em seus usos.

Segue agora a abordagem da evolução dos biomas em relação a intervenções antrópicas, a partir do início das políticas elaboradas pela Ditadura-Civil Militar e seus “Planos de Integração” e “Recolonização do Centro-Oeste”, entendidos aqui como “Neocolonizações” dos territórios físicos e subjetivos.

2.1. Mapas e Cartografia Socioecológica

1970 a 1975 – Início de uma “Era” Discursiva, Imagética e Estética de Relação Humano-Natureza

A pesquisa por imagens de satélite, usadas no livro, a propósito da condição das florestas em Vila Bela, iniciou-se a partir de 1970, pelo fato de ser ano de implementação do Plano de Integração Nacional (PIN), programa governamental instituído pelo Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, durante o governo do general Médici, o qual tinha por objetivo implementar obras de infraestrutura econômica, social e colonização do Norte, Centro-Oeste e Nordeste do país.

Entretanto, as representações de satélites não estavam adequadas para definição detalhada da evolução da antropização que ocorria no período, devido à tecnologia disponível na época e de as imagens serem de baixa visualização, entre os anos de 1970 e 1971. Contribuiu também para a impossibilidade desses anos a quantidades de nuvens e instabilidades temporais. Assim, não foi possível começar exatamente no ano desejável de 1970, para coincidir com a política de integração. Dessa forma, foram utilizados dados de desmatamento produzidos a partir do ano de 1972, pois esses dados supriram necessidades da construção interpretativa e da relação política que se pretendia da base informacional, viabilizando a realização da descrição evolutiva e analítica do livro.

Quanto à dimensão governamental do período que orientou muitos fundamentos do desenvolvimento atual de

Mato Grosso, é oportuno sublinhar os objetivos das Políticas Públicas do governo ditatorial para a região e os processos semióticos que se seguiram à sua implementação, aqui tomada como de caráter estratégico e paradigmático, estabelecendo marcadores do início de uma “Era”, na região, conforme o título do presente item, de construções ideológicas colocadas em prática, nas seguintes dimensões:

1) Discursivas – pelo fato de criar diversas narrativas de proposições desenvolvimentistas simbólicas, em função de relações segregadoras, autoritárias, desmobilizadoras e subalternizadoras, orientando assim a constituição das ações futuras para a cidadania, nas produções econômicas aceitáveis e hegemônicas, e as induções dos estatutos a serem seguidos pelas organizações sociais e familiares;

2) Imagéticas – quando divulga fotos, filmes e cria propagandas e *marketing* das benesses do novo modelo que se pretende implementar, promovendo induções e estímulos nos sujeitos quanto às maravilhas possíveis, com a adesão à modernidade e acerca da importância na configuração enquanto “sujeitos modernos”, sustentando que esses valores seriam levados aos mundos “vazios”, por meio das ilustrações da marcha do progresso e da formação de uma “identidade nacional” até os locais isolados, nos rincões brasileiros “desamparados” e “vazios”; e

3) Estéticas – quando introjeta signos no imaginário coletivo, nas subjetividades e nos processos de individuação,

de valores do que se espera que seja belo, moral e desejável, embasados em supremacismos, processos de deculturação e assimilação forçados e violentos das culturas e mundos não atrelados à europeidade, ao capitalismo, ao cristianismo de filantropia e ao coronelismo de latifúndios, apoiados por fomentos e incentivos públicos na “limpeza” das áreas de floresta (sujas, portanto). Torna-se admirável preferir a terra “limpa”, pastos amplos, sem qualquer forma de vegetação “natural”, com impulsos a desejos oníricos por extensas monoculturas, extirpando, para tanto, qualquer indicio de não domesticação, e de presença material ou imaterial da instabilidade que a natureza (ou o que esteja próximo dela) possam evidenciar. Incluídas nesse processo estão as culturas em simbiose que se mimetizam, hibridizam com a natureza, tidas esteticamente como primitivas e selvagens, ou seja, indesejadas, inadequadas, “feias”, semelhantes a indocilidades advindas de rebeldias promovidas por trabalhadores, movimentos sociais, pesquisadores, professores e sindicatos.

Na primeira etapa, o PIN executou, através do Ministério dos Transportes, a construção da rodovia Transamazônica e da rodovia Cuiabá-Santarém, bem como de portos e embarcadouros fluviais, com suas estruturas necessárias. Na área do Ministério da Agricultura, o programa objetivava a recolonização³⁷ e a reforma agrária ou contrarreforma agrária

37 É entendido, no presente livro, que a primeira colonização da região do Mato Grosso e da ex-capital Vila Bela aconteceu no período colonial português, portanto, o programa de colonização da Ditadura Civil-Militar se utiliza da mesma semântica colonial para implementar Políticas Públicas do “Estado Moderno”.

(IANNI, 1979), conforme já exposto anteriormente, prevendo a elaboração e a execução de estudos e implantação de projetos agropecuários e agroindustriais, os quais, mais adiante, por volta do início da década de noventa, colaboraria para formação do Agronegócio, no Brasil. Para alcançar os objetivos, eram previstas desapropriações, a seleção, o treinamento, o transporte e o assentamento de colonos, além da organização de comunidades urbanas e rurais, com alguns serviços estatais. Entretanto, ação primordial e estratégica do PIN era seu plano de colonização, conforme própria discursiva do governo da época. No Decreto-Lei nº 1.106, foi determinado que uma faixa de terra de dez quilômetros ao longo das margens das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém seria reservada para a colonização e a reforma agrária. No escopo do Ministério das Minas e Energia, o programa propunha o levantamento topográfico, florestal e geomorfológico, para que se pudesse pesquisar a natureza, as composições, a umidade do solo e a possível existência de minerais de valor de mercado.

Os ministérios, entidades e órgãos da administração pública atuavam dentro do PIN, mediante a aplicação de recursos humanos e financeiros. Foi prevista também a integração da iniciativa privada ao programa, sobretudo na questão fundiária, venda e doação de terras, incentivos fiscais para projetos de colonização na área de influência das estradas. Exemplo emblemático do que precedeu a discursiva, a imagética e a estética do que viria a ser o PIN é o caso de

Joseph Safra³⁸, que obteve, em 1967, ao longo dos primeiros anos da ditadura, 50 mil hectares de terras “doadas” pelo governo militar, na Bacia do Araguaia, no Mato Grosso, em região de ocupação tradicional do povo Xavante. Na época, o banco Safra era representado por Joseph, Moise (falecido em 2014) e Edmond Safra (falecido em 1999). Cinquenta anos depois, as fazendas do grupo Safra, no município de Água Boa – MT, estão em nome de duas empresas do grupo, a Pastoril Agropecuária Couto Magalhães S.A., com sede no Mato Grosso, e a Agropecuária Potrillo S.A., com endereço na Avenida Paulista, em São Paulo. O grupo atualmente cria gado e planta soja, no município.

Quanto à abertura da Transamazônica, ocorreu em setembro de 1970. O trecho entre Estreito e Itaituba (PA) foi entregue para rodagem em setembro de 1972, enquanto o trecho entre Itaituba e Humaitá (AM) foi inaugurado em janeiro de 1974. A construção dessa rodovia, através da bacia amazônica, teria sido determinada por duas razões distintas e complementares, conforme argumentos dos governantes do período: de um lado, a preocupação geopolítica com os “vazios territoriais e demográficos” e, de outro, o excesso de população pobre do Nordeste. Na região de Vila Bela, a população do período de implantação do PIN era de 9.576 pessoas, de acordo com estimativa subdimensionada do IBGE, sendo

38 Dados do grupo de jornalistas e pesquisadores do Observatório do Agronegócio, denominado - De Olho nos Ruralistas. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/04/22/familia-safra-obteve-50-mil-hectares-em-regiao-xavante-durante-a-ditadura-em-1967>. Acesso em: 06 maio 2022.

predominantemente de origem afropantaneira amazônica e de povos originários, por conta do isolamento em que vivia.

Partindo para as descrições dos Mapas de Biomas do início da década de setenta, representados por diversos *shapes* que foram sintetizados em dois mapas evolutivos, junto com as tabulações do período, observa-se que mais de 94% do território de Vila Bela possuíam cobertura de florestas, primárias e secundárias (ou em descanso, conforme métodos rotativos de usos da terra por povos e comunidades tradicionais), em 1972 e, possivelmente, em 1970, ano de promulgação do PIN. Decorridos cinco anos do plano, em 1975, podemos observar que se ampliou substancialmente a quantidade de área de floresta desmatada, com mais de 9% de supressão de áreas dos biomas no município, com a incidência de 4% a mais de desmatamento em curto espaço de tempo, evidenciando que o plano de integração havia começado com veemência.

É importante frisar que ter grande parte dos biomas conservados em Vila Bela até metade da década de setenta, não implicava que as florestas eram “intocadas”³⁹, conforme teorias das ciências naturais e sociais predominantes até final do século XX. E esse imaginário moderno/colonial influenciou a condução do processo de ressignificação da relação Humano-Natureza por parte dos sujeitos investidos de poder político-econômico no Mato Grosso, que separavam (e ainda

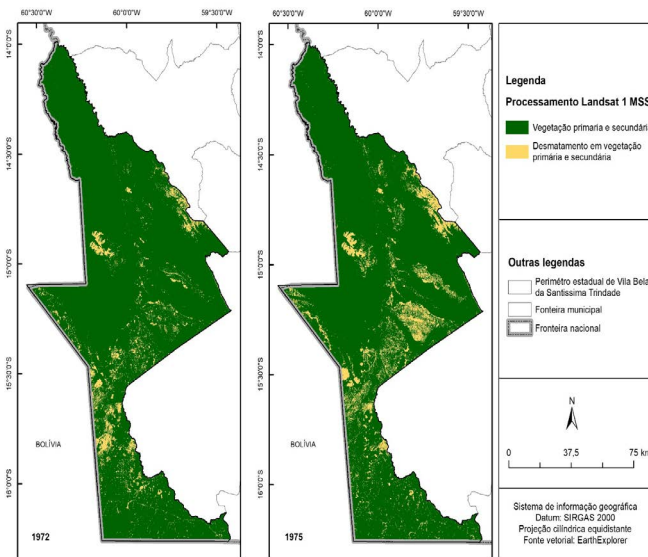
39 Diegues (1996) aborta o tema em seu livro: “O Mito Moderno da Natureza Intocada”, no qual aponta os povos originários e comunidades tradicionais como colaboradores na conservação e ampliação da biodiversidade e liga suas atividades cotidianas, com uma profunda integração ao que convencionamos (os modernos) a chamar esquizofrenicamente de “Natureza”.

separam) radicalmente Humano de Natureza, resultando na condição atual da região. Porém, indícios e memórias antes dos planos de integração, apontam que a população vivia em comunidades inseridas nas florestas. Portanto, podemos inferir que, até os primeiros anos da década de setenta, as atividades antropogênicas, principalmente as agrícolas e de utilização de base material para construção de aportes humanos exercidas pelos povos e comunidade tradicionais que ali viviam, eram desempenhados com intervenções de baixo impacto ecológico, utilizando sistemas de produção junto e com a floresta, o que acabou por influenciar e orientar o desenvolvimento de sistemas de conhecimentos científicos, como Agroecologia, Agricultura Sintrópica, Produções Sustentáveis, Permacultura, Biodinâmica, entre outras.

A cobertura vegetal observada abrigava mais de duas dezenas de comunidades afrodescendentes (conforme descrito), que viviam em Vila Bela e promoviam diversidade nos cultivos, inclusive medicações de herbáceas, que tornavam as comunidades praticamente isoladas e autossustentáveis, com técnicas sofisticadas de produção, do ponto de vista tecnológico, social e político, tais quais as descrições a respeito do Quilombo do Quariterê, com seus sistemas de convívios altamente elaborados. Não quer dizer que devemos idealizá-los, pois havia muitas dificuldades cotidianas, falta de políticas públicas e presença do Estado. Contudo, aspectos de acesso aos recursos ecológicos e à terra eram comunitários, distintos do que viria depois, com a implantação dos latifúndios e programas de assentamentos exógenos, excludentes em relação ao direito dos territórios de povos e comunidades tradicionais.

Implementa-se, com as induções de políticas públicas, uma alteração significativa da paisagem, pelo fato de quase dobrar as áreas suprimidas de floresta, indicando o início de uma Era, que se mantém até hoje, no estado, de alteração profunda na relação Humano-Natureza, principiadas com as políticas de integração da Ditadura Civil-Militar, a partir de 1970 e impulsionada por segmentos do agronegócio a partir da década de noventa. Segue abaixo um conjunto de mapas sintetizados em dois mapas evolutivos e as respectivas tabulações, em recortes temporais a cada cinco anos, em geral, conforme descrito. Nas demais décadas subseqüentes, foi seguido mais ou menos o mesmo padrão, dependendo das melhores imagens a serem representadas e traduzidas.

Mapas 6 e 7 – Mapas e Cartografia Socioecológica de 1972 a 1975

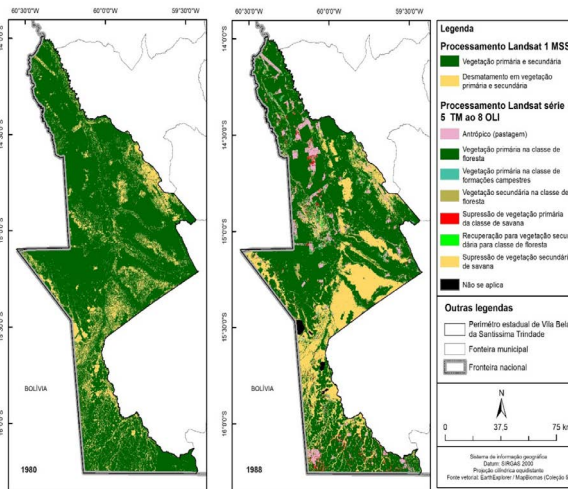


Fonte: Organizados por Atilio Neto, junto com o geógrafo Thales Lima.

Desmatamento no município de Vila Bela da Santíssima Trindade 1972		
Legenda	Área (km ²)	Porcentagem (%)
Desmatamento em vegetação primária e secundária	767,62	5,99
Vegetação primária e secundária	12.055,82	94,01
Total	12.823,44	100,00

Desmatamento no município de Vila Bela da Santíssima Trindade 1975		
Legenda	Área (km ²)	Porcentagem (%)
Desmatamento em vegetação primária e secundária	1.165,87	9,09
Vegetação primária e secundária	11.657,57	90,91
Total	12.823,44	100,00

Mapas 8 e 9 – Mapas e Cartografia Socioecológica de 1980 a 1988



Fonte: Organizados por Atilio Neto, junto com o geógrafo Thales Lima.

Desmatamento no município de Vila Bela da Santíssima Trindade 1980		
Legenda	Área (km ²)	Porcentagem (%)
Desmatamento em vegetação primária e secundária	2.122,92	16,55
Vegetação primária e secundária	10.700,52	83,45
Total	12.823,44	100,00

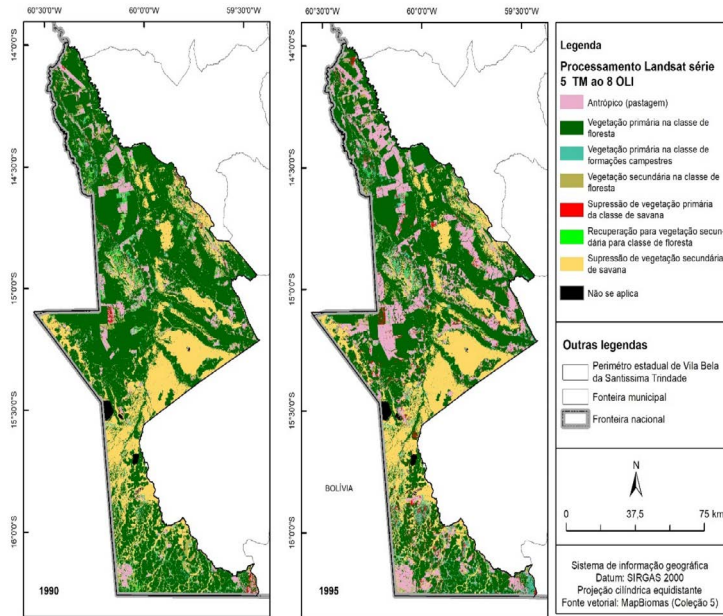
Desmatamento no município de Vila Bela da Santíssima Trindade 1988		
Legenda	Área (km ²)	Porcentagem (%)
Antrópico (pastagem)	745,96	5,82
Vegetação primária na classe de floresta	8.320,04	64,88
Vegetação primária na classe de formações campestres	187,90	1,47
Vegetação secundária na classe de floresta	283,77	2,21
Supressão de vegetação primária da classe de savana	213,99	1,67
Recuperação para vegetação secundária para classe de floresta	102,40	0,80
Supressão de vegetação secundária de savana	2.890,09	22,54
Não se aplica (Massa D'Água)	79,29	0,62
Total	12.823,44	100,00

Dados apresentados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e pelo Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal (IBDF) mostram que foram desmatados, no Brasil, cerca de 152.200 km², no ano de 1978, sendo boa parte desse desmatamento realizada às margens das rodovias, conforme previsto nos objetivos do PIN.

Em 1980, a supressão de vegetação em Vila Bela atinge aproximadamente 17% do território, aumentando em aproximadamente 400% em relação aos 4% auferidos cinco anos antes. E, a partir de 1988, conforme descrito nos métodos de produção de Mapas da Cartografia Socioecológica, as imagens produzidas ficaram mais sofisticadas e com mais categorias e classes de representações florestais.

É importante observar que, em 1988, após 18 anos do PIN e promulgação da chamada “Constituição Cidadã”, marcando a retomada da democracia, no Brasil, aproximadamente 30% do território do município de Vila Bela teve intervenção antrópica de supressão, demonstrando que as políticas públicas incidentes do período ditatorial se consolidaram e alteraram a dinâmica social de relação com os patrimônios ecológicos presentes, influenciando a criação do que viria a ser o Agronegócio, no Brasil, com seu papel de hegemonia econômica e política e reprodução socioespacial de seu modelo de produção no campo, desde os anos noventa, fruto em grande parte dos intentos do período ditatorial e sua discursiva, imagética e estética, constituindo a “cosmopolítica” de relação Humano-Natureza de uma Era.

Mapas 10 e 11 – Mapas e Cartografia Socioecológica de 1990 a 1995



Fonte: Organizados por Atilio Neto, junto com o geógrafo Thales Lima.

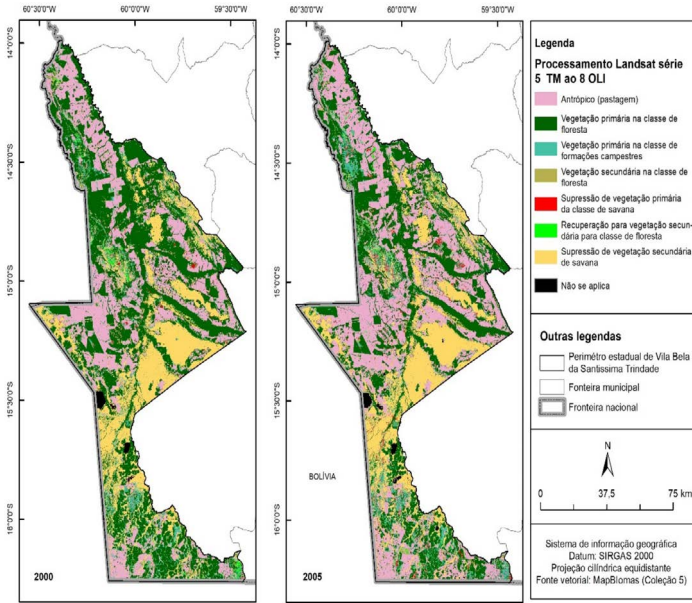
Desmatamento no município de Vila Bela da Santíssima Trindade 1990		
Legenda	Área (km ²)	Porcentagem (%)
Antrópico (pastagem)	967,85	7,55
Vegetação primária na classe de floresta	7.808,67	60,89
Vegetação primária na classe de formações campestres	394,22	3,07
Vegetação secundária na classe de floresta	398,16	3,10
Supressão de vegetação primária da classe de savana	112,31	0,88
Recuperação para vegetação secundária para classe de floresta	230,19	1,80
Supressão de vegetação secundária de savana	2.835,62	22,11
Não se aplica (Massa D'Água)	76,42	0,60
Total	12.823,44	100,00

Desmatamento no município de Vila Bela da Santíssima Trindade 1995		
Legenda	Área (km ²)	Porcentagem (%)
Antrópico (pastagem)	2.072,99	16,17
Vegetação primária na classe de floresta	6.473,19	50,48
Vegetação primária na classe de formações campestres	754,63	5,88
Vegetação secundária na classe de floresta	231,92	1,81
Supressão de vegetação primária da classe de savana	331,30	2,58
Recuperação para vegetação secundária para classe de floresta	98,40	0,77
Supressão de vegetação secundária de savana	2.777,13	21,66
Não se aplica (Massa D'Água)	83,88	0,65
Total	12.823,44	100,00

Em 1990, a supressão de florestas, em especial a vegetação secundária de savanas, com o objetivo de inserção de pastagens, chega a 31% do território. Entre 1990 e 1995, apresenta-se, nos mapas, acréscimo de mais 10% de intervenção antrópica, sobretudo na classe secundária de savanas, contabilizando acúmulo de desflorestamento entre 1970 (início da implementação do PIN) e 1995, o total de 41% de perda da cobertura florestal, no município de Vila Bela.

Deve-se ressaltar que, desde a década de noventa, entra em cena o imaginário do Agronegócio brasileiro, e o centro-oeste se torna território da “vanguarda” para essa nova faceta das lógicas instrumentais capitalistas que, a partir de então, é implementada no campo com suas ruralidades construídas e especificidades em relação à cidade e às lógicas das culturas urbanas.

Mapas 12 e 13 – Mapas e Cartografia Socioecológica de 2000 a 2005



Fonte: Organizados por Atilio Neto, junto com o geógrafo Thales Lima.

Desmatamento no município de Vila Bela da Santíssima Trindade 2000		
Legenda	Área (km ²)	Porcentagem (%)
Antrópico (pastagem)	3.424,81	26,71
Vegetação primária na classe de floresta	5.203,56	40,58
Vegetação primária na classe de formações campestres	794,76	6,20
Vegetação secundária na classe de floresta	217,83	1,70
Supressão de vegetação primária da classe de savana	134,79	1,05
Recuperação para vegetação secundária para classe de floresta	194,73	1,52
Supressão de vegetação secundária de savana	2.740,13	21,37
Não se aplica (Massa D'Água)	112,83	0,88
Total	12.823,44	100,00

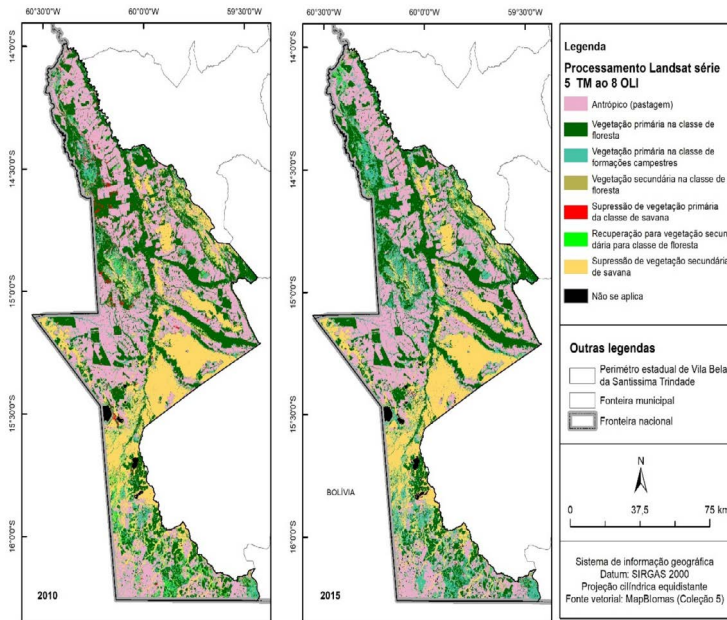
Desmatamento no município de Vila Bela da Santíssima Trindade 2005		
Legenda	Área (km ²)	Porcentagem (%)
Antrópico (pastagem)	4.467,66	34,84
Vegetação primária na classe de floresta	3.953,48	30,83
Vegetação primária na classe de formações campestres	1.025,38	8,00
Vegetação secundária na classe de floresta	122,87	0,96
Supressão de vegetação primária da classe de savana	281,09	2,19
Recuperação para vegetação secundária para classe de floresta	154,95	1,21
Supressão de vegetação secundária de savana	2.706,71	21,11
Não se aplica (Massa D'Água)	111,30	0,87
Total	12.823,44	100,00

Na virada do século XX para o século XXI, nos anos 2000, Vila Bela atinge a marca de aproximadamente metade (50%) de seu território desmatada, especialmente para exploração de madeira e expansão das atividades agropastoris.

Em 2003, o IBGE se torna órgão de consulta para definição dos limites dos biomas brasileiros, e o território de Vila Bela começa a fazer parte da Amazônia Legal. No ano de 2004, o governo federal cria o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), visando a reduzir o desmatamento na Amazônia e buscar uma maneira de desenvolver a região, de forma ecologicamente adequada. Nesse período, criou-se também o DETER (Detecção do Desmatamento em Tempo Real), um sistema de alerta e controle do desmatamento da cobertura florestal na Amazônia, feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

No aspecto regional, Mato Grosso encabeça a lista dos municípios que mais desmatam a Amazônia, divulgado anualmente pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), com Alta Floresta no topo. Em 2005, aproximadamente 58% do território de Vila Bela havia sido desmatado para servir de pastos, com técnicas de supressão cada vez mais potentes e utilização de drenos para secar as áreas úmidas, ou o berço das Veredas, chamadas regionalmente de “Pantanaís do Guaporé”.

Mapas 14 e 15 – Mapas e Cartografia
Socioecológica de 2010 a 2015



Fonte: Organizados por Atilio Neto, junto com o geógrafo Thales Lima.

Desmatamento no município de Vila Bela da Santíssima Trindade 2010		
Legenda	Área (km ²)	Porcentagem (%)
Antrópico (pastagem)	4.688,21	36,56
Vegetação primária na classe de floresta	3.469,83	27,06
Vegetação primária na classe de formações campestres	1.182,11	9,22
Vegetação secundária na classe de floresta	75,70	0,59
Supressão de vegetação primária da classe de savana	244,52	1,91
Recuperação para vegetação secundária para classe de floresta	357,43	2,79
Supressão de vegetação secundária de savana	2.711,43	21,14
Não se aplica (Massa D'Água)	94,21	0,73
Total	12.823,44	100,00

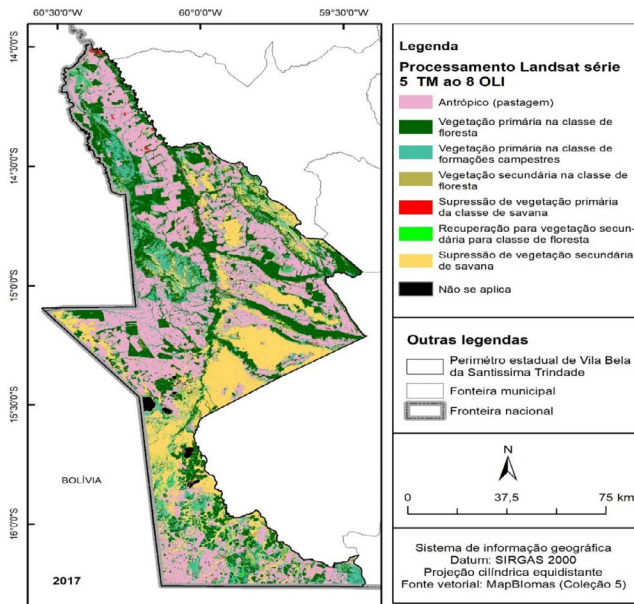
Desmatamento no município de Vila Bela da Santíssima Trindade 2015		
Legenda	Área (km ²)	Porcentagem (%)
Antrópico (pastagem)	4.440,20	34,63
Vegetação primária na classe de floresta	3.266,07	25,47
Vegetação primária na classe de formações campestres	1.975,66	15,41
Vegetação secundária na classe de floresta	38,82	0,30
Supressão de vegetação primária da classe de savana	70,08	0,55
Recuperação para vegetação secundária para classe de floresta	205,59	1,60
Supressão de vegetação secundária de savana	2.665,55	20,79
Não se aplica (Massa D'Água)	161,47	1,26
Total	12.823,44	100,00

O Ministério do Meio Ambiente divulgou lista dos 36 municípios que mais desmataram a Floresta Amazônica, em 2007, segundo dados do sistema DETER, do INPE. Do total, 19 deles, ou 52,7%, estavam localizados no Mato Grosso, seguido do Pará (12), Rondônia (4) e Amazonas (1).

Em 2010, cinco anos após a análise temporal dos mapas anteriores, observa-se que, pela primeira vez, os índices de desmatamento ficam estáveis, desde o início do Programa de Integração Nacional (PIN) da Ditadura. As áreas desmatadas são de 60,21%, em 2010, frente a quase 59%, em 2005. Podemos inferir que as políticas ambientais, após a redemocratização do País e, em específico, no Mato Grosso, começam a surtir algum efeito nos rincões e fronteiras mais afastadas, o chamado “Brasil profundo”, região de alta periculosidade para ecologistas e movimentos sociais.

Em 2015, pela primeira vez desde o início das políticas de recolonização, ocorre um recuo de 60,21% de área desmatada para 55,97%, com a auto-recomposição de cerca de 5% da vegetação nativa, no território. E auto-recomposição pelo fato das próprias dinâmicas de fauna e flora restaurarem as áreas antes degradadas pelos humanos, pois é inimaginável pensar que houve um reflorestamento de iniciativa humana desse porte nessas áreas antes degradadas. As áreas foram apenas deixadas sob a influência e inteligência da chamada “Natureza”.

Mapa 16 – Mapa de 2017 e Cartografia Socioecológica de 2015 a 2017



Fonte: Organizado por Atilio Neto, junto com o geógrafo Thales Lima.

Desmatamento no município de Vila Bela da Santíssima Trindade 2017		
Legenda	Área (km ²)	Porcentagem (%)
Antrópico (pastagem)	4.733,74	36,91
Vegetação primária na classe de floresta	3.173,90	24,75
Vegetação primária na classe de formações campestres	1.703,95	13,29
Vegetação secundária na classe de floresta	52,48	0,41
Supressão de vegetação primária da classe de savana	102,92	0,80
Recuperação para vegetação secundária para classe de floresta	232,09	1,81
Supressão de vegetação secundária de savana	2.717,85	21,19
Não se aplica (Massa D'Água)	106,51	0,83
Total	12.823,44	100,00

A partir de 2015, a tendência de desmatamento volta a subir e se consolida de 55% para aproximadamente 59%, até 2017, no território desmatado em Vila Bela. Nesse período, podemos citar as instabilidades políticas vividas no Brasil, com

o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, em agosto de 2016, e das políticas antiecológicas e anticulturais iniciadas pelo seu vice-presidente, Michel Temer, tema de mobilizações nacionais e internacionais, principalmente quanto a suspensão de demarcação de territórios indígenas e de comunidades tradicionais e criação de Unidades de Conservação. Corrobora com isso à tentativa de extinção das Unidades de Conservação da RENCA (Reserva Nacional de Cobre e Associados), em agosto de 2017, que continha nove áreas protegidas, a saber: o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, as Florestas Estaduais do Paru e do Amapá, a Reserva Biológica de Maicuru, a Estação Ecológica do Jari, a Reserva Extrativista Rio Cajari, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru e as Terras Indígenas Waiãpi e Rio Paru d’Este; com o encerramento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em maio de 2016, responsável pelas políticas de reforma agrária e recuperação de áreas degradadas.

É relevante também relatar a ascensão da extrema direita, no Brasil, por meio da figura mítica do deputado federal Jair Messias Bolsonaro, o qual configura o imaginário do “bolsonarismo” e a relação de desenvolvimento desse grupo pautado no ecocídio, no autoritarismo e ditadura de 1964, além de perseguição e monitoramento de adversários políticos, pesquisadores, desprezo por culturas distintas, pelos povos originários e comunidades tradicionais.

2.2. Processamento de Dados para 2018 e 2021

No mapa ano de 2018, foi adicionada uma classe a mais, nomeada “Outras Classes”. Isso é justificado pela circunstância de a Coleção 6, lançada pelo MapBiomias (2021), abranger o espaço do município de Vila Bela, em 62 classes. As oito classes mencionadas acima ainda correspondem à maior parte do uso e ocupação do município; de sorte a garantir a coesão com os dados anteriores, foi incorporada essa nova classificação, que expressa outros tipos de uso, como Malha Urbana, Mosaico de Agricultura, Mineração, Silvicultura, entre outros.

Para os dados da supressão de vegetação do ano de 2021, foi efetuada uma análise temporal com base em dados de sensoriamento remoto da série Landsat, disponibilizados por meio da *database USGS*, tendo como suporte dados temporais de uso e ocupação da terra, disponibilizados pela plataforma MapBiomias (2021). O processamento dos dados foi feito em seis etapas, sendo (i) Denominação das Classes de Supressão; (ii) Aquisição e Pré-Processamento dos Dados; (iii) Delimitação das Classes de Vegetação e Uso Antrópico, para o ano de 1985; (iv) Delimitação das Classes Vegetação e Uso Antrópico, para o ano de 2021; (v) Análise Comparativa e Digitalização em Tela e (vi) Pós-Processamento.

A primeira etapa consistiu na proposta das classes que seriam usadas para a análise da supressão de vegetação e avanço antrópico do ano de 2021. A proposta de uma nova classificação deriva da ausência de dados disponibilizados na

plataforma MapBiomias, até março de 2023, os quais abrangem as oito classes previamente abordadas, contudo, para a coesão na discussão desenvolvida, foi feita uma adaptação do sistema de classificação proposto por MapBiomias (2021), sendo elaboradas cinco classes:

Figura 17 - Quadro de classes para análise de supressão de vegetação

CLASSE	DESCRIÇÃO
Antrópico (Pastagem)	Indica permanência de uso antrópico, na classe Pastagem, desde o primeiro ano aferido, até a atualidade, ou área que passou pela transição de vegetação, para uso antrópico (pastagem).
Vegetação Primária	Indica ausência de transição para classe de antrópica (pastagem), classe de supressão ou outras classes, configurando a permanência de vegetação nativa desde o primeiro ano aferido.
Supressão de Vegetação	Indica evento de desmatamento, sendo um píxel que corresponde a áreas degradadas, campos sujos, formações campestres (que antes eram vegetação nativa), solo exposto e derivados. Ou, para classificação temporal, um píxel que, anteriormente, correspondia à vegetação nativa, posteriormente assumindo as características descritas.
Não se Aplica (Massas d'Água)	Indica incidência de corpos d'água.
Outras Classes	Indica classes antrópicas que não se enquadram na classe de Pastagem, como Silvicultura, Malha Urbana, Mineração e Mosaico de Agricultura.

Fonte: Adaptado de MapBiomias (2021).

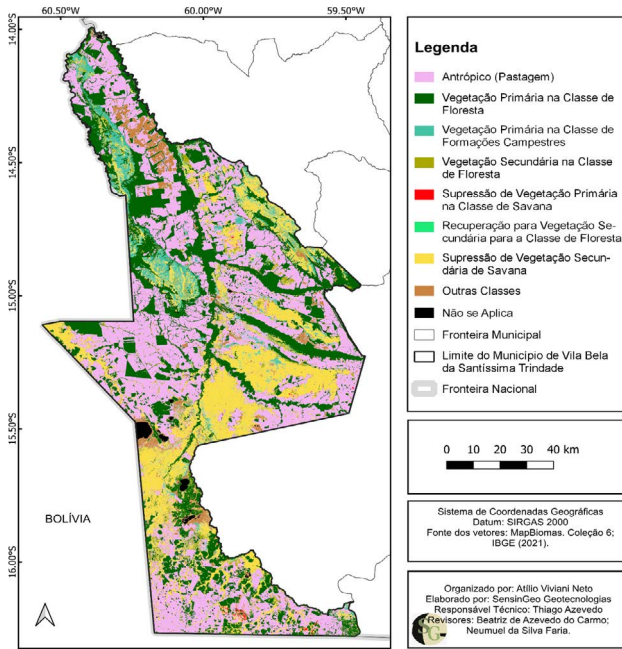
A segunda etapa consiste na aquisição e pré-processamento dos dados, tendo como base os dados da série temporal Landsat. Para o ano de 1985, foram obtidas imagens do satélite Landsat 5, sensor *Thematic Mapper* (TM), na plataforma da USGS, e foram geradas composições de cor

falsa, com as bandas 4 (Infravermelho Próximo), 3 (Vermelho) e 2 (Verde), reportadas por Meneses e Almeida (2012), como composição eficiente para identificar vegetação. Enquanto isso, para o ano de 2021, foram adquiridas imagens do satélite Landsat 8, sensor *Operational Land Imager* (OLI), bandas 5 (Infravermelho Próximo), 4 (Vermelho), 3 (Verde), sendo feita a composição de cor falsa.

Em seguida, foi iniciada a terceira etapa, de processamento dos dados de 1985, no *software QuantumGIS* (QGIS), sendo feita a classificação com base no algoritmo *RandomForest*, tendo como base as cinco classes propostas. Primeiramente, foram determinadas amostras de treinamento, referentes a cada uma das classes, para que o algoritmo pudesse classificar toda a extensão do município, o que foi feito em seguida. A sequência de procedimentos chegou na quarta etapa, sendo implementado o mesmo processamento, mas, para o ano de 2021, obtendo as cinco classes para ambos os anos.

Por fim, na quinta etapa, foi concretizada a análise comparativa para validar a classificação feita, com base nessa janela temporal; nesse momento, foram feitas correções, por meio da digitalização em tela, caso a realidade do espaço da cidade não correspondesse à classificação semiautomática realizada. Na sexta etapa, foram geradas as medidas de área por meio da *Structured Query Language* (SQL), no *software* QGis.

Mapa 17 – Mapa de 2018 e Cartografia Socioecológica de 2017 a 2018



Fonte: Organizado por Atilio junto com geógrafo Thiago Azevedo.

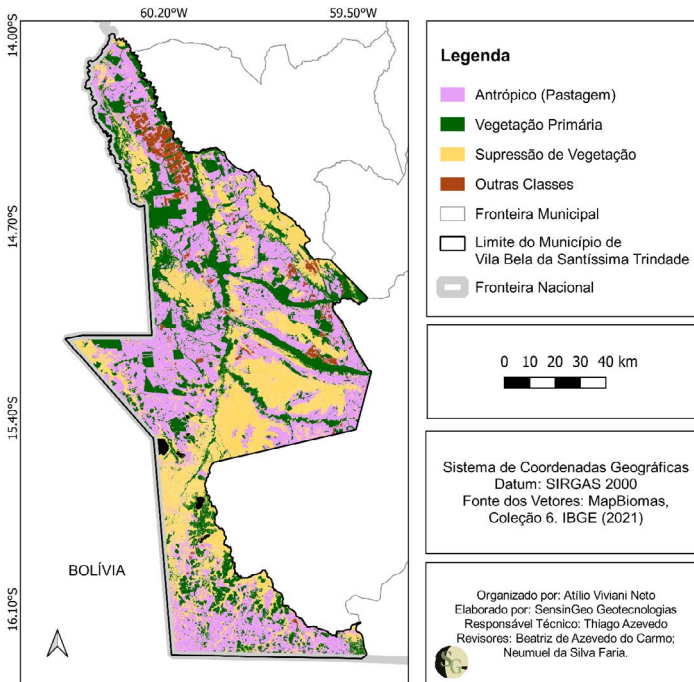
Desmatamento no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade 2018		
Legenda	Área (Km2)	Porcentagem (%)
Antrópico (pastagem)	5233,15	38,93%
Vegetação Primária na Classe de Floresta	3425,4	25,48%
Vegetação Primária na Classe de Formações Campestres	771,26	5,74%
Vegetação Secundária na Classe de Floresta	107,64	0,80%
Supressão de Vegetação Primária da Classe Savana	28,08	0,21%
Recuperação para Vegetação Secundária Para Classe de Floresta	15,45	0,11%
Supressão de vegetação Secundária de Savana	2456,35	18,27%
Não se Aplica (Massa D'Água)	166,67	1,24%
Outras Classes	1239,76	9,22%
Total	13443,76	100%

Em 2018, podemos observar que a área de pastagem se amplia 4,5% em um ano, passando de 36,91%, em 2017,

para 41,49% do território, em 2018. Por seu turno, as regiões de florestas primárias passam de 24,75% do território para 15,91%, totalizando perda de 9% de florestas no município, em apenas um ano, sobretudo do bioma Amazônico e transição para o Cerrado.

Não poderíamos deixar de frisar a mudança do governo federal do presidente Michel Temer para a presidência de Jair Bolsonaro, apoiador de um tipo específico de produção rural e defensor de agendas opostas ao desenvolvimento econômico com conservação dos biomas. Também é figura notável, por defender processos de aculturação e deculturação sobre os povos originários e comunidades tradicionais. Portanto, o ano de 2018 é momento paradigmático quanto ao processo de resignificação da relação Humano-Natureza para a cartografia.

Mapa 18 – Mapa de 2021 e Cartografia Socioecológica de 2018 a 2021



Fonte: Organizado por Atilio junto com geógrafo Thiago Azevedo.

Desmatamento de Vila Bela de Santíssima Trindade (2021)		
Legenda	Área (Km ²)	Porcentagem(%)
Antrópico (Pastagem)	5245,78	39,1
Vegetação Primária	3395,35	25,3
Supressão de Vegetação	4300,75	32,0
Não se Aplica (Massa d'Água)	85,44	0,6
Outras Classes	406,44	3,0
Total	13433,76	100,0

A despeito de o mapa e a tabela de 2021 serem frutos em parte de outra metodologia, conforme descrito, reunindo menos classes de análises, é importante refletir sobre as porcentagens representadas de alteração da paisagem, entre início da década de setenta, quando se implementa o Plano de Integração Nacional (PIN) da ditadura, e 2021, último estudo disponível (até o momento de finalização do livro) nos inscritesores tecnológicos sobre os biomas remanescentes em Vila Bela.

Em pouco mais de trinta anos, a paisagem foi drasticamente alterada, constituindo um dos municípios que teve a maior perda de superfície de água, no Brasil (segundo dados focalizados da Cartografia Socioecológica), junto com suas florestas. É também o município no Mato Grosso (e o terceiro no Brasil) com maiores impactos ambientais advindos do garimpo ilegal, como ocorre no rio Sararé, afluente do Guaporé, conforme dados do IBAMA e do MapBiomias (2023). Nesse processo, muitos povos e comunidades tradicionais foram expulsos de seus territórios, tornando-se um dos locais com maior produção de bovinos do país e do mundo. No campo das ações de ressignificação em andamento, há desejos de produção ampla de soja e pedidos de exploração mineral nas ações para extinção do Parque estadual Serra Ricardo Franco e assim viabilizar a produção de grãos e mineração nos limites do parque e nas atuais zonas de amortecimento entre o parque e o rio Guaporé.

Do fim da década de setenta, quando havia aproximadamente 95% do território com florestas e policultivos

dos povos e comunidades e uma população de cerca de dez mil habitantes, passamos a 25% do território com florestas, em 2021, com dependência de alimentos para abastecimento de outras regiões, especialmente do estado de São Paulo. É uma situação que implica desafios para os quais ainda não temos respostas, todavia, apenas podemos construir entendimentos de como começou a conjuntura que nos trouxe até aqui. Ademais, nem o apelo econômico de geração de emprego e de produção de alimentos pode ser usado para justificar, pelo fato do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em Vila Bela ser baixo e insatisfatório, apesar de produzir muita riqueza.

3. CURADORIA DE IMAGENS DE BIOINDICADORES EM VILA BELA E A RELAÇÃO COM AS COMUNIDADES

Foram pesquisadas imagens em acervo fotográfico de Mario Friedlander, ecologista, ativista e artista fotográfico, que acompanhou o processo das comunidades tradicionais vilabelenses em diversas perspectivas. Desse modo, formou-se um banco de fotografias que, além da beleza artística dos patrimônios socioecológicos e culturais locais, possui bioindicadores que revelam a partilha de territórios entre humanos e natureza, com tecnologias integrativas na produção de alimentos, remédios, construção de moradas e

da reprodução de um sincretismo cultural próprio, entre sujeitos da diáspora africana forçada, povos originários e portugueses.

Assim, juntas, as artes e as ciências, especuladas juntas, podem promover a transformação social e singular, enfatizando a poética, a beleza, o prazer e importância de celebrar os encontros, interculturais e além do *Anthròpos*, para assim reconhecer e desfrutar as Veredas.

Iconografia dos afetos - Germinar Veredas

Por situações que fogem a lógica, mas podem ser entendidas a partir de olhar afetivo, o encontro com Friedlander, representa esse universo próprio, de ecologistas à deriva que se atraem pelos sentimentos.

E o contato despretenhoso ocorreu em local emblemático da luta e ativismo ecológico em Mato Grosso: no Vale do Jamacá, Chapada dos Guimarães. A história do Vale do Jamacá chama a atenção pelo fato de ter sido uma área de pasto, degradada, quando grupos de pessoas vindos de diversas localidades, compraram lotes coletivamente nas décadas de setenta/oitenta, e começaram a restaurar o vale. Hoje, é uma área de floresta plantada pelos antigos moradores do local, em parceria com a fauna e flora, constituindo processo de restauro Humano “com” a Natureza (polinização e disseminação de sementes, por exemplo).

Passados alguns anos, esse grupo que se formou no Vale do Jamacá, incluso Friedlander, se mobilizou para que

houvesse a criação de uma Unidade de Conservação nas imediações, devido a relevância geológica e de biodiversidade do município. A mobilização resultou na criação do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães em 1989, com dimensões muito menores do que era proposto pelo grupo, devido a força de alguns políticos e alguns produtores rurais que estavam despontando no estado.

E na mesma década de oitenta, Friedlander conhece Vila Bela e ficou fascinado pelos diversos patrimônios (Natural, Arqueológico, Cultural e Histórico) presentes em único município. E essa paixão, que continua até os dias de hoje, resultou em várias expedições autofinanciadas (Expedição Vila Bela e Expedição Quilombola), projetos governamentais (Fronteira Ocidental, mapeamento de sítios arqueológicos e históricos), registros fotográficos de diversos temas (Festança de Vila Bela, Festa de Santos, culinária, arquitetura, povos originários e comunidades, biodiversidade, rios, nascentes, cachoeiras, desmatamentos, drenos, geologia etc.) e entrevistas com personagens importantes da cultura local (muitas delas já falecidas). E também provocou descontentamentos e ameaças pela circulação internacional das belas imagens e denúncias dos abusos em relação aos patrimônios.

Esse conjunto de registros acumulados ao longo das décadas, faz com que Friedlander seja, o curador da maior iconografia pessoal conhecida de Vila Bela, que envolve diversos assuntos e categorias. Essa parte do trabalho é uma pequena homenagem e também uma forma de promover a

arte, a ecologia, o afeto, a empatia como ferramenta imagética para desvendar ações da ressignificação em curso e germinar Veredas em Mato Grosso.

Relação Humano “com” Natureza em Vila Bela

A invenção axiológica moderna de que “Humano” é centro, consciência e história; enquanto “Natureza” é entidade a ser dominada, domesticada e explorada, está, hoje, submetida a perspectiva fractal, na arena do debate cultural e cosmopolítico. E, desmorona lenta e continuamente diante das denúncias relativas as remanescentes ruínas das estruturas moderno-coloniais. Mesmo com o colonialismo reverso sobrevivente em Mato Grosso, que procura desesperadamente segurar a fina areia da colonialidade, a atenção dedicada das ciências e das artes, se volta para os agentes reacionários desse mundo distópico socioecológico em construção.

A seguir, imagens representam mundos concretos possíveis, unindo passado para materializar futuros.

Imagem 24 – Arquitetura com palha de babaçu na Comunidade Quilombola Retiro em Vila Bela



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 25 – Arquitetura com palha de babaçu na Comunidade Quilombola Retiro



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 26 – Arquitetura com palha de babaçu na Comunidade Quilombola Retiro em Vila Bela



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 27 – Restaurante dançante Beira-rio



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 28 - Sítio do Hermes em Vila Bela



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 29 - Navegação pelo Guaporé em Vila Bela



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 30 - Comunidade Quilombola Bom Futuro,
no Retiro em Vila Bela



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Patrimônios em Vila Bela

Imagem 31 - Alto Guaporé



Imagem 32 – Casalvasco Velho

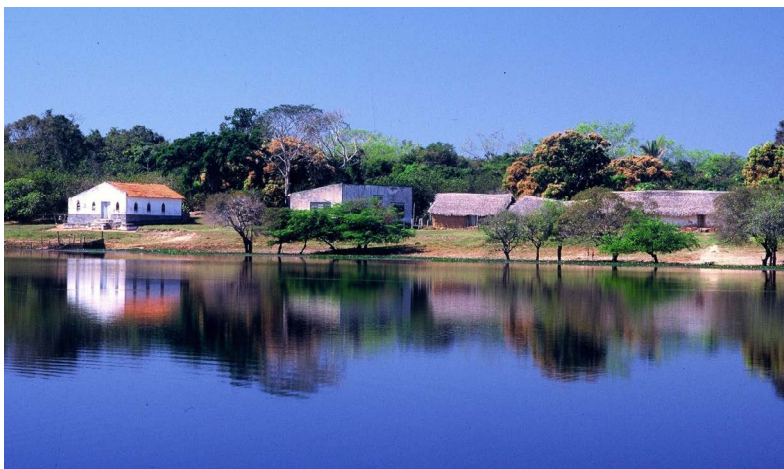


Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 33 – Casalvasco Velho



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 34 – Casalvasco Velho



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 35 – Ruínas da Igreja de São Francisco Xavier



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 36 – Ruínas da Igreja de São Francisco Xavier



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 37 – Poço de Pedra do período colonial
no Centro Histórico de Vila Bela



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 38 – Represa do Casarão, Arraial São Francisco Xavier



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 39 – Vista do Buritizal Grande do Guaporé



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 40 – Serra Ricardo Franco, Parque Estadual



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 41 – Uma das 5 espécies de Boto em Vila Bela, conforme descrição das comunidades tradicionais



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 42 – Rio Guaporé



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 43 – Cachoeira do Jatobá, maior de MT e a quarta maior do Brasil

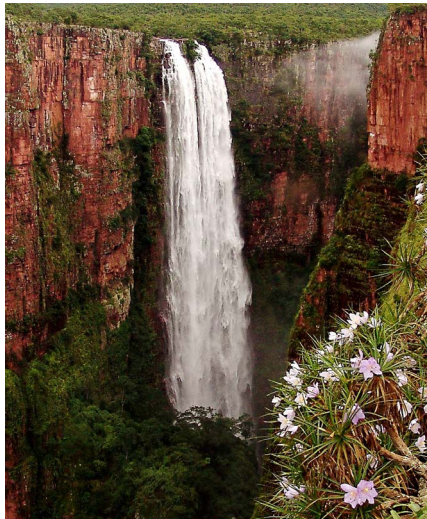


Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 44 – Paredão no rio Guaporé abaixo de Vila Bela



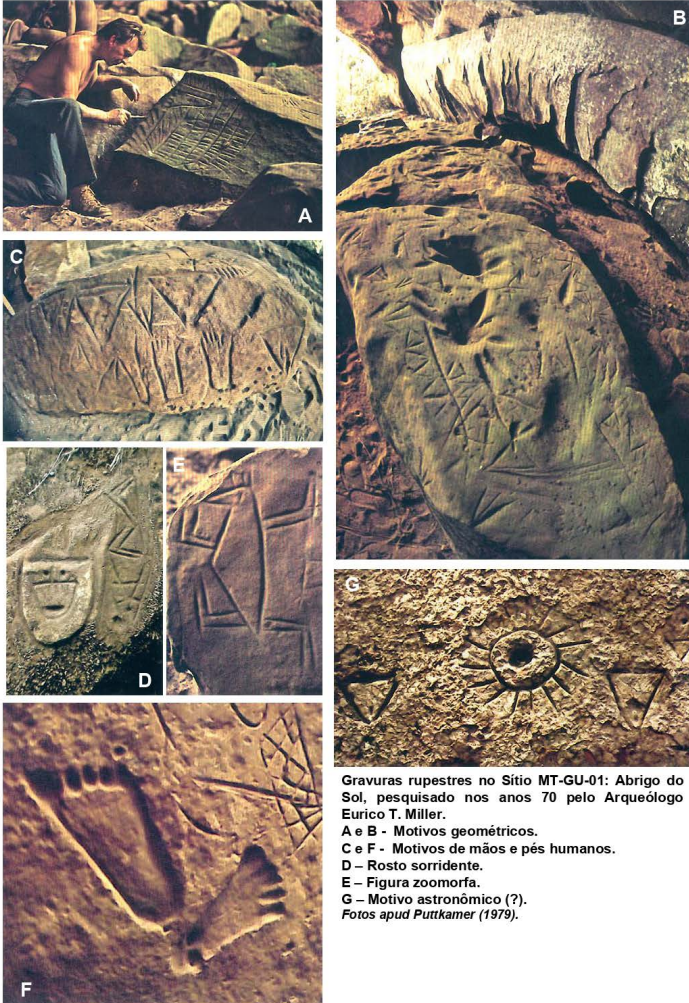
Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 45 – Projeto Fronteira Ocidental com levantamento de inscrições no Vale do Guaporé (ZANETTINI, 2004)

Cadastro Arqueológico

Projeto Fronteira Ocidental – Fase 2

Autorização Federal de Pesquisa (IPHAN/MinC): Portaria nº 37 de 6 de Fevereiro de 2002



Gravuras rupestres no Sítio MT-GU-01: Abrigo do Sol, pesquisado nos anos 70 pelo Arqueólogo Eurico T. Miller.

- A e B - Motivos geométricos.
 - C e F - Motivos de mãos e pés humanos.
 - D - Rosto sorridente.
 - E - Figura zoomorfa.
 - G - Motivo astronômico (?).
- Fotos apud Puttkamer (1979).

Fotos: Acervo de Puttkamer.

Quilombo Urbano de Vila Bela

Parafrazeando a entidade nacional, Gilberto Gil: a cultura popular, precisa estar na cesta básica, junto com arroz, feijão, frutas etc.

Ficamos vulneráveis quando perdemos as lembranças. E Vila Bela teima em manter algumas, mesmo com toda força do projeto político-econômico para o centro-oeste a partir da ditadura de 64, procurando assegurar sobrevivência das ruínas moderno-coloniais em Mato Grosso. E parte desse projeto realiza-se por meio de abandono, invisibilização e substituição gradativa das lembranças vilabelenses, que teimam em estar.

Porém, não convém deixar as diversas culturas a sua própria sorte. As artes e as ciências tem compromissos intangíveis com as culturas e memórias brasileiras senão qual o sentido de sua labuta?

Abaixo, algumas imagens da precíval teimosia vilabelense.

Imagem 46 – Vista aérea do centro histórico e quilombo urbano de Vila Bela



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 47 – Vista aérea da praça do centro histórico, planejado em Lisboa no século XVIII



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 48 – Biscoito de Ramos, feitos para a Festa do Divino em Vila Bela, distribuído gratuitamente



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Ressignificação da relação Humano-Natureza em MT

A modernidade, lastreada pelo capitalismo, transformou zonas rurais e florestais de algumas regiões, em linhas de produções monocultoras, esforçando-se para alienar trabalhadores e continuar a resignificação da relação com a natureza.

A promessa de acabar com a fome no mundo e melhorar a qualidade de vida para quem mora no campo, realiza-se para alguns, principalmente aqueles que detém acesso à terra. E a natureza, já foi óbice a ser superado pela modernidade. Atualmente, por meio de um colonialismo reverso em Mato Grosso, a coalisão da “vanguarda cultural”, procura criar valores de tempos passados da relação Humano/Natureza para serem irradiadas, do centro para as bordas atlânticas, procurando restaurar as ruínas

moderno-coloniais no mundo contemporâneo, criando zonas distópicas socioecológicas em Mato Grosso, aqui, apresentada a força de sua concretude em Vila Bela.

Imagem 49 – Áreas de lavoura “modernizadas”



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 50 – Áreas de lavoura “modernizadas”



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 51 – Áreas de lavoura “modernizadas”



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 52 – Abertura de novas áreas” na gleba “Ritinha”



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 53 – Skid puxando madeira de floresta em Vila Bela



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 54 – Retirada de toras de madeira no PESRF na região da Gleba Antonieta 1999



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 55 – Vista do rio Alegre com Campo de Murunduns e área de pastagem sendo implantada



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 56 – Vista aérea do Buritizal Grande ao lado de área sendo degradada



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 57 – Vista de uma área sendo ocupada para pasto



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 58 – Caminhão de tora na região do Jatobá em Vila Bela



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 59 – Queimada em bosque na Vila Bela



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 60 – Abertura de estrada na Ritinha



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Drenagem dos Pantanaís em Vila Bela

Drenagem, é a primeira etapa do desmatamento em áreas úmidas. Depois que as Veredas ficam vulneráveis e mais secas, vem as queimadas. E a seguir, tratores com os “correntões” para eliminar definitivamente os bosques e dar lugar a pastagens, de forma rápida e eficiente, para depois vir as monoculturas, principalmente de soja, com seu conjunto de agrotóxicos.

As imagens a seguir, fizeram parte de denúncias formais, georreferenciadas e submetida aos órgãos responsáveis, quando estavam acontecendo, a partir do ano de 2006.

Imagem 61 – Queimadas nas florestas de Vila Bela



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 62 – Drenagem em Vila Bela, conforme denúncia formal enviada



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 63 – Drenagem em Vila Bela, conforme denúncia formal enviada



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 64 – Drenagem em Vila Bela, conforme denúncia formal enviada



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 65 – Drenagem em Vila Bela, conforme denúncia formal enviada



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 66 – Drenagem em Vila Bela, conforme denúncia formal enviada



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 67 – Drenagem em Vila Bela, conforme denúncia formal enviada



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 68 – Drenagem em Vila Bela,
conforme denúncia formal enviada



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 69 – Drenagem em Vila Bela,
conforme denúncia formal enviada



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 70 – Drenagem em Vila Bela,
conforme denúncia formal enviada



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 71 – Drenagem em Vila Bela,
conforme denúncia formal enviada



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 72 – Drenagem em Vila Bela,
conforme denúncia formal enviada



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 73 – Drenagem em Vila Bela,
conforme denúncia formal enviada



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 74 – Drenagem em Vila Bela,
conforme denúncia formal enviada



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 75 – Drenagem em Vila Bela,
conforme denúncia formal enviada



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Imagem 76 – Drenagem em Vila Bela, conforme denúncia formal enviada



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

4. EVOLUÇÃO DA CONDIÇÃO PANTANEIRA E SUAS TRANSCONEXÕES

Os Pantanais tornaram-se ícones internacionais, pelo fato de constituírem a maior planície inundável do mundo, com mais de 150 mil km² de área, e por serem palco de grande repercussão e comoção, com as queimadas históricas, no ano de 2020, veiculadas em meio jornalístico, as quais extravasaram interesses além do mundo científico e de setores especializados do ecoturismo.

Contingentes de diversos voluntários se deslocaram para o enfrentamento das queimadas, em Mato Grosso. Houve também muitas críticas pelo tratamento dado à fauna silvestre, enquanto povos e comunidades tradicionais pereciam no mesmo território arrasado.

Dados levantados na pesquisa de artigos, estudos, imagens do MapBiomas e do jornalismo investigativo têm como intuito apresentar o “Estado da Arte” da condição pantaneira, tendo-se evidenciado a situação crítica na qual se encontra o bioma. Suas dinâmicas ecossistêmicas são tidas como sensíveis, pelo fato de revelar relação intrínseca com a água, com outros biomas e com as culturas que ali habitam. Cada vez mais os estudos científicos apontam para uma interdependência entre os vários biomas brasileiros, incluindo as culturas humanas, formando redes de transconexões entre o biológico, o social e o psíquico, além das gentes, compondo grande emaranhado Humano-Natureza, convivendo historicamente, embora ameaçados por um tipo de paradigma de contínua desagregação dessas alteridades, com a recriação de uma ruralidade atrelada a segmentos de interesse do agronegócio.

Pantanal é o menor bioma que temos. Ocupa aproximadamente 2% do território brasileiro. Tem sua maior parte em Mato Grosso do Sul, com aproximadamente 65%, e em Mato Grosso, com 35%. Foi estabelecido como Patrimônio Nacional pela Constituição de 1988 e como Reserva da Biosfera, pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para

a Educação, a Ciência e a Cultura). Porém, os Pantanaís do Rio Guaporé da região de Vila Bela estão há anos para serem inclusos como Sítios na Lista de Ramsar, referente a áreas úmidas de grande relevância. Entretanto, o processo “patina” e se encontra paralisado, pela resistência e força política de parte dos produtores rurais do agronegócio da região. Conforme representado na Cartografia Socioecológica com os Mapas dos Biomas, o Pantanal vem sofrendo redução drástica de sua extensão, sobretudo nos últimos 30 anos.

Sabe-se que é uma área importante na acumulação e purificação de água e potente centro de manutenção de biodiversidade. Há consensos científicos de que não se pensam e nem se promovem políticas públicas para as regiões pantaneiras, de forma isolada, por haver mútuas influências com outros biomas, como na relação com a Amazônia e com o Cerrado, onde estão conectadas mais de quatro mil nascentes de água, as quais alimentam essas regiões, conforme destaca Rosa (2010), coordenador-técnico do MapBiomas.

A forma apropriada de entender essas redes complexas e transcendentais de conexões socioecológicas do centro-oeste é ligando a Bacia do Alto Paraguai, que inclui o planalto de onde vem a água, na planície onde se acumula e por ela é alagada. Autora de diversos estudos a respeito, Solange Ikeda, do Centro de Estudos em Limnologia, Biodiversidade e Etnobiologia do Pantanal da Universidade do estado de Mato Grosso (UNEMAT), enfatiza que integração é a palavra-chave para entender o Pantanal e seus desafios:

É preciso uma visão da interdependência de planalto e planície, do meio ambiente e da cultura pantaneira. São indissociáveis. Leis, processos de licenciamento e estudos precisam contemplar essa ligação (O Globo, 2022).

Dado preocupante revela que o Pantanal foi uma das regiões do planeta que mais esquentou, nas últimas três décadas. O aumento foi de 3,8 graus Celsius, enquanto a média do planeta foi 1,2°C, tornando-se um dos pontos quentes ou *hotspots*, conforme indica pesquisa da meteorologista Renata Libonati (2020), coordenadora do Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LASA/UFRJ).

Os impactos negativos das mudanças climáticas são sentidos por todos e todas as vidas que habitam o bioma, alterando profundamente as relações culturais, além da perspectiva de existência apenas das culturas humanas. Inclusive, de acordo com o MapBiomias (2023), no período de 1985 a 2021, a perda de vegetação nativa em territórios indígenas na Amazônia foi de 0,8%, enquanto, nas áreas que não têm essa categoria demarcatória, o desmatamento foi de 21,5%.

Exemplo que contrasta com as omissões estatais que afligem parte significativa dos povos originários brasileiros, na luta pelo seu território, conforme o documentário premiado *Martírio* (2016), sobre a situação dos Guaranis Kaiowá, em Mato Grosso do Sul, encontra-se na aldeia Apiwtxa, na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia. Com suas florestas protegidas e abundância de alimentos, localizada a oeste do

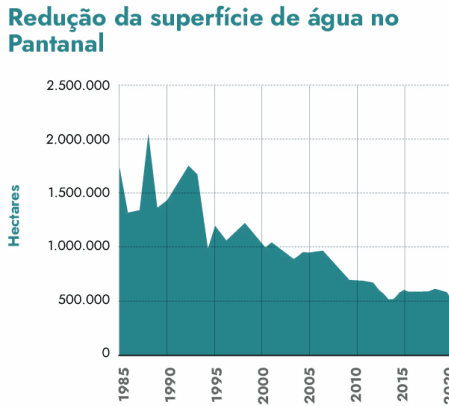
Acre, na fronteira com o Peru, a área desse povo é de floresta amazônica preservada, com rio limpo, animais diversos e imensas árvores, que “atraem pássaros sagrados”. Nela, os Ashaninkas colhem o que plantaram há 30 anos, quando conseguiram a demarcação. É um povo orgulhoso pela resistência às invasões e pelo reflorestamento de três milhões de árvores, nos 87,2 mil hectares de sua área. São exemplos de segurança alimentar, autossuficiência e preservação da cultura, cosmologia e espiritualidade. A comunidade Apiwtxa ganhou, em 2017, o Prêmio Equatorial da ONU destinado a iniciativas dos povos indígenas para a redução da pobreza e o desenvolvimento em harmonia com a natureza.

No caso do Pantanal, suas etnias e comunidades sofrem com os impactos da alteração drástica do clima, devido ao aumento do período de seca e diminuição do regime de chuvas, redução da vazão dos rios e do pulso de inundação e diminuição contínua da biodiversidade, modificando, assim, o cotidiano de seus habitantes, humanos e não humanos.

Uma descendente das comunidades quilombolas de Vila Bela, gerente de projetos do Instituto Centro de Vida (ICV) de MT, relatou, no Seminário da Gender and Water Alliance (GWA, 2022), Mulheres e as águas brasileiras - Tema: Pantanal, que levava mais de dez horas de barco para chegar ao sítio de sua família remanescente de quilombos afropantaneiros do Guaporé, até há alguns anos atrás. Entretanto, no ano de 2022, levou cerca de 45 minutos, o que a deixou perplexa pelo ineditismo da situação.

Os vários relatos, mapeamentos e as evidências científicas indicam tendência a escassez, conforme gráfico abaixo do MapBiomias, de 1985 até 2020 (MAPBIOMAS, 2022).

Figura 18 - Gráfico de redução de água no Pantanal (1985-2020)



Fonte: MapBiomias (2022).

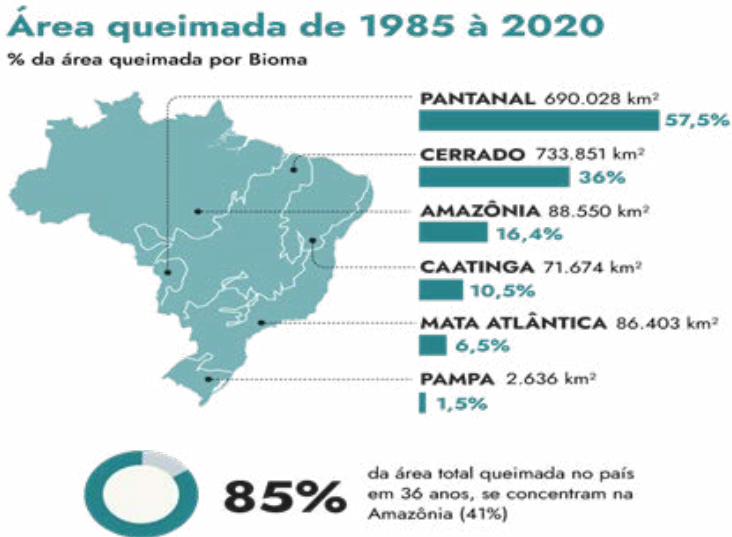
Podemos comparar os mapas dos Pantanaís de Vila Bela, nas planícies do Guaporé, com os mapas de desmatamento detalhados nos Mapas dos Biomas da Cartografia Socioecológica, os quais apresentam a evolução intensa da degradação no território, a partir do implemento dos planos de integração da ditadura e da vinda massiva dos pioneiros e do grande latifúndio, para colonizar a região. Há relação direta dos níveis de desmatamento com a condição descendente da disponibilidade de água.

Assim, em uma perspectiva sistêmica, complexa, com referenciais além da perspectiva disciplinar que divide o meio natural do meio social, podemos inferir que a segurança hídrica

nunca esteve tão ameaçada em regiões pantaneiras, cuja existência e ritmo são determinados pelas águas. Análises do MapBiomias mostram que a superfície de água do Pantanal diminuiu 29%, em três décadas, confirmando relatos das comunidades e culturas que vivem no bioma, como a dos afropantaneiros de Vila Bela.

Solange Ikeda destaca que cerca de 16% da massa d'água do Pantanal Norte foi perdida apenas nos últimos dez anos, pelos dados de recente investigação do grupo do qual faz parte. E, na região de Vila Bela, a tríade de intervenção na paisagem – fogo, desmatamento e drenos – acelera esse processo e os impactos se potencializam em velocidade cada vez maior.

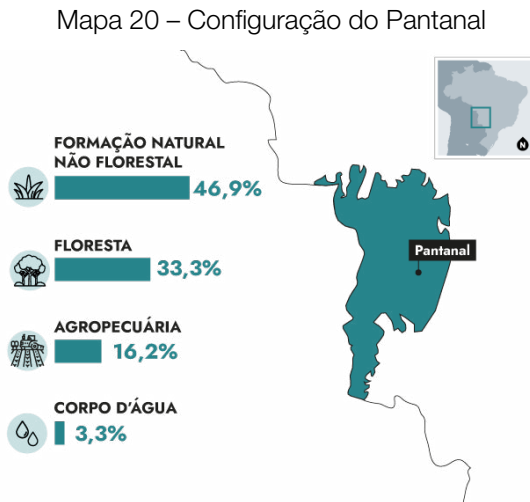
Mapa 19 -Área queimada por biomas de 1985-2020



Fonte: MapBiomias (2022).

Com efeito, as queimadas históricas de 2020 impactaram uma área de mais de 4 milhões de hectares, o equivalente a um terço do Pantanal. Libonati (O Globo, 2022) enfatiza que 43% da área atingida pelos incêndios de 2020 nunca haviam queimado antes. É uma vasta área de alagados e florestas do Pantanal Norte, mais influenciada pela Amazônia e vulnerável ao fogo, explica a pesquisadora.

Dados do Mapbiomas (2022) revelam que o Pantanal é o bioma brasileiro com a maior área média de área desmatada por alerta (97,2 hectares) e com a maior velocidade média de desmatamento do Brasil. São 78 ha/dia (ou 78 mil m²/dia) de áreas desmatadas, sendo 48,6% de florestas, 30,8% de savana e 17,7% de campos naturais.

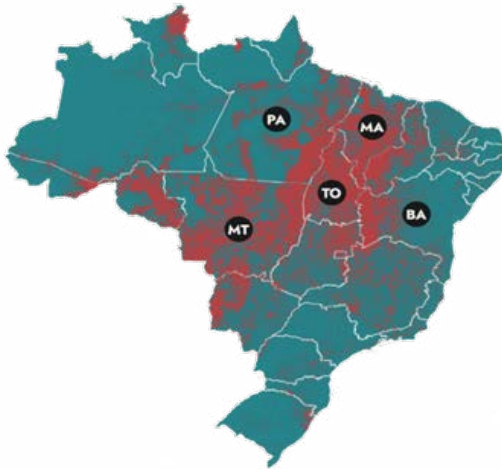


Fonte: MapBiomas (2022).

Os desmatamentos mais significativos no centro-oeste, iniciados a partir dos planos de integração da década de setenta, ficavam localizados nas bordas do bioma, em áreas de planalto. Todavia, agora avançam pela planície inundável, pois a estratégia é de aproveitar períodos de seca, porque esses ecossistemas se tornam mais vulneráveis, para, dessa forma, transformar as áreas antes alagadas em pastos e, num segundo momento, em monoculturas de grãos, segundo foi exposto nas tabelas das classes da Cartografia Socioecológica.

O mapa abaixo mostra as áreas com registro de desmatamento, no país, até 2021. Fica bem fácil de visualizar o chamado “Arco do Desmatamento” ou “Abraço da Morte”, conforme perspectiva dos povos indígenas do Xingu.

Mapa 21 – Avanço do desmatamento no Brasil até 2021



Fonte: MapBiomias (2022).

É nessa ressignificação da relação Humano-Natureza, de caráter simbólico, protagonizada por certos sujeitos de poder econômico e político do centro-oeste, que procuramos desvendar o direcionamento das flexibilizações normativas e licenciamentos a serem mais permissivos, causando aumento dos impactos ecológicos, facilitando intervenções antrópicas, principalmente de produtores rurais de alguns segmentos do agronegócio, agindo para ampliar a construção de portos e de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), no Rio Paraguai, sem o devido contingente de estudos. Grandes projetos, como o do Tramo Norte (trecho de Cáceres a Corumbá) da hidrovia do Paraguai, são licenciados em fatias, como estratégia, o que reduz as exigências legais e facilita a aprovação. É o que pesquisadoras e pesquisadores chamam de “Cupinização do Pantanal”. As PCHs, as quais, em alguns casos, diminuiriam impactos, no Pantanal, implantadas em conjunto, estão degradando o bioma pela não suportabilidade frente à escala de intervenções.

Steve Hamilton, professor da Universidade Estadual de Michigan (EUA) e estudioso há 30 anos da hidrologia do Pantanal, onde morou e pesquisou, durante anos, alerta:

Estão considerando apenas os danos locais de portos e PCHs, mas o impacto é muito mais amplo e atinge toda a bacia hidrográfica. E se o impacto na escala da bacia não for considerado, vai matar o Pantanal, alerta, conforme entrevista (O Globo, 2022).

Pesquisa desenvolvida por Ibraim Fantin, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), concluiu que as hidrelétricas projetadas para o Pantanal podem reduzir em 62% o fluxo de sedimentos transportados pelos rios. O estudo foi publicado na revista científica *Frontiers in Environmental Science*. O trabalho sustenta que essa redução impactará na oferta de nutrientes que alimentam a base da cadeia de vida pantaneira.

Desde 2020, a região pantaneira deixou de ser paraíso natural do ecoturismo e pesquisas, para ser a região recordista de desastres socioecológicos. É, em proporção, o bioma mais afetado pelas queimadas. Aproximadamente 30% do bioma queimaram em 2020, contra a média histórica de 8%, revelam dados do Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais (LASA). E, de todos os biomas brasileiros, o Pantanal foi o que mais queimou, proporcionalmente, nos últimos 36 anos: 57% de seu território já pegou fogo pelo menos uma vez. O período de inundação também diminuiu de seis para três meses, concentrado em dezembro, janeiro e fevereiro; ora, da inundação depende o fluxo de nutrientes que alimenta o Pantanal, explica Eduardo Reis Rosa, coordenador do mapeamento do MapBiomias.

Desse modo, as regiões pantaneiras se tornaram tema emergencial, pela condição hídrica em que se encontram e pelo aumento drástico de suas temperaturas. A perspectiva de se intervir nessas áreas precisa levar em conta tanto os planaltos como as planícies, as culturas e as economias que

ali vivem interagindo. Essas relações integram os diversos indivíduos que compõem a biodiversidade e estão em processo de compreensão pelas ciências interdisciplinares complexas. Entretanto, com a velocidade com que estamos acompanhando essa ruptura Humano-Natureza, com orientações de um tempo impraticável, o qual não leva em conta os múltiplos biorritmos, pode ficar tarde para impedir o avanço do ponto sem retorno da restauração dos Pantanaís.

5. AS VEREDAS E A AMEAÇA VINDA DO CENTRO-OESTE

O Pantanal segue, em 2023, como o bioma com a maior tendência de redução da superfície de água. Dados apontam que o Brasil está secando. Em 30 anos, o país perdeu 1,5 milhão de hectares de superfície de água (MAPBIOMAS, 2023). Entretanto, em 2022, houve um pouco de alívio, conforme os dados. Eles demonstram que, em 2022, a superfície de água no país ficou 1,5% acima da média da série histórica, que tem início em 1985, ocupando 18,22 milhões de hectares, ou 2% do território nacional. Houve uma recuperação de 1,7 milhão de hectares (10%) em relação a 2021, ano de menor superfície na série histórica. O ano de 2022 foi o primeiro, desde 2013, no qual a superfície de água no Brasil ultrapassou a barreira dos 16 milhões de hectares. Ao todo, o país ainda tem em

torno de 6% da superfície e 12% do volume de toda a água doce do planeta.

Também em 2022, a superfície de água anual do Pantanal aumentou pela primeira vez, desde 2018. Apesar disso, o bioma ainda passa por um período seco: a diferença da superfície de água com a média da série histórica é de 60,1%. O Pampa registrou igualmente queda de -1,7%, em relação à média, alcançando a menor área de superfície de água de toda a série histórica. Todos os demais biomas ganharam superfície de água, em 2022: Cerrado (+11,1%), Amazônia (+6,2%), Caatinga (+4,9%) e Mata Atlântica (+1,9%). Entre os estados, Mato Grosso (-48%), Mato Grosso do Sul (-23%) e Paraíba (-12%) estão em direção oposta do ganho de superfície de água, registrado na maioria dos estados, em 2022.

Apesar do sinal de recuperação que 2022 representou, “[a] série histórica aponta para uma tendência predominante de redução da superfície de água no Brasil”, alerta Carlos Souza, coordenador do mapeamento do MapBiomias. “Todos os anos mais secos da série histórica do MapBiomias ocorreram nesta e na última década. O intervalo entre 2013 e 2021 engloba os 10 anos com menor superfície de água, o que torna essa última década a mais crítica da série histórica”, destaca.

Todos os biomas perderam superfície de água, entre 1985 e 2022, com destaque para o Pantanal, onde a retração foi de 81,7%. Em segundo lugar vem a Caatinga, que já é o bioma mais seco do país e que perdeu quase um quinto de sua

superfície de água (19,1%). Mata Atlântica (-5,7%), Amazônia (-5,5%), Pampa (-3,6%) e Cerrado (-2,6%) também ficaram mais secos. A redução do Pantanal fez com que Mato Grosso do Sul ocupasse a liderança entre os estados com maior perda de superfície de água. A retração de superfície de água foi de 781.691 hectares, ou 57%.

Mais de dois terços (70%) dos municípios brasileiros tiveram redução de superfície de água, nas últimas três décadas. Os municípios com maiores percentuais de redução são Vila Bela da Santíssima Trindade (MT), Cáceres (MT), Poconé (MT), Corumbá (MS) e Aquidauana (MS). Interessante observar que os municípios com maior redução estão localizados no centro-oeste.

A tendência de perda de superfície de água foi notada na maioria das bacias e regiões hidrográficas do país. Quase três em cada quatro sub-bacias hidrográficas (71%) perderam superfície de água, nas últimas três décadas. E, mesmo com o aumento geral da superfície de água no país, em 2022, um terço (33%) delas ficaram abaixo da média histórica, no ano passado. As regiões hidrográficas que mais perderam superfície de água na série histórica do MapBiomas foram Paraguai (-591 mil hectares), Atlântico Sul (-21,4 mil hectares) e Atlântico Nordeste Oriental (-4,8 mil hectares). Já as bacias Atlântico Nordeste Oriental (+65,8 mil hectares), São Francisco (+61,8 mil hectares) e Paraná (+39 mil hectares) tiveram ganho de superfície de água.

CONCLUSÕES DA CARTOGRAFIA SOCIOECOLÓGICA: MARCHA DA DISTOPIA

Imagem 77 - Derrubada da floresta amazônica em Vila Bela



Foto: Acervo de Mario Friedlander.

Nessa conjuntura de muitas dimensões envolvidas, elaboramos conclusões dos estudos em Vila Bela e no Mato grosso, com nossa “lupa epistêmica” cotidiana, desse local que

tem muito do que representam nossos dilemas. No decorrer do livro, enfocamos as várias complexidades que coexistem e estão, de alguma forma, integradas. Desvendar ações e registrar fluxos rizomáticos com centralidades nos aspectos ecológicos que se desenvolveram representaram muitas questões da condição mato-grossense e algo da condição brasileira.

Dessa forma, anotar as tensões relativas a questões étnicas, processos de deculturação, disputas pela terra, problemas advindos da lógica do grande latifúndio, garimpo em profusão, formas de produção alienadas, extremos sociais etc. nos possibilitou seguir pistas para construir mapas sociais contemporâneos da relação entre Humano-Natureza.

Retornemos, por conseguinte, à nossa “Toa”, com as angústias que nos conduziram até aqui. As Veredas, enquanto significado ontológico, ecológico e metafórico do convívio multiespécies, estão ameaçadas de desaparecer do centro-oeste do Brasil?

Em face do conjunto de fatos compostos, produzidos por meio de cartografias que identificaram e ligaram os rizomas, podemos concluir que sim: estão ameaçadas de desaparecer ou de serem reduzidas sensivelmente a algumas poucas “instalações”, para visitação, sem ter mais condição de exercer a função ecossist mica em seu esplendor, para qual se desenvolveram em mil nios. Dessa maneira, os significados das Veredas, simbólicos e materiais, estão em plena ressignificação, especialmente por uma vanguarda

cultural que induz a uma relação específica, paradigmática na revitalização das ruínas moderno-coloniais, a qual pode levar às vias da extinção.

Os três itens organizados – 1) Mapa dos Biomas, no qual se produziram os mapas de desmatamento do território de Vila Bela, a partir dos Planos de Integração Nacional da ditadura; 2) Pesquisa e curadoria de imagens sobre bioindicadores onde habitavam as comunidades; e 3) Apresentação do estado da arte da condição pantaneira – representaram um conjunto de dados importante para mostrar como está a situação socioecológica em Vila Bela, que indica a forma como Mato Grosso estruturou as políticas econômicas e de acesso a terra nas últimas décadas, e como ocorreu a manutenção da disfuncionalidade de temas sensíveis, do período colonial ao período republicano, apresentados por meio de historiografia da formação do estado e da ex-capital colonial. Enquanto isso, os resultados enfatizados indicam a responsabilidade dessas políticas nas induções da sociedade mato-grossense, das culturas e da relação que vai se inventando entre Humano-Natureza, no estado, com os remanescentes dos biomas (Amazônia, Cerrado e Pantanais) bem abaixo da média brasileira. Enquanto a média no território nacional dos biomas Amazônico e do Pantanal estão em aproximadamente 80% e o Cerrado em 40%, em Vila Bela, esses biomas estão abaixo dos 30% de conservação e em acelerada supressão, e o mesmo acontece nos biomas de Cerrado e Amazônia do estado de MT.

Logo, denota também a importância que teve a contínua discursiva e imagética reproduzidas por certos agentes que promoveram reconfigurações estéticas e de significâncias do que a natureza representa, conforme indagamos em nossa segunda questão que conduziu o livro: “E isso se deve a uma contínua discursiva e imagética reproduzida por certos agentes hegemônicos que promovem reconfigurações estéticas e de significâncias do que a natureza representa?”.

Portanto, sim. Relacionando as Cartografias, Sociocultural e Socioecológica, se é possível construir análises mais amplas, sem levá-las em conta de forma integrada, trouxemos elementos materiais e simbólicos explícitos da ação coordenada desses agentes. E suas ações de ruptura Humano-Natureza funcionam enquanto técnicas usadas para produção de estruturas de características “transgênicas”. Ou seja, elementos alheios colados artificialmente (uso da ideologia como falácia) nas estruturas de nossos DNAs (subjetividades), que colaboram para a construção de certos valores sociais, utilizados para terem sucesso junto à opinião pública, na sustentação de projetos cujo interesse é de grupos políticos-econômicos, tal como foram os projetos de colonização e integração do centro do Brasil. Logo, a manutenção ressignificada da colonialidade do poder, do colonialismo interno, produção de subalternidades e a relação tensionada Humano-Natureza fazem parte dos resultantes dessa “colagem gênica”, alteradora de DNAs para versão tipo “colonial de domínio da natureza e de culturas”.

Por isso, a relevância em adotar perspectivas das teorias pós-coloniais, decoloniais e estudos sobre a modernidade, muito em moda atualmente, todavia, inescapáveis para algumas análises, sobretudo em regiões como o centro-oeste, com seus processos coloniais recentes e ainda ativos, persistindo a tríade lusitana de grandes latifúndios, lógica de monoculturas e heranças laborais da mão de obra de escravizados indígenas e de povos das nações africanas: a *Neo-Plantation* de alguns segmentos do oeste brasileiro. Essa tríade influencia a reprodução de uma certa mentalidade, resiliente e que se perpetua em nossos “DNAs”, além dos tempos republicanos liberais, com densidade especialmente nas regiões que se mantiveram como produtoras rurais e agora, de *commodities*.

Na realidade, há séculos esses valores perduram, pois são profundos, dinâmicos e se ressignificam. E o centro-oeste, com políticas experimentais de ocupação e colonização, com valores discursivos resgatados do período colonial e imperial, reativados no período republicano da Marcha para o Oeste e implementados, de fato, durante a Ditadura Civil-Militar e novamente unificada durante o governo Bolsonaro, apresenta-se como região-modelo vanguardista desse sistema.

Com o método complexo utilizado, conseguimos elaborar parte do mapa genealógico representativo de como foi evoluindo a relação Humano-Natureza e suas influências, na sociedade, de sorte a procurar entender como chegamos a tais discursivas, imagéticas e estéticas, desviando-nos de possíveis saídas para as crises ecológicas, tanto no centro-

oeste como no Brasil, em geral, dada a força e a dependência que o Agronegócio consolidou no país e sua capacidade de influir nos parlamentos, inventar tendências, criar fundamentos socioespacial e influenciar os meios rurais e, nos últimos anos, o meio urbano.

Se essa ressignificação da relação Humano-Natureza orienta ações em curso no centro-oeste e no Brasil, as ciências e as artes podem promover agências e ser agentes de especulação, elaboração e exposição desse processo?

Os inscritesores tecnológicos utilizados forneceram belas (e tristes) composições e tiveram impactos múltiplos nos possíveis usos futuros, tanto nas artes como nas ciências. Assim, as representações de satélites, enquadramentos de câmeras e imagens em perspectiva puderam ser organizadas e aplicadas na composição das coleções, científicas e artísticas, com cunho político, disponibilizando dados e classes de verificação das antropizações. Ademais, os conjuntos organizados colaboraram para traduzirmos e especularmos algumas conclusões.

A relação Humano-Natureza desponta como um estado das coisas que demanda ser debatido, auferido, para entrarmos em contato com nossos processos de subjetivação primordiais, os quais fazem com que reproduzamos, nas diversas dimensões da vida, ações derivativas dessa matriz obtusa, violenta e economicista, construída em relação à natureza e às múltiplas culturas associadas, que dizem muito

de nós mesmos, enquanto humanidade egocentrada em um mundo que é complexo e interdependente e que está em crise pela ameaça gerada.

A pesquisa com Vila Bela e em Mato Grosso torna-se paradigmática, em diversos sentidos, pois é o microcosmo com ótima representação do macrocosmo desse grande mapa socioecológico, ou quebra-cabeça a ser construído, por reunir muitos fatos sociais e científicos insurgentes, os quais possuem ligações simbólicas, de importância global, de onde despontam rizomas que nos influenciam, hoje. Nessa perspectiva, a cartografia diagnosticou intensificação contemporânea, em MT, do fomento de desprezo pelas culturas e do crescimento da delinquência ecológica, com reforço de atividades políticas e econômicas incompatíveis com as possibilidades ecológicas diversas.

A imensa biodiversidade e o encontro de biomas, no mesmo município, significam desafio para o estado e para estudos científicos, pelo fato de haver necessidade de se criar métodos mais adequados para qualificar e delimitar essas interações, com fins de orientar políticas públicas. Isso se faz urgente, pois, de acordo com o bioma e suas áreas de transições, será usado um conjunto de leis do ordenamento jurídico, que definem os parâmetros das atividades, as intensidades nas ocupações, a porcentagem das reservas legais a serem mantidas e as intervenções antrópicas permitidas.

Entretanto, no caso dos limites entre biomas de Vila Bela, pelo fato de serem imbricados e não haver grandes vontades políticas para organizar a questão ecológica e os territórios dos povos e comunidades, resulta em ausência de padrões para aplicação formal de métodos que sejam sensíveis aos ecótonos, nas políticas públicas estaduais.

Dessa forma, os resultados das políticas que vêm se desenvolvendo, ao longo de nossa história, de bases exploratórias em relação à natureza, coloniais e racistas com respeito a culturas e epistemes plurais, induzem a imaginar como deverá ser o desenvolvimento da economia política, nos territórios em expansão no Estado brasileiro, leia-se principalmente Centro-Oeste e Norte. Essas regiões são tratadas como se fossem ainda sertões, deserto-florestas a serem dominados, desprovidos de ecologias e culturas que tragam rendimentos. E o Cerrado e os Campos são as zonas de sacrifício da vez, para um tipo de produção rural estéril e não nutritiva. A vanguarda cultural desse tipo de resignificação está preparando os terrenos simbólicos para inserir parte da Amazônia (e suas culturas) nesse ritual futurista distópico de sacrifícios, enfatizado com o emblemático projeto de lei para tirar Mato Grosso da Amazônia Legal, a extinção de diversas unidades de conservação no estado e flexibilização de normas socioecológicas.

Quanto às regiões pantaneiras, a situação também é dramática, com aumento da temperatura (uma das maiores do planeta), gráficos indicando a decadência das disponibilidades hídricas nos últimos 30 anos e políticas que insistem em

ampliar flexibilizações e possibilidade de intervenções não condizentes com os dados científicos. Essa situação, que vai se configurando na região, de inseguranças jurídicas, dúvidas quanto aos limites dos biomas, suas transições, qual conjunto de leis ambientais que devem ser observadas e resistência do estado em definir territórios de povos e comunidades, deriva, em diversos aspectos, do projeto estatal-civil em andamento, o qual gera a retroalimentação da delinquência enquanto aspecto cultural induzido e em processo de naturalização, conformado por uma coalisão vanguardista articulada no centro-oeste, de relação Humano-Natureza, com poderes políticos e econômicos extraordinários e grande apelo social e simbólico.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. *In*: ADORNO, Theodor. **Ensaaios sobre psicologia social e psicanálise**. Tradução de Verlaine Freitas. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

ALENCASTRO, Mathias. **É preciso governar com o Mega-Centro-Oeste**. Folha de São Paulo. São Paulo: 09/10/22, Seção-Eleições 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mathias-alencastro/2022/10/primeiro-turno-mostrou-que-sera-preciso-governar-com-o-mega-centro-oeste.shtml>

ALTINO, Lucas. Muro Verde Rompido: Disputa ameaça o parque no arco verde da Amazônia. **O Globo**, seção Brasil, Rio de Janeiro, 20 out. 2022.

AMADO, Janaina; CASELLI, Leny (org.). **Anais de Vila Bela 1734-1789**. Cuiabá: Editora da UFMT, 2006 (Coleção Documentos Preciosos).

ARRUDA, Gilmar. Frutos da Terra. **Os Trabalhadores da Matte Laranjeira**. Londrina: Editora UEL, 1997.

AZEVEDO, Ana Lúcia. Pantanal em Foco. **O Globo**, Biodiversidade. Disponível em: <https://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/especial-eco-globo-pantanal-em-foco.html?clima>. Acesso em: 10 out. 2022.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território Negro em espaço branco: estudo antropológico de Vila Bela**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BANDEIRA, Maria de Lourdes; GONSALVES, Marlena; OLIVEIRA, Suze. (org.). **Vila Bela da Santíssima Trindade: A Pérola Negra** de Mato Grosso. Cuiabá: Entrelinhas, 2015.

BARROZO, João Carlos. Políticas de colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o Centro Oeste. *In*: BARROZO, João Carlos (org.). **Mato Grosso: do sonho a utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT/Carlino & Caniato, 2008.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: Rumo a outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011.

BONFIM, Nielson Pereira da Silva; CUNHA, Danusa Valéria Porto da; TROIAN, Alexandre. **Aplicação do NDVI na caracterização da cobertura vegetativa de Vitória da Conquista – Bahia**. *In*: SEMANA DE ENGENHARIA FLORESTAL DA BAHIA, V., 2018. Vitória da Conquista-BA. **Anais [...]** Salvador: UESB. 2018. 7 p.

BRANDÃO, Helena. **Introdução à Análise do Discurso**. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

BRASIL. Gabinete Civil da Presidência da República. **Informações sobre Mato Grosso**. Lata 325. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1941.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BRANCO, Felipe Castelo. Notas sobre cosmopolitismo e política em Kant e Habermas. **Problemata**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 184-202, 2017.

CANDIDO, Jorge.; LOGUERCIO, Rochele de Quadros. A ciência e suas imagens: tradução, representação e criação. **Policromias** – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som. Rio de Janeiro, 2020.

CASANOVA, Pablo González. **Colonialismo interno (uma redefinição)**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la invención del otro. In: LANDER, Edgardo (ed.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 145-161.

CÈSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Blumenau: Letras Contemporâneas, 2010.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa: filosofia prática**. Tradução de Daniel Lins e Fabien Pascal Lins. São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2013.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**. V. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. V. 2. São Paulo: Ed. 34, 2007.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

DURÃO, Aylton Barbieri. **Os direitos humanos na democracia cosmopolita segundo Habermas**. Revista de Filosofia, Amargosa (Bahia), v. 14, n. 2, p.375-392, dez, 2016.

ESCOBAR, Arturo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ESCÓSSIA, Liliani; TEDESCO, Silvia. O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica. *In*: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliani (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1979.

FONSECA, Ricardo Marcelo. **A Cultura Jurídica Brasileira e a Questão da Codificação Civil no Século XIX**. Curitiba: Revista da Faculdade de Direito UFPR, 2013.

FONTENELLE, Isleide. Psicologia e marketing: da parceria à crítica. **Arquivos brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 60 n. 2, 2008.

GONÇALVES, Carlos Porto. **O Desafio Ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONZAGA, Luiz Neto. **Tv Centro-América**. Cuiabá, 23 maio 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/05/23/projeto-que-propoe-retirada-de-mt-da-amazonia-legal-e-debatido-na-assembleia.ghtml>. Acesso em: 30/05/22.

- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (uma redefinição). In: **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2007.
- GREENPEACE. **Estudo de Caso: Parque Serra Ricardo Franco**. São Paulo: Greenpeace, 2020.
- HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre Faticidade e Validade**. vol I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu, São Paulo, 1995.
- HARAWAY, Donna. **Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes**. ClimaCom, ano 3, n. 5, “Vulnerabilidade”, 2016.
- HEGEL, Wilhelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo: Ícone, 2017.
- HOELLE, Jeffrey. **Caubóis da floresta: o crescimento da pecuária e a cultura de gado na Amazônia brasileira**. Rio Branco: EDUFAC, 2021.
- HOFFMANN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.
- HOFFMANN, Rodolfo. **A Distribuição da Posse da Terra no Brasil, com Resultados Preliminares para 2017**. Florianópolis: SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2019.
- IANNI, Octavio. **Colonização e contra reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes - Coleção Sociologia Brasileira, v. 11, 1979.

IKEDA, Solange Castrillon *et al.* Escassez hídrica: estudo de caso em uma comunidade rural do pantanal mato-grossense. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 9, p. 88-102, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Agricultura, pecuária e outros**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria.html>. Acesso em: 08 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico. **Atlas Brasil 2013** - Censo 2010 Datapedia. info. Nota Técnica: Dados oficiais do IBGE e estimativas publicadas em D.O.U. Disponível em: <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/vila-bela-da-santissima-trindade-mt/>. Acesso em: 27 maio 2022.

KANT, Immanuel. **À Paz Perpétua**. Porto Alegre: L&PM, 1989.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRASTUP, Virginia; PASSOS, Eduardo. **Cartografar é traçar um plano comum**. *Fractal - Rev. Psicol.*, v. 25, n. 2, p. 263-280, maio/ago. 2013.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LATOURE, Bruno. **Redes que a razão desconhece**: laboratórios, bibliotecas, coleções. Porto Alegre: Tramas da rede sulina, 2004.

LATOURE, Bruno. **Paris, Cidade Invisível**: O Plasma. São Paulo: Ponto Urbe 5, 2009.

LEFF, Enric. **Ecologia, capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: FURB, 2000.

LIBONATI, Renata et al. **Área Queimada Pantanal 2020** - Nota Técnica 16/2020. Rio de Janeiro: Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais. Departamento de Meteorologia Instituto de Geociências Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre Governo Civil**. São Paulo: EDIPRO, 2014.

LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo decolonial**. REF, v. 2, n. 3, 2014.

MENESES, P. R.; ALMEIDA, T. de. **Introdução ao processamento de imagem de sensoriamento remoto**. 1. ed. Brasília: CNPq/UnB, 2012.

MILLS, Charles. **Race and the social contract tradition**: Social Identities. Journal for the study of race, nation and culture, v. 6, n. 4, p. 441-462, 2000.

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. **Portal Lacerdense**. Pontes e Lacerda, 03 ago. 2022. Seção de Política. Disponível em: <https://www.portallacerdense.com.br/noticia/50122/parque-serra-ricardo-franco-moretto-confirma-consenso-do-mpe-para-que-2008-seja-o-marco-regulatorio-de-redefinicao-dos-limites>. Acesso em: 05 ago. 2022.

- MINOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais:** colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MINOLO, Walter. **A colonialidade de cabo a rabo:** o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- MORIN, Edgar. **Complexidade e Transdisciplinaridade:** a reforma da universidade e do ensino fundamental. Natal: EDUFRN, 1999.
- MOULIN, Nilson (org.). **Amapá:** um Norte para o Brasil. Diálogo com o Governador João Alberto Capiberibe. São Paulo: Cortez, 2000.
- NEGO BISPO, Antônio Bipo dos Santos. **Colonização, Quilombos:** modos e significados. Brasília: CNPQ, 2015.
- NICOLESCU, Basarab. **O manifesto da transdisciplinaridade.** São Paulo: Triom, 2001.
- NOVO, E. M. L. M. **Sensoriamento remoto:** princípios e aplicações. 4. ed. São Paulo: Blucher, 2010.
- OLIVEIRA, Carlos Edinei de. **Mato Grosso na Era Vargas: (1937 – 1945):** Caminhos Migratórios e Novas Fronteiras. Recife: ANPH, 2019.
- ORLANDI, Eni. **Discurso e texto:** formulação e circulação dos sentidos. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliani. **Pistas do método da cartografia:** pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- PROJETO MAPBIOMAS. **Deforestation and Secondary Vegetation** – Appendix. Collection 6. Brasil: 2021. Disponível

em: https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/Metodologia/Deforestation___Secondary_Vegetation_Appendix_-_ATBD_Collection_6_v2.docx.pdf. Acesso em: 09 set. 2022.

PROJETO MAPBIOMAS. **Coleção 2022 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil**: 2021. Disponível em: <https://mapbiomas.org/visao-geral-da-metodologia>. Acesso em: 10 set. 2022.

PROJETO MAPBIOMAS. **Série Anual de Mapas de Uso e Cobertura da Terra do Brasil** (Coleção 5),2022. Disponível em: <https://mapbiomas.org/download>. Acesso em: 21 nov. 2022.

PROJETO MAPBIOMAS. **Mapeamento da superfície de água no Brasil** (Coleção 2): 2023. Disponível em: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/agua>. Acesso em: 27 jan. 2023.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina**: en Anuario Mariateguiano. Lima: Amauta,1997.

RIGOTTO. Raquel Maria. **Territórios tradicionais de vida e as zonas de sacrifício do agronegócio no Cerrado**. Saúde debate. Rio de Janeiro, v. 46, n. esp. 2, p. 13-27, jun. 2022.

ROCHA, Rossana. **Os direitos humanos e a política internacional**. Revista de Sociologia e Política, n. 27, p. 33-42, 2006.

ROSA, Marcos. **Mapeamento da Dinâmica dos Remanescentes naturais na Bacia do Alta Paraguai (BAP) entre 2002 e 2008**. São Paulo: USP, 2010.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados**. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, SP, n. 8, p. 63-74, 1994.

SAID, Edward W. **Orientalismo**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTANA, Arthur Bernady. **A BR-163: “Ocupar para não entregar”, a política da ditadura militar para a ocupação do “vazio” Amazônico**. Fortaleza: ANPUH, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre a Ciência**. Porto: Afrontamento, 1995.

SILVA, Isabel de Fátima Teixeira; FREITAS, Anna Lúcia Barreto de. **Noções básicas de cartografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

SILVA, Silviane Ramos Lopes. **Pérolas Negras: as mulheres de Vila Bela na luta pela afirmação da identidade étnica**. Cuiabá: Defanti, 2016.

SIMONDON, Gilbert. **La individuación a la luz de las nociones de forma y de información**. Buenos Aires: Cactus, 2015.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SPINOZA, Baruch de. **Ética**. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STENGERS, Isabelle. Para além da grande separação, tornamo-nos civilizados? *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre a ciência revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004.

STENGERS, Isabelle. The Cosmopolitical Proposal. *In*: LATOUR, Bruno; WEIBEL, Peter. **Making things public: Atmospheres of Democracy**. Cambridge: The MIT Press, 2005. p. 994-1003.

STENGERS, Isabelle. **Cosmopolitics I**. Minneapolis, USA: Minnesota University Press, 2010.

STENGERS, Isabelle. **A proposição cosmopolítica**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, v. 69, p. 442-464, 2018.

VIEIRA, Pedro Henrique. **Mundo e humanidade no Antropoceno: entre cosmopolitismo e cosmopolítica**. 2019. Tese (Doutorado) – UFPR, Curitiba, 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A Inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

VOZES CONTRA OS GENOCÍDIOS. **Aula 8 - Aquilombando saberes da Vila Bela Santíssima Trindade**. Programa Interinstitucional Vozes contra os Genocídios. Museu do Holocausto de Curitiba, UFMT, Instituto Brasil-Israel, CCCRIAS, UFMA, UNESP, Povo indígena Chiquitano de Vila Nova Barbecho, Quilombo de Vila Bela e Quilombo de Matacavalo, 2022.

WAGNER, Roy. **A invenção da Cultura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

WEBER, Max. A ciência como vocação [1919]. *In*: WEBER, Max. **Ciência e política, duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1972.

ZANETTINI Arqueologia. **Projeto Fronteira Ocidental: Arqueologia e História – Vila Bela da Santíssima Trindade/MT**. Relatório Final. Arraial de São Francisco Xavier. São Paulo: SECMT, 2004.

ZANETTINI Arqueologia. **Projeto Fronteira Ocidental: Arqueologia e História – Vila Bela da Santíssima Trindade/MT**. Relatório Final. São Paulo: SECMT, 2006.

ANEXOS

Anexo A

SEMA
SECRETARIA DE
ESTADO DE
MEIO AMBIENTE

GOVERNO DO ESTADO DE
MATO GROSSO

CERTIFICADO

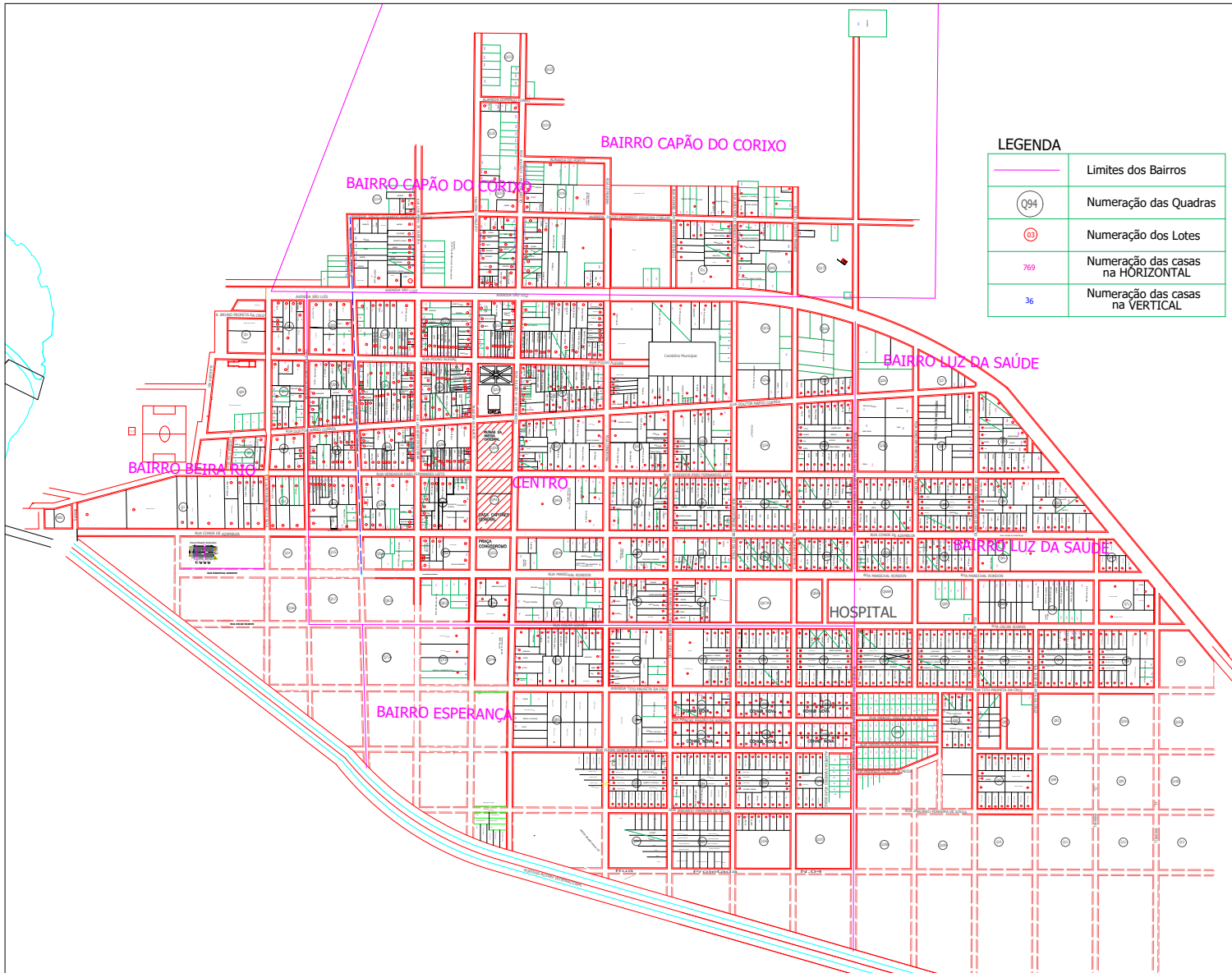
Certificamos a posse da **Universidade Estadual de Mato Grosso - UNEMAT**, através de seus representantes **Eurico Lucas de Sousa Neto** e **Atilio Viviani Neto**, no Conselho Consultivo do Parque Estadual Serra Ricardo Franco, criado pela Portaria nº. 277, de dezoito de abril de dois mil e dezoito e publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso na mesma data.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 31 de Maio de 2019.

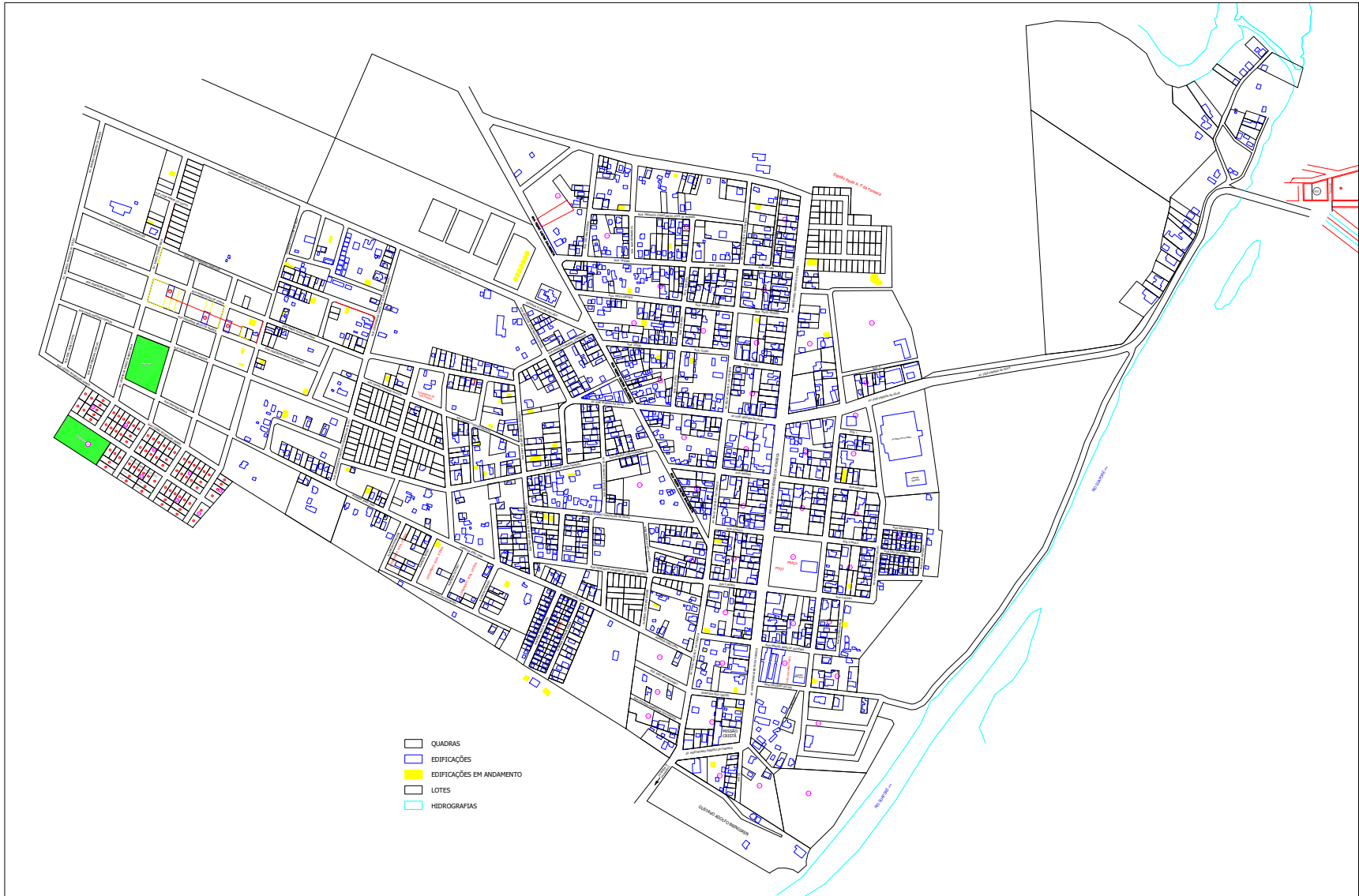

Mauro Daschka Crema
Gerente Regional
Parque Estadual Serra Ricardo Franco

Página 1 de 1

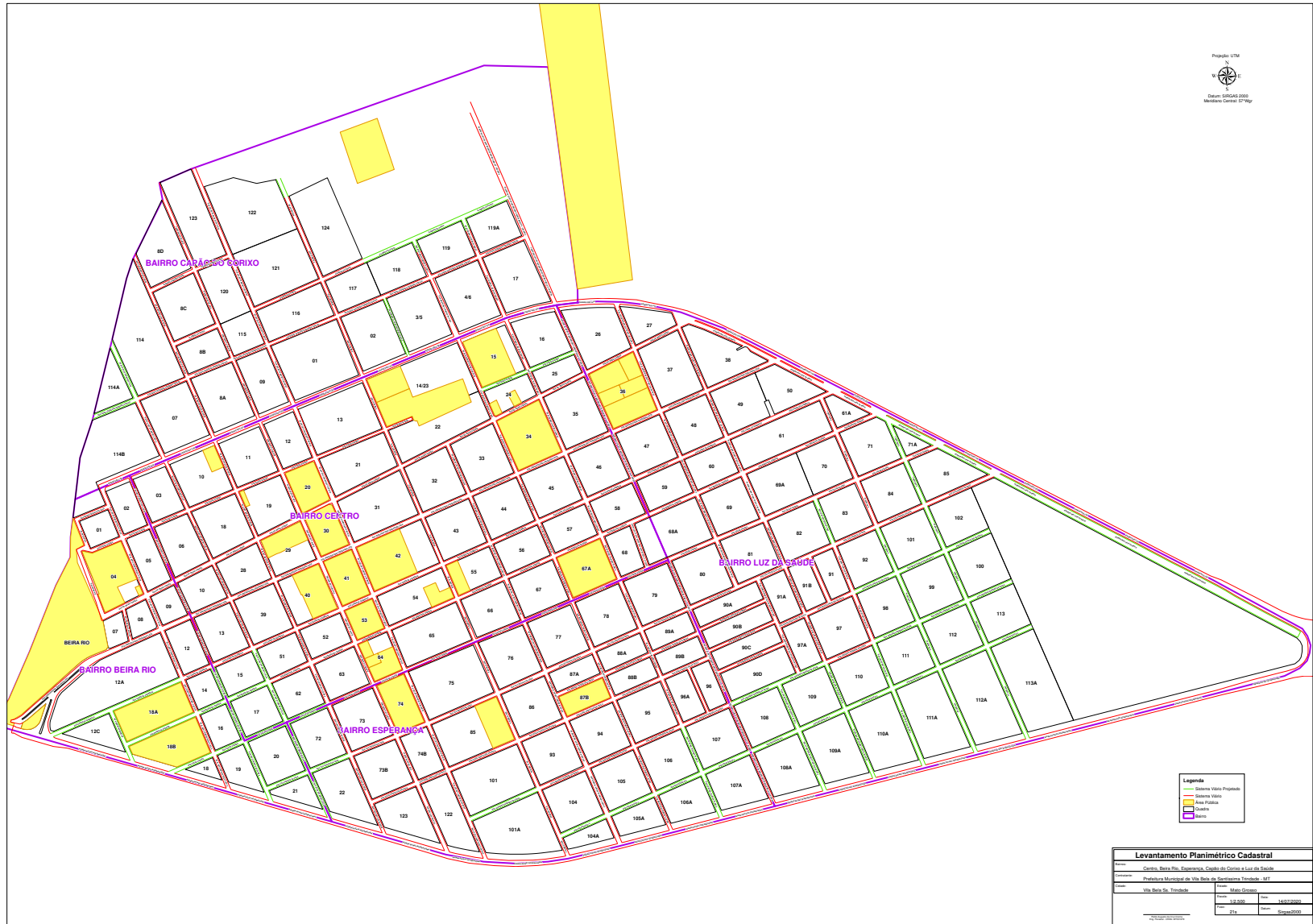
ANEXO B



ANEXO C



ANEXO D



ANEXO E

SR-13 MT – coordenadas de localização das Comunidades Quilombolas						
	COMUNIDADE	MUNICÍPIO	PROCESSO	CORDEN E	CORDEN N	OBS.
1	Aldeias	Acorizal	54240.005249/2005-21	563062	8324336	
2	Baús	Acorizal	54240.005235/2005-15	575548	8315923	
3	Tinga	Alto Paraguai	54240.002145/2007-26	521945	8330066	shape
4	Buriti Fundo	Barra do Bugres	54240.002149/2007-12	495647	8322066	PE/Perímetro
5	Morro Redondo	Barra do Bugres	54240.002147/2007-15	505510	8307777	shape
6	Queimado	Barra do Bugres	54240.002146/2007-71	460245	8289039	
7	Baixio	Barra do Bugres	54240.005263/2005-24	505510	8307777	PE/Perímetro
8	Camarinha	Barra do Bugres	54240.002148/2007-60	502869	8339453	
9	Vermelhinho	Barra do Bugres	54240.005252/2005-44	sem localização		
10	Água Doce	Barra do Bugres	54240.000475/2016-78	502256	8313534	shape
11	Monjolo	Cáceres	54240.005258/2005-11	495203	8250491	
12	Pita Canudos	Cáceres	54240.001858/2014-00	440503	8.223123	shape
13	Cachoeira do Bom Jardim e Morro Kabambi	Chapada dos Guimarães	54240.005261/2005-35	623990	8325100	
14	Ribeirão Itambé	Chapada dos Guimarães	54240.005178/2005-66	650312	8311704	RA/Shape
15	Lagoinha de Baixo	Chapada dos Guimarães	54240.002141/2005-86	655796	8301736	RTID/Decreto
16	Lagoinha de Cima	Chapada dos Guimarães	54240.005177/2005-11	655572	8290582	RA/Shape
17	São Gerônimo	Cuiabá	54240.005250/2005-55	617697	8290159	
18	Entrada do Bananal	Nossa Srª do Livramento	54240.005246/2005-97	sem localização		
19	Barreiro	Nossa Srª do Livramento	54240.005232/2005-73	554447	8259561	
20	Campina Verde	Nossa Srª do Livramento	54240.005231/2005-29	sem localização		
21	Cabeceira do Santana	Nossa Srª do Livramento	54240.005270/2005-26	562229	8260360	
22	Mata Cavallo	Nossa Srª do Livramento	54240.001538/2004-70	563130	8245533	RTID/Decreto
23	Jacaré de Cima (dos Pretos)	Nossa Srª do Livramento	54240.005269/2005-00	552105	8273440	
24	Família Vieira Amorim	Novo Santo Antonio	54240.001857/2014-57	511586	8647850	
25	Cágado	Poconé	54240.005237/2005-04	530808	8220201	
26	Campina de Pedra	Poconé	54240.005272/2005-15	513807	8226043	RTID/Perímetro
27	Canto do Agostinho	Poconé	54240.005268/2005-57	532088	8220616	
28	Capão Verde	Poconé	54240.005234/2005-62	525404	8249432	
29	Céu Azul	Poconé	54240.005234/2005-63	537972	8254220	
30	Chafariz e Urubamba	Poconé	54240.005276/2005-01	500156	8236648	
31	Chumbo	Poconé	54240.005280/2005-61	529485	8225770	
32	Coitinho	Poconé	54240.005260/2005-91	502977	8231794	
33	Currallinho	Poconé	54240.005267/2005-11	535632	8246251	
34	Imbé	Poconé	54240.005273/2005-60	513512	8228536	
35	Jejum	Poconé	54240.005245/2005-42	538927	8221989	RA/Shape
36	Laranjal	Poconé	54240.005236/2005-51	529786	8239083	RTID/Perímetro
37	Minadouro 2	Poconé	54240.005279/2005-37	541951	8232021	
38	Morrinhos	Poconé	54240.005259/2005-66	559436	8212071	RA/Shape

39	Morro Cortado	Poconé	54240.005264/2005-79	532991	8253182	PE/Perímetro
40	Passagem de Carro	Poconé	54240.005271/2005-71	521978	8552438	
41	Pedra Viva	Poconé	54240.005281/2005-14	537137	8192351	
42	Retiro	Poconé	54240.005277/2005-48	536827	8221584	
43	São Benedito	Poconé	54240.005266/2005-68	501499	8229417	
44	Sete Porcos	Poconé	54240.005248/2005-86	507873	8238255	
45	Tanque do Padre Pinhal	Poconé	54240.005254/2005-33	535493	8198798	RA/Shape
46	Varal	Poconé	54240.005247/2005-31	516987	8248977	
47	São Gonçalo II	Poconé	5420.002244/2015-18	502558	8253565	shape
48	Lagoa Grande – Várias com.	Poconé	54240.001111/2017-96	sem localização		
49	Carretão		54000.003074/2018-64	488742	8234006	
50	Vaca Morta	Porto Estrela	54240.005240/2005-10	500255	8306061	PA/Perímetro
51	Voltinha	Porto Estrela	54240.002132/2007-57	501535	8313914	PA/Perímetro
51	Vãozinho	Porto Estrela	54240.002144/2007-81	501535	8313914	PA/Perímetro
52	Bocaina	Porto Estrela	5424000396/2011-52	491906	8.290695	RTID/Perímetro
53	Bigorna e Estiva	Santo Antônio de Leverger	54240.000919/2007-84	649189	8253737	
54	Abolição	Santo Antonio do Leverger	54240.005251/2005-08	649220	8253897	RA/Shape
55	Acorebela	V. Bela da Stma. Trindade	54240.000509/2006-56	urbano		
56	Bela Cor	V. Bela da Stma. Trindade	54240.005241/2005-64	urbano		RA/Shape
57	Vale do Alegre Valentim e Martinho	V. Bela da Stma. Trindade	54240.005241/2005-67	urbano		RA/Shape
58	Capão do Negro Cristo Rei	Várzea Grande	54240.002890/2009-37	urbano		
59	Manga (e Casalvasco)	Vila Bela	54240.005230/2005-84	180631	8312884	

OBS. RTID/Decreto se encontram na fase de desapropriações; RTID/Perímetro – estudos concluídos, aguarda publicação e/ou Portaria e Decreto; RA/Shape – Relatório Antropológico concluído, indicando-se área de estudos; PA e PE se trata de Assentamentos do INCRA ou do Estado; Shape – a comunidade já apresentou sua área ocupada ou pretendida.

SOBRE O AUTOR



Atilio Viviani Neto

Atilio Viviani Neto, nasceu em Poços de Caldas - Minas Gerais, porém foi criado em São Paulo - Capital, no bairro da Pompeia, onde frequentou escola pública e desfrutou das atividades artísticas-culturais-musicais do emblemático Sesc Pompeia.

Graduou-se em direito (1999), fez pós-graduação em direito ambiental (2002), tornou-se mestre em Sociologia Política pela USP (2013) e doutor em Estudos de Cultura Contemporânea pela UFMT (2023). Fez estágio de pós-graduação em pesquisa social no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra-Portugal entre o ano de 2012 e 2013. Participou da Cooperação Internacional em Educação entre o governo do Brasil e Governo do Timor-Leste durante os anos de 2014-2016 ministrando aula na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e. Desde 2018 está professor de Teorias do Direito na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e habita Vila Bela da SS Trindade desde início do ano de 2019.

